



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG)
FACULDADE DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (FIC)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO (PPGCOM)

VINÍCIOS MARTINS DO VALE

A INFORMAÇÃO COMO ARMA:
ANÁLISE DA COBERTURA JORNALÍSTICA DA GUERRA DA UCRÂNIA PELA
IMPREENSA BRASILEIRA

Goiânia
2025



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação Tese Outro*: _____

*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

2. Nome completo do autor

Vinícios Martins do Vale

3. Título do trabalho

A INFORMAÇÃO COMO ARMA: ANÁLISE DA COBERTURA JORNALÍSTICA DA GUERRA DA UCRÂNIA PELA IMPRENSA BRASILEIRA

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Magno Luiz Medeiros Da Silva**, Professor do Magistério Superior, em 24/06/2025, às 08:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vinícios Martins Do Vale, Discente**, em 24/06/2025, às 10:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5456083** e o código CRC **4311FBA8**.

Referência: Processo nº 23070.023914/2025-87

SEI nº 5456083

VINÍCIOS MARTINS DO VALE

**A INFORMAÇÃO COMO ARMA:
ANÁLISE DA COBERTURA JORNALÍSTICA DA GUERRA DA UCRÂNIA PELA
IMPREENSA BRASILEIRA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM), da Faculdade de Informação e Comunicação (FIC), da Universidade Federal de Goiás (UFG), como requisito para obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Área de concentração: Comunicação, Cultura e Cidadania.

Linha de pesquisa: Mídia e Cidadania

Professor Orientador: Dr.º Magno Luiz Medeiros da Silva

Goiânia

2025

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Vale, Vinícios Martins do
A informação como arma [manuscrito] : Análise da cobertura jornalística da Guerra da Ucrânia pela imprensa brasileira / Vinícios Martins do Vale. - 2025.
199 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Magno Luiz Medeiros da Silva.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Informação e Comunicação (FIC), Programa de Pós Graduação em Comunicação, Goiânia, 2025.
Bibliografia. Apêndice.
Inclui siglas, lista de figuras.

1. Análise Crítica do Discurso. 2. Jornalismo. 3. Folha de São Paulo. 4. Nexo Jornal. 5. Guerra da Ucrânia. I. Silva, Magno Luiz Medeiros da, orient. II. Título.

CDU 007



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº **17/2025** da sessão de Defesa de Dissertação de **Vinícios Martins do Vale**, que confere o título de Mestre em Comunicação, na área de concentração em Comunicação, Cultura e Cidadania.

Aos vinte e sete dias de maio de dois mil e vinte e cinco, a partir das catorze horas, realizou-se a sessão pública de defesa de dissertação, intitulada “**A INFORMAÇÃO COMO ARMA: ANÁLISE DA COBERTURA JORNALÍSTICA DA GUERRA DA UCRÂNIA PELA IMPRENSA BRASILEIRA**”. Os trabalhos foram instalados pelo orientador, Professor Doutor Magno Luiz Medeiros da Silva (PPGCOM/FIC/UFG), com a participação dos demais componentes da banca examinadora: Professora Doutora Ângela Teixeira de Moraes (PPGCOM/FIC/UFG), avaliadora titular interna; Professora Doutora Liliane Maria Macedo Machado (PPGCOM/UNB), avaliadora titular externa, com a participação de todos por videoconferência. Durante a arguição, os avaliadores não fizeram sugestão de alteração do título do trabalho. A banca reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da dissertação, tendo sido o candidato **aprovado**. Proclamados os resultados pelo Professor Doutor Magno Luiz Medeiros da Silva, presidente, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata, que é assinada pelos membros da banca examinadora.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Magno Luiz Medeiros Da Silva, Professor do Magistério Superior**, em 28/05/2025, às 10:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Angela Teixeira De Moraes, Professor do Magistério Superior**, em 28/05/2025, às 13:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Liliane Maria Macedo Machado, Usuário Externo**, em 11/06/2025, às 14:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5348857** e o código CRC **F9D29C54**.

Dedico este trabalho a minha avó, Darci, por todos os conhecimentos sobre a vida a mim transmitidos com tanto carinho e afeto.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer primeiramente a minha esposa tão amada, Thaissa, por todo seu incentivo a meus estudos durante os longos anos em que estamos juntos. Com esta dissertação não foi diferente, e agradeço em especial a paciência e o suporte demonstrados nos momentos mais difíceis da pesquisa.

A meu filho, Pedro, por todo o carinho e afeto. Espero que este trabalho contribua para que ele possa viver em uma sociedade mais justa e harmoniosa.

A meus pais, Letícia e Sérgio, por terem, com seus exemplos, me dado uma primorosa educação, e por terem sempre me mostrado o valor do ensino.

A minha irmã, Fernanda, por todo o companheirismo, afeto e amizade que sempre teve comigo, desde que éramos pequenos.

A meu avô, Garrincha, e meus tios, Fábio e Flávio, por todo carinho, amizade e suporte que sempre me proporcionaram.

A meu orientador, Prof^o Magno Medeiros, pelos ensinamentos proporcionados no mestrado, e por todas as orientações e correções realizadas durante essa árdua caminhada.

À Prof^a Rosana Borges, Coordenadora do PPGCOM, em nome da qual eu agradeço todo o corpo docente da FIC pelos conhecimentos e pela atenção que me proporcionaram durante todo o mestrado.

Ao Prof^o Nilton, pelos frutíferos ensinamentos que me proporcionou durante o estágio de docência.

À Tessa e à Annelise, servidoras da secretaria do PPGCOM, pela paciência e compreensão demonstradas diante de minhas inúmeras dúvidas.

À Universidade Federal de Goiás, pela oportunidade de autoaperfeiçoamento única que me proporcionou, além de toda a infraestrutura disponibilizada.

Ao Exército Brasileiro, instituição da qual me orgulho de ser parte, pela excelente oportunidade a mim oferecida de realizar este mestrado.

“Eu não preciso ler jornais, mentir sozinho eu sou capaz”

Trecho da canção Cowboy Fora da Lei, de Raul Seixas

RESUMO

A presente pesquisa empregou a metodologia da Análise Crítica do Discurso (ACD) para analisar a cobertura jornalística da Guerra da Ucrânia realizada por dois periódicos digitais brasileiros, a Folha de São Paulo e o Nexo Jornal. Por meio da análise tridimensional do discurso, proposta por Fairclough (2001), foi realizada a análise das matérias produzidas pelos veículos nos sete dias posteriores à deflagração do conflito, segmentado-a nas dimensões discursivas, textuais e das práticas sociais. Além da ACD, a pesquisa embasou-se em teorias da linguagem desenvolvidas por diversos pensadores no ocidente e no oriente, além de teorias do campo da comunicação. Ao abordar os aspectos da comunicação de interesse para a doutrina militar, utilizaram-se as obras de Liang e Xiangsui (1999), Hoffman (2007) e Korybko (2015). Explorou-se ainda a gênese da atividade jornalística no ocidente e suas ligações com o conceito de cidadania. Para a discussão dos resultados da análise tridimensional, além de teóricos da ACD e de outras ciências sociais, empregaram-se as ideias de Charadeau (2013) relativas ao discurso produzidos pelos veículos midiáticos. Como resultado da pesquisa, constatou-se um forte alinhamento entre o discurso da Folha de São Paulo e do Nexo Jornal com o discurso hegemônico produzido pelas principais potências ocidentais, notadamente os Estados Unidos da América (EUA). Esse alinhamento foi identificado por meio de marcadores discursivos e textuais presentes no *corpus*, e convergem com as ligações financeiras e institucionais dos veículos jornalísticos com organizações públicas e privadas de potências ocidentais, identificadas por meio de suas práticas sociais. A partir de uma visão crítica das relações de poder entre os veículos e essas potências, característica da ACD, propõem-se uma maior pluralidade de vozes no jornalismo brasileiro a partir de instituições internacionais multilaterais ligadas ao Sul Global, como o BRICS, visando alcançar um ambiente comunicacional realmente cidadão e democrático.

Palavras-chave: Análise Crítica do Discurso; Jornalismo; Folha de São Paulo; Nexo Jornal; Guerra da Ucrânia.

ABSTRACT

This research used the Critical Discourse Analysis (CDA) methodology to analyze the journalistic coverage of the Ukrainian War carried out by two Brazilian digital newspapers, Folha de São Paulo and Nexo Jornal. Using the three-dimensional discourse analysis proposed by Fairclough (2001), the analysis of the articles produced by the media in the seven days following the outbreak of the conflict was carried out, segmenting them into discursive, textual and social practice dimensions. In addition to CDA, the research was based on theories of language developed by various thinkers in the West and the East, as well as theories from the field of communication. When addressing the aspects of communication of interest to military doctrine, the works of Liang and Xiangsui (1999), Hoffman (2007) and Korybko (2015) were used. The genesis of journalistic activity in the West and its connections with the concept of citizenship were also explored. In order to discuss the results of the three-dimensional analysis, in addition to theorists from CDA and other social sciences, Charadeau's (2013) ideas regarding the discourse produced by media outlets were used. As a result of the research, a strong alignment was found between the discourse of Folha de São Paulo and Nexo Jornal with the hegemonic discourse produced by the main Western powers, notably the United States of America (USA). This alignment was identified through discursive and textual markers present in the corpus, and converges with the financial and institutional links of the news outlets with public and private organizations of Western powers, identified through their social practices. Based on a critical view of the power relations between the outlets and these powers, characteristic of CDA, a greater plurality of voices in Brazilian journalism is proposed from international multilateral institutions linked to the Global South, such as BRICS, aiming to achieve a truly civic and democratic communication environment.

Keywords: Critical Discourse Analysis; Journalism; Folha de São Paulo; Nexo Jornal; War in Ukraine.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Registro de página do <i>WayBack Machine</i>	104
Figura 2 - Área de coleta do <i>corpus</i> nos portais jornalísticos.....	105
Figura 3 - Distinção visual dos artigos de análise na Folha de São Paulo.....	113

LISTA DE SIGLAS

1ª GM	Primeira Guerra Mundial
2ª GM	Segunda Guerra Mundial
ACD	Análise Crítica do Discurso
AD	Análise do Discurso
ECD	Estudos Críticos do Discurso
EUA	Estados Unidos da América
IFPIM	<i>International Fund for Public Interest Media</i>
NED	<i>National Endowment For Democracy</i>
ONG	Organizações Não-Governamentais
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
STF	Supremo Tribunal Federal
TIC	Tecnologias da Informação e da Comunicação
UE	União Europeia
UOL	Universo Online
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USAID	<i>United States Agency for International Development</i>

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Autoria e gênero jornalístico das matérias da Folha de São Paulo.....	110
Quadro 2 - Fontes mais empregadas nas matérias da Folha.....	114
Quadro 3 - Títulos das matérias da Folha de São Paulo.....	117
Quadro 4 - Autoria e gênero jornalístico das matérias do Nexo Jornal.....	142
Quadro 5 - Fontes mais empregadas nas matérias do Nexo Jornal.....	144
Quadro 6 - Títulos das matérias do Nexo Jornal.....	147

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	17
2	LINGUAGEM E PODER.....	22
2.1	LINGUAGEM E PODER NO PENSAMENTO GREGO ANCESTRAL.....	22
2.2	LINGUAGEM E PODER NO PENSAMENTO CHINÊS ANCESTRAL.....	26
2.3	O GIRO LINGUÍSTICO.....	32
3	COMUNICAÇÃO E PODER.....	36
3.1	A COMUNICAÇÃO EM UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA.....	36
3.2	OS ESTUDOS NA ÁREA DA COMUNICAÇÃO.....	40
3.3	O CONCEITO DE COMUNICAÇÃO.....	41
3.4	COMUNICAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE PODER.....	43
3.5	COMUNICAÇÃO E DOCTRINA MILITAR.....	48
3.5.1	A visão chinesa sobre a guerra do golfo: guerra irrestrita.....	49
3.5.2	Guerra Híbrida: A militarização da esfera civil.....	52
3.5.3	Guerras híbridas, Primavera Árabe e Revoluções Coloridas.....	55
4	JORNALISMO, CIDADANIA E CONFLITOS MILITARES.....	59
4.1	A HISTÓRIA DO JORNALISMO NO MUNDO OCIDENTAL.....	59
4.2	A HISTÓRIA DO JORNALISMO NO BRASIL.....	62
4.3	JORNALISMO E CIDADANIA.....	65
4.4	JORNALISMO E CONFLITOS MILITARES.....	69
4.4.1	Guerra da Crimeia: batismo de fogo dos correspondentes de guerra.....	69
4.4.2	Século XX: a institucionalização da propaganda de guerra.....	71
4.4.3	Conflito no Vietnã: a primeira guerra na televisão.....	73
4.4.4	A Guerra do Golfo: um marco no jornalismo de guerra.....	74
5	CONTEXTO HISTÓRICO DA GUERRA DA UCRÂNIA.....	78
5.1	AS ORIGENS COMUNS DA FEDERAÇÃO RUSSA E DA UCRÂNIA.....	78
5.2	2ª GM E A CONFORMAÇÃO DAS FRONTEIRAS UCRANIANAS.....	79
5.3	INDEPENDÊNCIA DA UCRÂNIA A PARTIR DA DISSOLUÇÃO DA URSS.....	80
5.4	A REVOLUÇÃO LARANJA.....	82
5.5	GUERRA CIVIL, ANEXAÇÃO DA CRIMEIA E O INÍCIO DA GUERRA.....	83
5.6	A EXPANSÃO DA OTAN E A AMEAÇA À SEGURANÇA RUSSA.....	86
6	A ANÁLISE TRIDIMENSIONAL DO CORPUS DA PESQUISA.....	88
6.1	A ANÁLISE DO DISCURSO (AD) E A ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO	

	(ACD).....	88
6.2	O DESENVOLVIMENTO DA ACD.....	91
6.3	O CONCEITO DE DISCURSO.....	93
6.4	O DISCURSO DAS MÍDIAS.....	96
6.5	A ANÁLISE TRIDIMENSIONAL PROPOSTA POR NORMAN FAIRCLOUGH...98	
6.5.1	Práticas discursivas na produção das matérias.....	99
6.5.2	Análise textual das matérias.....	100
6.5.3	Práticas sociais dos veículos analisados.....	102
6.6	COLETA DO <i>CORPUS</i>	103
6.7	DESCRIÇÃO E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS.....	105
7	COLETA DO <i>CORPUS</i> E OS RESULTADOS DA ANÁLISE	
	TRIDIMENSIONAL.....	107
7.1	PROCESSO DE COLETA DO <i>CORPUS</i>	107
7.2	CONSIDERAÇÕES SOBRE OS DADOS DAS PRÁTICAS DISCURSIVAS...108	
7.3	PRÁTICAS DISCURSIVAS DA FOLHA DE SÃO PAULO.....	110
7.3.1	Autoria e gêneros jornalísticos da Folha de São Paulo.....	110
7.3.2	O emprego das fontes pela Folha.....	113
7.4	PRÁTICAS TEXTUAIS DA FOLHA.....	116
7.4.1	A questão dos títulos, da personificação e do <i>ethos</i> ocidental na Folha.116	
7.4.2	Práticas textuais no editorial da Folha.....	121
7.4.3	As práticas textuais nos artigos de análise da Folha.....	124
7.4.3.1	Artigo de análise de Vinicius Torres Freire.....	124
7.4.3.2	Artigo de análise de Gideon Rachman.....	126
7.4.3.3	Artigo de análise de Igor Gielow.....	127
7.4.3.4	Artigo de análise de Martins Wolf.....	128
7.5	PRÁTICAS SOCIAIS DA FOLHA DE SÃO PAULO.....	131
7.5.1	Origens e expansão da Folha de São Paulo.....	132
7.5.2	Década de 1990: diversificação de negócios do grupo Folha.....	135
7.5.3	Grupo Folha nos anos 2000: UOL e financeirização.....	137
7.5.4	O grupo Folha no contexto das relações entre mídia, cidadania e financeirização.....	139
7.6	PRÁTICAS DISCURSIVAS NO NEXO JORNAL.....	142
7.6.1	Autoria e gêneros jornalísticos do Nexo Jornal.....	142
7.6.2	O emprego das fontes pelo Nexo Jornal.....	144
7.7	PRÁTICAS TEXTUAIS DO NEXO JORNAL.....	146

7.7.1	A questão dos títulos, da personificação e do <i>ethos</i> ocidental no Nexo Jornal.....	146
7.7.2	Linha editorial do Nexo observada nas matérias.....	148
7.7.3	A estrutura textual nos artigos de análise do Nexo.....	149
7.7.4	O emprego de marcadores de modalidade nos artigos de análise do Nexo.....	151
7.7.5	O <i>ethos</i> do Sul Global, o papel da imprensa e das grandes empresas tecnológicas na cobertura do Nexo.....	155
7.8	PRÁTICAS SOCIAIS DO NEXO JORNAL.....	158
7.8.1	Fontes de recursos e ligações institucionais do Nexo Jornal.....	160
8	DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	163
8.1	O EMPREGO DAS FONTES E O <i>ETHOS</i> OCIDENTAL NA COBERTURA....	164
8.2	A TEORIA DO AGENDAMENTO E A COBERTURA DA GUERRA.....	167
8.3	A QUESTÃO DA INDEPENDÊNCIA JORNALÍSTICA NA COBERTURA DA GUERRA.....	169
8.4	A COBERTURA JORNALÍSTICA DA GUERRA E OS INTERESSES MILITARES.....	173
9	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	177
	REFERÊNCIAS.....	184
	APÊNDICE A - DADOS DO <i>CORPUS</i> LEVANTADO.....	194
	APÊNDICE B - FONTES DAS MATÉRIAS NA FOLHA DE SÃO PAULO.....	197
	APÊNDICE C - FONTES DAS MATÉRIAS NO NEXO JORNAL.....	198

1 INTRODUÇÃO

A Guerra da Ucrânia, iniciada em 2022, marca um ponto crítico no arranjo de forças das sociedades contemporâneas. A Federação Russa, após a anexação da península da Crimeia em 2014, prosseguiu com sua expansão territorial às custas da Ucrânia, anexando a seu território províncias rebeldes ucranianas que não mais reconheciam o poder central da capital, Kiev. Em socorro da integridade territorial ucraniana, as principais potências ocidentais forneceram, e continuam a fornecer, ajuda financeira e militar para a manutenção de seu aparelho estatal e de sua operação militar que visa, confrontando as forças armadas russas, recuperar os territórios perdidos desde 2022.

Na área da comunicação, chama a atenção que as estratégias governamentais dos países direta e indiretamente envolvidos no conflito, tanto civis quanto militares, estejam dispensando grande atenção ao controle do fluxo de informações e notícias publicadas nas mídias nacionais e internacionais. Isso ficou claro quando, dias após a ofensiva inicial russa, diversas autoridades ocidentais, notadamente dos Estados Unidos da América (EUA) e da União Europeia (UE), bloquearam meios de comunicação estatais russos que atuavam em seus territórios. Consequentemente, autoridades russas retalharam do mesmo modo, bloqueando e restringindo a atuação de meios de comunicação ocidentais em seu território.

Longe de ser um caso isolado, a tentativa de obter maior controle dos fluxos de informação durante conflitos armados é uma tendência crescente. Destaca-se, a título de exemplo, os ataques a jornalistas e aos meios de comunicação ocorridos no triste conflito que envolve Israel e a Palestina. Autoridades governamentais israelenses lograram impor um nível de hegemonia informativa e política que os permitiu restringir e controlar a cobertura da guerra em andamento por parte do canal Al Jazeera (Scheer, 2024), importante canal de notícias internacional do reino do Qatar que se alinha com os interesses do mundo árabe e, consequentemente, da Palestina.

A busca pelo controle dos fluxos de informação e notícia durante conflitos não é uma característica da sociedade contemporânea, estando diretamente relacionada ao desenvolvimento dos meios de comunicação. Mattos (2005) demonstra como, a partir da Guerra da Crimeia, deflagrada em 1853, a invenção do telégrafo

possibilitou a cobertura jornalística de conflitos militares em tempo quase real, tornando a opinião pública um fator crítico para o planejamento e a condução de ações militares. Assim, o avanço tecnológico no campo comunicacional suscitou a atenção da doutrina militar para a necessidade do controle dos meios de comunicação, em especial do jornalismo, para a obtenção de vantagens estratégicas. As doutrinas militares, acompanhando o acelerado avanço tecnológico e popularização dos meios de comunicação nos séculos XIX, XX e XXI, atualizaram-se quanto a seus preceitos e práticas, como demonstrado em pesquisas acadêmicas sobre a atuação das mídias durante os principais conflitos militares modernos (Liang e Xiangsui, 1999; Hoffman, 2005; Korybko, 2015).

Ainda que a preocupação e os debates sobre a influência exercida pelos meios de comunicação tenham alcançado níveis crescentes nas sociedades modernas, podemos traçar suas origens a tempos ancestrais. Durante a pesquisa, são apresentados conceitos e discussões sobre a influência da linguagem na disseminação de ideias e seu poder de modificar as realidades sociais. Platão (2001) e Aristóteles, importantes pensadores gregos, discorreram sobre o tema, e seus debates lançaram os fundamentos para a discussão da linguagem na filosofia e nas ciências ocidentais, conforme abordado por Hohlfeldt (2001) e Marcondes Filho (2014).

Confúcio (2008) e Lao Tsé (2022), destacados pensadores chineses, nos legaram registros de suas reflexões sobre o poder que a linguagem tem em moldar a percepção dos indivíduos e sobre sua capacidade de modificar as formas como as sociedades se organizam. Ainda hoje, as ideias desses destacados pensadores, entre outros de sua época, possuem validade para analisar como a linguagem e a informação atuam para conformar uma determinada percepção da realidade, conforme demonstrado pelas pesquisas de Lai (2009).

Empregando o poder da linguagem, aliada ao rápido desenvolvimento das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC), o jornalismo desenvolveu-se aceleradamente a partir do século XVIII na Europa, acompanhando a transição europeia de uma sociedade feudal para uma sociedade burguesa capitalista. Conforme pesquisa de Marcondes Filho (1989), demonstra-se a gênese do jornalismo como atividade comunicacional que se desenvolveu intrinsecamente ligada à nascente burguesia liberal europeia. O autor discorre sobre a transição de uma atividade jornalística caracteristicamente política e literária, desenvolvida

durante o século XVIII e início do século XIX, para o jornalismo como uma atividade empresarial de cunho capitalista a partir de meados do século XIX até os fins do século XX.

Por meio da obra de Souza (2005), constata-se como o avanço tecnológico e a disponibilidade de recursos materiais contribuíram para a criação de um destacado conglomerado internacional de notícias. Ao analisar a cobertura da Guerra do Iraque, ocorrida em 2003, pela rede norte-americana de notícias CNN, o pesquisador demonstra como foi possível à empresa jornalística alcançar a hegemonia das informações em um mundo globalizado, contribuindo para o avanço da agenda geopolítica dos EUA. Outro ponto de destaque é a correlação feita na obra entre os períodos de maior expansão da audiência da emissora e a cobertura de conflitos militares, revelando como estes contribuíram para o fortalecimento de sua hegemonia global.

Ainda para um maior entendimento do campo do jornalismo, destacam-se as ideias de Mattelart e Mattelart (2004), autores que traçaram um panorama dos estudos recentes na área da Comunicação, principalmente a produção acadêmica europeia. Diversos trechos da obra analisam o jornalismo inserido dentro do campo mais amplo da comunicação, pontuando as influências materiais e culturais sobre seu desenvolvimento durante o século XX. Charaudeau (2013) esclarece diversos aspectos do jornalismo em sua pesquisa, demonstrando como se estabelece um contrato complexo entre as mídias e seu público e quais são suas características. Outro ponto de destaque são suas ideias sobre as estratégias empregadas pelas mídias para, pretensamente, representar a realidade de maneira objetiva.

As discussões teóricas sobre linguagem e jornalismo apresentadas são fundamentais para o entendimento da escolha da abordagem metodológica a ser empregada na pesquisa, a Análise Crítica do Discurso (ACD). Seu principal objeto de análise é o uso da linguagem dentro de determinados discursos, considerando que a forma com que ela é empregada revela diversos fenômenos e hierarquias sociais. Uma preocupação central da teoria são as relações de poder entre aqueles que constroem as narrativas hegemônicas e seus consumidores, desvelando mecanismos sociais que favorecem, por meio do emprego da linguagem, a disseminação de ideias que favorecem determinadas classes ou interesses sociais.

Ainda, abordam-se as ideias de Van Dijk (2008), pesquisador que revelou em sua obra as ligações entre os meios de comunicação europeus e a disseminação de

discursos racistas naquele continente, demonstrando como a linguagem é instrumento fundamental para a construção de representações compartilhadas socialmente. Os autores franceses Maingueneau (2015) e Charaudeau (2013) também possuem relevante influência na área da ACD, e suas visões sobre o papel das mídias e dos discursos nas sociedades contemporâneas são de grande valia para a apreensão de importantes conceitos utilizados na pesquisa.

A obra de Fairclough (2001), *Discurso e Mudança Social*, é empregada como pilar central da metodologia de pesquisa. Fortemente influenciado por Michel Foucault e dialogando em diversos aspectos com Van Dijk, o linguista inglês propôs, dentro do escopo da ACD, o modelo de análise tridimensional, que serviu de baliza para analisar o *corpus* coletado. A descrição do relacionamento entre as dimensões textuais, das práticas discursivas e das práticas sociais, as quais compõem o modelo tridimensional, é o resultado do emprego de seu método.

Segundo a proposta de Fairclough (2001), na dimensão textual, os conceitos apresentados servem para analisar as escolhas dos arranjos gramaticais e das palavras realizadas pelos produtores dos textos, enquanto a caracterização da dimensão das práticas discursivas fornece dados sobre as instituições e indivíduos produtores das matérias jornalísticas e quais foram as principais fontes para as informações que elas transmitem. Em relação às práticas sociais, são caracterizados os contextos sociais em que se insere o jornalismo nos dias atuais, principalmente em relação ao seu emprego como instrumento para alcançar vantagens militares, e como as empresas de comunicação, produtoras do *corpus* de matérias analisado, se inserem dentro desse contexto.

Visando demonstrar como os meios de comunicação, em especial a atividade jornalística, se revestem de importância para os conflitos modernos, são empregados os estudos realizados por pesquisadores de nacionalidades diversas. Liang e Xiangsui (1999), militares e pesquisadores chineses, analisaram a Guerra do Golfo e apontaram para a influência crescente das mídias no desenrolar dos conflitos militares modernos. Hoffman (2007), militar e pesquisador norte-americano, demonstrou como a informação é utilizada por forças militares regulares e irregulares para a obtenção de vantagens estratégicas. Por último, Korybko (2015), acadêmico russo, analisa como os meios de comunicação tradicionais e as mídias sociais podem servir de instrumento para a desestabilização social e a derrubada de regimes políticos por parte de seus adversários.

Para a composição do *corpus* da pesquisa, foram selecionadas as matérias produzidas pelas empresas jornalísticas Folha de São Paulo e Nexo Jornal. A Folha é um veículo de comunicação tradicional brasileiro, tendo acompanhado períodos críticos da história brasileira durante grande parte do século XX. Hoje, além do jornal, a Folha coliga-se com diversas outras empresas em um conglomerado empresarial que abarca desde atividades jornalísticas até complexas operações nos mercados financeiros. O Nexo, por sua vez, é um veículo moderno, nascido na era e no formato digital, com foco no jornalismo analítico. Ganhador de importantes prêmios jornalísticos internacionais, suas fontes de financiamento incluem, além da base de assinantes, Organizações Não-Governamentais (ONG) estrangeiras ocidentais.

Como critério para a seleção das matérias, verificou-se aquelas que tratam explicitamente, em seus títulos, da Guerra da Ucrânia e posicionam-se em locais de destaque nas plataformas digitais das empresas escolhidas. O período de cobertura selecionado para a coleta das matérias perfaz o total de 7 dias, a partir da deflagração do conflito, em 24 de fevereiro de 2022.

A partir do *corpus*, os dados levantados foram expostos de maneira segmentada, divididos em seções correspondentes às três dimensões do discurso e aos veículos jornalísticos analisados.

Após a exposição dos dados, os resultados da análise foram apresentados em seção específica, abordando conceitos próprios do arcabouço teórico da ACD, como *ethos* e o uso das fontes, e outros ligados às pesquisas no campo da comunicação, como a Teoria da Agenda. Além desses conceitos, os resultados também foram analisados a partir da visão militar sobre a comunicação e a partir de ideias desenvolvidas por teóricos do jornalismo.

Encerrando a pesquisa, em consonância com o caráter crítico da ACD, foram formuladas alternativas possíveis visando fomentar uma maior pluralidade de vozes no jornalismo brasileiro, buscando com isso fortalecer o caráter cidadão dessa importante instituição da democracia brasileira.

2 LINGUAGEM E PODER

A reflexão sobre a linguagem e suas características, possibilidades e limitações remonta a pensadores ancestrais, tanto no ocidente quanto no oriente. Na presente seção, são apresentados os resultados dessas reflexões por parte de filósofos gregos, principalmente Platão e Aristóteles, e por parte de pensadores chineses de diversas escolas de pensamento.

Conforme preconizado por Maingueneau (2015), pode-se considerar que esses pensadores estabeleceram o que se denomina de Discursos Constituintes, aqueles que “associam estreitamente um trabalho de fundação na e por sua enunciação” (Maingueneau, p. 141, 2015), já que são fontes para a legitimação de estudos na filosofia, inclusive da linguagem, até os dias atuais.

2.1 LINGUAGEM E PODER NO PENSAMENTO GREGO ANCESTRAL

As obras de Platão e Aristóteles possuem grande influência na gênese do pensamento ocidental. Apesar de autores que os antecederam já se preocuparem com questões filosóficas, a extensão e conservação de seus escritos, além da influência que exerceram na formação de gerações de pensadores, contribuiu para que fossem considerados pilares do pensamento ocidental.

Os dois autores, ao tratarem de temas filosóficos pertinentes em sua época, levantam questões sobre a linguagem. São discutidas em suas obras as limitações que a língua possui enquanto instrumento de busca da verdade, além de seu poder de persuasão quando habilmente manipulada. Embora sirva ao aperfeiçoamento da filosofia e da razão humana, também se presta a ser instrumento de dominação e ocultação da verdade (Platão, 2001; Deus e Silva, 2002; Rohden, 1995; Almeida, 2017).

Platão, nascido por volta do ano de 429 a.C, provavelmente na cidade de Atenas, era descendente de uma família aristocrática, o que lhe permitiu desfrutar de uma esmerada educação. Ainda na juventude, travou contato com Sócrates, de

quem seria pupilo e grande admirador. Após a morte do mestre, empreendeu diversas viagens pela região conhecida pelos gregos. Depois de sofrer diversos reveses políticos e perseguições, tendo sido inclusive vendido como escravo, estabeleceu sua escola em Atenas, sendo ela conhecida como Academia. Nela, passou a dedicar-se ao ensino e à escrita de sua obra, atividades que realizou até avançada idade (Carvalho, 2018).

Em sua obra *Fedro*, Platão (2001) descreve o diálogo que teria ocorrido entre Sócrates e seu amigo Fedro versando sobre um discurso escrito por um conhecido em comum, no qual aborda-se o conceito de amor. Em diversos trechos da obra, Platão demonstra algumas de suas ideias sobre como a linguagem pode exercer influência determinante sobre os rumos da sociedade.

Ao tratar sobre as características das artes e, em especial, do discurso, Sócrates discorre sobre as propriedades deste, seja ele escrito ou transmitido verbalmente. Desde o início da discussão, ele alerta seu amigo Fedro que “não se deve desdenhar da palavra hábil, mas antes refletir no que ela significa” (Platão, 2001, p. 84). Ao utilizar como exemplo a possibilidade do uso da linguagem para se persuadir outrem a realizar um negócio desvantajoso em proveito de si próprio, Sócrates discorre sobre o potencial negativo do emprego da arte retórica.

Sócrates: - Quando um orador, ignorando a natureza do bem e do mal, encontra os seus concidadãos na mesma ignorância e os persuade, não a tomar a sombra de um burro por um cavalo, mas o bem pelo mal; quando, conhecedor dos preconceitos da multidão, ele a impele para o mau caminho; nesses casos, a teu ver, que frutos a Retórica poderá recolher daquilo que ela semeou ? (Platão, 2001, p. 99).

Platão (2001) é crítico em relação à arte retórica. Ela é tema de diversos trechos do diálogo, onde se discute seus aspectos conceituais e suas características. Para o pensador, a retórica estaria ligada ao uso das palavras como forma de “guiar almas” (Platão, 2001, p. 114), principalmente por meio da oratória e pelo desenvolvimento da eloquência.

Sendo uma arte, possui suas regras e fundamentos, os quais são estipulados e discutidos por diversos pensadores citados no diálogo. Para Sócrates, conforme registrado por Platão, a retórica deve contribuir para a busca da verdade. Porém, ela possibilitaria, quando empregada de maneira artilosa, o controle de parcelas da sociedade em detrimento da busca da verdade, já que “a verossimilhança domina o

espírito da grande massa pela semelhança que tem com a verdade” (Platão, 2001, p. 117).

A escola dos sofistas, composta por pensadores que buscavam o desenvolvimento da persuasão em temas políticos, era especialmente criticada por Platão em virtude do uso desvirtuado da arte retórica (Deus e Silva, 2002). Segundo o pensador, haveria nos objetos do mundo sensível uma essência imutável de acordo com suas naturezas, e caberia aos nomes dados às coisas revelarem essa essência. Assim, contrapondo-se aos sofistas, Platão acreditava que “a linguagem permite o alcance de algo além de si mesma, isto é, a linguagem tem a função de uma palavra de verdade” (Deus e Silva, 2002, p. 14).

O conceito de discurso, amplamente discutido nas obras de autores da ACD, já é empregado por Platão. Para ele, ocorreria o discurso ao ser realizada a ligação entre nomes e verbos, ou seja, a atribuição de ações a determinados agentes (Deus e Silva, 2002). O conceito desenvolvido por Platão abrange tanto o discurso oral quanto o discurso escrito, sendo que a mensagem, o conteúdo, é considerada sua essência, independente dos dispositivos materiais de sua transmissão. Porém, em relação às maneiras de transmissão, Platão considera o discurso escrito apenas um simulacro do discurso oral, marcadamente inferior (Platão, 2001, p. 120).

Apesar de sua prolífica obra escrita, Platão considerava que a arte dialética, ou seja, o diálogo interpessoal, era a maneira ideal de questionamento filosófico e busca da verdade, enquanto as palavras escritas não seriam capazes de defender as ideias que carregam e desenvolvê-las, já que, assim como as pinturas, “se alguém as interrogar conservar-se-ão gravemente caladas” (Platão, 120, p. 270).

Apesar do fato de Platão ter sido seu mestre, Aristóteles professava ideias que em muitos aspectos divergiam das dele. O estagirita dispensou uma considerável atenção aos temas da linguagem e da arte retórica, tendo produzido notória obra dedicada exclusivamente a esta última.

Conforme Rohden (1995), Aristóteles, pelas ideias propostas em sua obra *Arte Retórica*, pode ser considerado um dos primeiros pensadores a explorar o campo da Filosofia da Linguagem, pois “soube recolher as diferentes visões acerca do uso do poder da linguagem e integrá-las” (Rohden, 1995, p. 515). Ao contrário de Platão, ele considerava válido o estudo da persuasão por meio de verossimilhanças, base da arte retórica, pois são elas que afetam a maneira de pensar do homem

comum em seu cotidiano, e não as verdades buscadas pelos filósofos por meio de sofisticados raciocínios lógico-matemáticos.

Tão atacada por Platão, que buscava valorizar o rigor epistêmico na busca da verdade, a *doxa*, termo grego para opinião, foi objeto de minuciosas reflexões por parte de Aristóteles (Silva, 2016). Segundo este, existe uma classe especial de opiniões, a *endoxa*, que expressariam o ponto de vista de sábios ou eminentes, e que serviriam como parâmetro de verossimilhança, base para as opiniões mais comuns na sociedade (Silva, 2016, p. 50).

Partindo dessas premissas, Aristóteles estudou as características de diferentes modalidades de discurso, tais como o jurídico e o político, entre outros. Em meio a essas reflexões, o filósofo se atentou para a importância da linguagem como instrumento de poder, conforme atestado por Rohden (1995) quando analisa o pensamento aristotélico em relação à racionalidade retórica.

A linguagem possui poder, no sentido que carrega uma força histórica independente de uma situação determinada. Por exemplo, o conceito de Estado, de Liberdade, está carregado de um conjunto de diferentes sentidos, conotações que a história nos apresenta (Rohden, 1995, p. 516).

Ainda, Rohden (1995) atesta que o poder da arte retórica advém de seu posicionamento entre a linguagem neutra das ciências, de caráter lógico-matemática, e a força bruta, modo não civilizado de solução das divergências. Segundo ele, “falamos em ‘poder da linguagem’ no sentido que ela orienta e desorienta as pessoas” (Rohden, 1995, p. 516).

A retórica teria, injustamente, se tornado objeto de visões preconceituosas, as quais atribuem seu uso à manipulação e ao relativismo não racional. Porém, os pressupostos epistemológicos de Aristóteles apontam que, pela sua visão, há a possibilidade de aperfeiçoamento do conhecimento por meio do raciocínio retórico, já que a intelectualidade humana tenderia sempre para o verdadeiro e para o justo (Rohden, 1995, p. 517).

Apesar das divergências entre as ideias platônicas e o pensamento aristotélico, evidencia-se nitidamente a preocupação dos pensadores gregos com a linguagem. Ao considerarem-se imbuídos de esclarecer os rumos para o alcance de verdades universais e essenciais, estes pensadores se depararam com as limitações impostas pela língua. Em suas reflexões e diálogos, colocaram em

evidência os obstáculos linguísticos na busca pelo verdadeiro, revelando ainda o poder investido na linguagem para o controle das ideias e a mudança social.

Enquanto representantes de uma elite intelectual que influenciaria decisivamente nos rumos do pensamento ocidental, os gregos compartilhavam as mesmas preocupações e dúvidas sobre a linguagem expressadas por outras civilizações contemporâneas a eles. No oriente, em especial na civilização chinesa, diferentes escolas de pensamento já debatiam sobre as características da linguagem e quais seriam suas possibilidades e limitações.

2.2 LINGUAGEM E PODER NO PENSAMENTO CHINÊS ANCESTRAL

A China é uma das mais antigas civilizações do mundo. Pesquisas atestam que os primeiros exemplares da escrita chinesa remontam a 2.000 a.C., sendo que sua forma clássica se estabeleceu por volta de 1.200 a.C. Por adotar o sistema de escrita baseado em logogramas, e não o sistema fonético adotado pelo ocidente, a língua chinesa possui um acervo de mais de 50 mil caracteres (Nações, 1990).

A preocupação com a linguagem torna-se evidente já nas primeiras obras escritas pelos intelectuais fundadores das mais influentes escolas do pensamento chinês. Essa atenção à linguagem se deve a que, na China, a língua escrita desempenhou um papel preponderante na sociedade como “fator de unidade social e política” (Nações, 1990, p. 67). O território chinês encontrava-se povoado então por diversas etnias que falavam dialetos ininteligíveis entre si, mas a escrita era unificada, sendo que todos os letrados poderiam entender a mesma linguagem escrita, independente da língua oral que dominavam.

Não obstante as diferenças de pronúncia, a escrita, ao tornar compreensíveis, por séculos, as obras clássicas, perpetuou as ideias e as formas tradicionais. Assim, incutiu certas noções filosóficas na mente das elites e cristalizou padrões de comportamento individual, relações familiares e formas de organização governamental (Nações, 1990, p. 67).

A linguagem, assim, era tratada como um instrumento de poder. O domínio da linguagem escrita era a chave para altas posições de autoridade, o que tornou fundamental para as elites aperfeiçoarem-se em seu entendimento. Duas das

escolas de pensamento mais influentes na cultura chinesa, o confucionismo e o taoísmo, fomentaram um rico debate sobre as características da linguagem. Apesar de possuírem uma ideia em comum, de que “a linguagem era uma força potente na sociedade, pois poderia ser utilizada como instrumento de controle político” (Lai, 2009, p. 309), essas escolas divergiram sobre as características e capacidades da linguagem (Lai, 2009).

Confúcio, fundador da escola de pensamento que no ocidente se denominou como Confucionismo, nasceu por volta do ano de 551 a.C. e teria vivido até os 72 anos de idade. Ele e seus discípulos produziram uma extensa obra, versando principalmente sobre aspectos políticos e éticos da sociedade, sendo que por essa razão “o confucionismo era o sistema ético preferido dos dirigentes chineses” (Nações, 1990, p. 68).

A escola de pensamento confucionista, assim como a taoísta, desenvolveu-se entre dois períodos de grandes turbulências políticas, fragmentação territorial e violência na China, conhecidos como períodos da Primavera e do Outono (722-476 a.C.) e dos Reinos Combatentes (475-221 a.C.).

Nesse contexto de prolongada agitação, diversos pensadores procuraram encontrar soluções para alcançar a estabilidade política e social. Eles agruparam-se em diversas facções intelectuais, que em razão de sua quantidade e efervescência passaram a ser conhecidas como as Cem Escolas de Pensamento, onde “muitas das discussões enfocavam a moralidade, a sociedade política e o bom governo” (Lai, 2009, p. 17).

Confúcio, em suas obras, deixa clara sua visão em relação à linguagem. Para ele, as palavras e os títulos têm o poder de moldar a sociedade, e uma correta ligação entre os nomes e a realidade que eles buscam representar torna-se condição essencial para o alcance da estabilidade política. Essa preocupação deu início a um importante ramo da doutrina confuciana, *Zhengming*, traduzido como Retificação dos Nomes, e que “parecia concordar com uma realidade normativa fundamental à qual os termos de linguagem devem corresponder, e a qual devem propagar” (Lai, 2009, p. 63).

Em uma de suas principais obras, *Os Analectos*, Confúcio (2008) dialoga com seus discípulos sobre o poder da linguagem e sua importância na ordem social.

[...] Quando os nomes não são corretos, o que é dito não soará razoável; quando o que é dito não soa razoável, os negócios não culminarão em

sucesso e os ritos e músicas não florescerão; quando ritos e música não florescerem, a punição não encerrará os crimes, quando a punição não encerrar os crimes, o povo ficará desanimado. Assim, quando o cavalheiro nomeia algo, o nome com certeza terá uma função no seu discurso, e, quando ele disser algo, com certeza será algo passível de ser colocado em prática. **Um cavalheiro é tudo menos casual quando se trata de linguagem** (Confúcio, 2008, p.123, grifo nosso).

Xunzi, um influente pensador confucionista posterior ao tempo de Confúcio, desenvolveu uma doutrina que expandia os limites das discussões de sua escola naquele tempo. Ele acreditava, ao contrário de outras correntes influentes do confucionismo, que o ser humano era essencialmente mau e propenso ao egoísmo. Apesar disso, em sua obra ele afirmou que, por meio da educação e da regulação dos comportamentos sociais, a humanidade poderia caminhar rumo à justiça e à bondade.

É no âmbito da educação que o tema da linguagem encontra considerável atenção nas reflexões de Xunzi. Para ele, a regulação de uma sociedade ideal seria alcançada por meio da imposição de padrões em diversos âmbitos do convívio social, à linguagem em especial. O governante e a elite burocrática deveriam, assim, se atentar para “a criação de padrões por meio da determinação de significados de palavras” pois eles são “um instrumento poderoso com o qual populações inteiras podem ser dominadas e controladas” (Lai, 2009, p. 64).

Segundo Lai (2009), Xunzi defendeu o emprego da linguagem como um instrumento para controlar a ordem sociopolítica. Para o pensador, as normas e códigos ensinados ao povo teriam implicações perigosas, principalmente a linguagem, que codificaria uma série de comportamentos e prescrições em seus termos. A linguagem, por meio de seu uso cotidiano, internalizaria essas normas no seio da sociedade e moldaria a atitude de seus integrantes. Assim, por meio do pensamento de Confúcio e Xunzi, pode-se verificar como “o uso dos nomes para instilar atitudes é um aspecto central do confucionismo” (Lai, 2009, p. 120).

Apesar de compartilhar com o confucionismo a ideia de que a linguagem é um instrumento de poder, o taoísmo expressa uma visão bem mais crítica em relação ao uso da palavra para moldar a sociedade.

O taoísmo, segundo Lai (2009), configura-se como uma escola de pensamento que, diferente do confucionismo, valoriza discussões voltadas para a metafísica. O conceito de *tao* no chinês, origem do nome taoísmo, é amplo e de difícil tradução para línguas ocidentais, comumente vertido para a língua portuguesa

como “o caminho”, e possui similaridades com os conceitos metafísicos gregos, já que “a concepção do *tao*, denotando a realidade que transcende a vida comum – não muito diferente da distinção realidade-aparência da metafísica de Platão – é a interpretação dominante do conceito de *tao*” (Lai, 2009, p. 94).

Na obra *Taotejing*, de Lao-Tsé (2022), um dos cânones do pensamento taoísta, fica claro como a linguagem é encarada como uma possível ferramenta de doutrinação. Lai (2009) afirma que, apesar de não propor soluções para o problema, a obra alerta para a necessidade de se precaver quanto à manipulação exercida pela linguagem. Em um trecho do *Taotejing*, uma metáfora denuncia o poder que as conceituações pela linguagem teriam de limitar a expansão do conhecimento do mundo por parte dos indivíduos, afirmando que “as cinco cores cegam os olhos; as cinco notas ensurdecem os ouvidos; os cinco sabores entorpecem o paladar” (Lao-Tsé, 2022, p. 45).

Em outro trecho, Lao-Tsé aponta para a “natureza paradoxalmente cegante da educação”, pois “aprender uma linguagem é ser ensinado a ver as coisas de um modo particular” (Lai, 2009, p. 121).

Sob o céu
quando todos reconhecem
a beleza do que é belo
então existe o que é feio
quando todos reconhecem
a bondade do que é bom
então existe o não bom [...] (Lao-Tsé, 2022, p. 33)

O taoísmo, por princípio, rejeita a busca exagerada de conhecimento erudito, professando a necessidade de observação direta da natureza para maior compreensão do mundo. Sua crítica da linguagem está intimamente entrelaçada com esse princípio, pois, em sua visão, “as duas instituições, conhecimento e linguagem, estão irre recuperavelmente entrelaçadas: o conhecimento é expresso na linguagem e a linguagem fixa as sabedorias” (Lai, 2009, p. 128).

Zhuangzi é outro importante pensador da tradição taoísta, e a obra que leva seu nome, *Zhuangzi*, encontra relevância similar ao *taotejing* para a escola taoísta. Lai (2009) considera que, dentro do contexto das diversas correntes de pensamento existentes no período dos Reinos Combatentes, é esse pensador quem deixa mais clara a visão de que a linguagem é uma ferramenta de controle político. Diferente do *taotejing*, onde a linguagem é vista como “um fenômeno social que desvia as

pessoas de suas metas e buscas”, o “Zhuangzi é crítico não tanto do uso da linguagem, mas sim das suposições associadas ao seu uso” (Lai, 2009, p. 198).

Em sua obra, Zhuangzi faz uso de diversos argumentos perspectivistas, que apontam para a problemática das diversas experiências que conduzem os indivíduos a terem interpretações distintas de uma mesma realidade. Sua argumentação defende que “cada indivíduo só pode compreender o mundo a partir de dentro de seu lugar” (Lai, 2009, p. 179). A linguagem, dentro dessa perspectiva, não poderia representar a realidade de maneira objetiva, na base de uma correspondência de um para um, como advogavam os confucionistas. Diversas passagens de sua obra enfatizam a arbitrariedade e a convencionalidade da linguagem.

Porém, mesmo sendo considerado um cético epistemológico, negando a importância e a possibilidade de resolver os desacordos sociais por meio do controle da linguagem, Zhuangzi reconhecia a importância prática que as palavras possuem para a sociedade. De seu pensamento, extrai-se que “a linguagem é uma característica integrante da civilização humana; ela estabelece e propaga as posturas e as crenças dominantes”, porém o debate sobre os termos corretos para representar uma realidade são em parte inúteis, já que “há muito que não pode ser dito” (Lai, 2009, p. 188).

Além do confucionismo e do taoísmo, diversas outras escolas de pensamento da época discutiram sobre a linguagem. Apesar de não possuir uma orientação clara em diversos aspectos, a escola de pensamento *Mingjia*, traduzida comumente como Escola dos Nomes, agrupava pensadores que, a despeito de diversas ideias divergentes, centravam suas discussões e debates em torno dos nomes e da linguagem, em um fenômeno descrito como “Crise da Linguagem”.

Durante o século IV a.C., começou a ocorrer aos chineses que as palavras se movem em um mundo próprio delas, uma região ligada apenas do modo mais casual e precário ao mundo da realidade [...]. Ora, havia razões particulares, ligadas à história e ao caráter não apenas da língua chinesa, mas também da escrita, que fizeram dessa fissura entre língua e realidade um assunto não meramente de investigação filosófica desapegada [...] mas uma questão ardente da época (Waley apud Lai, 2009, p. 135).

Determinados terminologistas (integrantes da escola *Mingjia*) eram conhecidos por suas tentativas de resolver os desacordos sociais empregando para isso a linguagem, procurando fazer com que ela servisse de instrumento para

esclarecer as distinções da realidade julgadas necessárias para a solução desses problemas.

Assim como os sofistas na Grécia antiga, certa corrente intelectual dos terminologistas, denominada *Bianzhe*, traduzida comumente como Disputadores, não contava com a simpatia de pensadores das principais escolas de sua época, já que “eram considerados retóricos e apreciadores de sofismas” (Lai, 2009, p. 136) e seus debates eram por eles considerados uma forma de discussão puramente intelectual e epistemológica, desviando-se “dos debates dominantes sobre padrões éticos, bom governo e estratégia política” (Lai, 2009, p. 137) .

As obras dos *bianzhe*, assim como dos *mingjia* em geral, foram duramente censuradas durante o breve período da dinastia Qin (221 a.C. a 207 a.C.), momento em que ocorre uma grande unificação territorial do império chinês. Após a queda dessa dinastia e o retorno à tolerância para com diversas correntes de pensamento, as escolas confucionistas e taoístas passam a contar com diversos incentivos governamentais para sua difusão, o que relegou os debates dos *mingjia* ao ostracismo intelectual.

Segundo Lai (2009), a partir de um renovado interesse acadêmico pelo estudo dessa escola, verificou-se como suas argumentações assemelhavam-se com as dos pensadores gregos de então, já que o debate “desses pensadores releva elementos do pensamento filosófico muito mais intimamente aparentados ao da filosofia ocidental” (Lai, 2009, p. 138).

Apesar das profícuas discussões, as diversas correntes intelectuais dos *mingjia* denotam, em seus debates, um senso de desapontamento com a epistemologia e com a linguagem. Suas discussões não levaram a uma sistematização de sistemas lógicos e de uma filosofia da linguagem, já que estavam “resolutamente comprometidos com o mundo observável” e “não se envolviam em abstrações teóricas nem propunham grandes teorias metafísicas ou cosmológicas” (Lai, 2009, p. 161). Os pensadores terminologistas tinham um enfoque extremamente prático, sendo que suas crenças em uma pluralidade de realidades desafiava a codificação operada pela linguagem em relação a conceitos abstratos e universais.

Em uma síntese sobre as ideias professadas pelos *mingjia*, Lai (2009) lamenta como essa escola de pensamento, que para ela estabeleceu uma espécie

de filosofia da linguagem na China antiga, não se desenvolveu após o período em que foi reprimida.

Os *bianzhe*, apesar de terem atraído uma percepção negativa de outras escolas do período por suas discussões retóricas, também estavam interessados em como as questões linguísticas poderiam contribuir para a discussão de questões éticas, sociais e filosóficas. Empregando como exemplo as ideias dos moístas posteriores, outra corrente dentro da escola *mingjia*, a autora chama a atenção para características gerais do pensamento dos terminologistas.

Poderíamos deplorar seu fracasso em desenvolver silogismos e princípios gerais, ou poderíamos apreciar seu comprometimento inflexível com a pluralidade e a complexidade do mundo. Os textos moístas posteriores nos possibilitam vislumbrar a dificuldade encarada por esses pensadores. Eles chamam nossa atenção para a dificuldade de delinear uma linguagem funcional que facilite a vida social, mas, ainda assim, que não simplifique em excesso a diversidade do mundo (Lai, 2009, p. 165).

Da análise do pensamento confucionista, taoísta e dos terminologistas, percebe-se como as discussões sobre linguagem perpassavam as mais diferentes correntes de pensamento da China ancestral. A possibilidade de as palavras corresponderem a uma realidade objetiva era questionada em determinados autores, e a necessidade de reformar a língua para que ela servisse de instrumento para o bem-estar social se punha como questão central para outros.

A ideia convergente entre as diversas escolas de pensamento era, não obstante, a de que a linguagem é um instrumento de poder, e que a forma como ela é empregada tem a capacidade de moldar a realidade social de determinada comunidade.

2.3 O GIRO LINGUÍSTICO

Os debates sobre a linguagem, iniciados em tempos ancestrais pelos gregos e chineses, ainda possuem pertinência e atualidade. O movimento denominado Giro Linguístico, ou Virada Linguística, iniciado em meados do século XX, demonstrou que os questionamentos em relação às palavras e seus atributos são objeto de interesse das ciências e da filosofia ocidental nos tempos modernos.

Segundo Arrabal, Engelmann e Kuczkowski (2016), a atenção dispensada à linguagem como fator determinante das relações sociais por autores tais como Lacan, Foucault, Barthes e Bourdieu, entre outros, lançou os pressupostos para a recente mudança de paradigma dentro do pensamento ocidental. A centralidade ocupada pelos objetos e a busca de suas essências na filosofia analítica, os quais estariam supostamente inseridos em uma realidade existente *a priori*, dá lugar ao estudo da linguagem e da palavra como ponto de referência acerca desses objetos.

A linguagem deixa de ser encarada como um instrumento passivo e descritivo, secundário, apenas uma condição para manifestação das ideias, e passa a ser considerada o fundamento do ato de pensar, elemento essencial para a constituição do mundo e suas significações.

Ainda segundo os autores, a metafísica clássica, tributária das ideias de Platão e Aristóteles, enxergava a realidade como um atributo imanente da natureza, algo anterior e independente do sujeito pensante, estabelecendo as bases para o dualismo entre realidade e sujeito. Para a filosofia da consciência, centrada principalmente nas ideias do filósofo medieval Descartes, a realidade seria tudo o que é possível ao homem atingir por meio da razão, mantendo a dualidade da metafísica clássica, porém enfatizando o sujeito pensante ao invés da natureza. Já o pensamento proposto pelo movimento da virada linguística combate esse dualismo, atestando que a realidade é construída pelo próprio sujeito por meio da linguagem.

A partir do “giro”, a realidade passa a ser entendida como constituída pela linguagem, portanto, qualquer essência ou substância dissociada da linguagem (caso exista) é inacessível ao homem. Tudo o que “algo é para alguém” se traduz ou significa a partir da linguagem, o que difere radicalmente da metafísica clássica que propugnava por uma visão essencialista e universalizante. No medieval, esta ideia é transposta para Deus, visto como a essência e verdade do mundo. Na modernidade, a Filosofia da Consciência tratará a realidade como fruto da razão humana, não mais vinculada estritamente a uma ordem metafísica, seja imanente ou divina (Arrabal, Engelmann e Kuczkowski, 2016, p. 94).

No contexto da virada linguística, há autores de destaque que estabeleceram alguns princípios do movimento, segundo Arrabal, Engelmann e Kuczkowski (2016). Entre eles, o filósofo Friedrich Nietzsche contribuiu com a crítica aos pressupostos da metafísica clássica; Martín Heidegger foi um notório crítico do cartesianismo; e Ludwig Wittgenstein tornou possível uma compreensão radicalmente nova da linguagem.

Segundo Marcondes Filho (2014), o filósofo austríaco Wittgenstein tornou-se uma “figura legendária para a virada linguística da filosofia” (Marcondes Filho, 2014, p. 600). Em um primeiro momento de sua atividade filosófica, o pensador defende o uso da lógica como ferramenta para a elucidação da realidade. Em um segundo momento, o filósofo abandona a centralidade da lógica na atividade filosófica, substituindo-a pela elucidação das práticas linguísticas. Segundo esse princípio, os sujeitos só produziram fatos por meio do uso da linguagem, já que “ao produzirmos linguagens estamos gerando limites, movimentos, esquemas e definindo as coisas dentro de um enquadramento lógico, possuidor de uma natureza figurativa da realidade” (Marcondes Filho, 2014, p. 600).

Para Wittgenstein, “deve-se abandonar a importância da lógica para explicação do funcionamento da linguagem e descrevê-la a partir das marcações produzidas estruturalmente por ‘jogos de linguagem’” (Marcondes Filho, 2014, p. 601). O conceito de Jogos de Linguagem, na obra do filósofo, não possui contornos bem definidos, porém depreende-se que vai contra a tradição logicista, que “estabelecia uma relação prioritária da cognição em face da linguagem”, afirmando que o sentido das palavras é “uma produção coletiva e social” e que “a linguagem é então primeira à cognição” (Marcondes Filho, 2014, p. 388).

O uso do termo Jogo, que para Wittgenstein possui definições imprecisas, serve para demonstrar a impossibilidade de se esgotar o sentido de uma palavra. Para o filósofo, o contexto em que ela é empregada é quem define o seu sentido, assim como uma peça de xadrez, que só encontra sentido inserida em uma partida de xadrez.

Assim, os jogos de linguagem dizem respeito a algo que permeia uma classe de elementos, como acontece com os números e as famílias. Não há um limite claro sobre o que entra e o que não entra nessas classes, mas certa familiaridade ou semelhança entre os elementos. Apesar de não haver uma definição precisa, entendemos o que há de comum entre eles. Daí o sentido. Não haveria, portanto, uma “forma geral da proposição e da linguagem”, mas apenas um jogo permanente que as fazem aparentadas entre si de muitas e diferentes maneiras (Marcondes Filho, 2014, p. 389).

As ideias de Wittgenstein e de outros pensadores da virada linguística, assim, deparam-se com as mesmas fragilidades e limitações da linguagem encontradas por pensadores chineses milênios antes. As discussões sobre a ligação entre as palavras e uma suposta realidade objetiva, anterior à cognição, são

retomadas no pensamento moderno, milhares de anos após as primeiras formulações sobre o assunto serem realizadas por pensadores gregos.

Subjacente ao pensamento de todas essas escolas, compostas por tão notáveis pensadores, está a noção de que a linguagem é um instrumento de poder e que, apesar de todas as divergências entre suas definições e conceitos, ela tem capacidade para influenciar os comportamentos individuais e sociais dos seres humanos.

3 COMUNICAÇÃO E PODER

A linguagem escrita é uma das maneiras de se comunicar. O processo comunicativo, assim como o conceito de Comunicação, são temas de controversos debates epistemológicos no meio acadêmico. Visando uma melhor compreensão do tema, apresentam-se algumas das características históricas e conceituais da comunicação, apontando para suas principais correntes de pesquisa e suas relações com o conceito, também amplo, de Poder.

3.1 A COMUNICAÇÃO EM UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA

De acordo com Temer (2014), a preocupação em relação à comunicação nasce na Grécia antiga, ligada ao desenvolvimento dos conceitos de Estado, política e poder. A retórica era uma arte valorizada, já que a democracia grega conferia grande enfoque ao debate público. Assim, a comunicação era “vista como ‘instrumento’ no campo político, e uma forma de exercício (ou instrumento) para se obter ou exercer o poder” (Temer, 2014, p. 262). Apesar de ser crítica à visão de que uma determinada classe conseguisse, pela natureza complexa da comunicação, controlá-la de maneira total, a autora aponta para a busca incessante do controle dos meios de comunicação como estratégia para a manutenção do poder.

A visão focada nos meios de comunicação de massa dentro dos estudos da comunicação, segundo Hohlfeldt (2001), oblitera o papel dos processos comunicacionais no desenvolvimento das civilizações humanas. Segundo o pesquisador, há “uma íntima relação entre os processos comunicacionais e os desenvolvimentos sociais” (Hohlfeldt, 2001, p. 63), sendo que a comunicação concretiza uma série de funções essenciais para a estruturação das sociedades.

O estudo da história das civilizações - fiquemos com as ocidentais, mas certamente podemos aplicar o mesmo princípio a todas as demais - evidencia uma íntima relação entre a existência de sistemas comunicacionais e o auge do desenvolvimento civilizacional (Hohlfeldt, 2001, p. 63).

Para Hohlfeldt (2001), o primeiro marco na evolução dos processos comunicativos é a invenção da escrita, ocorrida por volta de 3.500 a.C. entre os sumérios. Outros períodos de mudanças de paradigmas nos processos comunicacionais deram-se na Grécia, por volta do século V a.C.; no império romano, entre os séculos I a.C. e I d.C.; na Itália, entre os séculos XV e XVI; na França, após a Revolução Francesa até meados do século XIX; e na Europa e EUA, durante o século XX.

Durante o século V a.C., a Grécia experimentou um grande desenvolvimento material e cultural. Após a formação da Confederação de Delos, aliança entre Esparta e Atenas, esta última experimentou intensa ascensão em suas atividades comerciais, o que resultou em enriquecimento de sua elite econômica, além de acelerada urbanização da cidade-estado. Assim, “os mais abastados e interessados passaram a financiar atividades culturais mais complexas, como a filosofia” (Hohlfeldt, 2001, p. 65), trazendo a evolução dos costumes e da etiqueta social.

A democracia grega permitia que seus cidadãos mais abastados gozassem de certa liberdade para o debate de ideias na *Ágora*, local onde se desenvolviam as intensas atividades políticas e judiciais em Atenas. Devido a essa liberdade, os gregos tornaram-se os primeiros teóricos ocidentais nos campos da filosofia, política e retórica. Seus cânones literários e cosmológicos, tais como a *Ilíada*, a *Odisseia* e a *Teogonia*, codificam um conhecimento comum que se difunde por boa parte da sociedade letrada, tornando-a, segundo alguns autores, uma *paideia*, uma “sociedade permanentemente voltada para a educação”, pressuposto para que os gregos se tornassem os “que, pela primeira vez, no ocidente, refletiram a respeito da comunicação humana” (Hohlfeldt, 2001, p. 68).

Os debates sobre a comunicação tiveram início com os sofistas, mas após as Guerras do Peloponeso, que marcam o fim da era clássica grega, estes passaram a ser visto sob um prisma negativo por parte da nova elite intelectual, principalmente por seus dois maiores expoentes, Platão e Aristóteles.

Platão possuía uma visão negativa sobre a linguagem escrita, como já explorado anteriormente, e também era crítico em relação aos processos comunicativos nas sociedades humanas.

Pode-se dizer que, de modo geral, Platão é o primeiro a refletir, com maior profundidade, sobre o processo comunicacional no Ocidente, mas o faz sob uma perspectiva negativa (Hohlfeldt, 2001, p. 70).

Em uma famosa passagem de sua obra *A República*, denominado Mito da Caverna, Platão alerta para a dificuldade em se comunicar uma realidade pretensamente existente para aqueles que vivem sob a ilusão das sombras. Segundo essa metáfora, o conhecimento é de difícil acesso para a maioria da população, exceto para a elite de filósofos que, por isso, deveriam liderar o Estado.

Assim como no tema da linguagem, Aristóteles divergia de Platão quanto aos processos comunicacionais. Para ele, sempre houve a possibilidade da comunicação, já que o ser humano tem a plena capacidade de influir na natureza, alterando uma determinada realidade. Além de suas reflexões sobre a arte e a política, suas obras sobre a arte retórica demonstram uma forte preocupação com a linguagem e a comunicação. Assim, “Aristóteles torna-se o primeiro teórico a formular a situação comunicativa por excelência” (Hohlfeldt, 2001, p.78), e os esquemas sobre o processo comunicativo por ele expostos encontram grande semelhança com esquemas de modernos teóricos da comunicação, como Harold Lasswell.

A situação descrita é exatamente a mesma que, ainda hoje, reproduzimos quando iniciamos os estudos da Teoria da Comunicação, segundo o modelo pioneiro (na contemporaneidade) de Harold D. Lasswell:

ARISTÓTELES: **a pessoa que fala => o assunto=> a pessoa a quem se fala**

H.D. LASSWELL: **emissor (fonte)=> mensagem=>receptor** (Hohlfeldt, 2001, p.78).

Após os gregos, os romanos deram um novo impulso na mudança de paradigmas nos processos comunicacionais. No período de Caio Júlio César (102-44 a.C.), o primeiro dos imperadores romanos, deram-se duas importantes evoluções nessa área. A primeira foi a imposição de uma língua única para todo o vasto império, o latim. Dessa maneira, Júlio César “obrigava todos os povos dominados a aprenderem o idioma do dominador”, assim evitando o que hoje se denomina de “entropia, ou seja, a confusão resultante de informações múltiplas ou desencontradas” (Hohlfeldt, 2001, p.80). A segunda evolução foi o estabelecimento das *actas diurnas*, registros dos debates do Senado romano que eram publicadas e difundidas pelos territórios do império. Essas publicações podem ser consideradas precursoras do que viriam a ser as notícias jornalísticas.

Durante o governo do imperador César Augusto (63 a.C. – 14 d.C.), foi estabelecido um sistema de correios com a finalidade de haver trocas rápidas de

informações entre Roma, a sede do Império, e as sedes das administrações provinciais. Com a implementação desse sistema, a elite romana procurava aumentar o controle administrativo sobre as províncias e ser alertada prontamente caso houvesse nelas qualquer tentativa de rebelião. Com essas três inovações no campo da comunicação, os romanos demonstraram a importância dada a ela no período de existência de seu vasto império.

O Império Romano, portanto, deu uma nova contribuição para o que podemos denominar de história da comunicação. Para os romanos, os processos de comunicação serviram essencialmente para controle social, para garantia do poder, para o exercício político. Antecipando-se às crises, mantendo-se informados de tudo o que acontecia, os governantes romanos evidenciaram que uma das funções básicas da comunicação é, justamente, a de garantir não apenas a informação, quanto a opinião consensual (Hohlfeldt, 2001, p.83).

No período em que viveu Marco Polo (1254-1324), famoso negociante e viajante genovês, as regiões que hoje compõem a Itália e toda a Europa despertaram para o fato de que outros continentes, principalmente a Ásia, haviam desenvolvido avançadas tecnologias em diversas áreas. Além da bússola e da pólvora, a China havia desenvolvido o papel, e a apropriação desse conhecimento permitiu aos europeus, segundo Hohlfeldt (2001), superar as limitações do papiro e expandir a quantidade de informações disponíveis para a sua exígua população letrada.

Nos anos seguintes, o desenvolvimento dos tipos móveis por Gutenberg (1394-1468) causou uma revolução na área comunicacional durante a Idade Média europeia. A partir dessa nova tecnologia gráfica, a produção de livros elevou-se exponencialmente, possibilitando a disseminação de ideias que degradariam a hegemonia intelectual alcançada pela Igreja Católica. As influências orientais também se fizeram sentir nessa tecnologia, já que “apesar de Johannes Gutenberg ser considerado o grande inventor desse processo no século XV, os chineses já utilizavam tipos móveis desde o século XI” (Marcondes Filho, 2014, p. 320).

Os avanços tecnológicos alcançados na área da comunicação contribuíram para mudanças sociais drásticas na complexa e estratificada sociedade feudal europeia. Em meados do século XVIII, desenvolveu-se o movimento dos enciclopedistas, filósofos que pretendiam compilar os conhecimentos então disponíveis em obras escritas. Após a 1ª Revolução Industrial, os avanços no

emprego do vapor como fonte de energia possibilitaram o aumento da produtividade da indústria gráfica. No contexto desse rápido desenvolvimento tecnológico, cultural e social deu-se a revolução burguesa de 1789 na França, a Revolução Francesa (Hohlfeldt, 2001).

Segundo Marcondes Filho (2014), o “jornalismo é o filho legítimo da Revolução Francesa” (p. 353), apesar de veículos jornalísticos já existirem há um século e meio. Foi no seio da sociedade burguesa, ligado aos direitos sociais e humanos, que nasceu o jornalismo moderno.

Assim, as evoluções no campo da comunicação durante o medievo europeu permitiram o surgimento do jornalismo moderno durante a Revolução Francesa. Durante o século XIX, importantes saltos tecnológicos, aliados à crescente industrialização e urbanização europeia, permitiram o aparecimento do que se denominou de comunicação de massa. Em uma visão crítica, esse processo foi denominado de industrialização cultural, e suas características e possibilidades passaram a ser objeto de intensas pesquisas durante o século XX (Hohlfeldt, 2001).

3.2 OS ESTUDOS NA ÁREA DA COMUNICAÇÃO

A partir de meados do século XIX, conforme Hohlfeldt (2001), houve avanços fantásticos no campo da tecnologia comunicacional. Em um breve período de tempo, foram desenvolvidos o telégrafo, a radiodifusão telegráfica e o telefone, além da invenção do cinema no final do século. A partir dessas revolucionárias inovações, tornou-se premente o estudo dos sistemas de comunicação e suas funções dentro da sociedade.

Eis por que, a partir do final do século XIX e, especialmente, a partir das primeiras décadas do século XX, o estudo deste novo campo do conhecimento, a comunicação, fez-se cada vez mais emergente e urgente, resultando nas primeiras teorias que, a partir dos anos 20, começaram a pensar os processos informacionais então vigentes (Hohlfeldt, 2001, p. 98).

Por meio da obra de Marcondes Filho (2014), é possível traçar um panorama das teorias da comunicação desenvolvidas a partir do século XX por diversas correntes de pensamento. Segundo o autor, uma dificuldade em delimitar os estudos

da comunicação é a falta de consenso epistemológico na área e uma indefinição do que se entende por comunicação.

Há, segundo ele, uma divisão dos estudos do campo da comunicação em duas grandes tradições. A primeira seria aquela que insere como objeto de estudo da área quaisquer “relações constituídas entre os seres, mediadas ou não por algum elemento técnico”, adotando uma “perspectiva relacional” (Marcondes Filho, 2014, p. 140). O cânone dessa vertente incluiria, assim, estudos no campo comunicacional desde os gregos clássicos, como Platão e Aristóteles, passando por diversos outros filósofos que discutiram sobre as características da linguagem, como Agostinho, Leibniz, Locke e Wittgenstein.

A outra vertente é aquela que restringe suas teorias apenas aos estudos realizados a partir do desenvolvimento dos meios de comunicação de massa, preocupados com seus códigos, mensagens e relações sociais. Essa tendência, encontrada principalmente nos meios acadêmicos dos países anglo-saxônicos, considera como seu cânone as obras dos primeiros pesquisadores a desenvolverem estudos sobre comunicação nos EUA, tais como os expoentes dessa linhagem Lasswell e Lazarsfeld.

No Brasil, os meios acadêmicos compartilham de teorias das duas vertentes. Além dessas tradições, a pesquisa nacional costuma dar especial atenção à Escola de Frankfurt, que agregou pensadores materialistas críticos à indústria cultural, e à escola dos Estudos Culturais, ligada a questões culturais e de recepção (Marcondes Filho, 2014).

3.3 O CONCEITO DE COMUNICAÇÃO

A palavra Comunicação deriva do latim *communicare*, que significa partilhar algo. Segundo Temer (2014), a comunicação é inerente ao ser humano como animal social. Ela envolve uma relação contínua de troca, sendo que aquele que comunica sai do seu próprio espaço e intervém na realidade de outro indivíduo, alterando também sua própria realidade.

Para a autora, a comunicação é sempre uma ação, uma estratégia de partilhar e preservar. O indivíduo tem o desejo de saber, e ao tomar contato com o

outro, ele obtém o fascínio pelo novo e prepara-se para as ameaças que aquele pode representar para sua sobrevivência. Assim, a comunicação apresenta-se como um processo “essencial para a inclusão do indivíduo no mundo social partilhado” (Temer, 2014, p. 36).

Sendo um processo estratégico e intencional, a comunicação é considerada um processo artificial. No entanto, por estar na própria origem da sociedade e da vida humana, não se torna consciente para aquele que a usa. Devido à repetição e à familiaridade que temos com ela, passa a ser “algo que aceitamos como estando naturalmente nas relações humanas, e pela qual temos uma atitude natural, embora ela não seja natural em si mesma”. A comunicação se configura, então, em uma segunda natureza do indivíduo que “ofusca os instintos (a primeira natureza) e nos retira do contexto natural” (Temer, 2014, p. 38).

Outra importante característica apontada pela autora sobre a comunicação é sua tendência à normatização. Como ela é realizada por meio de códigos, e esses códigos se baseiam na lógica, seu aspecto artificial fica evidente, o que resulta em uma busca constante pela imposição da ordem visando controlar a primeira natureza, instintiva e caótica.

Por sua vez, Marcondes Filho (2014) apresenta, de maneira inicial, o que não se pode considerar como Comunicação. Para ele, esta não se confunde com sinalização e nem com informação. A sinalização é um atributo de todos os objetos e seres, tudo sinaliza o tempo todo. Independente se é emitida de maneira intencional ou não, a sinalização não necessariamente participa do processo comunicacional.

Dependendo de nossa percepção, a sinalização pode vir a tornar-se uma informação. Quando há intencionalidade no indivíduo em perceber determinados sinais, eles passam a ser informação, já que “eu transformo sinais em informação quando me volto a eles, quando lhes dou atenção, quando lhes concedo minha curiosidade ou minha preocupação” (Marcondes Filho, 2014, p. 125). A tomada de consciência, porém, pode dar-se de maneira imperceptível e forçada para o indivíduo. É o que ocorre por meio da publicidade, quando são empregados meios capciosos de captura da atenção, apelando para sentimentos similares ao da sedução amorosa.

Com base nas ideias de Platão, Marcondes Filho (2014) diferencia a informação da comunicação por meio da seletividade na recepção dos sinais. A informação seria a busca de sinais que nos auxiliem na compreensão do mundo, de

acordo com nossas predisposições. Nessa atividade seletiva, não nos interessam dados neutros, queremos aqueles que reforçam nossas convicções. Já a comunicação se justifica por um sentimento dúbio ao atentarmos para os sinais, já que, mesmo em busca daqueles que reforçam nossas visões de mundo, temos a necessidade de experimentar o novo.

A descoberta de algo que não se sabia é o expor-se à “violência”, é o ato de a comunicação nos fazer pensar nas coisas, nos outros, em nós mesmos, na nossa vida. É algo de natureza absolutamente diferente do mero se informar e das falas triviais; trata-se de uma diferença radical de qualidade na participação em um acontecimento. A comunicação realiza-se no plano da interação entre duas pessoas, nos diálogos coletivos onde esse novo tem chance de aparecer, onde o acontecimento provoca o pensamento, força-o, onde a incomunicabilidade é rompida e criam-se espaços de interpenetração (Marcondes Filho, 2014, p. 126).

Para Thompson (2005), a comunicação é uma forma de ação, através da qual os indivíduos estabelecem e renovam relações entre si. Para ser analisada, porém, seu objeto não pode ser restringido à linguagem, aos códigos que tornam possível a comunicação, devendo estes serem analisados perante o contexto social de sua utilização. Ao analisar os diversos poderes que as elites exercem no contexto social, o pesquisador delimita as características do Poder Simbólico, na qual a comunicação exerce sua influência, por ela ser considerada “um tipo distinto de atividade social que envolve a produção, a transmissão e a recepção de formas simbólicas” (Thompson, 2005, p. 25).

A partir dos conceitos de comunicação, infere-se que sua existência é essencial para a organização das sociedades humanas. A partir desse pressuposto, convém determinar de que maneira a comunicação pode ser empregada por aqueles que detém o poder social para moldar os comportamentos e atitudes dos indivíduos e das comunidades de acordo com suas visões de mundo.

3.4 COMUNICAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE PODER

Como já exposto, Thompson (2005) concorda com o lugar-comum de que a comunicação é uma forma de ação. Para ele, porém, muitos estudos na área focam no uso da linguagem de uma forma abstrata, não atentando para o caráter socialmente contextualizado da comunicação. Para o pesquisador, as circunstâncias

sociais na qual um indivíduo faz uso da linguagem são determinantes para uma análise completa, e esse contexto social está permeado por relações de poder que definem seus contornos.

Sua teoria parte do pressuposto que os fenômenos sociais são concretizados por meio de ações intencionais. Essas ações ocorrem em determinados “campos de interação”, conceito desenvolvido por Pierre Bourdieu, que são conjuntos de circunstâncias que delimitam as ações possíveis. Estes campos são configurados por meio de instituições, que são “conjuntos de regras, recursos e relações com certo grau de durabilidade no tempo e alguma extensão no espaço”. Dentro desses campos e instituições é que se insere o fator poder, já que “a posição que um indivíduo ocupa dentro de um campo ou instituição é muito estreitamente ligada ao poder que ele ou ela possui” (Thompson, 2005, p. 21).

A ideia de poder em Thompson (2005) está ligada à capacidade de ação e alcance de objetivos e interesses. Para intervir no mundo, o indivíduo faz uso dos diversos recursos que possui, tais como recursos financeiros ou culturais. Um ponto importante a respeito do conceito de poder na obra do pesquisador é sua concepção de que o Estado, apesar de ser um importante centro de concentração de poder, não é o exclusivo detentor dele.

Mas a importância das instituições estatais não nos deveria ocultar o fato de que o poder manifestamente político é somente uma forma mais especializada de poder, e de que os indivíduos normalmente exercem poder em muitos contextos que pouco ou nada têm a ver com o estado (Thompson, 2005, p. 21).

Podem-se distinguir, de acordo com o autor, quatro tipos de poder. Essa distinção é fundamentalmente analítica, já que na realidade essas categorias de poder se sobrepõem de maneiras complexas e variadas. Elas dividem-se em poder “econômico”, “político”, “coercitivo” e “simbólico”. O poder simbólico, apesar da ressalva acerca das conexões entre as diversas categorias, é o que encontra mais pertinência analítica enquanto instrumento de pesquisa sobre os meios de comunicação.

Apoiando-se novamente em um conceito desenvolvido por Pierre Bourdieu, Thompson (2005) afirma que os indivíduos, em suas ações comunicacionais dentro de determinado contexto social, empregam seus “capitais simbólicos”, ou seja, os recursos adquiridos na forma de habilidades e competências para lidar com as

formas simbólicas. O pesquisador alerta para o poder simbólico acumulado por determinadas instituições, tais como as religiosas, as educacionais e a mídia. Elas serviriam de base para o acúmulo de recursos materiais e financeiros visando o controle da produção e da distribuição dos conteúdos simbólicos presentes na sociedade. Diante de tais características, o poder simbólico reveste-se de especial capacidade para influir nas relações sociais.

As ações simbólicas podem provocar reações, liderar respostas de determinado teor, sugerir caminhos e decisões, induzir a crer e a descrever, apoiar os negócios do estado ou sublevar as massas em revolta coletiva (Thompson, 2005, p. 24).

Compartilhando de semelhantes ideias, Temer (2014) dedica um tópico de sua obra para discorrer sobre as relações entre a comunicação e o poder. Segundo ela, a comunicação mediada, principalmente por meio eletroeletrônicos, não possui mais um caráter instrumental no cotidiano do indivíduo moderno, mas sim permeia toda a sua experiência, sendo fator preponderante na formação de identidades e entendimento da realidade social.

Para analisar as relações de poder nas ações comunicacionais, a autora também faz uso do conceito de Poder Simbólico. Segundo ela, além da habilidade de empregar os recursos simbólicos, o controle estratégico dos elementos físicos dos meios comunicacionais, as mídias, demonstra-se um fator relevante para alterar as relações clássicas de poder. Apesar de alertar para o fato de que o controle total das mídias é algo de difícil atingimento, além da impossibilidade de controlar a interpretação realizada pela assistência, ela alude para o fato de que “o controle dos meios de comunicação, do poder simbólico, é uma grande vantagem estratégica” (Temer, 2014, p. 57). Em um interessante trecho de sua pesquisa, a autora também aponta para a relevante capacidade dos meios de comunicação de exercer poder.

O poder simbólico – o uso estratégico da comunicação - definiu vitórias e derrotas até mesmo nos campos de batalhas, colocou e tirou reis e dirigentes no controle de povos e nações, causou desgraças e construiu sonhos (Temer, 2014, p. 56)

Por meio de seu poder simbólico, os meios de comunicação mediados controlam a qualidade e o fluxo da informação. Apesar de, eventualmente, os meios se verem compelidos a explorarem temas que são contrários aos seus interesses,

podem fazê-lo de maneira condicionada, trabalhando a informação para que lhe cause o menor dano possível. Dessa maneira, a comunicação mediatizada eleva exponencialmente a artificialidade e a necessidade de planejamento estratégico para sua produção e distribuição, deixando “de ser naturalizada, pois a sua produção e uso estratégico torna-se um processo complexo de amplas dimensões materiais” (Temer, 2014, p. 61).

Ainda sobre o conceito de poder simbólico, Marcondes Filho (2014) faz algumas importantes considerações em sua obra. O autor aponta para o fato de que Bourdieu, ao desenvolver o conceito, dialogou com ideias marxistas, porém sobre um ponto de vista diferente, já que a lógica de dominação das formas simbólicas apresenta-se de maneira oculta, pois a violência simbólica não seria reconhecida comumente como exercício do poder. Logo, o poder simbólico “é desconhecido tanto por aqueles que o exercem quanto por aqueles sobre o qual é exercido, numa espécie de ‘cumplicidade’ despercebida” (Marcondes Filho, 2014, p. 489).

As relações entre comunicação e poder também são objeto de atenção de autores da ACD. Fairclough (2001) e Van Dijk (2008) exploram o tema para desenvolver suas teorias, as quais empregam métodos analíticos para revelar elementos de poder e dominação inseridos nos discursos.

Fairclough (2001) explora os elementos de poder por meio dos conceitos de ideologia e hegemonia, desenvolvidos respectivamente por Althusser e Gramsci. Para o pesquisador, o conceito de hegemonia estabelece bases mais sólidas para a análise das relações de poder contidas nos discursos, já que, ao contrário da ideologia, trabalha com a concepção de um “equilíbrio instável”, uma forma de poder “nunca atingido senão parcial e temporariamente” (Fairclough, 2001, p. 122) por uma classe economicamente definida em aliança com outras forças sociais.

Também explorando o conceito de Poder Simbólico, Van Dijk (2008) discrimina o que seriam as “elites simbólicas”, compostas por jornalistas, escritores, artistas, diretores, acadêmicos e outros profissionais. Para ele, essa elite domina a produção do discurso na sociedade, determinando a agenda de discussão pública, e o aspecto material dos meios de comunicação é de relevante importância para o exercício desse poder simbólico.

Dessa maneira, as empresas de comunicação de massa e seus (geralmente estrangeiros) proprietários controlam tanto as condições financeiras quanto as tecnológicas da produção do discurso, por exemplo,

nos jornais, nas TVs, no mercado editorial, bem como nas indústrias de telecomunicações e informática (Van Dijk, 2008, p. 45).

As obras destes autores, principalmente a de Fairclough (2001), e a teoria da ACD, serão discutidas com maiores minúcias em um tópico posterior da pesquisa, pois servem de embasamento teórico para a metodologia empregada na análise do discurso midiático.

Por último, vale explorar as ideias de Mattelart e Mattelart (2004) relacionando comunicação e poder. Para o casal de pesquisadores da mídia, o filósofo Michel Foucault estabeleceu uma “teoria dos núcleos de poder descontínuos, disseminados em todo o corpo social” (Mattelart e Mattelart, 2004, p. 94). Sua posição teórica, central no movimento estruturalista, era oposta à concepção dos aparelhos ideológicos de Althusser. Diversos marxistas, assim, criticaram a concepção de poder estabelecida por Foucault.

Os autores apontam, assim como Fairclough (2001), para a importância e a pertinência dos estudos do marxista italiano Antônio Gramsci no campo da comunicação. Sua noção de hegemonia, estabelecendo um novo paradigma de poder, possui a capacidade de elucidar a “capacidade que um grupo social tem de exercer a direção intelectual e moral sobre a sociedade” (Mattelart e Mattelart, 2004, p. 98). Rompendo com a ideia vertical de poder, proposta por Althusser, Gramsci ainda assim não converge com a ideia de poder pulverizado pela sociedade como proposto por Foucault. Em sua teoria, é dada atenção aos locais onde se estabelecem as relações de poder e se fabricam os consensos, tais como a mídia.

É interessante apontar, por fim, para as discussões dos pesquisadores em relação ao poder do Estado e sua influência nos meios de comunicação. Como apontado por Thompson (2005), o Estado é o clássico exemplo de instituição de poder, porém está longe de ser o único. Nas últimas décadas do século XX, com a crise da legitimidade do estado nacional e a ascensão da ideologia neoliberal, a hegemonia na área da comunicação deslocou-se, em diversos países ocidentais, do domínio do Estado para as organizações privadas. Nesse momento, “o Estado-nação experimenta cada vez mais dificuldade em dominar seu sistema de comunicação” e prova disso seria o “processo de desregulamentação dos monopólios nacionais das telecomunicações (mas também do audiovisual)” (Mattelart e Mattelart, 2004, p. 183).

Outro aspecto desse movimento é a maior internacionalização das comunicações, com a tendência de formação de grandes conglomerados transnacionais de mídia e o desequilíbrio entre as produções de conteúdo local, nacional e internacional (Mattelart e Mattelart, 2004).

3.5 COMUNICAÇÃO E DOCTRINA MILITAR

As inúmeras capacidades da ação comunicativa foram e são objeto de atenção nos meios militares. Como visto nas seções anteriores, a comunicação permite o desenvolvimento de percepções e ideias socialmente compartilhadas, voltadas para determinadas visões de mundo, ferramenta de grande utilidade para ser empregada em um fenômeno extremo das relações sociais: a guerra.

Nos aspectos da infraestrutura física de comunicações, exploram-se as capacidades de Comando e Controle¹, essenciais para a coordenação e a manobra de efetivos militares. O aspecto de maior enfoque na atualidade, porém, passou a ser o conteúdo simbólico difundido pelos meios de comunicação, objeto da presente análise.

Visando compreender a maneira pela qual as ações comunicacionais inserem-se nas doutrinas militares modernas, primeiramente foi abordada a obra de dois oficiais das forças armadas chinesas, Liang e Xiangsui (1999). A análise que os pesquisadores realizaram no fim da década de 1990 sobre as tendências nos combates modernos alcançou grande repercussão entre os analistas castrenses.

No início do século XXI, alguns anos após os ataques terroristas do 11 de setembro de 2001 nos EUA e o desencadeamento pelo ocidente da Guerra ao Terror², Hoffman (2007), oficial dos Fuzileiros Navais das Forças Armadas dos EUA, analisou diversos embates militares ocorridos na virada do milênio, apontando para o crescente emprego do poder simbólico em um contexto de conflitos armados assimétricos³.

1 Ciência e arte que tratam do funcionamento de uma cadeia de comando (Brasil, 2015).

2 Série de intervenções militares dos EUA no mundo após os atentados de 11 de setembro de 2001 (Mattos, 2005).

3 Conflitos em que há uma disparidade de forças e capacidades militares entre os oponentes (Hoffman, 2007).

Por último, foram apresentadas as ideias de Korybko (2015), cidadão norte-americano que desenvolveu sua carreira acadêmica na Federação Russa, e que pesquisou acerca da Primavera Árabe, onda de protestos que atingiu principalmente os países do norte da África a partir de 2011, as Revoluções Coloridas⁴ e a anexação da península da Crimeia por parte da Federação Russa em 2014. O autor aponta em diversos trechos de sua análise para o emprego de meios de comunicação tradicionais e modernos na incitação e mobilização em movimentos que, segundo ele, buscariam alcançar objetivos geopolíticos delineados pelas principais potências militares ocidentais.

Pretendeu-se, a partir desses recortes teóricos, alcançar um panorama do desenvolvimento dos debates nos meios militares acerca dos meios de comunicação e sua influência nos combates modernos, partindo de conflitos que marcaram o final do século XX e avançando nas análises que tratam sobre movimentos revolucionários e armados que cimentaram o caminho para o atual conflito entre Federação Russa e Ucrânia. Além do recorte cronológico, buscou-se apresentar ideias de autores ligados a potências militares que se destacam no atual contexto geopolítico: EUA, Rússia e China.

3.5.1 A visão chinesa sobre a guerra do golfo: guerra irrestrita

Em sua obra Guerra Irrestrita, Liang e Xiangsui (1999) fazem uma extensa análise da 1ª Guerra do Golfo, deflagrada em janeiro de 1991, onde uma coalizão de dezenas de países ocidentais, liderados pelos EUA, enfrentaram e invadiram o Iraque. Para os autores, esse conflito marcou não apenas um momento de revolucionárias mudanças nos princípios da estratégia militar, mas também na história da humanidade, alegando que “uma guerra que mudou o mundo ultimamente acabou mudando a própria guerra” (Liang e Xiangsui, 1999, p. 5, tradução nossa)⁵.

Segundo os autores, testemunhar os EUA e o Reino Unido novamente atacando o Iraque no final da década de 1990 era um dos fatos que punham em

4 Série de distúrbios sociais em ex-repúblicas soviéticas fomentados pelos EUA, os quais visavam a derrubada de governos não alinhados aos interesses ocidentais (Korybko, 2015).

5 “A war which changed the world ultimately changed war itself”

evidência, após a invasão no início da década, as limitações do emprego de meios puramente militares. A 1ª Guerra do Golfo teria sido a última de seu tipo, já que as mudanças ocorridas durante a década seguinte, tais como o surgimento da internet, os ataques financeiros contra países do sudeste asiáticos e ações terroristas nos EUA e no Japão, modificariam a natureza dos combates.

Apesar da relativa redução na violência puramente militar, a guerra infiltrou-se de outros modos na sociedade, estando cada vez mais presente na política, na economia e nas disputas tecnológicas: a guerra torna-se irrestrita, conforme o título da obra. Assim, não se usam mais contingentes militares para fazer o adversário se submeter, mas sim “empregam-se todos os meios, militares e não militares, letais e não letais, para forçar o adversário a concordar com seus interesses” (Liang e Xiangsui, 1999, p. 7, tradução nossa)⁶.

A atuação dos meios de comunicação durante a 1ª Guerra do Golfo recebeu especial atenção na obra dos autores chineses. Em uma seção denominada “Outro agente escondido atrás da vitória”, os oficiais discorrem sobre a cobertura midiática do evento e como as forças militares controlaram o fluxo de informações direcionados para a sociedade norte-americana e mundial. Durante a guerra, cidadãos teriam a mesma capacidade de acompanhar os eventos que autoridades governamentais, graças às novas tecnologias da informação. Essa nova forma de cobertura da guerra trouxe mudanças significativas na relação entre meios de comunicação e forças militares.

É aqui que a guerra moderna difere de qualquer guerra do passado, com relatórios em tempo real ou quase em tempo real transformando a guerra em um novo programa que as pessoas comuns podem monitorar diretamente através da mídia e, portanto, a mídia tornar-se parte imediata e integral da guerra, e não mais apenas fornece informações vindas do campo de batalha (Liang e Xiangsui, 1999, p. 74, tradução nossa)⁷.

O alto-comando militar da coalizão ocidental estabeleceu regulações estritas para que a cobertura dos meios de comunicação estivesse alinhada com a estratégia militar traçada. Esses controles foram impostos, segundo os autores, seguindo as lições aprendidas na Guerra do Vietnã e outros conflitos envolvendo os EUA, quando os meios de comunicação muitas vezes disseminavam críticas às

6 "using all means, including armed force or non-armed force, military and non-military, and lethal and non-lethal means to compel the enemy to accept one's interests"

7 This is where modern warfare differs from any wars of the past, with real-time or near real-time reports turning warfare into a new program that ordinary people can monitor directly via the media, and thus the media has become an immediate and integral part of warfare, and no longer merely provides information coming from the battlefield.

forças militares de seu país. Dessa vez, no Iraque, as forças militares e a mídia trabalharam praticamente em conjunto, demonstrando grande sinergia nas suas atuações.

Com a assistência dos repórteres, os comandantes do campo de batalha influenciaram com sucesso os olhos e ouvidos do mundo inteiro, conseguindo que as pessoas pudessem ver tudo o que os militares queriam que vissem, enquanto ninguém era capaz de ver qualquer coisa que eles não queriam que as pessoas soubessem. A imprensa dos EUA abandonou uniformemente a sua alardeada neutralidade, juntando-se com entusiasmo ao campo anti-Iraque e coordenando-se com os militares dos EUA como em um excelente ato cômico de dois homens, produzindo de maneira bastante tácita e enérgica o mesmo roteiro para a guerra, com a mídia e o exército aliado compondo uma força conjunta apoiando o ataque ao Iraque (Liang e Xiangsui, 1999, p. 75, tradução nossa)⁸.

Entre as diversas contribuições da mídia para o esforço de guerra, os oficiais chineses citam a divulgação das esteticamente trabalhadas imagens e vídeos dos mais modernos armamentos utilizados pela coalização ocidental durante o conflito, as quais causaram um imenso impacto visual nas audiências globais. Diferente da tradicional propaganda de guerra, considerada enviesada e, por isso, amplamente rejeitada, as reportagens e matérias produzidas pela mídia surtiram os efeitos desejados, já que elas são “habilmente camufladas como descrições objetivas”, e assim “a mídia alcança um grande impacto, difícil de mensurar” (Liang e Xiangsui, 1999, p. 76, tradução nossa)⁹.

Os autores atentaram, ainda, para o fato de as autoridades iraquianas não terem desfrutado de nenhuma possibilidade de suas vozes serem ouvidas no cenário internacional, dominado pelos meios de comunicação das potências ocidentais. Encerrando o tópico devotado especificamente às mídias durante os conflitos, os autores observam a tendência, já no final da década de 1990, das mídias se tornarem um fator cada vez mais relevante nos conflitos militares, já que sua penetração na sociedade se tornaria cada vez mais intensa.

O impacto da mídia sobre a guerra torna-se cada vez mais difundido e cada vez mais direto, ao ponto de mesmo decisões importantes do presidente de uma superpotência envolvendo a cessação das hostilidades estarem, em

8 With the concerted assistance of the news reporters, the battlefield commanders successfully influenced the eyes and ears of the entire world, getting people to see everything that the military wanted them to see, while no one was able to see anything that they did not want people to know. The U.S. press uniformly abandoned its vaunted neutrality, enthusiastically joining the anti-Iraq camp and coordinating with the U.S. military just like an outstanding two-man comic act, quite tacitly and energetically arriving at the same script for the war, with the force of the media and that of the allied army forming a joint force regarding the attack on Iraq.

9 “the media has a quiet impact that is hard to gauge”

grande medida, baseadas na reação a um único programa de televisão. A partir disso, percebe-se um pouco do significado que a mídia carrega na vida social hoje. Pode-se dizer, sem exagero, que um rei sem coroa se tornou agora a força principal para vencer qualquer batalha. Depois que a "Tempestade no Deserto" varreu o Golfo, não seria mais possível confiar apenas na força militar, sem o envolvimento da mídia, para alcançar a vitória em uma guerra (Liang e Xiangsui, 1999, p. 76, tradução nossa)¹⁰.

No restante da obra, os oficiais chineses atentam para outros aspectos cruciais no uso da comunicação de massa em novos métodos de luta. Movimentos terroristas, em tempos recentes, teriam utilizado as mídias como forma de aumentar o impacto de suas ações, inclusive desenvolvendo organizações institucionais civis e religiosas para estabelecer seus próprios meios de comunicação.

Em outro ponto, aborda-se o fato de que o capital financeiro, uma das novas armas empregadas para desestabilizar o adversário, pode ser utilizado para adquirir os meios de comunicação de determinados países para controlar o cenário político, como na Albânia, já que nesse país “um artigo revelou que Soros controla o cenário político albanês através do controle dos jornais do país” (Liang e Xiangsui, 1999, p. 203, tradução nossa)¹¹.

3.5.2 Guerra Híbrida: A militarização da esfera civil

Em sua obra “Conflito no Século XXI: a Ascensão das Guerras Híbridas”¹², Hoffman (2007), oficial do Corpo de Fuzileiros Navais dos EUA, analisa as características dos conflitos após os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001 nos EUA. Para o autor, os conflitos travados na Era da Informação contarão com duas características principais: a convergência e a combinação de uma miríade de táticas, técnicas e procedimentos militares e não militares.

10 The impact of the media on warfare is becoming increasingly widespread and increasingly direct, to the point where even major decisions by the president of a superpower such as this one involving the cessation of hostilities are to a very great extent rooted in the reaction to a single television program. From this, one can perceive a bit of the significance that the media carries in social life today. One can say entirely without exaggeration that an uncrowned king has now become the major force to win any battle. After "Desert Storm" swept over the Gulf, no longer would it be possible to rely on military force alone without the involvement of the media to achieve victory in a war.

11 “An article revealed that Soros controls Albania's political scene through control of the country's newspapers”

12 Conflict in the 21st Century: the rise of hybrid wars

Segundo ele, o confronto entre grandes exércitos ainda estará presente na nova era, mas os métodos não militares de confronto serão muitas vezes os instrumentos principais da luta. Os EUA, no desenvolvimento de sua doutrina militar, deveriam atentar, segundo o autor, para as mudanças em curso, evitando “subestimar o impacto mobilizador das ferramentas da Era da Informação quando usadas para fomentar desordem e promover o ódio” (Hoffman, 2007, p. 13, tradução nossa)¹³.

Para embasar suas conclusões, Hoffman (2007) apoia-se em diversos autores que refletiram sobre as características da guerra nos tempos modernos e analisa diversos conflitos recentes. O militar faz uma ampla análise em relação ao conceito de guerra irrestrita, desenvolvido pelos militares chineses Liang e Xiangsui (1999) e objeto de discussão no tópico anterior da presente pesquisa.

Entre os conflitos analisados, encontram-se as guerras dos EUA no Iraque e no Afeganistão, no contexto da Guerra ao Terror, além dos conflitos entre o governo russo e dissidentes islâmicos na Chechênia no final da década de 1990. O principal conflito analisado, no entanto, foi o que se deu entre o estado de Israel e a organização xiita libanesa *Hezbollah* em 2006, o qual, segundo o autor, explicitou as tendências principais da guerra híbrida que iriam se disseminar pelos combates a partir de então.

Podemos considerar cada vez mais desconcertante caracterizar os Estados como forças essencialmente tradicionais, ou atores não estatais como inerentemente irregulares. Os desafios futuros apresentarão um conjunto mais complexo de alternativas estruturais e estratégicas, como se viu no verão de 2006 na batalha entre Israel e o *Hezbollah*. O *Hezbollah* demonstrou claramente a capacidade dos atores não estatais de estudar e desconstruir as vulnerabilidades das táticas militares de estilo ocidental e conceber contramedidas apropriadas. As lições aprendidas com este confronto já são disseminadas entre outros Estados e organizações não estatais (Hoffman, 2007, p. 8, tradução nossa)¹⁴.

Para Hoffman (2007), o *Hezbollah*, apesar de ser, em termos estritamente militares, muito inferior em relação às forças armadas de Israel, alcançou notável

13 “under-appreciation of the mobilizing impact of Information Age tools when used to foment disorder and promote hate”

14 We may find it increasingly perplexing to characterize states as essentially traditional forces, or non-state actors as inherently irregular. Future challenges will present a more complex array of alternative structures and strategies, as seen in the summer of 2006 in the battle between Israel and *Hezbollah*. *Hezbollah* clearly demonstrated the ability of non-state actors to study and deconstruct the vulnerabilities of Western style militaries, and devise appropriate countermeasures. The lessons learned from this confrontation are already cross-pollinating with other states and non-state actors.

superioridade estratégica no conflito ocorrido em 2006. Uma das principais razões para esse sucesso foi o uso que o movimento fez dos meios de comunicação. Segundo ele, o *Hezbollah*, apesar de ter sofrido inúmeras derrotas, foi hábil em “explorar os efeitos políticos de seus limitados sucessos táticos, amplificados pela mídia” (Hoffman, 2007, p. 38, tradução nossa)¹⁵. Para o autor, em um mundo cada vez mais globalizado, o que ele denomina de “Batalha de Percepções” toma cada vez mais proeminência nas operações militares, e o *Hezbollah* teria obtido superioridade neste domínio no conflito analisado.

Discorrendo sobre as implicações para o combate moderno das tendências delineadas durante a análise de conflitos recentes, Hoffman (2007) aponta para a necessidade das forças armadas dos EUA desenvolverem uma doutrina que leve em conta aspectos não militares do combate, empregando-os a favor de objetivos militares.

Um desses aspectos, que recebe um tópico exclusivo em sua obra, é o “Duelo de Narrativas”, no qual um estado deve ser apto a “efetivamente ‘manobrar contra a mente’ de nossos adversários e da população em geral” (Hoffman, 2007, p. 52, tradução nossa)¹⁶, para isso contando com o poder da mídia.

Outra implicação é a necessidade de incorporar o que pode ser a mudança mais significativa no caráter do conflito moderno, a exploração dos meios de comunicação modernos para alcançar as grandes massas e mobilizá-las para apoiar a causa de alguém (Hoffman, 2007, p. 51, tradução nossa)¹⁷

A importância da dimensão cognitiva nos conflitos, segundo o pesquisador, já recebeu atenção de notáveis pensadores militares, e com a intensificação da globalização e do desenvolvimento tecnológico dos meios de comunicação, ela passou a ocupar mais espaço nas doutrinas militares. Na Era da Informação, uma força militar deve dar mais atenção a questões culturais do que ao desenvolvimento tecnológico de seus armamentos. Dominar corações e mentes, conforme o oficial, passará a ser “a porção dominante dos esforços no campo de batalhas” (Hoffman, 2007, p. 52, tradução nossa)¹⁸.

15 “to exploit the political effects of their limited tactical successes, magnified by the media”

16 “to in effect maneuver against the mind of both our opponents and the general population”

17 Another implication is the need to incorporate what may be the most significant change in the character of modern conflict, the exploitation of modern media to reach out to wide masses and mobilize them to support ones cause.

18 “the most dominant portion of the battlespace”

Analisando o Oriente Médio e os movimentos fundamentalistas ali existentes, percebe-se que estes contam com uma grande variedade de meios de comunicação tradicionais, além de sites na internet e uma grande quantidade de blogues. Esses movimentos radicais, segundo o autor, fazem uso das modernas tecnologias da informação desenvolvidas no ocidente para recrutar, treinar, mobilizar e educar seus componentes. Além dessas capacidades, os novos meios permitiram a essas organizações incrementar seu ciclo de aprendizagem, obtendo lições de conflitos de seus aliados de maneira cada vez mais rápida por meio das mídias. Todos esses pontos levam a crer que “nós temos que reconhecer que as percepções importam mais que os resultados obtidos na dimensão física do campo de batalha” (Hoffman, 2007, p. 53, tradução nossa)¹⁹.

3.5.3 Guerras híbridas, Primavera Árabe e Revoluções Coloridas

Em seus estudos, Korybko (2015), acadêmico norte-americano que goza de estreitas relações com o governo e o meio acadêmico russo, apresenta a visão do estado russo em relação ao conceito de Guerra Híbrida. Partindo de teorias geopolíticas, ele nos apresenta um cenário em que, hipoteticamente, as principais potências ocidentais, capitaneadas pelos EUA, buscam enfraquecer potências não ocidentais, como Rússia e China, e estender sua hegemonia sobre o continente asiático, africano e porções do leste europeu.

Para o acadêmico, diversos fatores, tanto econômicos como culturais, levaram o ocidente a desenvolver a doutrina de ação militar da Guerra Híbrida. Como os autores citados anteriormente, ele descreve como um dos componentes centrais dessa doutrina a crescente militarização de domínios antes restritos ao mundo civil, como as finanças, a mídia e as redes sociais.

Detalhando ainda mais a doutrina da Guerra Híbrida, o autor atesta que “revoluções coloridas e guerra não convencional representam os componentes que conformam a teoria da Guerra Híbrida” (Korybko, 2015, p.10, tradução nossa)²⁰. A guerra não convencional representa um modo de atuação fisicamente violento, seja

¹⁹ “We have to recognize that perception matters more than results in the physical battlefield”

²⁰ “Color Revolutions and Unconventional Warfare represent the two components that form the theory of Hybrid War”

com ações de guerrilhas ou mobilização violenta de populares, e geralmente é empregada após uma tentativa de Revolução Colorida.

Por sua vez, as Revoluções Coloridas são conduzidas por ações não violentas, inseridas no campo político-institucional, diplomático, econômico, financeiro e, principalmente, no campo informacional, visando a derrubada de um regime político considerado adversário. Os meios de comunicação, segundo o pesquisador, possuem relevância capital dentro dessas ações. Ele os divide entre as novas mídias, integradas principalmente pelas plataformas sociais na internet e blogues, e a mídia tradicional, composta pelos meios de radiodifusão e impressos. Muitas vezes esses veículos agem em coordenação, porém há ocasiões em que os diferentes tipos de meios entram em conflito devido a interesses divergentes.

Ao longo de grande parte de sua obra, Korybko (2015) atenta para a atuação dos meios de comunicação, seja como agentes principais nos eventos de Guerra Híbrida, seja como instrumento complementar da ação em outros domínios. Em um primeiro momento, o autor descreve a teoria norte-americana dos cinco anéis, os quais conformariam os cinco principais alvos a serem atacados em uma Revolução Colorida, e insere a mídia entre eles, sendo os outros alvos a população, as elites nacionais, os aparatos de segurança (forças armadas e polícias) e a liderança governamental.

Os meios de comunicação internacionais e nacionais têm diferentes graus de importância, dependendo do estado visado, mas ambos têm um efeito na população. A mídia (internacional) antigovernamental pode deixar as autoridades desconfortáveis e hesitantes em se defenderem da tentativa de golpe durante uma Revolução Colorida, mas ela não é o fator decisivo para a derrubada ou não do governo (Korybko, 2015, p. 21, tradução nossa)²¹.

As mídias sociais, dentro de uma Revolução Colorida, cumprem com várias funções de desestabilização da sociedade. Fazendo um estudo de caso do uso da mídia social *Facebook* (Korybko, 2015, p. 41), o autor apresenta diversos estudos e relatórios de entidades civis e militares dos EUA sobre as possibilidades de mudança ou reforço de comportamentos por meio da plataforma.

A coleta de grande quantidade de dados de determinadas populações permite a essas plataformas, com a aplicação de *Big Data*, traçar perfis que alimentam

²¹ International and national media have varying degrees of importance depending on the targeted state, but both do have an effect on the population. Antigovernment (international) media may make the authorities uncomfortable and hesitant defending themselves from the Color Revolution coup attempt, but it is not the deciding factor in whether or not the government is overthrown.

técnicas de publicidade personalizada, a qual serve de ferramenta para tentativas de engenharia social. A mídia, dentro desse contexto, serve para amplificar os distúrbios que contaram com a divulgação das mídias sociais, já que eles “assim que abraçados pela mídia (ocidental), tornam-se ‘Revoluções Coloridas’” (Korybko, 2015, p. 43, tradução nossa)²². Porém, as mídias tradicionais de determinados países podem ter interesse na manutenção do regime político alvo de desestabilizações, colocando-as em antagonismo com as mídias sociais.

Os cidadãos usarão as mídias sociais para se manterem informados sobre as notícias e desenvolvimentos relacionados ao Movimento, representando um desafio aos meios de comunicação oficiais que apoiam o governo estabelecido. Desta forma, o emprego de técnicas bem-sucedidas nas mídias sociais tem como objetivo final criar um canal de comunicação alternativo (Korybko, 2015, p. 84, tradução nossa)²³.

Em um pequeno tópico dedicado exclusivamente aos meios de comunicação, Korybko (2015, p. 85) cita suas funções primordiais dentro do contexto da Guerra Híbrida. Inicialmente, os meios possuem a tarefa de legitimar a ideologia do movimento desestabilizador. Em um segundo momento, a eles cabe a tarefa de alcançar as audiências internacionais, principalmente dos países ocidentais, e fazer com que o movimento seja apoiado dentro da “arena da opinião pública ocidental”. Com isso, o movimento alcançaria maior visibilidade e suporte interno, exigindo respostas das autoridades.

Ao usar meios violentos para suprimir o movimento, autoridades governamentais passariam a ser alvo dos meios de comunicação, os quais enquadrariam a reação do regime como ações de supressão da oposição. Depreende-se, da análise do autor, que as mídias seriam organizações-chave para a Guerra Híbrida, já que “sem informações e meios de comunicação, o movimento enfraquecerá e eventualmente colapsará” (Korybko, 2015, p. 86, tradução nossa)²⁴.

Assim como Liang e Xiangsui (1999) e Hoffman (2005), Korybko (2015) apontou para a crescente importância dos meios de comunicação dentro da doutrina militar. Ao par com o desenvolvimento tecnológico e a disseminação de dispositivos informacionais entre grande parte da população mundial, estes pesquisadores

22 “once it gets picked up by the international (Western) media, then becomes a ‘Color Revolution’”

23 Civilians will use the Social Media outlets to keep in touch with news and developments about the Movement, and it will pose a challenge to the official media outlets supporting the governmental establishment. In this way, successful Social Media skills have the end goal of creating an alternative information outlet.

24 “Without effective Information and Media outlets, the Movement will wither and eventually collapse”

militares e civis analisaram os impactos desses fenômenos nos conflitos armados, propondo soluções e prevendo tendências quanto ao enquadramento das mídias dentro da doutrina militar.

4 JORNALISMO, CIDADANIA E CONFLITOS MILITARES

No intuito de conhecer o estreito relacionamento entre jornalismo, cidadania e conflitos militares, são apresentadas a gênese da atividade jornalística no ocidente e suas características atuais. Em um segundo momento, serão apresentados os momentos que marcam a influência do jornalismo no decorrer de diversos conflitos militares a partir do século XIX.

4.1 A HISTÓRIA DO JORNALISMO NO MUNDO OCIDENTAL

Para Marcondes Filho (1989), a imprensa é uma instituição surgida no continente europeu devido ao desenvolvimento do modo de produção capitalista. Segundo o autor, ela nasceu ligada aos anseios da classe burguesa por um “fluxo de informações controlável, regulável e acessível em geral” (Marcondes Filho, 1989, p. 58) que atendesse o desenvolvimento do comércio mundial. No período inicial de sua gênese, em meados do século XVII, o jornalismo não era controlado pela classe dominante europeia, a nobreza, mas sim pela burguesia, e possuía ainda um caráter artesanal. Seu público era extremamente limitado, restrito a uma diminuta classe burguesa letrada situada nos principais centros econômicos europeus.

Com o desenvolvimento econômico proporcionado pela expansão do modo de produção capitalista, a classe burguesa passa a demandar maior poder de decisão e participação nas políticas estatais, e o jornalismo torna-se um dos principais instrumentos para alcançar esse objetivo. Assim, além do fluxo de informações de caráter econômico que marcou seu nascimento, o jornalismo passa a ser uma valiosa ferramenta “na batalha pela conquista da chamada hegemonia do pensamento social” (Marcondes Filho, 1989, p. 57) travada pela classe burguesa, fenômeno que culmina no desenvolvimento do chamado Jornalismo Literário, gênero característico do século XIX que serviu de instrumento para as discussões políticas ligadas às demandas da burguesia.

O Jornalismo Literário possui algumas características peculiares. Os fins dos jornais integrantes desse gênero eram pedagógicos e políticos e a razão de sua existência, sendo empresas totalmente deficitárias, devia-se “à sua função no cenário das discussões políticas daquele século” (Marcondes Filho, 1989, p. 61). Assim, o lucro e a sustentabilidade financeira dos jornais eram preocupações de segundo plano, suplantadas por suas preocupações em travar uma luta político-ideológica durante um período marcado com convulsões sociais.

A projeção da classe burguesa como importante estrato social, aliada ao desenvolvimento da técnica industrial e da maior capacidade produtiva, serviram para alterar radicalmente as características da imprensa, já que “a maior revolução da história do jornalismo dá-se nessa fase” (Marcondes Filho, 1989, p. 63). Com o desenvolvimento de instrumentos como a prensa rápida, que aumentaram drasticamente o número de jornais impressos em circulação, aumentaram-se as exigências financeiras na atividade jornalística para fazer frente aos custos de manutenção e expansão da maquinaria industrial. Com isso, os grandes déficits passam a ser insustentáveis, e a operação dessas empresas sofre uma reestruturação, buscando o aumento de receitas com a finalidade de se autofinanciar. Como consequência, “a oportunidade de criar um jornal vai sendo cada vez menos um resultado do movimento político e cada vez mais uma oportunidade dos que têm capital” (Marcondes Filho, 1989, p. 64).

Tratando especificamente dos aspectos materiais da produção de notícias, que caracterizaria, segundo Marcondes Filho (1989), a “imprensa de negócios”, o autor discorre sobre os aspectos que levam à concentração da produção jornalística em um pequeno número de empresas. Os elevados custos para a produção jornalística favorecem as grandes firmas, que alcançam maior estabilidade financeira e obtêm lucros substanciais, conforme a tendência em outros ramos empresariais do sistema capitalista. Assim, “as grandes empresas têm condições de determinar preços de anúncios e de assinaturas bem como o nível de salários” (Marcondes Filho, 1989, p. 71), dessa maneira obstaculizando o crescimento e o surgimento de veículos menores, sendo que, “com a concentração e os monopólios reduzem-se mais ainda as possibilidades de variedade de opiniões” (Marcondes Filho, 1989, p. 72).

O mito da variedade ilustra-se pela real inexistência dessa variedade de *veículos*. A variedade transferiu-se para dentro dos jornais. Deve-se construir a variedade *nos* jornais em vez da variedade *dos* jornais, declaram políticos comprometidos com o poder (Glott e Langenbucher, 1969, p. 200 apud Marcondes Filho, 1989, p. 72).

Compartilhando muitas das ideias aqui expostas, Temer (2014) situa a gênese do jornalismo na Antiguidade Clássica, apontando para as características proto jornalísticas das *Actas Diurnas*, publicações oficiais do Império Romano afixadas em frente ao Fórum e que possuíam grande importância para a vida pública. Após a queda do Império Romano, essa incipiente atividade jornalística cai em desuso durante a Idade Média europeia, quando se estabelece “a volta de um modelo que privilegia a oralidade” (Temer, 2014, p.77).

Entre o século XIV e meados do século XVI, consolida-se na Europa renascentista, segundo Temer (2014), a economia comercial e a classe burguesa, estabelecendo as bases do capitalismo ocidental moderno. As denominadas Cartas, veículos de informação que circulavam desde a Idade Média, aperfeiçoam-se, guiando-se “por critérios de importância (noticiabilidade) semelhantes ao jornalismo moderno” (Temer, 2014, p. 79). Esse formato de Carta chegou, inclusive, ao Brasil, onde foram encontrados alguns exemplares do período. Mas é com a tipografia guntenberguiana que o jornalismo toma grande impulso, fruto do desenvolvimento de uma indústria gráfica rentável. A circulação de periódicos contribui para uma significativa mudança de mentalidade da população europeia, questionando os valores tradicionais e a religião e inspirando a busca por uma maior racionalidade no debate. Contribui para isso um novo formato de jornalismo, as Gazetas, que possuíam características similares ao jornalismo moderno.

As gazetas tinham, além da periodicidade definida, textos simples, normalmente datados e geograficamente localizados, construídos a partir de uma visível seleção de informações, e construídos para uma leitura claramente informativa. O modelo logo se espalhou para vários países, inclusive para os países de língua portuguesa e suas províncias ultramarinas (Temer, 2014, p. 81).

A partir do século XVIII, com a evolução científica e técnica promovidas pelo movimento iluminista em aliança com a Revolução Industrial, o jornalismo se estabelece como importante atividade social. Do desenvolvimento industrial advém a crescente urbanização e alfabetização das massas e o conseqüente aumento na oferta de atividades de lazer e de informação. Com a popularização da imprensa,

muitos empreendimentos do ramo obtêm sucesso comercial, o que fortalece “os laços de interesse entre a grande imprensa e seus anunciantes” (Temer, 2014, p. 84), majoritariamente constituídos pela elite capitalista.

Assim como Marcondes Filho (1989), Temer (2014) aponta para os aspectos negativos da aliança entre o desenvolvimento do modo de produção capitalista e a atividade jornalística. Segundo a autora, com a “criação de modernas empresas jornalísticas” e com “a informação transformada em bem de consumo”, o século XX testemunhou a consagração de “um modelo de jornalismo burguês, fortemente influenciado pelo positivismo” (Temer, 2014, p. 85). Esse fenômeno favoreceu crescentes desequilíbrios nos processos informativos, já que as grandes empresas e os indivíduos com melhores condições econômicas alcançaram posições hegemônicas dentro do conjunto da sociedade.

4.2 A HISTÓRIA DO JORNALISMO NO BRASIL

Até a chegada da corte portuguesa ao Brasil, em 1808, quando ela se exilou em sua principal colônia fugindo da invasão napoleônica, a imprensa aqui era praticamente inexistente. Segundo Temer (2014), o interesse da metrópole era manter a condição dependente do território colonial, inibindo o letramento da população e a urbanização. Os poucos materiais escritos que aqui circulavam era manuscritos, e a coroa portuguesa, assim como na metrópole, mantinha uma censura estrita em relação a eles.

O primeiro material tipográfico a operar no Brasil chegou acompanhado da família real e compunha-se de maquinário tecnologicamente atrasado, já que Portugal, em relação à indústria tipográfica europeia, encontrava-se em acentuado atraso.

A tipografia real servia principalmente a fins burocráticos, em nada semelhante ao jornalismo comercial que se desenvolvia nos países mais avançados do continente europeu. O primeiro jornal privado a ser distribuído no Brasil foi o *Correio Braziliense*, fundado por Hipólito José da Costa, português que, por razões políticas, vivia exilado em Londres e que lá imprimia seu veículo de notícias, distribuído clandestinamente no Brasil a partir de junho de 1808. Já a *Gazeta do Rio*

de Janeiro foi o primeiro jornal impresso no Brasil, tendo iniciado suas atividades em setembro de 1808. Ele era controlado pela corte e seu conteúdo era panfletário, a favor do governo, ao contrário do *Correio*, veículo crítico à monarquia (Temer, 2014).

Mesmo após regulações conferindo maior liberdade de imprensa no Brasil, editadas em 1821, a imprensa brasileira seguiu com seu caráter artesanal. As publicações eram principalmente de cunho partidário, ligadas principalmente aos liberais e à maçonaria, contando com pequena e intermitente circulação. Essas características perduraram pelo período imperial e só sofreriam alterações substanciais durante o período republicano, durante a passagem do século XIX para o XX.

Jornais de considerável expressão como O Estado de São Paulo e o Jornal do Brasil foram criados nesse período, enquanto o Correio da Manhã, O Globo e a Folha da Manhã, que viria a se transformar na Folha de São Paulo, foram criados no primeiro quarto do século XX (Temer, 2014).

Até os primeiros anos após a Segunda Guerra Mundial, a imprensa brasileira sofria forte dependência de financiamento por parte dos governos de todas as esferas, e sua cobertura principal era limitada ao eixo econômico Rio de Janeiro – São Paulo. Porém, a partir do segundo governo de Getúlio Vargas e da presidência de Juscelino Kubitschek, o Brasil sofre um acelerado processo de industrialização e urbanização, favorecendo a modernização do maquinário tipográfico e o desenvolvimento das empresas jornalísticas, que passam a obter suas receitas no mercado privado.

Com a popularização do rádio a partir da década de 1930 e da Televisão, na década de 1950, estrutura-se um “mercado consumidor de produtos culturais” (Temer, 2014, p. 92), que viria a alterar o caráter do jornalismo, principalmente em sua relação com o Estado.

A partir de 1964, com a instauração do regime militar, dá-se um período de complexas relações entre o jornalismo e o Estado. A tomada de poder por parte dos militares obteve “o respaldo editorial da quase totalidade dos jornais brasileiros” (Imprensa, 2021, p. 17), e a imprensa não sofreu maiores restrições nos períodos iniciais do governo militar. Porém, passado esse período de relativa liberdade, os noticiários passaram a sofrer forte controle nos temas políticos e sociais, direcionando sua cobertura principalmente para os aspectos econômicos trazidos por um novo aceleração da economia.

Desde a década de 1970, o país experimenta uma forte expansão industrial e um acelerado processo de urbanização e alfabetização, fatos que levaram ao desenvolvimento tecnológico das empresas jornalísticas e o aumento de circulação dos periódicos. Mesmo com a modernização, os jornais ainda sofriam a censura, além das “pressões econômicas por meio de verbas publicitárias oficiais ou a anunciantes privados” (Imprensa, 2021, p. 18).

O princípio da liberdade de imprensa só viria a ser novamente estabelecido no país com a promulgação da Constituição Federal de 1988, apesar da série de questões legais que não foram reguladas ou esclarecidas pela carta constitucional. Ainda em 2008, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou certos dispositivos da antiga Lei de Imprensa (Imprensa, 2021).

Apesar de decorridas décadas da redemocratização do país e do advento da internet, fatos esses que trouxeram inúmeras mudanças à atividade jornalística, antigos problemas persistem na imprensa brasileira. Segundo Bandeira e Valente (2018), a concentração na propriedade das empresas de comunicação anda de mãos dadas com esse mesmo fenômeno na produção de notícias.

Os autores, baseando-se em pesquisas sobre a propriedade das mídias no Brasil e jornalismo virtual, demonstram como os portais Uol.com.br, de propriedade do Grupo Folha, e Globo.com, das organizações Globo, encontram-se no topo dos *websites* de maior audiência no país, atrás apenas das grandes plataformas tecnológicas transnacionais, com grande distância em relação aos próximos colocados. Esses dados expõem o fato de que “os veículos online de maior circulação pertencem aos grandes conglomerados que dominam as maiores audiências também no mundo offline” (Bandeira e Valente, 2018, p. 3).

Apesar dos portais online terem prejudicado a circulação dos jornais impressos, como demonstrado pela diminuição de 41,4% na circulação destes últimos entre 2015 e 2017 (Bandeira e Valente, 2018, p. 4), eles não garantiram maior pluralidade aos veículos de jornalismo no país, pois os velhos oligopólios da mídia “se beneficiam da convergência de mídia e de um marco regulatório que permite a propriedade cruzada dos meios de comunicação” (Bandeira e Valente, 2018, p. 4).

Ainda, a concentração no conteúdo jornalístico não se limita aos *websites* dos grandes portais, já que pesquisa da USP demonstrou como as notícias de cunho político produzidas por esses grandes portais têm predominância também na

circulação nas mais diversas redes sociais (Bandeira e Valente, 2018). Em consonância com essas ideias, Pasti (2022) aponta para a pouca pluralidade do jornalismo brasileiro atual, marcado pelo domínio de novas empresas estrangeiras e por antigos grupos nacionais.

A pesquisa demonstra que as transformações da comunicação com a internet aprofundaram a concentração de poder comunicacional, já que os principais conglomerados de mídia utilizaram seu poder econômico, político e simbólico para atualizar sua forma de atuação, controlando os principais portais de notícias em audiência. De outro lado, surgiram novos atores nesse mercado cada vez mais concentrado de informação na internet, com a configuração dos monopólios digitais de grandes plataformas (Intervozes, 2018 apud Pasti, 2022, p. 245).

Ainda sobre as características da comunicação no Brasil, Pasti (2022) atesta que, além da concentração de propriedade nos maiores grupos midiáticos, há a concentração territorial dessas empresas, já que 73% delas têm sede na região metropolitana de São Paulo. Outras características do setor apontadas pelo pesquisador são a “predominância do setor privado”, a “ausência de regulamentação” e “a forte dependência em relação aos conteúdos e técnicas dos principais conglomerados midiáticos e agências globais de notícias” (Pasti, 2022, p. 254).

Para agravar o cenário, aponta-se para o fato de que “os grupos midiáticos de grande alcance também têm negócios no mercado imobiliário, no mercado financeiro, no agronegócio e em outros setores” (Pasti, 2022, p. 249), gerando potenciais conflitos de interesse na cobertura jornalística.

Conquanto a situação atual e a tendência de concentração no mercado de notícias não sejam animadoras, tanto no mundo ocidental em geral quanto no Brasil, o jornalismo cumpre importante função no sistema político-democrático, servindo como um dos instrumentos para a prática da cidadania.

4.3 JORNALISMO E CIDADANIA

O jornalismo, nas sociedades modernas, é visto como instrumento imprescindível para a existência de uma sociedade democrática. À medida que se desenvolve a atividade jornalística, a liberdade de imprensa passa a ser advogada

como condição para que os cidadãos possam exercer seus direitos como tal. Porém, a imprensa também passa a ser vista como instrumento de manipulação e controle social, principalmente quando condições políticas e econômicas não possibilitam a existência de uma efetiva concorrência no mercado de notícias. Assim, percebe-se que as relações entre jornalismo e cidadania são complexas e historicamente construídas.

Para melhor entender essas relações, há a necessidade de definir o conceito de cidadania e sua gênese. Segundo Medeiros (2016), o conceito de cidadania remonta às cidades-estado gregas, ligado ao conceito de *polis* (cidade) e à participação de um restrito grupo de cidadãos que deveriam tomar as decisões políticas relativas à administração da comunidade urbana. Sócrates, Aristóteles e Platão estão entre os pensadores da época que contribuíram para delimitar os contornos do conceito de cidadania.

Além das cidades gregas constituírem-se em sociedades fechadas, onde os estrangeiros eram excluídos ou marginalizados, os debates públicos e a tomada de decisões políticas eram restritos a uma elite de “cidadãos ativos”, configurando assim uma “cidadania insipiente”, já que “tal cidadania era altamente excludente” (Medeiros, 2016, p. 208).

Já na concepção romana de cidadania, herdada da antiguidade clássica de Roma, o termo cidadania adquire contornos que o ligam à ideia de direito à liberdade, já que para os romanos, ao contrário dos gregos, “a cidade se forma a partir do cidadão, e não o contrário” (Medeiros, 2016, p. 209). Contribuíram para isso os fatos de Roma ser uma sociedade aberta aos fluxos migratórios e o relativo avanço na participação feminina nos assuntos da comunidade. Ainda assim, era uma sociedade altamente estratificada, dividida entre uma massa de plebeus e uma elite de patrícios.

Alguns séculos mais tarde, as denominadas Revoluções Burguesas viriam alterar o conceito de cidadania. As revoluções inglesa (séc. XVII), americana (1776) e francesa (1789) atualizaram as ideias ligadas ao termo, sendo que esta última “universalizou a luta em prol de três grandes direitos civis: liberdade, igualdade e fraternidade” (Medeiros, 2016, p. 211). Desenvolveu-se a ideia de que para haver uma real cidadania, os direitos políticos, civis e sociais deveriam ser garantidos à sociedade.

O jornalismo, consoante a evolução da concepção de cidadania e o desenvolvimento das democracias liberais capitalistas, passa a advogar um papel de grande relevância social. Segundo Temer e Tuzzo (2020), a partir do final do século XIX, os veículos de imprensa passam a atestar que a atividade jornalística atua como defensora dos valores da democracia e da liberdade de expressão, além de outros valores caros ao exercício da cidadania.

Para legitimar esse discurso, as empresas apoiam-se na atribuição de um caráter neutro e objetivo à atividade jornalística. Outro argumento empregado na busca de legitimação, segundo Borges, Machado e Moraes (2021), é a função do jornalismo como *watchdog*, um vigilante das ações do Estado quando estas são cometidas em abuso ao interesse público.

Porém, todos esses autores que analisaram a relação entre jornalismo e cidadania foram críticos, em muitos aspectos, ao discurso das mídias enquanto instrumentos da democracia liberal. Para Medeiros (2016), embora seja um importante instrumento do Estado Democrático de Direito, o jornalismo muitas vezes desvirtua seu papel social. Ao negligenciar ou omitir determinadas fontes, ele realiza uma cobertura tendenciosa, negando a possibilidade de uma pluralidade de fontes, essencial para o exercício de uma cobertura cidadã dos fatos.

Outra falha do jornalismo é não respeitar a diversidade cultural do país, lançando olhares estereotipados sobre as minorias étnicas e populações periféricas. O sensacionalismo também afeta o caráter cidadão dos veículos de imprensa, já que eles procuram um grau de atração espetacular para atrair o público, negligenciado o conteúdo informativo de sua cobertura. Por último, Medeiros (2016) ainda aponta o problema do denunciismo, que ocorre quando, na imprensa em divulgar as informações, o jornalismo, baseado em evidências frágeis ou vazias, promove julgamentos públicos escusos.

Partindo de uma visão crítica da imprensa, Temer e Tuzzo (2020) partem da formação histórica desta e demonstram como na atualidade a vinculação a grupos privados, com propriedade concentrada em poucas famílias e em grupos religiosos, ameaça a pluralidade de vozes no jornalismo.

Estas relações, constantemente colocadas à prova em função do desequilíbrio histórico entre o sistema privado e o interesse público, a concentração familiar das empresas de radiodifusão e a propriedade cruzada dos veículos de comunicação, além dos evidentes vínculos dos grandes grupos de mídia com lideranças políticas regionais e locais, são

questões que expõem os limites de uma imprensa que se propõe livre, mas que na verdade é incapaz de promover a real inclusão da maior parte da população no acesso às informações, um dos pilares da cidadania (Temer e Tuzzo, 2020, p. 17)

As pesquisadoras afirmam que o desenvolvimento das mídias digitais trouxe maior possibilidade de minorias e grupos marginalizados expressarem suas visões, porém essas mídias foram absorvidas pelos antigos grupos de comunicação, que repetem velhas estratégias de cobertura do passado, porém “acrescentando toques de modernidade” e ainda “sutilmente esquecendo as coisas que se tornam inconvenientes, mas, retomando-as do esquecimento quando provam ter utilidade” (Temer e Tuzzo, 2020, p. 19).

Discorrendo sobre a crise de confiança no jornalismo, Borges, Machado e Moraes (2021) abordam como as falhas jornalísticas abordadas contribuíram para que o papel da imprensa de defensora da cidadania, conforme professado pelos ideais burgueses e iluministas, fosse contestado pelo público, sendo “vitimado pela desconfiança social pelo não cumprimento de assegurar as liberdades democráticas” (Borges, Machado e Moraes, 2021, p. 77). A reação desses veículos, conforme os autores, foi o de retomar o discurso fundante da legitimidade jornalística, acentuando suas supostas liberdades e independências.

A questão da independência é posta em uma perspectiva crítica por parte dos autores. Apesar de positivada por normas éticas da atividade jornalística, notórios jornalistas, tais como George Will e Walter Lippmann, seguiram com suas coberturas noticiosas enquanto trabalhavam para personalidades políticas, em um flagrante caso de conflito de interesses. Além dessa problemática, os pesquisadores afirmam ainda que “a dependência em relação aos anunciantes, os constrangimentos organizacionais, os interesses das fontes e a subjetividade do profissional impedem que o discurso da independência seja defendido sem grandes problemas” (Borges, Machado e Moraes, 2021, p. 85).

Como visto, são muitas as contradições presentes na atividade jornalística. De um lado, servem como instrumento de controle do Estado em garantia aos direitos básicos de cidadania da população e instrumentalizam o direito à informação, pilar básico de uma democracia liberal moderna. Por outro, interesses econômicos, financeiros e políticos limitam a possibilidade de um jornalismo independente, que permita o acesso às visões dos mais diversos grupos integrantes

da sociedade. Essas relações tornam-se ainda mais complexas em conflitos militares, quando questões de segurança nacional passam a incidir sobre elas.

4.4 JORNALISMO E CONFLITOS MILITARES

Segundo Mattelart e Mattelart (2004), os interesses de segurança nacional são muitas vezes invocados para restringir o livre fluxo de informações. Essas restrições impõem-se não só sobre informações jornalísticas, mas também sobre as mercadorias e as tecnologias da informação. Segundo os autores, a lógica da segurança nacional coexiste com os princípios neoliberais de livre fluxo da informação de maneira complexa.

A ideia da 'segurança nacional' vem na hora certa para lembrar como, nas práticas estatais em matéria de comunicação e informação, se combinam eficazmente duas lógicas. A primeira remete à imagem de um Estado forte, em que as novas tecnologias de informação permitem à potência estatal reforçar seus aparelhos de segurança interior e exterior e modernizar o conjunto de seu dispositivo securitário. A segunda evidencia a imagem de um Estado fraco, em via de extinção, que delega cada vez mais funções públicas a atores privados (Mattelart e Mattelart, 2004, p. 220).

Assim, em determinadas circunstâncias, os interesses do “macrossujeito militar” prevalecem sobre os atores que propagam a narrativa neoliberal do livre fluxo de informações, já que “as estratégias militares tendem, portanto, a fazer que se destrua o purismo teórico do neoliberalismo” (Mattelart e Mattelart, 2004, p. 219). Cabe verificar historicamente como se desenvolveu, em diversos conflitos armados, essa relação entre o discurso de liberdade de imprensa e o controle estatal da informação por imperativos de segurança nacional.

4.4.1 Guerra da Crimeia: batismo de fogo dos correspondentes de guerra

Acompanhando o desenvolvimento dos meios tecnológicos e a crescente demanda por notícias em um mundo cada vez mais conectado, a imprensa passou a

profissionalizar a cobertura noticiosa dos conflitos armados, enviando seus próprios profissionais para as linhas de frente. Segundo Mattos (2005), durante a Guerra da Crimeia, no ano de 1854, o veículo jornalístico inglês *The Times* enviou William Howard Russell para cobrir o conflito a partir do campo de batalha, tornando-o o primeiro correspondente de guerra na história da imprensa.

Em 1860, alguns anos após a Guerra da Crimeia, deflagrou-se nos Estados Unidos da América (EUA) a Guerra da Secessão. Durante o conflito, uma característica comum entre jornalismo e guerra tornou-se aparente: a contundente influência dos desenvolvimentos tecnológicos em suas respectivas áreas de atuação.

Segundo Mattos (2005), o desenvolvimento do telégrafo, que se tornou operacionalmente viável a partir de 1844, trouxe o aumento pronunciado da capacidade de transmissão de dados. Seu emprego inovador fez com que correspondentes de guerra de veículos dos mais diversos países pudessem transmitir suas observações sobre a Guerra da Secessão aos seus países curtos intervalos de tempo, em uma periodicidade quase diária.

De acordo com o pesquisador, os dois conflitos descritos marcam o início das considerações realizadas por líderes militares em relação às capacidades de influência da imprensa. Durante a Guerra da Crimeia, as notícias transmitidas por Russel sobre o conflito denunciavam as precárias condições de preparo e emprego das forças armadas inglesas, fato que culminou na destituição de todo o alto-comando militar daquele país.

Percebendo a capacidade da imprensa influir nos modos como a guerra era travada, o Comandante-chefe inglês expediu ordens para a estrita regulação de toda atividade jornalística exercida nas áreas de operações militares, e com isso “estabeleceu o que hoje conhecemos como censura militar” (Mattos, 2005, p. 61).

Em relação à Guerra da Secessão, o controle sobre a atividade jornalística não foi menos rigoroso. O comandante das forças nortistas, Wienfield Scott, bloqueou a transmissão jornalística que registrava uma derrota militar, manipulando seu conteúdo por meio da inserção de informações sobre uma suposta vitória. Após esse episódio, a censura militar passou a ser exercida em nível institucional, ao encargo do então Ministério da Guerra, e a obediência às diretrizes militares era implementada por meio de prisões e sanções administrativas (Mattos, 2005).

O período entre os conflitos analisados e a Primeira Guerra Mundial (1ª GM), iniciada em 1914, é marcado por um crescente interesse de autoridades militares e governamentais na atividade jornalística. Mattos (2005) nos informa sobre a iniciativa do então chanceler alemão, Bismarck, de utilizar veículos jornalísticos americanos e ingleses como plataformas para a inserção de propaganda prussiana voltada para a obtenção de vantagens no conflito franco-prussiano, ocorrido entre os anos de 1870 e 1871. O pesquisador ainda discorre sobre a estrita censura militar imposta, novamente pelo governo inglês, durante a Guerra dos Boêres na África do Sul, que se estendeu de 1899 a 1902.

4.4.2 Século XX: a institucionalização da propaganda de guerra

Durante a 1ª GM, segundo Mattos (2005), os instrumentos de propaganda e censura estatais foram implementados com aperfeiçoamentos baseados nas lições aprendidas durante os conflitos recém-ocorridos.

Na Inglaterra, os chamados Barões da Imprensa, proprietários dos veículos jornalísticos, entraram em acordo com autoridades militares para que um pequeno grupo de correspondentes de guerra fosse permitido no campo de batalha. Esse grupo, no entanto, sofria fortes restrições em suas atividades jornalísticas, e seus relatos eram evitados de informações propagandísticas produzidas pelos militares ingleses.

Os outros países envolvidos no conflito, sem exceção, também impuseram um forte controle da atividade jornalística. Os alemães, no entanto, permitiram que alguns correspondentes de países neutros testemunhassem de perto os combates. Esses correspondentes foram denominados de Correspondentes Neutros, uma novidade surgida na 1ª GM.

Em suas reflexões sobre as atividades jornalísticas exercidas durante o conflito, ainda segundo Mattos (2005), diversos profissionais da imprensa perceberam as limitações e instrumentalização de seu ofício, chegando à conclusão de que “a verdade é tradicionalmente a primeira vítima da guerra” (Mattos, 2005, p.65).

Apesar das críticas ao uso da imprensa e do jornalismo como instrumento de propaganda na 1ª GM, a segunda Guerra Mundial (2ª GM) experimentou um maior controle e instrumentalização da informação e comunicação por parte dos países que tomaram parte no conflito.

Segundo Mattos (2005), os países aliados, durante os planejamentos realizados na iminência da expansão do conflito, já se preocupavam com as possibilidades e os perigos da cobertura jornalística dos combates, especialmente devido ao desenvolvimento e popularização do rádio, que aumentava a capacidade de disseminação das informações. Em consequência destas preocupações, a Inglaterra instituiu o Ministério da Informação, encarregado do controle da imprensa durante o período de guerra.

Como caso emblemático a representar o nível do controle governamental inglês sobre a imprensa, Mattos (2005) apresenta o episódio da Retirada de Dunquerque, quando milhares de tropas inglesas e francesas foram evacuadas do território francês para a Inglaterra visando evitar sua captura pelas tropas alemães que avançavam.

Segundo o pesquisador, autoridades militares inglesas forneceram diretrizes para que as organizações de imprensa de seu país não relatassem a evacuação, já que essa exposição poderia abalar o moral das tropas e da nação. A imprensa cumpriu as diretrizes, e “os fatos do maior desastre militar da Segunda Guerra foram removidos e publicados apenas propagandas: a retirada foi apresentada à opinião pública como uma vitória estratégica” (Mattos, 2005, p. 68).

O governo alemão notabilizou-se historicamente pelas estratégias de comunicação adotadas antes e durante o período da 2ª GM. Segundo Mattos (2005), o Ministério da Propaganda alemão, chefiado por Goebbels, empregou a estratégia de fornecer diversos benefícios e regalias para correspondentes de guerra de países neutros. Segundo o autor, esse é um dos fatores a terem contribuído para a boa percepção que a opinião pública desses países experimentou em relação às tropas germânicas nas fases iniciais do conflito.

Em relação à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e o Japão, Mattos (2005) afirma que a imprensa desses países era parte integrante do esforço de guerra, totalmente alinhada com as autoridades militares e governamentais. Já a entrada dos EUA na guerra teve um impacto marcante na área das comunicações, já

que “a propaganda passou a ser tratada de modo mais científico” (Mattos, 2005, p. 69).

Visando aperfeiçoar a divulgação dos esforços de guerra, o governo norte-americano criou o Departamento de Informações de Guerra, investindo vultosos recursos na área da comunicação. Outra instituição a atuar na área foi o Departamento de Censura, responsável por fiscalizar a conduta dos jornais e emissoras de rádio em relação a um código de censura estabelecido pelo governo.

4.4.3 Conflito no Vietnã: a primeira guerra na televisão

Segundo Mattos (2005), a Guerra do Vietnã (1954-1975) foi a guerra da imagem. A transmissão dos combates por meio do noticiário televisivo, novidade na época, alcançou grande impacto na sociedade norte-americana.

Ao contrário do ocorrido nos conflitos anteriores, o governo norte-americano não teve como principal estratégia o uso da censura, mas sim o emprego de uma “verdadeira campanha de relações-públicas” (Mattos, 2005, p. 73). Segundo o autor, os métodos de aliciamento de correspondentes de guerra estrangeiros seguiram um padrão semelhante ao empregado pelos alemães durante a 2ª GM.

Porém, as campanhas propagandísticas oficiais não obtiveram o sucesso almejado, e a sociedade norte-americana passou a questionar de forma crescente o papel dos EUA no conflito. Mattos (2005) discorre sobre o fato emblemático do jornalista da rede norte-americana de televisão CBS, Walter Cronkite, que passou a fazer duras críticas à atuação de seu país no conflito, influenciando o apoio da opinião pública doméstica em relação à guerra.

Apesar de, segundo o autor, não poder ser estabelecida uma relação causal direta entre a cobertura jornalística negativa do conflito e a retirada das tropas dos EUA da guerra, autoridades civis e militares, norte-americanas e inglesas, apontaram para a influência pronunciada que a televisão exerceu sobre a perda de apoio para a participação no conflito e o consequente colapso moral norte-americano.

As análises sobre a influência negativa da cobertura jornalística no conflito do Vietnã serviram de base para as intervenções militares e inglesas nos conflitos

posteriores. Segundo Mattos (2005), a série de conflitos militares e intervenções dos dois países durante a década de 1980, principalmente na América do Sul e Central, foram marcadas por uma estratégia que, de início, primou pela censura e, após, por um controle estrito da produção jornalística sobre esses eventos.

Durante a Guerra das Malvinas, conflito travado entre Argentina e Inglaterra, e as intervenções norte-americanas em Granada e Panamá, foram realizadas diversas experiências de controle e manejo da informação que seriam empregadas na Guerra do Golfo, em 1991, conflito para o qual diversos analistas militares e civis apontam como paradigmático no campo militar e comunicacional.

4.4.4 A Guerra do Golfo: um marco no jornalismo de guerra

Segundo Mattos (2005), na Guerra do Golfo a imprensa sofreu grande controle por parte dos dois lados no conflito, o que causou um grande abalo em sua credibilidade.

A primeira vítima da Guerra do Golfo foi a imprensa, que, submetida a uma radical censura exercida pelos dois lados, foi manipulada para desempenhar as funções de relações públicas, tanto das forças coligadas como das de Saddam Hussein (Mattos, 2005, p. 80).

As tropas da coligação que invadiram o Iraque, comandadas pelo general Norman Schwarzkopf, contaram com sua experiência na invasão norte-americana de Granada, quando a imprensa foi estritamente controlada. A imprensa desumanizou a guerra, já que, filtrando as imagens retratando as consequências dos combates e bombardeios ao Iraque, transmitiu a falsa realidade de uma guerra limpa, sem mortos e com ataques cirúrgicos realizados com grande precisão (Mattos, 2005).

Diversos veículos de imprensa brasileiros denunciaram a censura sofrida pela imprensa durante os combates, assim como os jornais franceses que, mesmo fazendo parte de um país integrante da coalizão invasora, foram inicialmente impedidos de realizar a cobertura dos combates. Esses jornais, mesmo após terem acesso às imagens liberadas pelas tropas da coalizão invasora, afirmaram que elas

pareciam cenas de um filme de guerra. Os norte-americanos estabeleceram um forte controle de toda a cobertura jornalística do conflito.

Em nome do sigilo militar, a mídia foi impedida de transmitir notícias sobre a localização da queda de mísseis, evitando correções balísticas por parte de Sadam. Para evitar a repetição do Vietnã, os EUA estabeleceram a censura prévia para tudo que dissesse respeito ao golfo. Bush chegou ao extremo de proibir até as imagens da chegada dos corpos dos soldados americanos aos EUA a fim de impedir a comoção nacional. [...] A propaganda de guerra foi muito utilizada para transformar Sadam Hussein num inimigo perigoso, que deveria ser esmagado (Mattos, 2005, p. 81).

Conforme Souza (2005), que pesquisou a cobertura da Guerra do Iraque de 2001 pela rede de notícias CNN, depreende-se que, durante a guerra do golfo, ocorrida em 1991, a mídia norte-americana alcançou um nível de hegemonia jornalística sem precedentes na história da imprensa. Segundo o autor, a CNN, ao desfrutar da imensa capacidade de transmissão de uma rede de satélites de telecomunicações, um desenvolvimento tecnológico recente durante aquela guerra, conseguiu impor sua visão do conflito a uma audiência global.

Os bastidores do controle das informações da guerra revelam o domínio de recursos tecnológicos essenciais para o fluxo de informações. A Guerra do Golfo em 1991 utilizou nada menos que 118 estações terrestres móveis para comunicação via satélite, suplementada por 12 terminais comerciais de satélites, usando cerca de 81 chaves que proporcionavam a utilização de 329 circuitos de voz e 30 circuitos de mensagens (Souza, 2005, p. 109).

Empregando conceitos como hegemonia, globalização e imperialismo cultural, o pesquisador demonstra como a cobertura de conflitos militares, a partir da guerra do Golfo, foram o fator preponderante para a consolidação da rede CNN no mercado de notícias globalizado.

O auge dessas coberturas se deu justamente em conflitos militares apoiados e iniciados pelos EUA. As guerras passaram a ser sinônimo de reportagens da CNN. E isso passou a ser reconhecido por vários meios de comunicação que reproduzem as informações transmitidas pelo canal, em tempo real, para todo o mundo (Souza, 2005).

Outro importante aspecto pesquisado por Souza (2005) foi a influência que os meios de comunicação norte-americanos exercem na América Latina. Por meios dos dados apresentados, se pode ter uma ideia de como a cobertura feita pelo jornalismo dos EUA influenciou os meios de comunicação da região.

A CNN não é o primeiro nem o único produto da TV norte-americana exportado para essa aldeia global. Na década de 1990, a produção de televisão e de filmes dos EUA ocupou 77% da programação da TV na América Latina, segundo dados da Unesco (Souza, 2005, p. 24).

Em sua pesquisa sobre as mídias, Charaudeau (2013) aponta para os diversos aspectos inovadores da comunicação durante a Guerra do Golfo.

Discorrendo sobre o poder das imagens e o conceito de Imagem-sintoma, o qual preceitua que as imagens são dotadas de uma forte carga semântica, o autor atenta para a manipulação desse poder de significação durante a cobertura do conflito.

Pode-se avançar a hipótese de que pelo fato da conjunção entre roteirização fílmica (que nos remete à ficção), roteirização de reportagem (que nos remete à realidade) e imagem-sintoma de desabamento, passamos para o outro lado do espelho onde, talvez, “retornarás ao pó”. Evidentemente, nada disso esteve presente na transmissão midiática da Guerra do Golfo, de 1991, a qual nos remeteu mais à frieza de um videogame (Charaudeau, 2013, p. 247).

Ao tratar sobre o aspecto do poder de manipulação das mídias, Charaudeau (2013) ainda nos informa sobre as técnicas de seleção e dramatização dos eventos. Ao adentrar nesse aspecto das práticas midiáticas, o autor seleciona a cobertura jornalística de diversos conflitos para exemplificar o emprego delas. Além da Guerra ao Terror, desencadeado pelos EUA após os ataques às Torres Gêmeas, são citados os conflitos na ex-Iugoslávia, na Chechênia e os massacres em Ruanda. A Guerra do Golfo, novamente, toma destaque dentro do tema.

Assistimos a isso na Guerra do Golfo, quando as mídias contribuíram para fabricar a figura satânica do agressor na pessoa de Saddam Hussein, e, diante dele, a figura limpa e eficaz do salvador (“guerra cirúrgica”), representada pelo exército americano-europeu (Charaudeau, 2013, p. 254).

Ao analisar os aspectos econômicos, diplomáticos e informacionais da Guerra do Golfo, Fiori (2018) nos informa sobre o papel da imprensa na imposição da hegemonia ocidental em um mundo pós-guerra fria, já que, para alcançar essa hegemonia, o jornalismo fez parecer que “tudo parecia claro, e a hipocrisia dos argumentos dissolvia-se no manejo envolvente e global da informação” (Fiori, 2018, p. 23).

O pesquisador ainda atenta para o nível de controle alcançado pelas potências hegemônicas de então na dimensão informacional.

A extensão do consenso e da aliança militar foi responsável pelo campo aberto e limitado para o exercício puro e simples da força militar e para um controle, absolutamente sem precedentes, da circulação da informação mundial (Fiori, 2018, p. 44).

O debate acerca do papel da comunicação na Guerra do Golfo é abordado ainda por Zabunyan (2022), para quem o canal de notícias CNN atuou como porta-voz das forças armadas nos EUA no conflito.

Parece distante o tempo em que a Guerra do Golfo provocava verdadeiras tomadas de posição sobre como ela nos chegava por meio das reportagens dos correspondentes especiais da CNN em Bagdá, mas também dos comunicados do Estado-Maior dos Estados Unidos baseado na Arábia Saudita, transmitidos pela CNN, como se o canal criado em 1980 por Ted Turner tivesse se tornado o porta-voz oficial do exército dos Estados Unidos (Zabunyan, 2022, p. 97).

Segundo o acadêmico, na segunda invasão do Iraque em 2003, os norte-americanos precisaram se adaptar a um contexto midiático em que sua hegemonia não mais era incontestada, já que a rede de notícias qatari *Al Jazeera*, criada em 1996, também participou da cobertura da invasão. Outro fator para essa relativa perda de hegemonia foi o extenso compartilhamento de vídeos na internet, principalmente pela plataforma *Youtube*, criada em 2005.

Ainda segundo Zabunyan (2022), a reflexão sobre o papel da comunicação na Guerra da Ucrânia nos permite prolongar o debate suscitado por este e outros conflitos, já que “é evidente que uma batalha de imagens está sendo travada entre os dois beligerantes” (Zabunyan, 2022, p. 101).

5 CONTEXTO HISTÓRICO DA GUERRA DA UCRÂNIA

Visando esclarecer a gênese das tensões sociais que culminaram com a Guerra da Ucrânia, desencadeada em fevereiro de 2022 entre a Ucrânia e a Federação Russa, é necessário analisar a acidentada história da relação entre os países beligerantes. Apesar da origem comum, eles experimentaram tensões e conflitos ao longo de sua trajetória histórica. Para tanto, dividiu-se a pesquisa historiográfica em seções voltadas para a exposição dos fatos de maior repercussão na literatura acadêmica sobre o tema.

5.1 AS ORIGENS COMUNS DA FEDERAÇÃO RUSSA E DA UCRÂNIA

Segundo Segrillo (2023), existe uma verdadeira “batalha historiográfica” entre acadêmicos russo e ucranianos sobre as relações históricas entre seus respectivos países. Porém, esses desacordos se dão na ênfase e na caracterização dos eventos históricos, havendo uma certa convergência quanto a acontecimentos de relevância.

O marco histórico do aparecimento da civilização que deu origem ao estado russo e ucraniano deu-se no século IX, quando os eslavos orientais se organizam no denominado Estado Kievano ou *Rus'*, com seu centro político na localidade de Kiev, hoje capital da Ucrânia. Sua configuração política era caracterizada por frágeis laços entre diversas cidades-estado vassalas ao Grão-Príncipe de Kiev. O desaparecimento do Estado Kievano dá-se no século XIII, após um processo de desagregação política que culminou com as invasões e subsequente dominação mongólica do território, que perdurou até o século XV.

Após o fim da dominação mongólica, inicia-se o período inicial das divisões entre russos e ucranianos. Os russos, após a expulsão dos mongóis, desenvolveram seu Estado centrado em Moscou, atual capital da Federação Russa. Já os territórios da atual Ucrânia dividiram-se entre os russos, os poloneses e os lituanos. Entre 1569 e 1795, a Polônia e a Lituânia formaram a Comunidade Polaco-Lituana, a qual foi absorvida pelo Império Russo e pelo Império Habsburgo após as denominadas Três Partilhas, série de anexações do território da comunidade realizadas pelos dois

impérios. Essa configuração territorial perduraria até a Revolução Russa, em 1917 (Segrillo, 2023).

Com a instabilidade política e social criada pela Revolução Russa e pela 1ª GM, diversas partes do Império Russo buscaram independência. O território ucraniano foi disputado por diversas facções, entre elas os bolcheviques, os russos brancos e os alemães, que haviam ocupado diversos territórios russos durante a guerra. Aproveitando-se desse contexto turbulento, a República Popular Ucraniana, com capital em Kiev, declarou sua independência da Rússia em janeiro de 1918, porém em fins de 1920 os bolcheviques, após vencerem a guerra civil, dominaram militarmente a Ucrânia, tornando-a um dos países integrantes da URSS. A Polônia, ao contrário da Ucrânia, logrou obter sua independência por meio do Tratado de Riga, assinado em 1921 com a URSS, recuperando territórios no oeste ucraniano (Galícia e oeste da Volínia) (Segrillo, 2023).

5.2 2ª GM E A CONFORMAÇÃO DAS FRONTEIRAS UCRANIANAS

Segundo Adam (2008), na década de 1920, a cultura e a identidade ucraniana foram incentivadas na república soviética. Porém, após esse desenvolvimento inicial, as autoridades em Moscou passaram a acreditar que essa atitude era por demais permissiva e afastava o povo ucraniano da autoridade central soviética, criando vulnerabilidades no território ucraniano para as influências alemã e polonesa.

Com o recrudescimento do controle central, os fazendeiros ucranianos passaram a se revoltar, já que a Ucrânia era considerada o celeiro da URSS por sua considerável produção agrícola, o que “a transformou em principal alvo da política de coletivização das zonas rurais”. Em reação, “o governo soviético, então, além de aprofundar a coletivização, impôs a colheita forçada dos produtos alimentícios” (Adam, 2008, p. 35). Apesar desses revezes, o território ucraniano expandiu-se em 1939, após a invasão soviética da Polônia e consequente anexação das províncias da Galícia e da Volínia.

Com a vitória soviética na 2ª GM, os territórios ucranianos foram definitivamente aumentados graças às anexações obtidas por meio das batalhas, sendo que, em 1945, “pela primeira vez, todas as regiões que hoje formam a

Ucrânia passaram a estar sob o domínio soviético” (Adam, 2008, p. 36). No período pós-guerra, especificamente em 1954, em comemoração ao tricentenário do Tratado de Pereslávia, o então líder da URSS, Khrushchev, decretou a transferência da península da Crimeia para a República Ucraniana, sendo que, a partir dessa data, “a República Socialista Soviética da Ucrânia estava, assim, com todos os territórios que, em 1991, com a dissolução da URSS, a tornaram um país independente” (Segrillo, 2023, p. 309).

5.3 INDEPENDÊNCIA DA UCRÂNIA A PARTIR DA DISSOLUÇÃO DA URSS

O fim da URSS trouxe intensas mudanças no contexto social, político e econômico das repúblicas soberanas que se formaram a partir da dissolução territorial soviética. Mielniczuk (2006) nos traz um panorama das tensões que vieram à tona após esse relevante acontecimento geopolítico.

Com o fim da URSS, as ex-repúblicas socialistas adquirem o status de países independentes e dão início à construção de uma nova ordem no leste da Europa. A instabilidade é esperada, pois a falência da autoridade central soviética introduz os novos países no reino da anarquia. Nesse sentido, a emergência de Estados soberanos traz à tona uma série de conflitos de interesses que permaneceram latentes durante o regime comunista e nos quais a Rússia está envolvida por causa de sua extensão territorial, o tamanho de sua população e sua importância militar. Além disso, algumas disputas envolvem as aspirações de autonomia das antigas repúblicas, as quais passam a enxergar a Rússia como sucessora da União Soviética no papel de opressor. Por isso a postura russa em relação a seus vizinhos é crucial para a viabilidade da nova ordem regional (Mielniczuk, 2006, p. 1).

Ainda segundo o autor, a separação entre a Rússia e a Ucrânia foi marcada por tensões e conflitos, já que os dois países nunca haviam convivido como duas entidades estatais autônomas. Esse fato se agravou pela tendência da Ucrânia em procurar afirmar uma identidade e cultura genuinamente nacionais, em contraposição a seu passado russo e soviético, porém contando com uma significativa porção populacional com estreitos laços étnicos e identitários com a população russa.

Após a dissolução da URSS, ainda segundo Mielniczuk (2006), estima-se que metade da população ucraniana de 50 milhões de habitantes adotava o idioma russo como sua primeira língua, além de 10 milhões do total de habitantes serem originários da Rússia. Como visto na Seção 1 da presente pesquisa, a língua é um instrumento de poder, e o tema da língua russa e ucraniana fomenta disputas identitárias e territoriais entre as duas repúblicas.

Logo após a declaração de independência da Ucrânia, ocorrida em 1991, a Federação Russa indis pôs-se com o governo do novo país, já que sua liderança considera que Rússia, Ucrânia e Bielorrússia, outra república recém-formada a partir de dissolução da URSS, formam uma só entidade nacional. Várias questões trazem os antagonismos entre os dois países para o debate público.

No campo militar, a questão dos armamentos nucleares e sua centralização na Rússia para desmontagem aguçam os temores ucranianos de que, com tal atitude, seu território estaria vulnerável a uma ação militar russa para nova anexação de seus territórios. Ainda nessa área, a questão da Frota Naval do Mar Negro, estacionada na cidade de Sevastopol, península da Crimeia, gerou tensões entre os dois países que por pouco não deflagaram um conflito armado (Mielniczuk, 2006).

Outro ponto de atrito foi a questão econômica. Uma grande proporção da matriz energética ucraniana (70% do petróleo e 90% do gás natural) estava baseada em hidrocarbonetos provindos da Rússia, e esta passa a utilizar a dependência energética ucraniana como forma de se imiscuir em seus assuntos internos, já que a economia ucraniana colapsaria caso os russos interrompessem o fornecimento desses recursos.

Todos esses pontos de atrito fazem com que a Ucrânia, durante a década de 1990, busque uma aproximação com o ocidente e com a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) para contrabalançar a influência russa sobre sua sociedade (Mielniczuk, 2006). Dentro desse contexto, em 1996 os ucranianos instituem a língua ucraniana como a única oficial do país, em um “ápice da política de ucranização linguística”, pois sabiam “da importância da linguagem na constituição de uma identidade nacional libertadora em um Estado pós-imperial” (Adam, 2008, p. 85).

Apesar dessas medidas, a Ucrânia, sendo uma sociedade multiétnica, seguiu com dificuldades para forjar uma identidade nacional única. A política linguística obteve resultados duvidosos já que, nas províncias do leste e do sul, majoritariamente russófilas, grande parte dos governos locais continuou “usando o

russo como meio de comunicação interno e nos contatos com o público” (Adam, 2008, p. 86). Ainda, “no final dos anos 1990, com a desilusão dos ucranianos a respeito dos pífios resultados econômicos, ocorreu uma inflexão pró-Rússia” (Mielniczuc, 2006, p. 5).

5.4 A REVOLUÇÃO LARANJA

Durante as eleições para presidente, ocorridas na Ucrânia em 2004, as divisões étnicas e sociais do país vieram à tona. Com o fim do mandato de Kuchma, que governou o país desde 1994, dois projetos de país confrontavam-se nas urnas. O primeiro era o do candidato Yushchenko, o qual advogava pelo retorno a uma política de aproximação com o ocidente. O outro candidato era Yanukovich, apoiado por Kuchma e que tinha como plataforma de governo um equilíbrio de posições entre o ocidente e a Rússia, porém inclinado a uma maior aproximação com esta última.

No primeiro turno das eleições, Yushchenko obteve uma estreita margem de vantagem, porém no segundo turno Yanukovich sagrou-se vitorioso, com um desproporcional apoio das regiões leste e sul do país (Adam, 2008).

A surpresa no resultado do segundo turno, contrário às previsões dos institutos de pesquisa de opinião, suscitou acusações de fraude por parte dos partidários de Yushchenko. Em 22 de novembro de 2004 os partidários do candidato derrotado iniciaram uma série de mobilizações em Kiev contra os resultados do pleito, logrando que em 03 de dezembro o pleito fosse anulado. Esses eventos foram denominados de Revolução Laranja devido à cor utilizada pelos apoiadores de Yushchenko.

Segundo Mielniczuc (2006) e Adam (2008), os governos ocidentais, liderados pelos EUA, tiveram ativa participação na contestação dos resultados da eleição. A Federação Russa, por outro lado, reconheceu de imediato a vitória de Yanukovich.

Após a realização de novas eleições, Yushchenko sagrou-se vitorioso e assumiu a presidência da Ucrânia, porém a Revolução Laranja e a concentração regional dos apoios a cada candidato revelaram um país extremamente polarizado.

A Revolução Laranja e seus desdobramentos desvelam muito da situação política ucraniana, da formação da identidade nacional do país, das relações com a Rússia e de alguns aspectos do Complexo Regional de Segurança do espaço pós-soviético (Adam, 2008, p. 90).

Yanukovich, apesar de derrotado, obteve grande votação nas regiões leste e sul do país novamente. O que fez pender a balança em favor de Yushchenko, segundo Adam (2008), foi o nacionalismo da região ocidental do país que, naquele momento, obteve maior coesão, ao contrário das multifacetadas regiões leste e sul do país, que misturam traços culturais ucranianos e russos. Porém, mesmo com a vitória, “a política ucraniana continuou polarizada”, sendo que “tal fato não concedeu impulso decisivo em direção à separação identitária da Ucrânia com a Rússia, nem resolveu o problema quanto à característica multifacetada de sua identidade nacional” (Adam, 2008, p. 90).

Sintomas dessa polarização começam a dar novos sinais em 2006, quando Yanukovich e seu partido retomam à cena política com expressiva votação nos pleitos parlamentares, baseados principalmente nas regiões leste e sul (Adam, 2008). Após a crise financeira de 2008 a Ucrânia enfrentou grandes dificuldades econômicas, o que viria a se refletir no pleito presidencial de 2010. Yushchenko, então presidente, obteve aproximadamente 5% dos votos em sua tentativa de reeleição, enquanto Yanukovich sagrou-se vitorioso nessa eleição, demonstrando a importância política do leste e sul do país.

5.5 GUERRA CIVIL, ANEXAÇÃO DA CRIMEIA E O INÍCIO DA GUERRA

Durante seu mandato, Yanukovich procurou seguir uma diretriz de não-alinhamento externo, porém com políticas que normalizaram as relações entre Ucrânia e Rússia. Seguindo essa linha, o presidente deu prosseguimento às negociações com a União Europeia para um acordo de associação econômica, iniciadas no governo anterior. Em relação à normalização com a Rússia, ele oficializou a permissão para uso da língua russa em nível local, além de assinar um acordo postergando a permissão para a Frota do Mar Negro russa permanecer na cidade de portuária de Sevastopol, na Crimeia (Azevedo, Campos e Lobo, 2018).

O acordo de cooperação econômica com a União Europeia seria assinado em novembro de 2013, porém, algumas semanas antes da assinatura, Yanukovich rejeitou a proposta, preferindo seguir em uma política de maior aproximação com a Rússia e aceitar uma oferta de tratado econômico com esta. No dia 21 de novembro de 2013, data da recusa de assinatura do compromisso econômico, teve início uma série de mobilizações populares, concentradas principalmente na praça *Maidan* em Kiev, condenando a rejeição do tratado. Essas mobilizações, segundo Azevedo, Campo e Lobo (2018) contaram com diversos manifestantes portando cartazes com mensagens pró-ocidente e diversas bandeiras da União Europeia, a semelhança do que havia ocorrido na Revolução Laranja.

Ficou claro o apoio dos EUA e de países ocidentais ao movimento oposicionista, já que a oposição “mobilizou descontentamentos populares mediante controle das mídias de massa, uso de redes sociais e financiamento de organizações não-governamentais norte-americanas” (Plekhanov, 2015 apud Azevedo, Campo e Lobo, 2018, p. 120). Segundo Mielniczuk (2014), a União Europeia teve papel ativo na desestabilização do governo, já que fomentou a participação popular nas manifestações da oposição após a não assinatura do tratado.

Ainda segundo Mielniczuk (2014), os protestos passaram a contar com intensa participação de indivíduos integrantes de movimentos políticos de extrema-direita, os quais passaram a cometer atos de violência, resultando em uma firme reação das forças de segurança do governo. No começo de 2014, em um controverso evento, forças policiais e manifestantes se enfrentaram com armas de fogo, resultando em mortes de civis. Com a intensificação das mobilizações e da violência, o presidente Yanukovich, em fevereiro de 2014, abandona o país e um governo transitório é formado pela oposição.

Com a queda de Yanukovich, as fraturas étnico sociais da Ucrânia atingiram o seu ápice. Segundo Segrillo (2023), as províncias de Lugansk e Donetsk, compostas majoritariamente por russos étnicos, não aceitaram a derrubada de um presidente etnicamente russo e declararam-se em guerra civil contra o novo governo de Kiev.

Segundo Azevedo, Campo e Lobo (2018), em 27 de fevereiro de 2014, os russos mobilizaram suas tropas estacionadas na península da Crimeia e bloquearam o acesso à península, evitando que o exército ucraniano pudesse enviar tropas para garantir sua integridade territorial. Em 16 de março de 2014 foi organizado um

referendo sobre a ocupação russa, sendo que 97% da população da península votou à favor da integração da Crimeia com a Federação Russa. Dois dias depois da divulgação dos resultados do referendo, o presidente Putin oficializou a anexação da península ao território russo.

Os eventos ocorridos em 2014 foram críticos para a deterioração das relações entre a Ucrânia, apoiada pelo ocidente, e a Federação Russa. Segundo Ibañez e Silva (2023), a invasão da Ucrânia por parte dos russos foi apenas o desenvolvimento de uma dinâmica iniciada por eles.

A invasão ao território ucraniano não começou apenas em 24 de fevereiro de 2022. Na verdade, a ocupação política e militar de territórios ucranianos por Moscou vem ocorrendo desde a anexação da península da Crimeia e do início da Guerra Civil no Donbass (Luhansk e Donetsk). O estágio atual da guerra é apenas uma continuação dos acontecimentos de 2013 e 2014, e das mudanças de política externa que vigoram desde a ascensão de Vladimir Putin ao poder e que se coadunam com ideias e visões nacionalistas russas (Ibañez e Silva, 2023, p. 213).

Segundo os autores, os argumentos da “desnazificação”, “desmilitarização” e da contenção do expansionismo da OTAN, empregados para justificar a invasão em fevereiro de 2022, já vinham sendo empregados desde os eventos em 2014. Durante esse intervalo, os russos já haviam iniciado uma política de conceder passaportes russos a cidadãos das províncias rebeldes, além de diversas ações de política interna e externa que apontavam para uma iminente invasão do território ucraniano.

Repetindo o padrão utilizado na Crimeia, foram realizados referendos nas províncias e cidades de Luhansk, Donetsk, Zaporizhzhia e Kherson, todos com resultados previsivelmente favoráveis à anexação de seus territórios à Federação Russa, o que efetivamente ocorreu.

Com base nas informações sobre o relacionamento histórico entre Ucrânia e Rússia e nos eventos que levaram à guerra iniciada em 2022, percebe-se que o conflito possui fatores étnicos, culturais, econômicos e políticos complexos. A cobertura do conflito por parte dos meios de comunicação ocidentais não contribuiu para um melhor entendimento das complexidades inerentes a ele, conforme alega Bolaño (2023). Segundo o autor, os conglomerados de comunicação ocidentais detêm uma hegemonia global, sendo que seus principais veículos são de propriedade de um pequeno grupo de potências, as quais pertencem à OTAN.

Um estudo da cobertura da intervenção russa na Ucrânia, articulando a produção e distribuição de conteúdo informativo, desde as grandes agências de notícias até a sua replicação nas redes sociais, passando pela ação da mídia hegemônica e pelas ações de censura das plataformas digitais, nos diferentes países, mostrará, como em inúmeros outros casos, o elevado grau de integração do sistema global de cultura em benefício do imperialismo na construção do consenso. É claro que em ambos os lados do conflito, os sistemas de comunicação vinculados subordinam-se a interesses superiores, políticos e militares, mas é flagrante a superioridade do sistema integrado do imperialismo, que abrange as grandes agências de notícias, as plataformas digitais norte-americanas e toda a mídia hegemônica mundial, amplamente capilarizada (Bolaño, 2023, p. 5).

Assim, a geopolítica dos meios de comunicação contribui para aumentar a complexidade na cobertura da guerra, intensificando a necessidade de visão crítica em relação aos veículos de comunicação e suas respectivas coberturas sobre o conflito.

5.6 A EXPANSÃO DA OTAN E A AMEAÇA À SEGURANÇA RUSSA

Uma das principais razões alegadas pelas autoridades russas para a deflagração do conflito foi a expansão da OTAN para as proximidades da fronteira russa. Em seu pronunciamento de 24 de fevereiro de 2022, data do início da invasão, o Presidente da Federação Russa (Putin, 2022) cita a OTAN nove vezes, e insere a questão de sua expansão como o principal fator para as ações russas.

Começarei com o que disse em meu discurso de 21 de fevereiro de 2022. Falei sobre nossas maiores preocupações e inquietações, e sobre as ameaças fundamentais que políticos ocidentais irresponsáveis criaram para a Rússia de forma consistente, rude e sem cerimônia, ano após ano. **Refiro-me à expansão da OTAN para o leste, que está movendo sua infraestrutura militar cada vez mais para perto da fronteira russa** (Putin, 2022, grifo e tradução nossa)²⁵.

A alegação de Putin (2022) encontra embasamento na pesquisa de Mielniczuk (2006). O acadêmico aponta como se desenvolveram as relações entre a

²⁵ I will begin with what I said in my address on February 21, 2022. I spoke about our biggest concerns and worries, and about the fundamental threats which irresponsible Western politicians created for Russia consistently, rudely and unceremoniously from year to year. I am referring to the eastward expansion of NATO, which is moving its military infrastructure ever closer to the Russian border.

Ucrânia recém-independente e a OTAN, ressaltando a hostilidade russa em vista desta aproximação.

Logo após a independência, a Ucrânia declara-se como um país militarmente neutro, não aderindo formalmente a nenhuma aliança militar. Porém, passa a integrar o projeto Parceria para a Paz, uma organização voltada para o diálogo entre a OTAN e antigos membros do Pacto de Varsóvia. Durante a década de 1990, o país paulatinamente aproxima-se da OTAN, abandonando o princípio de neutralidade militar em sua legislação e passa a integrar diversas instituições relacionadas à aliança (Mielniczuk, 2006).

Nos anos 2000, segundo Azevedo, Campos e Lobo (2018), a OTAN continua a se expandir para leste, traindo promessas feitas ao governo russo pela administração do presidente norte-americano George H. W. Bush em 1990 de que a aliança não tomaria tal atitude. Em 2004, os países bálticos, Estônia, Letônia e Lituânia, fronteiriços à Federação Russa, aderem à aliança. Segundo os autores, a Rússia, durante as décadas de 1990 e 2000, não possuía força para contestar essa expansão.

Em 2007, na Conferência de Segurança de Munique, Putin declara em seu discurso que a expansão da OTAN é perniciososa aos interesses de segurança russos, uma atitude inaceitável que visa à imposição de uma agenda unipolar em sua região contígua (Bin, 2025). Apesar do alerta, a OTAN, em sua reunião de cúpula realizada em 2008, declara que a Ucrânia e a Geórgia se tornariam membros da aliança, apesar de não estipular data certa para essa integração. Quatro meses após a declaração, a Rússia demonstra sua disposição para reverter esse quadro ao declarar guerra e invadir a Geórgia. Em 2014, a anexação da península da Crimeia ocorre no mesmo contexto, quando o novo governo ucraniano, implementado após a deposição de Yanukovich, estabelece maior aproximação com autoridades da OTAN (Azevedo, Campos e Lobo, 2018).

6 A ANÁLISE TRIDIMENSIONAL DO *CORPUS* DA PESQUISA

Esta seção tem por finalidade apresentar a metodologia empregada na pesquisa. Partindo da base teórica levantada, procurou-se distinguir os elementos nela encontrados na cobertura da Guerra da Ucrânia realizada por veículos jornalísticos brasileiros. Segundo Lai (2009, p. 155), “ser capaz de associar um nome a uma coisa é um processo de múltiplas camadas. É necessário saber como distinguir coisas, como distinguir um tipo de outro, e aplicar os nomes apropriados a elas”. Assim, a metodologia apresentada visa, como preconizam os *mingjia*, encontrar no *corpus* da pesquisa os elementos teóricos apresentados, verificando nos elementos concretos a existência de padrões abstratos.

Os moístas, escola de pensamento chinês, utilizam a alegoria do cego para denotar a limitação do conhecimento puramente teórico quando não empregado para a análise da realidade. Segundo eles, até um cego pode descrever as características da luz e da escuridão, porém não as distinguir no ambiente, já que “o cego pode entender os nomes, mas ele não sabe como usá-los para fazer distinções” (Lai, 2009, p. 156).

Demonstrando como a pesquisa buscou realizar essas distinções, primeiramente apresenta-se o principal instrumento teórico-metodológico utilizado nela, a ACD. Após a apresentação de seus principais conceitos e características, passa-se para a explanação sobre os processos empregados para a coleta dos dados do *corpus* analisado, encerrando-se o capítulo com a apresentação dos métodos empregados para aplicar a ACD na análise do *corpus* levantado.

6.1 A ANÁLISE DO DISCURSO (AD) E A ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO (ACD)

A definição da ACD é uma tarefa complexa. Os diversos pesquisadores que se sobressaem nesse campo apontam diversas características básicas para ele, principalmente sua amplitude de métodos possíveis e a transdisciplinaridade. Assim, para um maior entendimento do tema, expõem-se as principais ideias de acadêmicos da área, tais como Fairclough (2001; 2013), Van Dijk (2008) e

Maingueneau (2015), complementadas, quando necessário, por outros autores de relevância.

Em sua apresentação da ACD, Van Dijk (2008) faz uma crítica à nomenclatura, atestando que o nome ideal para essa teoria seria Estudos Críticos do Discurso (ECD). Sua proposta baseia-se na ideia de que os ECD não são um método de análise, já que “usam qualquer método que seja relevante para os objetivos dos seus projetos de pesquisa” (Van Dijk, 2008, p. 10), constituindo-se essencialmente em um domínio de práticas acadêmicas, marcado pela transdisciplinaridade entre diversas áreas das ciências humanas e sociais.

O autor conceitua os ECD como “um movimento científico especificamente interessado na formação de teoria e na análise crítica da reprodução discursiva de abuso de poder” (Van Dijk, 2008, p. 9). Para ele, o interesse dessa teoria é investigar como características semióticas do discurso, tais como entonação, metáforas e escolhas lexicais, relacionam-se com as relações de poder na sociedade. Como já exposto, os métodos de estudo no campo são diversos, e há múltiplas maneiras de se investigar as estruturas e estratégias da escrita e da fala: análise gramatical, análise retórica, análise estilística, análise semiótica, entre outras. Ainda, “esses diferentes tipos de análise (observação, descrição etc.) podem se combinar e se sobrepor de muitas maneiras” (Van Dijk, 2008, p. 11).

O acadêmico inglês Fairclough (2013, p. 4, tradução nossa) traz uma definição mais ampla da ACD, asseverando que esta “não é apenas a análise do discurso ‘em si mesmo’”²⁶, mas sim “a análise dialética das relações entre o discurso e outros objetos, elementos ou momentos, assim como a análise das ‘relações internas do discurso’”²⁷. Para ele, a ACD possui três características básicas: é relacional, dialética e transdisciplinar.

Relacional porque não foca em indivíduos ou entidades individuais, mas sim em relações sociais. Dialética pois analisa objetos que, apesar de diferentes, tem uma forte interligação entre si, a exemplo de discurso e poder, que apesar de serem conceitos diferentes, possuem relações complexas e não existem isolados um do outro. Por último, é transdisciplinar por envolver o diálogo entre disciplinas, teorias e enquadramentos diversos, tal como exposto por Van Dijk (Fairclough, 2013).

26 “It is not analysis of discourse ‘in itself”

27 “but analysis of dialectical relations between discourse and other objects, elements or moments, as well as analysis of the ‘internal relations’ of discourse”

Dadas algumas definições básicas do campo da ACD, convém especificar conceitualmente as diferenças entre ACD e AD. Maingueneau (2015) apresenta com clareza as distinções básicas entre os dois campos. Para ele, os estudos do discurso “oscilam entre dois objetivos: analisar funcionamentos e exercer um poder ‘crítico’”. Assim, para caracterizar o viés crítico na análise, “é necessário haver a decisão de desvendar interesses que o discurso, por natureza, tentaria dissimular” (Maingueneau, 2015, p. 53), estando entre esses interesses a violência, a discriminação e a injustiça.

Segundo Van Dijk (2008, p. 15), a noção de crítico nos estudos do discurso “implicam que estudiosos dos ECD não são ‘neutros’”, e que eles atentam para um ou mais pontos que demonstram essa característica, quais sejam: demonstrar a perspectiva de grupos dominados em relações de dominação; experiências desses grupos dominados são apresentadas como evidências na análise; demonstrar a ilegitimidade das ações discursivas dos grupos dominantes; e a formulação de alternativas viáveis ao discurso dominante.

Convergindo com Van Dijk em diversas ideias, Fairclough (2013) pontua características da ACD que a tornam crítica. Primeiramente, ela traz elementos normativos para a análise. A característica crítica é baseada em valores, “em visões particulares de uma ‘boa sociedade’ e do bem-estar humano e do desenvolvimento, baseando-se em avaliações da sociedade e possíveis maneiras de modificá-la” (Fairclough, 2013, p. 7, tradução nossa)²⁸. A análise crítica produz interpretações da vida social e de suas mazelas, sendo que essas interpretações produzem conhecimento que podem contribuir para a melhoria da sociedade.

Apresentados alguns conceitos basilares e definições da ACD, convém conhecer como esse campo de estudos do discurso formou-se, suas principais correntes de pensamento e seus mais influentes pesquisadores.

28 “in particular views of the ‘good society’ and of human well-being and flourishing, on the basis of which it evaluates existing societies and possible ways of changing them”

6.2 O DESENVOLVIMENTO DA ACD

Segundo Maingueneau (2015), o termo Análise do Discurso foi cunhado pelo linguista Zellig S. Harris em seu artigo intitulado “Análise do Discurso”. Harris adotava uma postura estruturalista e o termo Análise, conforme sua escola de pensamento, tomava o sentido de decomposição, que seria realizada em determinado texto durante a pesquisa. Seu principal enfoque era a análise textualmente orientada e a estrutura do texto, buscando nestas a influência de fenômenos de ordem social. Porém, a abordagem de Harris não corresponde à atual característica dos estudos do discurso, já que “estava muito longe das problemáticas atuais do discurso, que recusam a própria oposição entre um interior e um exterior dos textos” (Maingueneau, 2015, p. 16).

Durante a década de 1960, segundo o autor, desenvolvem-se as problemáticas que balizam ainda hoje a AD, principalmente nos Estados Unidos, na França e na Inglaterra. As diversas correntes de pesquisa nos países citados não se constituíam em um projeto unificado, porém, apesar de suas divergências, partilhavam de um mesmo espaço de pesquisa. O desenvolvimento das teorias pós-estruturalistas, principalmente a obra de Michel Foucault, trouxeram grandes contribuições para o campo da pesquisa do discurso.

De forma geral, os desenvolvimentos da linguística e a maior preocupação com a língua por parte da filosofia, ocorridas durante o século XX, contribuíram para as pesquisas sobre o discurso. A “virada linguística”, tema exposto na Seção 1 desta pesquisa, trouxe a preocupação com uma análise da linguagem para esclarecer o trabalho conceitual realizado na filosofia. Já a linguística passou a ser influenciada pela corrente pragmática, que acentuou a preocupação contextual da construção de sentido, além de ter ocorrido o desenvolvimento da linguística textual, que passou a abordar a estruturação dos textos (Maingueneau, 2015).

Foi na França, assinala o pesquisador, que a AD se desenvolveu com mais vigor. O ano de 1969 marcou um grande desenvolvimento no campo de pesquisa, já que foi quando a prestigiada revista sobre linguística *Langages* dedicou uma edição para o tema da AD e quando os pesquisadores Michel Pêcheux e Michel Foucault lançaram obras de destaque na área, respectivamente “Análise Automática do Discurso” e “Arqueologia do Saber”. Essa edição de *Langages* foi editada pelo

linguista Jean Dubois, autor de trabalhos na área e que preconizava três características sobre a AD: todos os gêneros de texto devem ser estudados, não somente destacados textos literários; na análise devem ser empregadas ferramentas emprestadas à linguística e; deve-se ter o objetivo de compreender as relações entre os textos e as situações sócio-históricas na qual são eles produzidos (Maingueneau, 2015).

Já Pêcheux, que não era linguista, mas sim um filósofo marxista, preconiza o emprego de três áreas da ciência para a realização da AD: o marxismo, a psicanálise e a linguística estrutural. Segundo ele, a função da análise dos textos é “revelar a ideologia que eles estão destinados a dissimular” (Maingueneau, 2015, p. 19). Em contraste, Foucault, apesar de sua expressiva influência na AD, não defendia o uso da linguística para analisar o discurso, já que, para ele, este último não era um conceito linguístico. Foucault também refutava a ideia de Pêcheux de que haveria um inconsciente textual a ser desvelado pela AD.

Passado esse momento fundador, a AD passa a absorver os conceitos de diversas correntes de pensamento, entre eles os desenvolvidos por P. Charaudeau em suas obras abordando as mídias e os de S. Moirand, sobre o discurso científico (Maingueneau, 2015).

Apesar do caráter crítico da AD estar presente desde a década de 1960, principalmente nas obras de Pêcheux, é na década de 1990 que a corrente que se denomina ACD toma corpo, principalmente nos países anglófonos, abordando temas como o racismo, o machismo e o neocapitalismo. Maingueneau (2015) cita, para caracterizar esse período, principalmente as obras de Van Dijk, Fairclough e R. Wodak. O pesquisador acredita que “a fronteira entre análise crítica do discurso e análise não crítica é totalmente indecível” (Maingueneau, 2015, p. 61), pois a AD já apresenta características críticas em sua concepção. Assim, a AD e a ACD não devem ser vistas como disciplinas autônomas, sua diferença baseia-se principalmente no realce do caráter crítico do estudo, e não na natureza.

Segundo Marcondes Filho (2014, p. 195), o avanço da concepção crítica na AD desenvolveu-se a partir da necessidade teórica de uma corrente “preocupada em entender o papel da linguagem nas transformações sociais, principalmente no que diz respeito à manutenção da hegemonia de certos grupos”. Ressalta o autor que, no Brasil, a corrente mais popular dentro desse campo teórico é baseada nas ideias de Norman Fairclough acerca da Teoria Social do Discurso.

A corrente da AD francesa, segundo ele, foi marcada pela linguística, pela psicanálise e pelo marxismo, assim como afirmou Maingueneau (2015). Ela é tributária de diversos acadêmicos destacados desses campos, tais como Mikhail Bakhtin, Sigmund Freud, Michel Foucault e Louis Althusser, sendo seu principal representante Michel Pêcheux. Sua problemática central seria a de entender como o texto significa, buscando fora dele as motivações ideológicas que o tornaram possível. Com isso, a AD “recusa o esquema linear emissor–meio–mensagem–receptor, pois entende que emissor e receptor realizam juntos o processo de significação” (Marcondes Filho, 2014, p. 195).

Sobre as características da AD como campo teórico, Marcondes Filho (2014) explicita ainda seu caráter transdisciplinar, já que a questão de pesquisa é quem determinará os conceitos e o *corpus* a serem mobilizados para ela.

Por isso, Orlandi propõe a distinção entre o dispositivo teórico e o dispositivo analítico de interpretação. O dispositivo teórico é composto dos conceitos que permitem configurar o trabalho analítico como uma análise de discurso. O dispositivo teórico é composto dos mecanismos postos em prática pela questão de pesquisa, pela natureza do material a ser pesquisado e pela finalidade da análise (Marcondes Filho, 2014, p. 196).

Com base nas ideias de Eni Orlandi, há uma distinção dentro da AD entre dispositivos teóricos e dispositivos analíticos de interpretação. Isso faz com que uma análise não seja necessariamente igual a outras em suas interpretações, já que cada pesquisador determinará seu próprio recorte conceitual a partir do problema de pesquisa.

6.3 O CONCEITO DE DISCURSO

O conceito de discurso, conforme Maingueneau (2015), possui uma grande plasticidade no campo das ciências sociais. Desse modo, busca-se aqui apresentar as principais características ligadas ao termo por parte dos acadêmicos que embasaram a pesquisa, apresentando ainda as características específicas do discurso midiático, objeto de estudo, tais quais postas por Charaudeau (2013).

Abordando a definição de discurso, Maingueneau (2015) diferencia duas concepções principais do termo: a dos linguistas, para os quais ele está ligado ao uso da língua, e a concepção fora da linguística, que atravessa diversos campos das ciências sociais e humanas. Seu foco é nessa última área, da qual ele cita os principais atributos do discurso compartilhados por diversas correntes de pesquisa.

Entre os atributos citados pelo autor, apresentam-se agora os mais pertinentes à pesquisa. Primeiramente, o discurso é uma organização além da frase, mobilizando estruturas de outra ordem. Em um nível superior, existem as regras que governam os gêneros do discurso, sendo que também existem regras de organização transversais a todos os gêneros. Outra característica do discurso é ser ele uma forma de ação, já que, convergindo com o antigo tema da retórica, acentuam-se os poderes da fala. Esse atributo do discurso, que o considera um ato visando modificar uma situação, facilita relacioná-lo com atividades não verbais (Maingueneau, 2015, p. 25).

Um discurso será sempre contextualizado, já que “fora de contexto, não se pode atribuir um sentido a um enunciado” (Maingueneau, 2015, p. 26). Esse atributo atesta a incompletude das palavras, já que elas necessitam de um contexto para obterem a completude de seu sentido. Além disso, o discurso constrói socialmente o sentido, ou seja, os indivíduos, apesar de atribuírem individualmente sentidos aos discursos, o fazem de acordo com as práticas sociais de diversos níveis nas quais estão inseridos.

Por último, Maingueneau (2015) apresenta o conceito de Interdiscurso, proeminente na AD francesa desde Pêcheux. Baseado nas ideias do filósofo da linguagem russo Mikhail Bakhtin, afirma-se que existe um primado do Interdiscurso sobre o discurso, já que todo enunciado estaria em um constante dialogismo com outros enunciados. Essa concepção deriva de uma recusa a acreditar que um texto possui fechamento, pois este estaria sempre aberto a enunciados exteriores e anteriores, em uma cadeia verbal interminável.

[...] existe uma relação estreita entre a afirmação do primado do interdiscurso e certa concepção do sujeito falante; a fala nunca é concebida como o lugar que a individualidade se põe soberanamente: cada locutor está tomado pela sedimentação coletiva das significações inscritas na língua (Bakhtin), o sujeito está submetido a um descentramento radical, ele não pode ser a origem do sentido (Pêcheux) (Maingueneau, 2015, p. 28).

A dificuldade em apontar uma definição única para o termo discurso também é expressa por Fairclough (2001). Assim, como Maingueneau (2015), o acadêmico aponta as concepções de discurso utilizadas por linguistas e por outras áreas das ciências sociais e humanas, acentuando a característica da ACD em focar sua análise nas propriedades organizacionais de nível superior do diálogo ou de textos escritos, atentando para os “processos de produção e interpretação da fala e da escrita, como também o contexto situacional do uso linguístico” (Fairclough, 2001, p. 21).

O uso de um sentido socioteórico para o termo discurso está em linha com a tentativa de Fairclough (2001) de reunir a análise linguística com sua teoria social. Sua teoria tridimensional do discurso, analisada em mais detalhes na próxima seção, preconiza que qualquer evento discursivo pode ser considerado, simultaneamente, um texto, um exemplo de prática discursiva e um exemplo de prática social. Em sua análise, o autor utiliza o termo Texto para se referir a qualquer produto escrito ou falado, porém ela não afasta a possibilidade de o termo discurso estender-se a produtos visuais ou que contenham uma mistura de imagens e textos, como na publicidade.

Tratando sobre discurso, Van Dijk (2008) mobiliza ideias que convergem com os outros autores pesquisados. Para ele, o discurso não deve ser analisado como um objeto verbal autônomo, mas sim “como uma interação situada, como uma prática social ou como um tipo de comunicação numa situação social, cultural, histórica ou política” (Van Dijk, 2008, p. 12). Em seu enfoque de relacionar discurso e poder, ele aponta como o controle de acesso ao discurso, assim como o de sua produção, é difuso na sociedade e possibilita a uma elite controlar as mentes do público e reproduzir as bases do poder social.

Por se tratar de uma pesquisa que analisou veículos jornalísticos, cabe demonstrar alguns conceitos que Charaudeau (2013), linguista francês especialista em AD, desenvolveu em relação a um gênero de discurso específico do qual extraiu o nome de sua obra, o Discurso das Mídias.

6.4 O DISCURSO DAS MÍDIAS

Para analisar o discurso midiático, Charaudeau (2013) estabelece alguns pressupostos importantes para a AD sobre as empresas midiáticas. O discurso de informação, propagado pelos veículos de mídia, é uma atividade de linguagem que estabelece vínculos sociais e contribui para a formação de uma identidade comunitária. As mídias interessam-se por essa prática social linguageira e, de forma organizada, estabelecem-se como empresas de fabricar informação. As empresas de mídia, por sua vez, estão inseridas em um mercado da informação, no qual se estabelece uma concorrência pela audiência que influi nas estratégias de cobertura das notícias.

Partindo desses pressupostos e de um conceito de discurso consoante com as principais linhas de pensamento exploradas no capítulo anterior, podem-se constatar algumas características das empresas midiáticas e seu discurso. Primeiramente, a mídia não seria uma instância de poder, já que para tal necessitaria de contar com meios restritivos, como a capacidade de impor regras, normas e sanções, o que não é o caso. Mas isso não quer dizer que elas sejam estranhas aos jogos de poder, muito pelo contrário.

Ainda, para Charaudeau (2013, p. 18), “as mídias manipulam tanto quanto manipulam a si mesmas”, pois o alvo de uma pretensa manipulação, o público que dá atenção aos veículos de mídia, também possui suas preferências e comportamentos que influem no modo como a mídia realiza a cobertura visando aumentar sua audiência. Outra importante característica, ligada intimamente aos conceitos da AD, é que “as mídias não transmitem o que ocorre na realidade social, elas impõem o que constroem do espaço público” (Charaudeau, 2013, p. 18). Isso ocorre devido às características anteriormente descritas sobre a linguagem e seu atributo de não ser transparente ao mundo, sendo ela o meio pelo qual a informação é transmitida.

Entre a audiência e a mídia há um contrato, o contrato de comunicação, sobre o qual Charaudeau (2013) discorre longamente. O que interessa aqui é saber que esse contrato compele o veículo de comunicação em uma busca constante de equilíbrio entre duas visadas antagônicas, as quais determinam como será realizada sua cobertura: a visada de informação e a visada de captação.

A finalidade do contrato de comunicação midiática se acha numa tensão entre duas visadas, que correspondem, cada uma delas, a uma lógica particular: uma visada de fazer saber, ou visada de informação propriamente dita, que tende a produzir um objeto de saber segundo uma lógica cívica: informar o cidadão; uma visada de fazer sentir, ou visada de captação, que tende a produzir um objeto de consumo segundo uma lógica comercial: captar as massas para sobreviver à concorrência (Charaudeau, 2013, p. 86).

A visada de captação está ligada à lógica econômica das mídias, sua atuação como empresa capitalista, inserida num mercado de um bem de consumo, a informação. Já a visada de informação relaciona-se com a lógica simbólica, no qual as mídias cumprem a função de construção da opinião pública. Equilibrando-se entre essas duas lógicas, os veículos traçam suas estratégias discursivas, na qual escolhem entre diversas fontes, conteúdos e efeitos de sentido existentes.

Em se tratando das fontes, Charaudeau (2013) demonstra sua importância quanto ao papel de fornecedor de informações do jornalismo. Os veículos podem se utilizar de seus próprios integrantes como fontes, como os enviados especiais e os correspondentes, mas também empregam intermediário que atuam no mercado da informação, tais como as agências de imprensa, outros veículos midiáticos, instituições políticas e sindicais. Ao contar com esses intermediários, “as mídias, a menos que se trate de um regime totalitário, sabem que estão engajadas numa luta de influência” (Charaudeau, 2013, p. 75).

A seleção das fontes está intimamente ligada a maneira como as mídias constroem a notícia. Para captar uma dada realidade, os veículos de informação aplicam um filtro a partir de um ponto de vista particular, empregando nomes que denotam “discursos de inteligibilidade do mundo que apontam para sistemas de valores que caracterizam os grupos sociais” (Charaudeau, 2013, p. 131). As notícias são produzidas dentro de determinados espaços temáticos ligados a setores da vida social, tais como conflitos militares ou esportes, sendo elas uma forma discursiva preocupada em descrever o fato, reportar as reações a ele e analisá-lo. Ao construir a notícia, três principais questões se põem para o jornalista: “quais são os princípios de seleção dos fatos? Quais são os modos de recorte midiático do espaço social? Como são identificadas as fontes?” (Charaudeau, 2013, p. 132).

Apesar de seus aspectos negativos na deformação da realidade, o autor aponta as mídias como parte essencial de uma democracia realmente cidadã. São

os veículos de comunicação quem cumprem com o papel de relatar e comentar os acontecimentos que se produzem no mundo, propiciando o debate sobre eles dentro da sociedade.

[...]as mídias mantêm um espaço de cidadania, sem o qual não há democracia razoável, e não podem ser taxadas, como se fazia em determinada época (principalmente a respeito da televisão), como o “ópio do povo”. Quanto à afirmação banal de que as mídias se dirigem às massas”, constata-se que cada vez menos pode-se dizê-lo, pois não se manipulam as massas com facilidade (Charaudeau, 2013, p. 252).

Concluindo sua análise sobre as mídias, Charaudeau (2013) as descreve como máquinas de informar complexas e incontroláveis, já que são compostas por múltiplos atores e é difícil encontrar somente um responsável pela informação. Além do que, as mídias não só manipulam, mas também são manipuladas, já que sofrem de pressões e influências de instâncias exteriores, o que faz com que elas informem deformando os fatos, mas essa deformação não é necessariamente proposital.

6.5 A ANÁLISE TRIDIMENSIONAL PROPOSTA POR NORMAN FAIRCLOUGH

Já foram expostos os principais conceitos da ACD e de seu principal objeto, o discurso. Ainda, discorreu-se sobre um gênero específico de discurso, o discurso midiático, já que a presente pesquisa pretendeu analisar um *corpus* de notícias produzidos por veículos midiáticos, sendo de relevante interesse conhecer mais sobre essa instância emissora de informações.

Cabe agora apresentar as principais características do método de análise tridimensional proposto por Fairclough (2001), empregado para se obter os conhecimentos necessários acerca do discurso midiático da cobertura da guerra da Ucrânia produzido por veículos jornalísticos brasileiros. As linhas básicas do método procuram estabelecer relações entre a análise linguística e a teoria social do discurso, com vistas a descrever como entidades e relações sociais são constituídas na sociedade.

O autor explica de maneira simples e clara as razões da divisão tridimensional e as concepções básicas de cada dimensão do evento discursivo.

Qualquer 'evento' discursivo (isto é, qualquer exemplo de discurso) é considerado como simultaneamente um texto, um exemplo de prática discursiva e um exemplo de prática social. A dimensão do 'texto' cuida da análise linguística de textos. A dimensão da "prática discursiva", como 'interação', na concepção 'texto e interação' de discurso, especifica a natureza dos processos de produção e interpretação textual - por exemplo, que tipos de discurso (incluindo 'discursos' no sentido mais socioteórico) são derivados e como se combinam. A dimensão de 'prática social' cuida de questões de interesse na análise social, tais como as circunstâncias institucionais e organizacionais do evento discursivo e como elas moldam a natureza da prática discursiva e os efeitos constitutivos/construtivos referidos anteriormente (Fairclough, 2001, p. 22).

Essas dimensões foram utilizadas na análise do *corpus* levantado, e nas três seções seguintes detalham-se os instrumentos de análise empregados em cada uma delas, seguindo a ordem de apresentação na pesquisa.

6.5.1 Práticas discursivas na produção das matérias

A dimensão das práticas discursivas, segundo Fairclough (2001), envolve a produção, a distribuição e o consumo dos textos. Para a realização da análise do *corpus*, focou-se no aspecto de produção dos textos jornalísticos. O pesquisador alerta para as complexidades envolvidas na produção de uma matéria jornalística, já que um artigo "é produzido mediante rotinas complexas de natureza coletiva por um grupo cujos membros estão envolvidos invariavelmente em diferentes estágios" (Fairclough, 2001, p. 107).

As fontes ocupam um lugar de destaque nessas rotinas produtivas, sendo o acesso a elas e a transformação de suas versões em reportagens importantes indicadores do posicionamento do veículo em relação a essas rotinas. O conceito de Intertextualidade, central na ACD de Fairclough, está intimamente relacionado às rotinas produtivas, indicando a importância das fontes exteriores ao veículo empregadas na confecção das matérias. O conceito de Intertextualidade desdobra-se em Intertextualidade Constitutiva, ligada a aspectos superiores de organização do texto e às ordens do discurso, e a Intertextualidade Manifesta, nas quais fragmentos de outros textos são explicitamente citados nas matérias. Este último enfoque foi utilizado para a categorização das fontes encontradas no *corpus*.

Ainda, para descrever as práticas discursivas encontradas no *corpus*, será empregado o protocolo de análise proposto por Maia e Silva (2011). As pesquisadoras desenvolveram instrumentos de análise complementar à AD focados em matérias jornalísticas, buscando diversos marcadores nos textos que explicitam as rotinas de produção empregadas em sua confecção. Dois desses marcadores foram empregados na pesquisa: as fontes explícitas e a assinatura das matérias.

Outro importante marcador da prática discursiva foi empregada na análise, sendo utilizado como um dos critérios para a coleta do *corpus* da pesquisa: a localização das matérias nos sítios eletrônicos dos veículos analisados. Maia e Silva (2011) apontam para a localização das matérias como um importante marcador das práticas discursivas, já que enfocam o objeto além do texto, atentando para o conjunto amplo do produto. Fairclough (2001, p. 107) também aponta “a decisão sobre o local do jornal em que entra a reportagem” como uma importante decisão na rotina produtiva de uma matéria jornalística.

6.5.2 Análise textual das matérias

Segundo Fairclough (2001), apesar da análise textual muitas vezes se revestir de um caráter bastante técnico, é possível para o analista do discurso sem grande experiência prévia em linguística realizá-la plenamente, já que “a análise de discurso é uma atividade multidisciplinar e não se pode exigir uma grande experiência linguística prévia de seus participantes” (Fairclough, 2001, p. 102).

Para o autor, ao realizar a análise dos textos deve-se sempre ter em mente o exame das questões de forma e das questões de significado. Para um importante ramo da tradição linguística, os signos são definidos como “palavras ou sequências mais longas de texto que consistem de um significado combinado com uma forma” (Fairclough, 2001, p. 102), os quais teriam uma natureza arbitrária, ou seja, sem base racional ou motivada para sua combinação. Contrária a essa ideia, a abordagem crítica concebe que os signos são sempre socialmente motivados, já que “há razões sociais para combinar significantes particulares a significados particulares” (Fairclough, 2001, p. 103).

A análise textual contempla, segundo o pesquisador, quatro itens: vocabulário, gramática, coesão e estrutura textual. Ele faz um breve e esclarecedor comentário sobre esses itens e suas ligações.

Esses itens podem ser imaginados em escala ascendente: o vocabulário trata principalmente das palavras individuais, a gramática das palavras combinadas em orações e frases, a coesão trata da ligação entre orações e frases e a estrutura textual trata das propriedades organizacionais de larga escala dos textos (Fairclough, 2001, p. 103).

Os vocabulários, primeiro nível na análise, podem representar diferentes perspectivas. O autor considera apropriado o uso do termo “lexicalização” para demonstrar os diferentes sentidos que uma palavra pode carregar, determinados pelo tempo e pelos diferentes grupos sociais no qual transitam. Um ponto de análise recai sobre as relexicalizações ou lexicalizações alternativas, os quais demonstram o investimento ideológico do discurso, como exemplo do uso das palavras “terroristas” ou “guerreiros da liberdade” dependendo do posicionamento de quem produz o texto.

Ainda, o sentido das palavras é um ponto de atenção, já que as relações entre elas e os sentidos denotam lutas sociais mais amplas. Por último, o autor aponta para a necessidade de observar o uso de metáforas, as quais explicitam visões políticas e ideológicas empregadas no discurso (Fairclough, 2001).

O próximo nível de análise, a gramática, concentra-se na estrutura da oração simples e seus sintagmas. Orações simples são interligadas para formar orações complexas, e as escolhas sobre os modelos e as estruturas delas refletem ideias sobre identidades sociais, relações sociais, conhecimentos e crenças. As orações são “uma combinação de significados ideacionais, interpessoais (identitários e relacionais) e textuais” (Fairclough, 2001, p. 104).

Fairclough (2001) apresenta alguns exemplos sobre como o investimento ideológico em uma oração pode ser definido. Ele atenta para características de transitividade (quando um indivíduo realiza uma ação), para a classificação da oração (declaratória, interrogativa, imperativa, etc.) e para a forma verbal escolhida no texto. O autor assinala ainda a possibilidade do uso da voz passiva em uma oração quando se pretende o apagamento do agente, ou para mantê-lo de forma vaga, visando a diminuição de sua responsabilidade.

A análise do item coesão pretende demonstrar “como as orações são ligadas em frases e como as frases, por sua vez, são ligadas para formar unidades maiores no texto” (Fairclough, 2001, p. 106). Compreende verificar o modo de emprego de mecanismos de referência e substituição, tais como pronomes, artigos, elipses e outros, e o uso de conjunções. Esse nível de análise refere-se, como nas ideias de Foucault, aos esquemas retóricos que ligam os diferentes enunciados, revelando os modos de racionalidade pelo qual foram produzidos.

O último item analisado na dimensão textual é a estrutura textual. Refere-se à arquitetura dos textos, como diferentes elementos e episódios são combinados para constituir o texto, estando ligada aos aspectos superiores de planejamento deste. Essas convenções de estruturação baseiam-se em pressupostos sobre as relações sociais e as identidades sociais.

6.5.3 Práticas sociais dos veículos analisados

A dimensão das práticas sociais está intimamente ligada aos conceitos de ideologia e hegemonia discursiva propostos por Fairclough (2001) e já apresentados em seção anterior. A análise dessa dimensão pressupõe encontrar ligações entre instituições produtoras do discurso e de que maneira essas ligações contribuem para conformar as relações hegemônicas dentro de determinada sociedade.

O autor apontou para a dificuldade de a análise da prática social ser reduzida a uma lista de itens. Seu foco deve recair sobre as estruturas e relações sociais hegemônicas que produzem o discurso e como a instância produtora comporta-se em relação a elas. Com esse intuito, e partindo da premissa de que a ACD comporta o emprego de teorias diversas para sua execução, verificou-se a pertinência de empregar a corrente teórica da Economia Política dos Meios como forma principal de análise das práticas sociais dos veículos jornalísticos selecionados.

Segundo Marcondes Filho (2014, p. 131), a Economia Política dos Meios “enfoca a rede institucional dos produtos comunicacionais que interligam produtores, reguladores, empresários e consumidores”, atentando para as formas de controle das instituições e suas mudanças sociais e históricas.

Dessa forma, coletaram-se dados dos veículos jornalísticos analisados referentes a tais aspectos, como dados sobre a propriedade desses meios, sobre seus desenvolvimentos históricos e suas relações institucionais com outros meios no contexto em que atuam.

6.6 COLETA DO CORPUS

Os veículos jornalísticos selecionados para a coleta de matérias sobre a Guerra da Ucrânia foram a versão digital da Folha de São Paulo e o Nexo Jornal. O jornal Folha foi, desde 1986, o principal líder em circulação de sua categoria, liderança que ainda ostenta segundo dados do Instituto Verificador de Comunicação (Folha, 2021). Sua fundação remonta ao ano de 1960, quando da fusão de diferentes veículos jornalísticos, o que o torna um exemplo do jornalismo tradicional brasileiro (Bonsanto, Daemon e Ribeiro, 2023). O jornal lançou sua versão virtual na internet em 1995. Esses dados demonstram que a empresa jornalística, além de integrar o rol dos veículos de maior influência jornalística no cenário brasileiro atual, possui importante atuação na área jornalística durante significativa porção da história do Brasil.

Já o jornal Nexo, segundo Lenzi (2020), foi fundado em 2015 e caracteriza-se por ser um jornal nativo digital, ou seja, nasceu como um veículo jornalístico digital. Em 2017, ganhou o prêmio *Online Journalism Awards 2017* na categoria jornalismo geral on-line de pequenas redações e, em 2019, foi finalista do prêmio *World Digital Media Awards 2019*, concorrendo com os prestigiados jornais internacionais *Washington Post* e *The Guardian*. Os dois feitos são inéditos para veículos jornalísticos brasileiros. Assim, constata-se que o Nexo possui destacada atuação em ramo específico e moderno do jornalismo digital brasileiro, reconhecida pelas importantes premiações recebidas.

O período de coleta das matérias para a conformação do *corpus* tem início no dia 24 de fevereiro de 2022, dia da invasão do território ucraniano por tropas militares russas, estendendo-se pelo período de sete dias, até 02 de março de 2022.

A seleção desse período balizou-se pelo que preconiza Fairclough (2001) para a composição do *corpus* a ser pesquisado. Segundo o autor, ao se traçarem

estratégias para a seleção de amostras objeto de análise detalhada, é conveniente focalizar em momentos que ele denomina de “pontos críticos” e “momentos de crise”, tal qual o início da guerra. Essa estratégia de seleção justifica-se pelo fato de que “momentos de crise tornam visíveis aspectos de práticas que devem ser normalmente naturalizados e, portanto, dificultar a percepção” e também porque “mostram mudança no processo, formas reais pelas quais as pessoas lidam com a problematização das práticas” (Fairclough, 2001, p. 281).

As matérias do *corpus* foram coletadas por meio do repositório disponibilizado pelo sítio eletrônico *WayBackMachine*. Segundo Santos (2015), o sítio é uma ferramenta disponibilizada pelo portal *Internet Archive*, uma entidade sem fins lucrativos que, desde 1996, compila atualizações diárias de diversas páginas da internet. Segundo o acadêmico, a ferramenta é particularmente útil para a pesquisa na área do ciberjornalismo, já que a quantidade de informações disponibilizadas nos bancos de dados dos veículos digitais é extensa e seus portais estão sujeitos a atualizações constantes. Ainda, as páginas arquivadas no *WayBackMachine* registram visualmente os portais no momento da coleta, permitindo a visualização de sua estética e, no caso de veículos jornalísticos, a hierarquia visual das matérias, conforme Figura 1.

Figura 1 - Registro de página do *WayBack Machine*



Fonte: WayBack Machine

Baseado nos registros obtidos das páginas principais dos veículos noticiosos, delimitou-se o campo de coleta das matérias. Essa escolha está em consonância com as ideias de Fairclough (2001, p. 107) acerca da dimensão das práticas

discursivas, já que ela engloba “a decisão sobre o local do jornal em que entra a reportagem”. Ainda, Borges, Machado e Moraes (2021, p. 104), tratando sobre dispositivos analíticos da AD, apontam para a importância semiótica da “hierarquização das unidades informativas (o que se apresenta antes e após o uso da barra de rolagem; posicionamento central ou nas laterais da página)” dentro dos sítios eletrônicos. Segundo os mesmos autores, a paginação e a titulação dos jornais estão ligadas às exigências de visibilidade, legibilidade e inteligibilidade de seus suportes informacionais.

Partindo dessas premissas, delimitou-se na Folha o espaço de quatro matérias presentes na abertura de seu portal, na posição mais alta e centralizada do conteúdo jornalístico, acima da imagem principal de abertura. No Nexo, foram coletadas as matérias em posição centralizada, logo abaixo da imagem principal da página de abertura. Os campos selecionados nos dois jornais, Folha à esquerda e Nexo à direita, podem ser observados na área retangular delimitada por uma linha vermelha na Figura 02.

Figura 2 - Área de coleta do *corpus* nos portais jornalísticos



Fonte: o autor, a partir de imagens da Folha de São Paulo e Nexo Jornal

6.7 DESCRIÇÃO E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Um dos aspectos fundamentais da ACD, segundo Fairclough (2001), é estabelecer conexões explanatórias entre as dimensões analisadas. Para isso, faz-

se necessário descrever os dados levantados na pesquisa e interpretá-los, já que “a análise não pode consistir simplesmente em descrição de textos levada a efeito isoladamente de sua interpretação” (Fairclough, 2001, p. 245). Apesar de ser necessária uma distinção entre descrição e interpretação, o autor aponta que a descrição não é separada da interpretação, e que não há fase na análise de pura descrição, já que o analista sempre está interpretando. Assim, “a descrição e a interpretação são mutuamente necessárias, como elas também se interpenetram” (Fairclough, 2001, p. 246).

Desse modo, na seção 6, há o foco na descrição dos dados levantados. Primeiramente, o resultado da coleta das matérias por meio da metodologia apresentada. Após, o *corpus* é analisado separadamente nas três dimensões propostas, ainda segregando-se os dados por veículo jornalístico e pelos dois períodos estipulados.

Na seção 7, Discussão dos Resultados, há o foco na interpretação dos dados obtidos e descritos na seção 6, Resultados. São levantadas as hipóteses e teorias que efetivam a necessidade de explicar as interligações entre as dimensões analisadas.

7 COLETA DO *CORPUS* E OS RESULTADOS DA ANÁLISE TRIDIMENSIONAL

Nesta seção descreve-se, primeiramente, o processo de levantamento das matérias que compõem o *corpus* pesquisado, suas limitações e as características básicas do acesso ao acervo virtual dos dois jornais pesquisados. Posteriormente, são elencados os dados levantados no *corpus* relacionados às três dimensões do discurso, segmentados por veículo jornalístico e por dimensão.

7.1 PROCESSO DE COLETA DO *CORPUS*

Conforme descrito na seção Metodologia, obtiveram-se os arquivos dos portais Folha de São Paulo e Nexo Jornal pela ferramenta *WayBack Machine* dos dias compreendidos no período estipulado para a seleção do *corpus*. Foi realizada com sucesso a coleta de todas as imagens dos portais no período estabelecido, sendo que os títulos das matérias nos espaços delimitados, datas e seus respectivos veículos estão descritos e indexados em códigos no Apêndice A.

A descrição dos dados do *corpus* da pesquisa, doravante, é realizada por meio dos códigos referentes às matérias apresentados no Apêndice A.

Nos espaços delimitados para a coleta no jornal Folha de São Paulo, há 04 matérias em cada dia do período de 07 dias. Assim, foram coletadas 28 matérias (F01 a F28) desse veículo no total. O espaço delimitado no Nexo Jornal apresenta 03 matérias em cada dia, perfazendo um total de 21 títulos (N01 a N21).

A partir dos *hiperlinks* para as matérias existentes nos arquivos dos portais, procedeu-se à coleta das matérias armazenadas pela ferramenta *WayBack Machine*. Verificou-se, porém, limitações na execução da tarefa por meio do referido processo.

Do total de 28 matérias da Folha de São Paulo, 16 puderam ser obtidas por meio do acervo do *WayBack Machine*; 03 matérias (F06, F19 e F25) não estavam disponíveis no acervo, por razões desconhecidas, e foram obtidas por meio de buscas pelo título em motores de buscas no sítio da Folha de São Paulo; 09 matérias (F02, F07, F08, F11, F16, F23, F24, F26 e F27) não estavam disponíveis no acervo devido ao fato de integrarem uma seção de notícias específica do jornal,

denominada Ao Vivo Guerra na Ucrânia (Ao Vivo, 2022), disponibilizada por meio de um aplicativo virtual dinâmico não armazenado pela ferramenta *WayBack Machine*.

Em relação à coleta das matérias no Nexo Jornal, do total de 21 matérias selecionadas com base nas imagens do portal, 14 matérias puderam ser coletadas por meio do acervo do *WayBack Machine*; 05 matérias foram coletadas por meio do acervo virtual do próprio jornal, já que seu modelo de *paywall* limita o acesso a determinadas matérias; 01 matéria (N14) repetiu matéria do dia anterior (N11); e 01 matéria (N15) era em formato de vídeo, o que a deixa fora do escopo dos critérios para análise. Assim, o *corpus* analisado do Nexo Jornal restou composto por 19 matérias no total.

A limitação encontrada na coleta das matérias descritas por meio da ferramenta *WayBack Machine* não impediu a análise do *corpus* segundo a metodologia proposta, apesar de retirar a característica de conservação do texto jornalístico conforme disponibilizado ao público na data pesquisada, conforme observado por Santos (2015). Assim, as matérias coletadas por outros métodos estiveram sujeitas a modificações e atualizações por seus produtores até a data de realização da coleta em seus acervos.

Um ponto que chamou a atenção na coleta foi que, no período e espaço delimitados para sua realização, todas as matérias, em ambos os veículos jornalísticos, eram relacionadas diretamente à Guerra da Ucrânia, sem exceções.

7.2 CONSIDERAÇÕES SOBRE OS DADOS DAS PRÁTICAS DISCURSIVAS

Conforme explicitado na seção de metodologia, serão empregados determinados fatores elencados por Maia e Silva (2011) para se identificar o modo como foi realizada a cobertura jornalística da Guerra da Ucrânia por parte dos veículos de comunicação Folha de São Paulo e Nexo Jornal.

Com esse objetivo, fatores como gênero jornalístico, fontes empregadas para a produção das matérias e suas autorias foram categorizados para se vislumbrar as rotinas de produção das matérias, além de dados sobre a forma de distribuição dessas, outro fator de importância na determinação das práticas discursivas conforme proposto por Fairclough (2001).

Categorizar, conforme Carvalho e Souza (2013), não é algo simples e sem problemáticas, porém é uma forma de se “interagir com o mundo real, com a linguagem e por meio dela” (Carvalho e Souza, 2013, p. 13). As autoras atentam para o fato de que, apesar da atividade de categorizar possuir suas origens no pensamento grego clássico, o desenvolvimento da AD deu novos contornos a esse processo, já que ele passa a ser “encarado como um processo interacional, erigido discursivamente e dependente de um contexto situacional” (Carvalho e Souza, 2013, p. 15).

Essas concepções foram levadas em conta na pesquisa para, ao categorizar as fontes explícitas das matérias, revelar o contexto situacional de suas utilizações. Assim, além de categorias que levam em conta a posição dos indivíduos em relação ao Estado, tratados como Autoridades ou Particulares, especial atenção foi dada à nacionalidade das fontes, sejam indivíduos ou organizações sociais. Compreendeu-se necessária tal distinção de nacionalidade em virtude da Guerra da Ucrânia ser um conflito interestatal, travado por exércitos regulares e, ainda, por ele ter explicitado com razoável clareza as posições das principais potências mundiais em relação a seus contendores, Federação Russa e Ucrânia. O mesmo pode ser dito em relação à autoria das matérias, já que algumas presentes no *corpus* foram produzidas por jornalistas e veículos de comunicação estrangeiros.

Em relação à categorização dos gêneros jornalísticos, julgou-se pertinente a proposta por Charaudeau (2013). O autor considera o cruzamento de quatro características principais das matérias para definir suas categorias: instância enunciativa, modo discursivo, conteúdo e dispositivo. As variáveis mais relevantes para a pesquisa são a instância enunciativa, ou seja, “a origem do sujeito falante e seu grau de implicação” (Charaudeau, 2013, p. 206) e os modos discursivos, relacionados às “propriedades que dependem do tratamento geral da informação” (Charaudeau, 2013, p. 207).

Dessa maneira, a partir do estudo preliminar do *corpus*, julgou-se suficiente a utilização de três categorias da tipologia de Charaudeau (2013): reportagem, ligada ao ato de relatar o acontecimento; editorial, ligado ao ato de comentar o acontecimento; e o artigo de análise, um subgênero da crônica, porém com contornos políticos e com menor grau de engajamento.

7.3 PRÁTICAS DISCURSIVAS DA FOLHA DE SÃO PAULO

Visando melhorar a exposição dos dados referentes às práticas discursivas da Folha, a seção será segmentada em duas, com a primeira parte discorrendo predominantemente sobre os dados de autoria e gênero jornalístico e a segunda sobre o emprego das fontes explícitas na confecção das matérias.

7.3.1 Autoria e gêneros jornalísticos da Folha de São Paulo

No Quadro 01 são apresentados os dados referentes à autoria das matérias da Folha e suas classificações segundo gênero jornalístico.

Quadro 1 - Autoria e gênero jornalístico das matérias da Folha de São Paulo

Código da Matéria	Autoria	Gênero
F01	Igor Gielow	Reportagem
F02	Reuters	Reportagem
F03	Igor Gielow	Reportagem
F04	Editorial	Editorial
F05	Igor Gielow	Reportagem
F06	Do UOL/ Com informações da AFP, Reuters, RFI e ANSA	Reportagem
F07	Sem autoria	Reportagem
F08	Igor Gielow	Reportagem
F09	Igor Gielow	Reportagem
F10	Andrew E. Kramer/The New York Times	Reportagem
F11	Igor Gielow	Reportagem
F12	Vinicius Torres Freire	Artigo de análise
F13	Igor Gielow	Reportagem
F14	Igor Gielow	Reportagem
F15	Reuters e AFP	Reportagem
F16	Igor Gielow	Reportagem
F17	Patricia Pamplona e Lucas Alonso	Reportagem
F18	Sem autoria	Reportagem

Código da Matéria	Autoria	Gênero
F19	Patricia Pamplona, com Reuter e AFP	Reportagem
F20	Gideon Rachman/ Financial Times	Artigo de análise
F21	Igor Gielow	Reportagem
F22	Igor Gielow	Artigo de análise
F23	AFP	Reportagem
F24	AFP	Reportagem
F25	Rafael Balago	Reportagem
F26	Sem autoria	Reportagem
F27	Reuters	Reportagem
F28	Martin Wolf/Financial Times	Artigo de análise

Fonte: o autor

Com base nesses dados, constata-se que, em relação à autoria, o jornalista Igor Gielow, da Folha de São Paulo, encontra proeminência. O jornalista confeccionou 11 matérias, ou seja, 39,28% do total. De acordo com os dados de localização da produção das matérias, inseridos nestas pela Folha de São Paulo, o jornalista esteve reportando de Moscou, capital da Federação Russa, no período de 24 de fevereiro de 2022 a 27 de fevereiro de 2022 (matérias F01, F03, F05, F09, F13 e F14), com matérias produzidas em São Paulo a partir de 01 de março de 2022 (matérias F21 e F22).

Desta maneira, pode-se considerar que as 06 matérias produzidas em Moscou foram escritas por um correspondente ou enviado especial do jornal. Além de Gielow, somente a reportagem F10, produzida por Andrew E. Kramer para o jornal *The New York Times*, conta com um correspondente ou enviado especial, que produziu a matéria a partir da cidade de Pavlogrado, na Ucrânia.

Outra informação relevante são as agências de notícias e veículos de imprensa internacionais presentes como instâncias de produção das matérias. A agência de notícias inglesa Reuters e a agência de notícias francesa AFP são apresentadas pelo jornal como autora ou uma das autoras de 05 matérias cada, perfazendo 17,85% do total cada uma. Considerou-se nesse cálculo o total de vezes que essas agências foram citadas na autoria pelo jornal, já que em 03 delas (matérias F06, 15 e 19) há autoria compartilhada entre agências e jornalistas ou

entre agências. As agências francesas RFI e italiana ANSA também aparecem como instâncias produtoras, 01 matéria cada.

O jornal inglês *Financial Times* assinou 02 matérias e o norte-americano *The New York Times* 01 matéria, totalizando 03 matérias de veículos de imprensa internacionais, ou 10,71% do total.

Ao se contabilizar o número de veículos de imprensa e agências de notícias estrangeiras presentes ou como instâncias produtoras das matérias, verifica-se um total de 10 matérias (F02, F06, F10, F15, F19, F20, F23, F24, F27 e F28), ou 35,71% do total.

Quanto à categorização em gêneros jornalísticos, constata-se a predominância da reportagem na cobertura da Folha, com 23 matérias que apresentam essa característica textual. Os artigos de análise contam com 04 matérias (F12, F20, F22 e F28) e há 01 editorial, publicado no mesmo dia do início da guerra, 24 de fevereiro de 2022.

Há alguns pontos a serem esclarecidos na categorização realizada em relação às matérias da Folha. Conforme Charaudeau (2013, p. 234) preconiza, “é raro que, como em toda produção textual, um texto escrito pertença a um e somente um gênero”. Essa observação é pertinente principalmente ao se analisar os textos do jornalista Igor Gielow. A composição de suas matérias caracteriza-se pelo amplo uso de citações de fontes políticas e especialistas, além da descrição de acontecimentos militares, diplomáticos e outros relacionados ao conflito, porém há uma grande quantidade de comentários e juízos de valor sobre essas mesmas citações e acontecimentos.

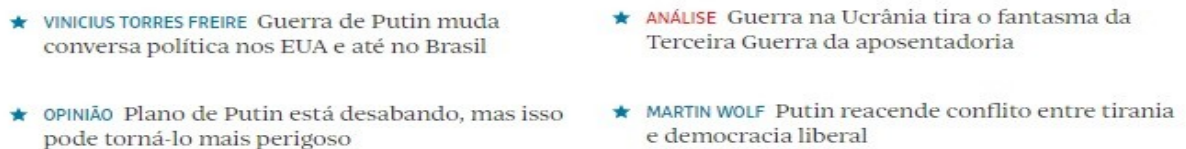
Todas as matérias do autor, exceto uma (F22), foram categorizadas como Reportagem já que atendem os critérios propostos por Charaudeau (2013) de que a reportagem trata de fenômenos sociais ou políticos e que o jornalista os relata integrando comentários. Outra característica pontuada pelo autor é a necessidade de proximidade com a realidade do fenômeno, e o jornalista, exceto pelo reportagem F21, esteve em Moscou, capital de um dos países beligerantes, atendendo essa exigência.

A única exceção, matéria F22, foi categorizada como Artigo de Análise não por modificações em relação às outras matérias na forma textual adotada pelo jornalista, mas sim pela categorização explícita no título produzido pela Folha, onde consta o termo Análise em caixa alta e fonte de cor diferenciada antes da manchete.

Tal categorização pelo próprio veículo jornalístico levanta a problemática de identificar seus critérios internos de classificação dos gêneros.

As demais matérias categorizadas como Artigo de Análise também possuíam traços distintivos em seus títulos. Em F12, há o nome do jornalista da Folha em caixa alta e fonte de cor diferente antes da manchete, similar a F28, onde as mesmas características de repetem porém como o nome do jornalista do veículo *Financial Times*. Em F20, há o termo Opinião em caixa alta e fonte de cor diferente antes do título. Na Figura 03 pode-se constatar o tratamento visual e textual distinto dado pela Folha às 04 matérias classificadas como Artigo de Análise, demonstrando sua preocupação em distinguir nas matérias os gêneros jornalísticos.

Figura 3 - Distinção visual dos artigos de análise na Folha de São Paulo



Fonte: o autor, com imagens da Folha de São Paulo

Outros traços distintivos, encontrado em 02 artigos de análise (F12 e F28), são a foto e a qualificação dos jornalistas que as escrevem. Em F12 há a foto de Vinicius Torres Freire e suas qualificações: “Jornalista, foi secretário de Redação da Folha. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)”. Em F28 aparece a foto de Martins Wolf e texto sobre suas qualificações e o veículo para a qual trabalha: “Comentarista-chefe de economia no Financial Times, doutor em economia pela London School of Economics”. A exposição das qualificações dos comentaristas vai de encontro ao que preceitua Charaudeau (2013, p. 180), já que, entre outros fatores, “o comentarista sabe que precisa ser credível”.

7.3.2 O emprego das fontes pela Folha

Na análise realizada sobre o conteúdo textual do *corpus* referente à Folha de São Paulo, foram elencadas 268 fontes explícitas, ou seja, aquelas ligadas ao

conceito de Intertextualidade Manifesta, conforme proposto por Fairclough (2001, p. 152). O autor atesta que sua ocorrência se dá “quando se recorre explicitamente a outros textos”.

Na categorização das fontes, julgou-se pertinente, como já explicitado, dividi-las em Particular e Autoridade em relação às suas posições civis ou governamentais, e segundo sua nacionalidade, não se excluindo outros critérios julgados pertinentes durante a análise das fontes. Levando essas ideias em consideração, e evitando categorias demasiado amplas, que prejudicassem a análise, as fontes das matérias da Folha foram inseridas em 33 categorias, nomeadas e distribuídas numericamente pelas matérias conforme o Apêndice B.

No Quadro 02, pode-se verificar as 17 fontes mais empregadas nas matérias da Folha (com no mínimo uma unidade percentual inteira).

Quadro 2 - Fontes mais empregadas nas matérias da Folha

Categoria da fonte	Percentual sobre o total de fontes
Autoridade russa	23,13%
Autoridade ucraniana	22,76%
Fonte incerta	10,82%
Particular russo	7,09%
Autoridade EUA	4,85%
Imprensa russa	3,73%
Autoridade da UE	2,99%
Autoridade da OTAN	2,99%
Autoridade inglesa	2,61%
Particular ucraniano	2,61%
Autoridade ONU	1,87%
Federações nacionais de Futebol	1,87%
Imprensa norte-americana	1,49%
Autoridade alemã	1,12%
Autoridade bielorrussa	1,12%
Autoridade francesa	1,12%
Fifa	1,12%

Fonte: o autor

Pode-se constatar que as autoridades russas e ucranianas prevalecem entre as fontes nas matérias da Folha. Há uma mínima diferença (0,37%) em favor das autoridades russas comparadas às ucranianas, podendo-se afirmar que há equilíbrio

entre elas. Somadas, as vozes das autoridades dos países beligerantes respondem por 45,89% do total de fontes.

Estes dados demonstram consonância com a pesquisa de Araújo (2021), onde o autor constata a predominância dada ao “oficial, para as instituições tradicionais e para os atores em posições de poder” (Araújo, 2021, p 123) no jornalismo da Folha, reforçando a tendência já observada por outros pesquisadores em se dar maior visibilidade a atores pertencentes às estruturas políticas institucionais.

Outra categoria de destaque é Fonte Incerta, caracterizada por uma excessiva generalização ou falta de especificação na origem da informação. Ela não se confunde com a Fonte Anônima, que só foi constatada 01 vez no *corpus*. A maior ocorrência de fontes incertas foi constatada na matéria F05 (07 vezes, 24,13% do total), de Igor Gielow, onde também se identificou a única fonte anônima da análise.

Convém apresentar alguns trechos dessas fontes a título de exemplo, visando esclarecer com mais clareza sua identificação, todos da matéria F05: “Em alguns bairros, foi relatada a distribuição de fuzis e munição a civis”; “Perto das 12h (7h no Brasil), moradores relataram ter ouvido tiros”; e “O relato não confirmado de que uma escola foi bombardeada pelos ucranianos em Donetsk”. Considera-se que os termos Relatada, Moradores e Relato Não Confirmado tornam a fonte excessivamente genérica e indefinida.

Já a fonte anônima foi identificada no seguinte trecho de F05: “Segundo a **Folha** ouviu de uma pessoa com acesso ao Kremlin nesta sexta, há um rumor palaciano [...]”. A matéria empregou o nome da Folha em negrito, no único recurso visual de destaque em toda a matéria além dos sublinhados que identificam os *hyperlinks* para outras reportagens.

Outras duas matérias onde o número de fontes incertas é relevante são F09 e F12, apresentando 04 cada uma, 13,79%. Na matéria F12, um artigo de análise, elas se constituem na totalidade de fontes citadas.

As implicações das fontes incertas são exploradas por Charaudeau (2013), conforme se depreende de trecho de sua obra no qual as problematiza:

Pode-se indagar, ainda, o que significa uma expressão como: “Segundo fontes bem informadas”. Como verificar a validade de uma tal informação? O que vem a ser esse voto de confiança solicitado ao receptor da informação e, por outro lado, quando é que, excetuando-se as mídias, uma informação assim apresentada seria aceita? Mesmo que os jornalistas

aleguem se proteger por trás do segredo profissional, a dúvida persistirá. Ora, grande número de informações que emanam das mídias são formuladas desse modo (Charaudeau, 2013, p. 150).

É interessante atentar para o relevante emprego de particulares russos como fonte. Das 19 menções no *corpus* enquadradas nessa categoria, apenas 01 não está inserida em uma matéria de Igor Gielow. Na matéria F03, onde há a ocorrência do maior número dessas menções (09, ou 47,36%), o jornalista inclusive apresenta as qualificações de Ruslan Pukhov, analista militar russo citado diversas vezes na matéria: “Ele é o diretor do Centro de Análise de Estratégias e Tecnologias de Moscou, e é reputado com um dos mais bem informados analistas militares do país”. Na matéria F021, além das qualificações do analista militar russo Konstantin Makienko, ele demonstra familiaridade com o especialista: “Kostia, como era chamado pelos amigos, não viveria para ver a profecia realizada”.

Após as autoridades dos países beligerantes, autoridades dos EUA, da UE, da OTAN e inglesas, nessa ordem, alcançam proeminência na cobertura. Somadas, as fontes dessas categorias alcançam 13,44% do total de fontes identificadas no *corpus*. Vale notar ainda o emprego de fontes da imprensa russa, compondo 3,73% do total, contraposta à ínfima participação da imprensa ucraniana, com 01 menção (0,37% do total), número verificável no Apêndice B e ausente no Quadro 02.

7.4 PRÁTICAS TEXTUAIS DA FOLHA

Visando a melhor apresentação dos dados levantados sobre as práticas textuais, decidiu-se pela sua divisão em subtemas com alguns aspectos textuais de relevância encontrados no *corpus*.

7.4.1 A questão dos títulos, da personificação e do *ethos* ocidental na Folha

Primeiramente, cabe uma breve análise de alguns termos recorrentes nos títulos das matérias. Charaudeau (2013) aponta para a importância dos títulos e

observa que eles podem se constituir em um gênero à parte, estando intrinsecamente ligados ao campo do acontecimento relatado, com poucas exceções a essa característica. Segundo ele, a instância interna dos veículos jornalísticos, formada por jornalistas e outros profissionais da redação, “intervém de maneira marcante na formulação dos títulos e em sua disposição” (Charaudeau, 2013, p. 236). No Quadro 03 apresentam-se os títulos das matérias da Folha.

Quadro 3 - Títulos das matérias da Folha de São Paulo

Código da matéria	Título
F01	Putin inicia guerra contra a Ucrânia; Kiev e OTAN falam em invasão total
F02	Polícia russa prende 650 em protesto contra invasão
F03	Putin testa tática inédita e movimento arriscado no ataque
F04	O que a Folha pensa: A agressão russa
F05	Rússia cerca Kiev e pede rendição do governo da Ucrânia
F06	Putin ataca Zelenski e diz para soldados ucranianos tomarem o poder
F07	Presidente da Ucrânia publica vídeo desmentindo que tenha deixado o país
F08	Russos iniciam desembarque na costa do Mar Negro, dizem relatos
F09	Putin ataca Kiev e enfrenta resistência da Ucrânia; Ocidente aumenta pressão sobre a Rússia
F10	Exército da Ucrânia se apoia em voluntários em meio a guerra com a Rússia
F11	Ex-presidente russo sugere rompimento com o Ocidente e pede retorno de pena de morte
F12	Vinicius Torres Freire: Guerra de Putin muda conversa política nos EUA e até no Brasil
F13	Ucrânia aceita negociar com Rússia depois de aumento da pressão militar de Putin
F14	Putin coloca forças nucleares em alerta de combate após críticas da OTAN
F15	União Europeia e Canadá anunciam fechamento do espaço aéreo para aviões da Rússia
F16	ONU diz que 368 mil pessoas já fugiram da Ucrânia após início de ataques
F17	Rússia intensifica ataques a Kharkiv, e ONGs acusam o uso de bombas de fragmentação
F18	Rússia é suspensa pela Fifa e não disputará a Copa do Mundo do Qatar
F19	Reunião termina sem avanços, e Rússia e Ucrânia anunciam 2ª rodada de conversas
F20	Opinião: Plano de Putin está desabando, mas isso pode torná-lo mais perigoso
F21	Putin prepara assalto mais destrutivo após erros na guerra da Ucrânia
F22	Análise: Guerra da Ucrânia tira o fantasma da Terceira Guerra da aposentadoria
F23	Ataque atinge torre de televisão em Kiev; Ucrânia fala em 5 mortos
F24	Otan convoca reunião emergencial de chanceleres de seus 30 países membros

Código da matéria	Título
F25	Com apoio do Brasil, Assembleia-Geral da ONU aprova resolução contra a Rússia
F26	Rússia se prepara para aumentar brutalidade na Ucrânia, diz embaixadora dos EUA
F27	Segunda rodada entre Rússia e Ucrânia, prevista para hoje, é adiada em um dia
F28	Martin Wolf: Putin reacende conflito entre tirania e democracia liberal

Fonte: o autor, com dados da Folha de São Paulo

Vale destacar que os títulos apresentados são os obtidos por meio das imagens do portal da Folha no acervo do *WayBack Machine*. Os títulos de 13 matérias (F02, F05, F06, F11, F15, F17, F19, F20, F23, F24, F25, F27 e F28), quando acessadas, apresentavam modificações em relação ao publicado no portal. As variações apresentadas constituíam-se desde irrelevantes modificações gramaticais a relevantes modificações de sentido.

Tome-se como exemplo da primeira situação a seguinte variação, contida na matéria F06: o título do portal é “Putin ataca Zelenski e diz para soldados ucranianos tomarem o poder” enquanto o corpo da matéria apresenta o título “Putin ataca Zelensky e incentiva militares da Ucrânia a tomar o poder”. Já em F05, a mudança é relevante para o sentido. O título do portal, “Rússia cerca Kiev e pede rendição do governo da Ucrânia”, é modificado na matéria para “Rússia entra na capital da Ucrânia e já fala em negociar nos seus termos”.

Bueno e Reino (2019) apontam para a praxe de realizar leves alterações nos títulos das matérias no interior de jornais impressos, atitude inclusive incentivada pelo Manual de Redação do jornal O Estado de São Paulo. Baseados na pesquisa que realizaram, os autores constataram que o jornalismo virtual possui menor tendência à modificação de títulos de capa do que o jornalismo impresso.

Ao analisar os títulos obtidos no portal, percebe-se que o sobrenome do presidente russo, Putin, tem destacada presença nos títulos da Folha. Ele ocorre em 10 manchetes, contra apenas 01 com o sobrenome do presidente ucraniano, Zelenski.

Vislumbra-se o emprego de metonímica no emprego do sobrenome do presidente russo, já que o sobrenome substitui vocábulos de ações levadas a cabo pelo governo e por relevante parcela da sociedade russa. Observe-se os seguintes trechos: “Putin inicia guerra contra a Ucrânia” (F01); “Putin testa tática inédita [...]”

(F03); “Putin ataca Kiev [...]” (F09); “Guerra de Putin [...]” (F12); e “Plano de Putin está desabando [...]” (F20).

Sobre o uso de metonímias nos veículos midiáticos, vale expor a ideia de Charaudeau:

Ora, a focalização dramatizante do relato midiático, por uma **operação de metonímia**, reduz o conjunto dos componentes de um acontecimento a uma de suas partes, abolindo momentaneamente o resto do mundo. E ela que pode transformar toda pessoa, entidade ou instituição em herói (“A França obtém a exceção cultural sobre os bens de consumo artísticos”) ou em vilão (A Europa, a tecnologia, a corrupção, a imigração, os políticos são as causas de nossos males) (Charaudeau, 2013, p. 272, grifo nosso).

O substantivo Ocidente ocorre 02 vezes nos títulos da Folha, ocupando em uma delas o papel gramatical de sujeito e agente da oração, enquanto em outra o termo é objeto indireto.

Cabe pontuar a recorrência desses nomes, Putin e Zelenski, e o vocábulo Ocidente no *corpus* da Folha. O vocábulo Ocidente e suas variantes Ocidentais e Ocidental aparecem 78 vezes nas matérias, enquanto o nome do Presidente da Rússia, Putin, aparece 138 vezes e o nome de Zelenski, presidente da Ucrânia, repete-se por 47 vezes.

As inúmeras metonímias com o nome do presidente russo apontam para uma suposta estratégia de personificação nas matérias. Segundo Cazzamatta (2020), essa estratégia se caracteriza pela proeminência dada a ações individuais e a pessoas nos meios de comunicação. Seu emprego visa “tornar as notícias mais convincentes e atrativas” (Scherer, 2011 apud Cazzamatta, 2020, p. 49) e podem “ser um indicador da mercantilização e comercialização do jornalismo” (Novais, 2010 apud Cazzamatta, 2020, p. 49).

A autora discorre ainda sobre a hipótese de que “correspondentes enfatizem o fator personificação, principalmente no caso de nações que não são consideradas de elite, para aumentar a noticiabilidade de um evento” (Cazzamatta, 2020, p. 50). Essa inclinação para a personificação estaria ligada à necessidade de identificação do público com as notícias, aspecto visualizado por Fairclough (2001) nas práticas discursivas e relacionado ao conceito de *ethos*, um dos fatores que modelam o discurso.

Para o pesquisador, o *ethos* apresenta-se no discurso como um fator de identidade social, onde “os participantes são construídos em uma relação de solidariedade e de experiência comum” (Fairclough, 2001, p. 208).

Entretanto, o *ethos* pode ser considerado como parte de um processo mais amplo de 'modelagem' em que o lugar e o tempo de uma interação e seu conjunto de participantes, bem como o *ethos* dos participantes, são constituídos pela projeção de ligações em determinadas direções intertextuais de preferência a outras (Fairclough, 2001, p. 207).

A ampla utilização do vocábulo Ocidente e suas variantes no *corpus* também pressupõe uma forma de posicionamento identitário dos seus produtores. Nas matérias F01 e F09, ambas produzidas por Igor Gielow e com o maior número de utilização do vocábulo (11 vezes cada uma), o termo e suas variantes são empregados como fonte de informações, tal qual em “Putin mobilizou cerca de 150 mil a 190 mil soldados em torno do país, segundo o Ocidente” (F01) e “Há sinais claros de um ataque amplo, mas não se sabe se é uma invasão total nos termos colocados por Kiev e pelo Ocidente” (F01). O ocidente também aparece como sujeito agente em outras orações, tais como “[...] o Ocidente, que rejeitou as demandas, não ouviu ele falar sobre 'linhas vermelhas’”(F01) e o título da matéria F09 “Ocidente aumenta pressão sobre a Rússia”.

A variável do termo, Ocidental, um adjetivo, tem ampla utilização para qualificar organizações e outros objetos, tal como em “cresceu a pressão ocidental contra Putin” (F09), “O desejo do governo pró-Ocidental que tomou o poder em 2014” (F01) e “Visando evitar a chegada do arcabouço ocidental à sua mais importante fronteira” (F01). A OTAN é diversas vezes qualificada como “aliança militar ocidental” (F01 e F09). Em F09, no trecho “exercícios denunciados no Ocidente como um prenúncio de invasão”, o termo é empregado com a ideia de espaço geográfico.

Apesar do amplo uso do termo, em nenhuma matéria de Gielow presente no *corpus* foi identificada qualquer construção textual que apontasse para a identificação direta do autor ou de seu público com o ocidente. Tal construção é encontrada, porém, em F28, quando o inglês Martin Wolf, em seu artigo de análise, afirma que “uma guerra opcional contra os filhos de uma democracia pacífica não é um ato que nós no Ocidente podemos nos permitir esquecer”.

7.4.2 Práticas textuais no editorial da Folha

Sobre o gênero editorial, cabem alguns apontamentos que ressaltam sua destacada importância. Para Charaudeau (2013, p. 235) o editorial está no campo do acontecimento comentado, encarregando-se de trazer uma visão esclarecedora dos acontecimentos julgados mais importantes em determinado período pelo veículo jornalístico. Há nele a liberdade de se expressar um ponto de vista partidário, porém com a necessidade de baseá-lo em argumentos, já que esse “ponto de vista implica o engajamento de toda a redação do jornal”.

Sobre o engajamento da redação, Traquina (2020) apresenta estudos do jornalismo baseados na Teoria Organizacional que apontam para a força de coerção e engajamento que a política editorial dos veículos jornalísticos tem nas redações. Segundo ele, “a autonomia do jornalista é uma ‘autonomia consentida’”, já que, para manter-se inserido na estrutura organizacional da empresa, ele “redefine os seus valores até ao nível mais pragmático do grupo redatorial” (Traquina, 2020, p. 120).

Em seu editorial, matéria F04, a Folha deixa explícita sua visão dos acontecimentos, alertando para isso ao inserir a oração “O que a Folha pensa” em caixa alta e cor da fonte diferenciada ao lado do título “A agressão russa”. Diversos vocábulos durante o editorial deixam clara a condenação da ação russa por parte do jornal.

Já em seu primeiro parágrafo, a matéria emprega o grupo de palavras “autocrata de Moscou” para se referir a Vladimir Putin. O termo Autocrata é utilizado como substantivo e quer dizer “soberano absoluto e independente”, ligado ao termo Autocracia, que significa “governo dum príncipe, com poderes ilimitados e absolutos” (Ferreira, 2008, p. 154).

No segundo parágrafo, a invasão russa é denominada “intrusão das tropas russas”, sendo que, logo após, os russos são qualificados como “invasores” que pretendem combater as “forças legalistas” da Ucrânia. Intrusão é a “ação de um intruso”, sendo que Intruso significa aquele que “se introduz em lugar, cargo, dignidade, etc., sem qualidade para tal” (Ferreira, 2008, p. 488). O termo legalista é “relativo à legalidade”, substantivo feminino que expressa a “qualidade de legal” (Ferreira, 2008, p. 510).

Em seu terceiro parágrafo, o editorial da Folha atesta que “os pretextos para a guerra alegados por Putin [...] não passam de uma farsa para ocultar as intenções tirânicas do líder russo” (F04). O substantivo masculino Pretexto significa “razão aparente ou fictícia que se alega para dissimular o motivo real de ato ou omissão” (Ferreira, 2008, p. 653), sendo que esse significado é explicitado pela Folha no objeto indireto logo após o verbo Passar, “farsa”, e o suposto real motivo também é revelado pelo editorial no complemento nominal ao final da oração, “intenções tirânicas”.

Segundo Fairclough (2001, p. 227), “a nominalização transforma processos e atividades em estados e objetos, e ações concretas em abstratas”, e ela tem considerável importância cultural e ideológica” já que “transforma uma condição local e temporária num estado inerente ou numa propriedade”. Em seu quarto parágrafo, a Folha faz uso desse recurso ao empregar a expressão “expansionismo russo”: “Embora em nada justifique a aventura armamentista do Kremlin, falhou mais uma vez a estratégia das potências ocidentais para lidar com o expansionismo russo.” (F04).

Novamente, em seu oitavo parágrafo, a Folha faz uso de um termo ligado a categorias políticas para qualificar um país, nesse caso a “Ditadura chinesa”, que, segundo o editorial, reforçaria seus “laços diplomáticos” com a Rússia durante o conflito na Ucrânia. Percebe-se que a Rússia e sua suposta aliada, a China, são qualificadas como regimes políticos autoritários, contrários aos preceitos das atuais democracias liberais.

Uma importante dimensão do discurso destacada por Fairclough (2001), a modalidade, também serve como instrumento fundamental para a análise do editorial da Folha. Segundo o acadêmico, a modalidade está ligada ao grau de afinidade do produtor do texto com as proposições que apresenta, apresentando-se como “a dimensão da gramática da oração que corresponde à função ‘interpessoal’ da linguagem” (Fairclough, 2001, p. 199).

Ainda, o discurso midiático seria um dos mais ligados ao uso ideológico da modalidade. A mídia muitas vezes apresenta como fato determinados julgamentos que não passam de interpretações da realidade. Essa “reivindicação implícita e indefensável de que os eventos podem ser representados transparente e categoricamente”, sugerível pelo uso que o jornalismo faz das modalidades, seria o que “sustenta o trabalho ideológico da mídia” (Fairclough, 2001, p. 202).

Já no *lead* da matéria F04, “Invasão da Ucrânia merece o repúdio da comunidade internacional e do Brasil”, observa-se o uso do verbo *Merecer* conjugado no presente do indicativo, “merece”. Para Fairclough (2001, p. 200), o uso do presente do indicativo realiza uma modalidade categórica e objetiva, quando o grau de afinidade do sujeito que escreve com a proposição não é clara, sendo que “o uso da modalidade objetiva frequentemente implica alguma forma de poder”.

No primeiro parágrafo, a Folha atesta que a invasão russa da Ucrânia “deveria ser condenada pela comunidade internacional” (F04). O uso de verbos auxiliares modais, tal como “deveria”, também podem representar aspectos da modalidade empregada. Outra frequente demonstração de modalidade, segundo Fairclough (2001), é o emprego de conjuntos de advérbios modais. Observa-se um exemplo destes quando a Folha, ao discorrer sobre as sanções econômicas contra a Rússia, atesta que “o castigo irá inevitavelmente comprometer o abastecimento energético da Europa ocidental” (F04), com o uso do advérbio “inevitavelmente”.

Outros exemplos de uso de verbos auxiliares modais no editorial são os trechos de F04, todos com grifo do autor: “a ditadura chinesa [...] **poderá** atuar para amenizar os efeitos das sanções”, dando a ideia de probabilidade; “a aliança ocidental **deveria** repensar a sua linha de interação com o Kremlin”; “**não se pode** deixar de condenar a solução de controvérsias pelo recurso às tropas” e; [...] pilares da Carta brasileira, o que **deveria** levar o Itamaraty a condenar a invasão russa”, os quais demonstram modalidades categóricas.

Um último aspecto a ser analisado no editorial é o emprego de metáforas. Segundo Fairclough (2001, p. 241), as “metáforas não são apenas adornos estilísticos”, na verdade elas “estruturam o modo como pensamos e o modo como agimos”. Ao expor diversos pontos sobre o uso de metáforas pela mídia, o autor aponta como “a cobertura da mídia em si mesma passa a ser moldada pela metáfora” (Fairclough, 2001, p. 243).

Pode-se perceber o emprego de uma metáfora quando a Folha escreve, com grifo nosso, que “Nesse **jogo de xadrez**, enquanto move suas peças sempre depois do líder russo, a aliança ocidental deveria repensar a sua linha de interação com o Kremlin” (F04). Ao comparar as ações russas como uma jogada em um jogo de xadrez, a Folha supõe entre os jogadores, o líder russo e a OTAN (aliança ocidental), uma relação de impossível cooperação, já que não existe essa possibilidade em um jogo de xadrez.

7.4.3 As práticas textuais nos artigos de análise da Folha

Os artigos de análise, conforme Charaudeau (2013), são um subgênero da categoria representada pelos editoriais e as crônicas. Essas categorias atendem principalmente ao critério de inteligibilidade procurado pelas mídias, estando direcionadas para a busca do entendimento dos eventos, no intuito de “esclarecer o porquê e o como das notícias” (Charaudeau, 2013, p. 233). Assim, julga-se que os artigos de análise expõem de maneira mais transparente as visões de mundo da Folha em sua cobertura da guerra.

São 04 os artigos de análise no *corpus* da Folha: F12, F20, F22 e F28. Os artigos F12 (Vinicius Torres Freire) e F22 (Igor Gielow) são de jornalistas do próprio veículo. O artigo F20 é de Gideon Rachman, jornalista do Financial Times, e o artigo F28 é de Martins Wolf, do mesmo veículo.

7.4.3.1 Artigo de análise de Vinicius Torres Freire

No artigo F12 o uso da modalidade objetiva categórica é disseminado, fenômeno indicado pelo amplo uso de verbos no presente do indicativo e verbos auxiliares modais. Seguem, a título de exemplo, alguns trechos, todos com grifos nossos: “Joe Biden **preocupa-se** com quantas mulheres vai nomear para o Banco Central”; “a guerra de Putin **pode** trincar ainda mais a ideia de globalização”; “uma crise já crônica (mudança climática) que **pode** se tornar apocalíptica” e; “A direita tradicional e parte dos democratas **querem** que Biden arranque o couro de Putin”.

O trecho “**Percebe-se** por que Jair Bolsonaro **lambe** as botas de Putin: porque **pegou** gosto lambendo a sola de Trump” (F12, com grifos nossos) combina uma pressuposição, a de que o presidente brasileiro não tomaria as medidas cabíveis contra a invasão russa, com verbos no presente do indicativo. Segundo Fairclough (2001, p. 202), “a pressuposição leva a modalidade categórica um estágio adiante ao tomar a fatualidade como tácita”.

Ao analisar o mesmo trecho, podemos constatar no conjunto de palavras “lambe as botas” o que Charaudeau (2013, p. 179) denomina de Vulgarização, ou

seja, “uma tradução simplificadora da complexidade dos fenômenos para torná-los acessíveis à massa”. Essa técnica encontra razão na necessidade de captação da atenção do público, o que não pode ser feito por meio de um discurso com termos científicos. Essa “palavra vulgarizada” torna-se “desprovida de tudo que constitui sua especificidade, sua pertinência e, finalmente, sua validade” (Charaudeau, 2013, p. 77).

Há ainda outros exemplos de termos que pressupõem um processo de vulgarização no artigo, todos com grifos nossos: “[...] transição para a ‘economia verde’ que sujeita o país a **caprichos** de estrangeiros”; “[...] Biden, acusado também de **molenga** com Vladimir Putin”; “querem que Biden **arranque o couro** de Putin” e; “Esse **faniquito** da direita pode parecer disparate oportunista”.

O autor alerta para os efeitos prejudiciais da vulgarização. Segundo ele, “toda vulgarização é, por definição, deformante” já que, quanto mais se simplifica o discurso para atingir um público maior, “maior a necessidade de que o saber que deu origem à informação seja transformado, ou mesmo deformado, para parecer acessível ao alvo” (Charaudeau, 2013, p. 62).

Ainda no artigo F12, pode-se identificar o fenômeno aludido por Fairclough (2001, p. 236) da criação de palavras. Segundo o autor, expressar com novas palavras um significado é um processo de lexicalização, já que o termo “item lexical” captura melhor do que o termo “palavra” expressões que alcançaram um grau de fixidez e estabilidade. A lexicalização do termo “trumpista” denota, no texto de Torres Freire, uma facção política determinada no espectro político norte-americano, usado no mesmo parágrafo em que se discorre também sobre as posições de outra facção, a “direita tradicional e letrada do Partido Republicano”.

Outra demonstração do processo de lexicalização é quando o jornalista, ao tratar das posições da “direita tradicional e parte dos democratas” contra a Rússia, pressupõe que essas posições evitariam a possível “**ucranização** de Taiwan” (grifo nosso), ou seja, a invasão de Taiwan por parte da China. A lexicalização que envolve processos de nominalização, como no termo “ucranização”, tornam ainda mais patentes, segundo Fairclough (2001), a pertinência do conceito de itens lexicais.

7.4.3.2 Artigo de análise de Gideon Rachman

Um aspecto visível no artigo de análise F20 é o emprego de pressuposições. Conforme Fairclough (2001, p. 156), as pressuposições são proposições tomadas como já estabelecidas ou dadas. Em muitos casos, as pressuposições são baseadas em fontes “nebulosas” ou incertas, pretendendo demonstrar uma suposta opinião geral. Elas “contribuem para a constituição ideológica dos sujeitos” e também “são formas efetivas de manipular as pessoas, porque elas são frequentemente difíceis de desafiar” (Fairclough, 2001, p. 156).

No artigo de Rachman, as pressuposições já partem do título da matéria, “Plano de Putin está desabando” e vários outros trechos no artigo trazem pressuposições que reforçam a ideia do título. Todas elas partem de pressupostos sobre os planos de Putin para conduzir a guerra, tais como: “tropas russas ainda não conquistaram a vitória rápida com que Putin contava”; “A resistência ucraniana é muito mais forte do que o líder russo previu”; “A reação global está sendo mais forte, mais coordenada e mais unida do que Putin previa” e; “Não tendo conseguido a vitória fácil que [Putin] estava prevendo [...]”.

Assim como o artigo F12 anteriormente analisado, diversos verbos no presente do indicativo e verbos auxiliares modais demonstram o nível de modalidade no texto, muitas vezes categórica, como o presente do indicativo demonstra já no trecho do título “Plano de Putin **está** desabando” (grifo nosso). Identificou-se também o uso de verbos auxiliares modais para demonstrar modalidades objetivas em relação a algumas proposições ligadas às possíveis reações de Putin caso seus planos de guerra falhem, todas com grifos nossos: “Orgulho e paranoia do líder russo **podem** levá-lo ao uso de táticas cada vez mais radicais”; “possibilidade de serem empregados mísseis termobáricos contra a Ucrânia [...] que **podem** provocar uma perda enorme de vidas” e; “As ameaças nucleares que Putin vem fazendo, embora tenham o objetivo claro de intimidar, **não podem** ser inteiramente descontadas”.

Outros indicativos de modalidade no texto, conforme Fairclough, são o emprego de advérbios modais e seus adjetivos equivalentes, conforme constatado nos seguintes trechos, todos ainda ligados às possíveis reações de Putin: “Mas é **muito possível** que um Putin humilhado e encurralado torne-se ainda mais perigoso

e implacável”; “Como parece **altamente improvável** que o próprio Putin recue” e; “É **possível**, porém, que à medida que os custos humanos e econômicos da guerra se acumularem fique cada vez mais difícil conter os protestos públicos contra o conflito” (grifos nossos).

Por último, cabe identificar uma modalização categórica em relação aos supostos perigos que Putin representa para a sociedade e o mundo, identificável pelos verbos no presente do indicativo, colocada como a oração que fecha o texto e que deixa clara a visão do autor sobre o mandatário russo: “Mas por ora, pelo menos, o perigo que Putin representa para a Ucrânia, a Rússia e o mundo só faz crescer” (F20).

7.4.3.3 Artigo de análise de Igor Gielow

Um dos diferenciais do artigo de análise de Gielow (F22) é o uso de fontes determinadas embasando sua argumentação (09 no total), ao contrário dos artigos F12 (04 fontes incertas), F20 (03 fontes determinadas) e F28 (nenhuma fonte). Outro diferencial é o baixo emprego de verbos auxiliares modais para modalizar as proposições, encontrado apenas no trecho, com grifo nosso, “Mesmo a crise dos mísseis de Cuba (1962) **poderia** resultar na obliteração dos soviéticos”, quando o autor discorre sobre fatos históricos e apresenta os momentos de possibilidade de ocorrência de uma terceira guerra mundial e um conflito nuclear.

O texto, porém, está eivado de modalizações categóricas, indicadas pelo uso de verbos conjugados no presente do indicativo. No trecho “O fantasma da Terceira Guerra Mundial [...] **volta** a assombrar o Ocidente” (grifo nosso) Gielow, além de apresentar o medo de um conflito mundial, restringe esse medo ao Ocidente. O uso do termo ocidente e sua importância no discurso foram explorados na seção 6.4.1 ao falar sobre o *ethos* ocidental.

Outra construção textual modalizada categoricamente e que envolve o termo ocidente encontra-se, com grifo nosso, no trecho “O Kremlin **vê** a expansão a leste de estruturas **ocidentais** como inaceitável”, inserido em um parágrafo onde Gielow fala sobre o “embate subjacente” à guerra da Ucrânia entre “Moscou” e o “conglomerado Estados Unidos/OTAN).

Novamente em um artigo de análise, modalizações categóricas são empregadas para qualificar Putin, o presidente russo, e suas ações, como nos trechos, com grifos nossos, “Putin **é** um manipulador eficaz” e “A lógica **diz** que ele [Putin] **está** apenas ganhando manchetes [...] enquanto **apanha** por todos os lados”. Ao usar o termo “ganhando manchetes” no último trecho apresentado, quando discorre sobre pronunciamento em que Putin cita armas nucleares, Gielow também realiza uma pressuposição de que suas falas servem apenas como propaganda, atribuindo tal proposição a uma “lógica” supostamente inerente aos acontecimentos, utilizada como sujeito da oração

Assim como apresentado na seção 6.4.4.1, Gielow faz uso de vulgarizações para demonstrar suas explicações dos acontecimentos. Esse uso se faz presente nos trechos, todos com grifos nossos, “[...] **assombrar** o Ocidente 30 anos após aquele que parecia seu **exorcismo** final”, “Os **coitados** que de fato sofrem com a insegurança do Donbass”, “[Putin] **fala grosso** para seu próprio público, além de **riscar no chão** um limite”, e “as autoridades ficaram nos **floreios** acerca da resistência ucraniana”.

Identifica-se o uso de diversas vulgarizações quando Gielow procura qualificar o ex-presidente russo Dmitri Medvedev ao analisar sua resposta a uma fala de uma autoridade francesa sobre o emprego de uma guerra econômica para frear as ações da Rússia: “Foi admoestado pelo **ex-queridinho** Dmitri Medvedev, que **encantava** americanos com seu **jeitão de liberal** quando **fingiu ser presidente** sob o premiê Putin de 2008 a 2012, e que hoje **está encostado** como número 2 do Conselho de Segurança do país” (grifos nossos).

7.4.3.4 Artigo de análise de Martins Wolf

Já no título, fica patente a visão ideológica que Wolf possui da guerra na Ucrânia: o conflito entre um modelo político autocrático, “tirânico” segundo ele, e o modelo da “democracia liberal”. A ideia do regime russo como tirânico está alinhada com o editorial da Folha (matéria F04), conforme expresso em seus trechos “O autocrata de Moscou” e “intenções tirânicas do líder russo”, conforme analisado na seção 6.4.2.

Nos dois primeiros parágrafos de seu artigo, Wolf faz uso de diversos adjetivos negativos para qualificar a invasão russa e Putin, conforme os seguintes trechos, todos com grifos nossos: “**pior** ato de agressão em solo europeu desde 1945 e [Putin] justificou seu ato **vil** com mentiras **vergonhosas**” e “Putin pode ser o homem mais **perigoso** que já viveu” (F28).

Há duas características marcantes na matéria de Wolf: a profusão de modalizadores deônticos e verbos no futuro do presente como modalizadores do discurso. Detalhando as categorias de modalidade no discurso, Santos (2000, p. 2) informa que os modalizadores deônticos são aqueles em que “o falante admite que o conteúdo proposicional é obrigatório, havendo, portanto, necessidade de acontecer” e são distintos dos modalizadores epistêmicos, os quais estão ligados à avaliação sobre o valor de verdade de determinadas proposições.

Segundo a autora, o verbo modal Dever pode exprimir a ideia de obrigação e apresentar-se como um marcador deôntico. Outro exemplo é o “verbo auxiliar ter, mais a preposição de ou que, [que] podem ser constantes nas relações assimétricas, porque designam ordem, mando, de um lado, e, de outro, obrigação” (Santos, 2000, p. 3). Também se constatou o uso do verbo Precisar como marcador deôntico.

Wolf utiliza marcadores deônticos em diversos trechos no artigo ao discorrer sobre como países europeus e o resto do mundo devem lidar com a invasão russa, tais como: Ela [a Alemanha] **precisa** se tornar o centro de uma estrutura poderosa de segurança europeia capaz de se proteger contra uma Rússia revanchista”; “Isso **deve** incluir um enorme esforço para reduzir a dependência energética”; “a Europa **precisa** reconhecer que os EUA não serão um aliado confiável [...]”; “O Reino Unido, por sua vez, **tem** de reconhecer que será sempre uma potência europeia”; “Ele [o Reino Unido] **deve** se comprometer mais profundamente com a defesa do continente”; “Sua liderança [China] **precisa** entender que apoiar a Rússia hoje é incompatível com as relações amigáveis com os países ocidentais”; “As empresas **precisam** tomar nota disso”; “As memórias de nosso passado **devem** proibir isso [perdão à Rússia]”; “Ainda **devemos** esperar para eles [sociedade russa] um regime político digno de sua contribuição à nossa civilização”; “**Não podemos** viver em paz e segurança com tal vizinho [Rússia]”; “Essa invasão **não deve** durar, já que seu sucesso ameaçaria a todos nós” e; “Estamos em um novo mundo. **Devemos** entender isso e agir adequadamente” (todas as citações com grifos nossos).

Sobre os verbos conjugados no futuro do presente, Lacerda (2021) nos apresenta algumas características de seu uso para expressar modalidade no discurso. Segundo a autora, o uso do futuro do presente pode representar projeções de estados mentais e emocionais, o que o torna um possível marcador de modalidade. O futuro do presente, dentro deste conceito, representa “situações que se projetam para além do momento de fala e que tomam esse momento (quer direta, quer indiretamente) como ponto de referência” (Lacerda, 2021, p. 250).

Sobre o uso de tal conjugação verbal ligada aos aspectos ideológicos do discurso, segue interessante trecho da pesquisadora tratando sobre o tema:

Mais especificamente, pode-se concluir que a expressão do FP [futuro do presente] está fortemente associada à avaliação ideológica que os falantes fazem do estado de coisas que conhecem no presente, conectando-se, então, menos aos acontecimentos no mundo propriamente dito, e mais ao modo como representam a potencialidade dos acontecimentos. Com isso, **infere-se que a expressão do FP [futuro do presente] aponta para o mundo construído discursivamente, e não para o mundo real** (Lacerda, 2021, p. 250, grifo nosso).

Postas as considerações sobre o uso dessa conjugação verbal, seguem trechos na matéria F28 onde eles se apresentam, todos com grifos nossos: “Alguns **vão** insistir que os atos de Putin são culpa do Ocidente [...]”; As sanções muitas vezes são ineficazes. As impostas desta vez **não serão**”; “A dor **não recairá** só sobre a Rússia. Os preços do petróleo e do gás **ficarão** altos por mais tempo”; “Os preços dos alimentos também **subirão**”; “Se a Rússia cortar suas exportações de energia (com grande custo para si mesma), a disrupção **será** ainda mais severa”; “Os bancos centrais **acharão** ainda mais difícil decidir como endurecer a política monetária. O mesmo **valerá** para governos que tentam amortecer o golpe dos choques de energia”; “Em longo prazo, as consequências econômicas **seguirão** a geopolítica”; “Se o resultado for uma divisão profunda e prolongada entre o Ocidente e um bloco centrado na China e na Rússia, **haverá** divisões econômicas”; “Todo mundo **tentará** reduzir sua dependência de parceiros contenciosos e inconfiáveis”; “A Europa certamente **mudará** mais”; “Nesse novo mundo, a posição da China **será** uma preocupação central” e; “Enquanto ele [Putin] estiver no Kremlin, o mundo **será** perigoso”

Além das modalidades deônticas e dos verbos no futuro do presente, a matéria de Wolf faz amplo uso de modalizações já identificadas nos outros artigos,

tais como as modalizações categóricas com o verbo no presente do indicativo: “Putin não é o primeiro tirano a confundir um desejo de paz com covardia”; “Ele [Putin] está decidido a restaurar o império russo perdido” e; “A política vence a economia nesse mundo”. Ainda, há modalização com o emprego de verbos auxiliares modais, com grifo nosso: “Putin **pode** ser o homem mais perigoso que já viveu”.

Outro aspecto, já analisado em 6.4.1, é a questão do *ethos* ocidental, explorado com ênfase por Wolf, conforme se percebe nos seguintes trechos: “ele [Putin] despertou a ira das populações ocidentais”; “divisão profunda e prolongada entre o Ocidente e um bloco centrado na China e na Rússia” e; “apoiar a Rússia hoje é incompatível com as relações amigáveis com os países ocidentais”. Cabe ressaltar que a única identificação direta do autor com o ocidente, conforme já analisado, figura no texto de Wolf: “Uma guerra opcional contra os filhos de uma democracia pacífica não é um ato que **nós no Ocidente** podemos nos permitir esquecer” (grifo nosso).

7.5 PRÁTICAS SOCIAIS DA FOLHA DE SÃO PAULO

Como exposto na seção 5 Metodologia, a análise das práticas sociais dos veículos jornalísticos analisados se baseou principalmente, mas não unicamente, na corrente teórica da Economia Política dos Meios. Segundo Mosco (2016), essa corrente está ligada às características gerais da economia política, analisando as relações de poder, a produção, distribuição e consumo de recursos diversos, incluídos os da comunicação.

Ainda segundo Mosco (2016, p. 43), essa corrente teórica encontra sua pertinência na análise do jornalismo por demonstrar “o modo como opera o mercado da comunicação”, identificando “cadeia de produtores tais como uma empresa jornalística, distribuidores impressos e on-line” para realizar “o estudo do controle e da sobrevivência na vida social” delas. Especificando alguns desses aspectos, Daros (2022) aponta para a identificação dos mecanismos de financiamento e a influência das políticas governamentais como variáveis relevantes dentro da teoria.

Para melhor exposição dos dados levantados, a seção foi dividida em subseções, seguindo a cronologia do desenvolvimento do conglomerado de

comunicações responsável pelo veículo jornalístico Folha de São Paulo e outros aspectos críticos que, por apresentarem relevância, necessitaram de seções específicas para sua abordagem.

7.5.1 Origens e expansão da Folha de São Paulo

As origens da Folha, segundo Pires (2007), remontam ao ano de 1921, quando um grupo de jornalistas oriundos do jornal O Estado de São Paulo decidem fundar o periódico Folha da Noite. Em 1925, o mesmo grupo fundou o matutino Folha da Manhã. Ao apoiarem a candidatura de Júlio Prestes para a Presidência da República em 1929, os dois jornais sofreram represálias e tiveram sua circulação suspensa.

Após 1931, ao serem adquiridos pelo fazendeiro e comerciante de café Octaviano Alvez de Lima, os dois periódicos voltaram a circular, já durante o Estado Novo. Em 1945, após o declínio da influência do setor agrário no governo e um rápido processo de industrialização, Lima vendeu a empresa Folha da Manhã, proprietária dos jornais. Os novos proprietários unificaram em 1960 os periódicos da empresa em uma publicação única, a Folha de São Paulo. Além disso, impuseram uma nova concepção de jornalismo na Folha, voltada para a busca da objetividade e neutralidade. Esses esforços não renderam retornos financeiros, e os proprietários venderam a empresa (Pires, 2007).

Ainda segundo Pires (2007, p. 306), em 1962 “teve início o período fundamental para a constituição do conglomerado” quando da aquisição da Folha da Manhã pelos empresários Octávio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho, os quais não possuíam experiência no ramo jornalístico.

A Empresa Folha da Manhã passou para o controle dos empresários Octávio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho, encerrado recentemente. Frias era proprietário de empresas de variados ramos como a Estação Rodoviária de São Paulo e a Transaco, especializada na venda de ações diretamente ao público, além de ser um dos maiores granjeiros do país. Caldeira tinha origens na construção civil (Pires, 2007, p. 306).

Em sua obra para o projeto Responsabilidade de Empresas por Violações de Direitos Durante a Ditadura, Calazans, Osmo e Teles (2023) nos apresentam detalhadas informações sobre o financiamento e as relações com os poderes do estado da empresa Folha da Manhã a partir de sua aquisição pela dupla de empresários, principalmente durante os governos do regime militar.

Segundo os autores, a empresa Folha da Manhã apresentava “graves problemas econômicos e dívidas vultosas” (Calazans, Osmo e Teles, 2023, p. 168). Para a aquisição, Otávio Frias obteve empréstimo de Caio de Alcântara Machado, que se tornou sócio da empresa por breve período. Machado utilizou sua experiência no setor bancário para negociar novos financiamentos com o Banco Mercantil de São Paulo e o Banco Nacional do Comércio. Os pesquisadores levantam a questão do motivo para a aquisição da Folha, uma empresa com graves problemas financeiros, por dois empresários inexperientes no ramo e proprietários de empresas então lucrativas. Uma das hipóteses apresentadas é em razão “do poder e da influência política que uma empresa de comunicação poderia lhes dar” (Calazans, Osmo e Teles, 2023, p. 169).

A relação entre a Rodoviária e o Grupo Folha esteve no centro de inúmeras denúncias de irregularidades que duraram mais de uma década. A principal dessas denúncias foi a de que **o negócio jornalístico, inicialmente deficitário, serviria para dar suporte aos grupos políticos que favoreciam o empreendimento rodoviário**, esse sim sempre lucrativo (Calazans, Osmo e Teles, 2023, p. 169, grifo nosso).

Em 1965, um ano após o início do regime militar no Brasil, o grupo Folha adquiriu o jornal Última Hora, de Samuel Wainer. O veículo de Wainer, que possuía linha editorial favorável ao governo de João Goulart, encontrava-se em dificuldades, sofrendo perseguições e boicote econômico do novo governo. No mesmo ano, a Folha adquiriu parte das ações da TV Excelsior, de propriedade da família Simonsen que, assim como Wainer, apoiavam Goulart e viram seu patrimônio dilapidado por represálias do novo regime.

Essas aquisições, entre outras realizadas pelo grupo Folha no período, encontram convergência com a nova fase do modelo econômico capitalista nos meios de comunicação. Segundo Daros (2022), uma das características dessa nova fase no Brasil foi o fortalecimento da indústria cultural e a formação de grandes grupos comunicacionais como a Folha, o grupo Globo e o grupo Abril. Um dos

procedimentos para a expansão desses novos grupos era a aquisição de jornais em crise.

Segundo o pesquisador, baseado nas pesquisas de Gisele Taschner, essa fase foi marcada pela imposição da lógica empresarial no âmbito dos veículos jornalísticos, com a consequente mercantilização das notícias.

Sob a lógica do capitalismo avançado, o jornalismo passaria a ser produzido visando atender o maior público possível, sem negar os interesses da classe dominante. Transformados em empreendimento, cada jornal não se restringe somente a uma posição política, mas lida com diversas oportunidades, explorando o jogo ideológico montado pelo capitalismo (Daros, 2022, p. 7).

O financiamento por parte de recursos governamentais e agências internacionais de fomento também contribuíram para o crescimento do grupo Folha. Em 1967, visando modernizar os processos de produção de seus jornais, o grupo adquiriu custosos equipamentos por meio de financiamento de uma agência governamental de fomento para o setor, o Grupo Executivo da Indústria de Papel e Artes Gráficas, e por meio de vultoso financiamento da USAID, agência norte-americana de fomento que atuava na América Latina por meio da Aliança para o Progresso (Calazans, Osmo e Teles, 2023).

Em 1968, Frias e Caldeiras assumem a direção da Fundação Cásper Líbero após esta sofrer uma intervenção do governo do estado. Assim, o grupo Folha passou a comandar mais dois jornais da fundação e uma estação de rádio, além de lançar em 1970 uma emissora de televisão, a TV Gazeta (Calazans, Osmo e Teles, 2023).

Segundo os autores, “o crescimento vertiginoso do Grupo Folha gerou desconfiância em diferentes setores sociais e denúncias de variados tipos” (Calazans, Osmo e Teles, 2023, p. 171), sendo que diversos deputados da Assembleia Estadual de São Paulo, preocupados com a formação de um monopólio na comunicação, propuseram a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito em dezembro de 1968 para investigar as empresas do grupo.

O grupo Folha, no contexto do chamado Milagre Econômico da década de 1970, firmou sua posição como um verdadeiro império jornalístico.

Os novos tempos pareciam continuar a favorecer o Grupo Folha. O lucro líquido da empresa dobrou naquele ano e triplicou nos anos seguintes. O patrimônio líquido, que em 1973 era de 47.564.807, passou para

210.844.987 em 1977 (valores em cruzeiros) (Calazans, Osmo e Teles, 2023, p. 176).

Na década de 1980 o grupo Folha se encontrava em posição financeira confortável e, ao apoiar a campanha pelas Diretas Já, marco do fim do regime militar, disseminou a imagem de uma empresa que resistiu aos assédios dos governos autoritários do período anterior.

Nos anos 1980, o Grupo Folha havia crescido enormemente e suas empresas se encontravam em boa situação financeira. Nesse período se deu a implementação do conhecido “Projeto Folha”, que buscou modernizar e reformular os princípios político-editoriais do jornal. **A Folha se engajou na campanha das Diretas-Já, e passou a ser identificada como um jornal de resistência, uma espécie de porta-voz da sociedade civil no período de redemocratização.** O jornal chegou, assim, ao fim da ditadura com sua identidade estrategicamente reformulada e com a maior circulação do país (Calazans, Osmo e Teles, 2023, p. 177, grifos nossos)

7.5.2 Década de 1990: diversificação de negócios do grupo Folha

A década de 1990 marcou uma ampla diversificação de negócios do grupo Folha, se que expandiu para ramos além do jornalismo.

Segundo Castro (2001), Carlos Caldeira Filho se retirou da sociedade no grupo Folha em 1992, deixando a família Frias livre para orientar os negócios do grupo. Ainda segundo o autor, “o diagnóstico interno era de que o Grupo precisava se expandir para outras áreas e, ao mesmo tempo, diminuir o peso econômico dos jornais no faturamento total das empresas” (Castro, 2001, p. 49).

Em 1995, o grupo Folha lançou o portal de internet e provedor de acesso à internet Universo Online (UOL). No ano seguinte, 1996, o grupo se associou à empresa norte-americana Quad/Graphics, uma das maiores gráficas dos EUA, para lançar a Plural Editora e Gráfica, então a maior gráfica comercial do Brasil.

Ainda em 1996, o grupo Folha se associou a grandes conglomerados empresariais para participar das licitações da telefonia celular no Brasil, mercado este que o Governo Federal passaria para as mãos da iniciativa privada em 1997 por meio de leilões. A Folha uniu-se ao grupo Avantel, formado pelas seguintes

empresas: Odebrecht e Camargo Correa, duas empreiteiras brasileiras de grande porte; Unibanco, um influente banco brasileiro, e a Air Touch, empresa operadora de telefonia norte-americana com negócios no Brasil (Castro, 2001).

O consórcio Avantel não logrou êxitos nos leilões do governo, porém a participação da Folha levantou questões éticas sobre a influência dos grupos econômicos parceiros na pauta jornalística.

De todo modo, havia um perigo em potencial: o Grupo Folha estava se tornando sócio, em um empreendimento, de duas empreiteiras, um banco privado e uma operadora norte-americana com negócios no Brasil. Essas empresas constantemente motivavam pautas para o jornal Folha de S.Paulo (Castro, 2001, p. 63).

Cabe ressaltar que a atuação do grupo Folha não foi um caso isolado, já que diversas empresas de comunicação participaram nos consórcios concorrentes dos leilões de telefonia, demonstrando já uma imbricada relação entre essas empresas e o grande capital, inclusive o externo.

A iniciativa do consórcio Avantel [...] não era uma exceção no meio das empresas de mídia. Com os mesmos objetivos, os grupos Oesp [O Estado de São Paulo] e RBS participaram da formação dos consórcios BCP e BSE, as Organizações Globo do consórcio TT2 e o Jornal do Brasil da entrada do consórcio Globalstar no país. A partir daí, **insinuava-se a formação dos grandes conglomerados econômicos, ligados inclusive ao capital externo** (Castro, 2001, p. 51, grifos nossos).

O lançamento do portal UOL e a tentativa do grupo Folha de entrar no ramo da telefonia móvel são fatos consonantes com o ingresso do jornalismo em sua quarta fase, a fase eletrônica, conforme teorizado por Marcondes Filho (1989) ainda na década de 1980.

Nestes últimos anos manifestaram-se os sinais do **ingresso do jornalismo em sua quarta fase, a fase eletrônica**, que faz parte de toda uma revolução tecnológica nos meios de comunicação, que atinge o sistema de rádio, de televisão, de telefonia em geral e as demais formas de comunicação à distância (Marcondes Filho, 1989, p. 73, grifos nossos)

Segundo o pesquisador, a revolução tecnológica traria a possibilidade da redução dos custos de produção da notícia, o que levaria o ramo das empresas jornalísticas a buscar ganhos extraordinários com o investimento em novas tecnologias para “saírem de suas crônicas crises financeiras, pois lhes possibilitaria

investir em um setor das comunicações muito mais lucrativo” (Marcondes Filho, 1989, p. 74).

No final da década de 1990 e início dos anos 2000, o grupo Folha ainda se associa a outros grupos de comunicação para explorar novos negócios. No ano 2000, junto com as organizações Globo, a Folha lança o jornal Valor Econômico e, em 2001, junto com O Estado de São Paulo, lança a São Paulo Distribuição e Logística Ltda, empresa que atua na distribuição de periódicos em todo o país e diminui consideravelmente os custos logísticos dos dois jornais (Castro, 2001).

7.5.3 Grupo Folha nos anos 2000: UOL e financeirização

No início dos anos 2000, o grupo Folha, por meio de sua empresa controlada UOL, adentra o mundo do mercado de capitais e o grande capital financeiro. Segundo Brigatto, Moreira e Rosa (2018), o UOL adentrou o mercado de capitais em 2005, quando ingressou na Bolsa de Valores de São Paulo, atual B3. Porém, entre o fim do ano de 2011 e início de 2012, a empresa decidiu recomprar suas ações e cancelar seu registro da Comissão de Valores Mobiliário (CVM), retirando a empresa da bolsa. Em 2006, o UOL lançou o serviço de transações financeiras PagSeguro, que viria a se expandir nos anos seguintes.

Segundo matéria da própria Folha (UOL, 2000), o grupo Abril, outro conglomerado da área da comunicação, possuía capital investido na empresa UOL, possuindo, assim como a empresa Folha da Manhã, nome da controladora da Folha de São Paulo, 43% das ações do UOL Inc, isso no ano 2000. O grupo Folha, porém, possuía 70% das ações com direito a voto, controlando efetivamente a empresa. Outro acionista de revelo na empresa, além dos dois grupos de comunicação, era a agência de investimentos norte-americana Morgan Stanley, que encabeçava um grupo de investidores possuidores de 12,3% das ações do UOL.

Outro acionista minoritário do UOL era o banco de investimentos brasileiro BTG Pactual que, em 2022, trocou suas ações no grupo por ações da empresa PagSeguro. Assim, neste ano o UOL passou a ter 36,55% das ações do capital social da empresa financeira, porém mantendo seu controle por possuir 85,41% das ações com poder de voto nas decisões administrativas (Lustosa, 2022).

Luiz Frias, um dos filhos de Octávio Frias de Oliveira, é o empresário que dita os rumos do grupo Folha. Em 2020, ele adquiriu ações da viúva de seu falecido irmão, Otávio Frias Filho, e tornou-se detentor de 58,79% de participação na FolhaPar, empresa controladora do grupo Folha da Manhã. Os outros acionistas são os filhos de seu falecido irmão e sua irmã Maria Cristina Frias, com quem entrou em disputa judicial em 2019 por movimentações acionárias contestadas no grupo UOL (Luiz, 2020).

A PagSeguro, fundada em 2006 abriu seu capital na bolsa de Nova York, nos EUA, em janeiro de 2018. Segundo matéria do próprio UOL (Pageseguro, 2021), foi a maior abertura de capital de uma empresa brasileira na bolsa norte-americana, amalhando o valor de US\$ 2,6 bilhões. Ainda, foi a primeira empresa brasileira a ter ações negociadas exclusivamente nos EUA.

O grupo Folha, por meio do UOL, atua ainda em diversos ramos empresariais ligados à educação e a tecnologias digitais. Segundo Brigatto, Moreira e Rosa (2018), em 2018 o grupo UOL planejava a abertura de capital de duas subsidiárias. A primeira seria a UOL Edtech, que atua no ramo de educação a distância e considerada “a maior empresa de educação digital do Brasil” (Brigatto, Moreira e Rosa, 2018, p. 2). A segunda seria a UOL Diveo, que fornece serviços de tecnologia da informação.

Ainda segundo os jornalistas, o grupo UOL adquiriu em dezembro de 2017 a *fintech* Biva, uma empresa de tecnologia que oferece serviços de empréstimos *online* para empresas. Todas essas movimentações, segundo os jornalistas, apontam para o foco no mercado financeiro que o UOL passou a perseguir.

No mercado, a percepção é que **o UOL assume, cada vez mais, o perfil de uma empresa financeira**. O sinal mais recente disso é a contratação de Rômulo Dias, que foi diretor do Bradesco e presidente da credenciadora de cartões Cielo para a presidência do grupo. Dias assumiu o cargo no dia 2, com autoridade sobre todas as operações, inclusive o PagSeguro. Dias foi presidente da Cielo no período em que a empresa, controlada pelo Bradesco e o Banco do Brasil, mais cresceu (Brigatto, Moreira e Rosa, 2018, p. 3, grifos nossos).

A matéria diz ainda que é a primeira vez que Luiz Frias, que sempre esteve a frente do grupo UOL, se afastou da direção dos negócios e contratou um executivo, que responde diretamente a ele. Outro dado relevante é a composição acionário atualizada do grupo UOL que, segundo dados das matérias, contaria com João

Alves de Queiroz Filho, da empresa Hypera Pharma, como maior acionista após a família Frias, com 14,9% das ações, e o BTG Pactual com 6,5%.

O site de jornalismo empresarial Bloomberg, no perfil de Luiz Frias, informa sobre sua fortuna, suas empresas e, no ponto de maior interesse para a pesquisa, sobre a maior relevância dos negócios financeiros em relação ao jornalismo. Vale ressaltar que, em outros pontos da seção, já foram demonstradas informações sobre a predominância de outros negócios ao invés do jornalismo na conformação do patrimônio da família Frias.

Luiz Frias lidera o Grupo UOL (que inclui Folha de S.Paulo, UOL, PagBank, entre outras empresas), dedicando-se principalmente ao mercado de adquirência com a **PagBank, fundada em 2006 como empresa de maquininhas de pagamento por cartão, negócio que se mostrou mais lucrativo para a família do que o negócio tradicional no jornalismo**. O avanço da PagBank (ex-PagSeguro) como adquirente ganhou relevância e a empresa passou a investir em outras frentes, como a área de banco digital. Frias tem fortuna estimada em US\$ 1,3 bilhão, segundo a Forbes (Luiz, 2023, p. 1, grifos nossos).

7.5.4 O grupo Folha no contexto das relações entre mídia, cidadania e financeirização

Todos esses dados das práticas sociais do grupo Folha no século XXI, em especial sua empresa controlada UOL, se conformam a um movimento de financeirização no capitalismo moderno e suas repercussões na mídia, fatos observados por Sodré (2015). Segundo o acadêmico, a mídia sempre teve uma associação ideológica com a ideia de cidadania, como instância garantidora dos direitos sociais. Com a financeirização, as contradições entre essa associação ideológica e uma lógica mercadológica ficam patentes.

Já no contexto da promulgação da Constituição Federal de 1988, garantidora de diversos direitos sociais, a mídia estaria intrinsecamente ligada ao capital financeiro e a uma lógica de mercado. Essa ligação “implica uma dissonância ideológica entre o ativismo em prol da universalização dos direitos sociais e a valorização, que a mídia faz, da lógica do mercado” (Sodré, 2015, p. 136), já que a mídia caminhará sempre no sentido do capital financeiro e do mercado.

Cabe ressaltar trecho em que o pesquisador trata o aspecto da financeirização potencializado pelo desenvolvimento tecnológico, e que encontra consonância com o histórico de atuações empresariais do grupo Folha:

Essa substituição de *broadcast* por *pointcast* – mídia tradicional ou, como eu chamo, “mídia jurássica” – pela nova mídia – que é a mídia eletrônica, a Internet, as redes sociais – essa substituição **opera no âmbito da atual financeirização do mundo**. Nós estamos em um momento em que, mesmo com os recuos do neoliberalismo e das finanças, o mundo hoje é financeiro. O poder do capitalismo é o poder das finanças. **A mídia opera essa substituição no âmbito dessa financeirização** (Sodré, 2015, p. 140, grifos nossos).

A gestão das questões sociais, no mundo atual, seria operada pelas corporações midiáticas, onde a soberania do mercado toma o lugar da soberania política, e as mídias seriam as responsáveis pela difusão dessa ideologia atualmente, já que “o mercado monetário e o mercado das trocas linguísticas ou informativas tem uma homologia, uma isonomia e uma isomorfia” (Sodré, 2015, p. 141).

Por meio das ideias de Grohmann (2019), que utiliza como referências vários conceitos de Muniz Sodré, pode-se obter um aprofundamento nos conhecimentos relativos à imbricação entre financeirização e os meios de comunicação. O autor, a título de introdução, alega que nos estudos da comunicação muitas vezes aspectos relacionados à análise econômica das mídias são considerados estranhos ao campo. Segundo ele, esse estranhamento é prejudicial e há benefícios para o conhecimento ao se estabelecer na pesquisa a integração das dimensões econômicas e culturais da comunicação.

O capital financeiro, nos estudos marxistas, é similar ao conceito de Capital Fictício, já que tem origem no sistema de crédito e não se refere ao capital real, mas sim a um adiantamento da valorização futura do capital. O capital financeiro seria uma das formas de enriquecimento da classe capitalista, já que implica a desvalorização crescente da força de trabalho, ligada ao capital real. A financeirização seria, assim, a atividade sistêmica de apropriação de riquezas por meio do capital financeiro.

A financeirização das comunicações envolve tanto as transações ligadas às corporações de mídia quanto o conteúdo simbólico produzido por elas.

Falar, pois, em financeirização da comunicação significa desde a própria sua lógica aplicada aos meios de comunicação enquanto corporações até o domínio do capital financeiro em circulação pelos processos comunicacionais, passando pela financeirização das instituições envolvidas com a comunicação, desde agências de publicidade até universidades e a pesquisa acadêmica em comunicação (Grohmann, 2019, p. 102).

Por meio das ideias de Nassif (2021) pode-se constatar o processo de financeirização em veículos jornalísticos brasileiros, e mais especificamente no grupo Folha. Segundo o jornalista, a financeirização da Folha de São Paulo faz parte de um movimento global, exemplificado pela aquisição do jornal norte-americano *Washington Post* pela empresa tecnológica *Amazon*. A peculiaridade no caso da Folha é que, ao invés de ser absorvida pelo grande capital, ela entrou para esse círculo.

Com o desenvolvimento tecnológico e a popularização da internet, as grandes empresas tecnológicas multinacionais, popularmente conhecidas como *Big Techs*, passaram a sentir a necessidade de controlar as novas mídias e também as mídias tradicionais, aliando-se a estas últimas de diversas maneiras.

O jornalista cita como exemplo desse fenômeno a aquisição pelo Banco Opportunity de uma grande agência de publicidade e a entrada de seu proprietário, Daniel Dantas, no conselho de alguns grupos de mídia. Outro exemplo seria a instituição financeira XP, que lançou seu próprio veículo de comunicação, e o BTG Pactual, que adquiriu a revista *Veja* e o grupo Abril após a sua falência.

Os contrapontos à financeirização na produção jornalística da Folha, ainda segundo Nassif (2021, p. 3), seriam apenas uma estratégia para fortalecer o discurso central, utilizados “para, fortalecendo a ideia de isenção, dar mais força ao viés de financeirização”.

A última tentativa da Folha, de se manter com foco no jornalismo, ocorreu com uma das herdeiras, Maria Cristina Frias. Uma aliança com herdeiros de Otávio Frias Filho permitiu ao irmão empreendedor, Luiz Frias, assumir o controle do jornal. Desde então, a Folha passou a ser um apêndice de um unicórnio (nome dado a empresas de mais de um bilhão de dólares), e um instrumento da linha de frente da financeirização (Nassif, 2021, p.3).

O jornalista explora ainda a briga acionária entre os herdeiros do grupo Folha, relacionando-a com o fato do jornal ter perdido importância dentro do grupo para ramos empresariais mais lucrativos.

7.6 PRÁTICAS DISCURSIVAS NO NEXO JORNAL

Visando melhorar a exposição dos dados referentes às práticas discursivas do Nexo Jornal, a seção será segmentada em duas, com a primeira parte percorrendo predominantemente sobre os dados de autoria e gênero jornalístico e a segunda sobre o emprego das fontes explícitas na confecção das matérias, conforme realizado na seção 6.3 da Folha.

7.6.1 Autoria e gêneros jornalísticos do Nexo Jornal

No Quadro 04 são apresentados os dados referentes à autoria das matérias do Nexo Jornal e suas classificações segundo gênero jornalístico.

Quadro 4 - Autoria e gênero jornalístico das matérias do Nexo Jornal

Código da Matéria	Autoria	Classificação Nexo	Gênero
N01	João Paulo Charleaux/ Colaboraram Lucas Gomes, Gabriel Zanlorenssi e Nicholas Pretto	Expresso	Artigo de Análise
N02	Marcelo Roubicek	Expresso	Reportagem
N03	Marcelo Roubicek	Expresso	Reportagem
N04	Da redação	Extra	Reportagem
N05	Da redação	Extra	Reportagem
N06	Cesar Gagliani	Expresso	Artigo de Análise
N07	Juliana Sayuri	Expresso	Artigo de Análise
N08	Da redação	Extra	Reportagem
N09	Da redação	Extra	Reportagem
N10	João Paulo Charleaux	Expresso	Artigo de Análise
N11	Da redação	Extra	Reportagem
N12	Da redação	Extra	Reportagem
N13	João Paulo Charleaux	Expresso	Artigo de Análise
N14	Repetida de N11	-	-
N15	Vídeo	-	-
N16	João Paulo Charleaux	Expresso	Artigo de Análise

Código da Matéria	Autoria	Classificação Nexó	Gênero
N17	Da redação	Extra	Reportagem
N18	Da redação	Extra	Reportagem
N19	Mariana Vick	Expresso	Artigo de Análise
N20	Da redação	Extra	Reportagem
N21	Cesar Gaglióni	Expresso	Artigo de Análise

Fonte: o autor

Com base no Quadro 04, constata-se que, das 21 matérias produzidas pelo Nexó, 19 integraram o *corpus* analisado, já que a matéria N14 era repetida do dia anterior (N11) e a matéria N15 possuía o formato de vídeo, não atendendo os critérios para a realização da análise.

Em relação à autoria, constata-se que a autoria de 09 matérias são da própria redação do veículo, perfazendo 47,37% do total. Em seguida aparece João Paulo Charleaux, que assina 04 matérias (21,05% do total), seguido por Marcelo Roubicek e Cesar Gaglióni, com 02 matérias cada, e Juliana Sayuri e Mariana Vick, com 01 matéria cada uma.

O Nexó não informa em suas matérias os locais onde foram produzidas, porém, com base na análise textual, infere-se que o jornal não utilizou correspondentes na produção de nenhuma das matérias analisadas.

Assim, observa-se que na produção de sua cobertura da guerra, o Nexó empregou somente sua redação e seus jornalistas como instâncias produtoras das matérias veiculadas, não havendo colunistas, correspondentes ou agências de notícias estrangeiras assinando-as.

Em relação à categorização dos gêneros jornalísticos, percebeu-se que há uma nítida distinção entre a organização textual e argumentativa dos artigos de análise e das reportagens. Nos artigos de análise, há contextualizações históricas, políticas e jurídicas, além do emprego de especialistas, geralmente acadêmicos, comentando os eventos ocorridos no conflito. Por sua vez, as reportagens limitam-se em grande parte à descrição sucinta dos eventos por meio do emprego de fontes ligadas diretamente ao conflito.

Cabe ressaltar que o Nexó utiliza somente as categorias “Extra” e “Expresso” para classificar suas matérias, conforme observado no Quadro 04, não tendo sido possível obter em seu portal dados sobre a razão desta classificação. Não há nenhuma distinção de fonte ou cor nos títulos das matérias que possa denotar distinção entre seus gêneros jornalísticos.

Contudo, por meio da análise, constatou-se que a categoria “Expresso” correspondia na quase totalidade aos artigos de análise, todos assinados, e a categoria “Extra” às reportagens, todas produzidas pela redação. As 02 exceções são as matérias N02 e N03 que, apesar de serem assinadas por Marcelo Roubicek e serem classificadas como “Expresso, foram categorizadas como Reportagem pela pesquisa, atendendo aos critérios formulados por Charaudeau (2013) e já expostas na seção 6.2.

De posse desses conhecimentos, observa-se que a categoria Reportagem obtém uma pequena vantagem na cobertura, respondendo por 11 matérias, ou 57,89% do total, enquanto os Artigos de Análise respondem por 08 matérias, ou 42,10% do total. Não há nenhum editorial produzido pelo veículo na cobertura dentro do período analisado.

7.6.2 O emprego das fontes pelo Nexo Jornal

Na análise realizada sobre o conteúdo textual do *corpus* referente ao Nexo, foram elencadas 293 fontes explícitas, ou seja, aquelas ligadas ao conceito de Intertextualidade Manifesta, conforme já abordado na seção 6.3.2. Foram elencadas 41 categorias de fontes, conforme verificado no Apêndice C.

No Quadro 05, pode-se verificar as 19 fontes mais empregadas nas matérias do Nexo (com no mínimo uma unidade percentual inteira).

Quadro 5 - Fontes mais empregadas nas matérias do Nexo Jornal

Categoria da fonte	Percentual sobre o total de fontes
Autoridade russa	22,18%
Autoridade ucraniana	18,43%
Autoridade EUA	7,51%
Fonte incerta	5,80%
Autoridade da UE	5,80%
Imprensa norte-americana	4,10%
Imprensa inglesa	3,41%
Autoridade ONU	3,41%
Particular brasileiro	3,07%

Categoria da fonte	Percentual sobre o total de fontes
Particular norte-americano	2,73%
Autoridade brasileira	2,73%
Firmas particulares	2,05%
Autoridade da OTAN	2,05%
Imprensa russa	1,37%
Agência de notícias qatari (Al Jazeera)	1,37%
Time de Futebol europeu	1,02%
Imprensa brasileira	1,02%
Autoridade nigeriana	1,02%
Autoridade inglesa	1,02%

Fonte: o autor

Por meio do Quadro 05, pode-se observar que, assim como na Folha, as principais fontes empregadas pelo Nexo são as autoridades russas e ucranianas, com uma considerável vantagem de 3,75% para as russas em relação às ucranianas. Somadas, as autoridades dos países envolvidos no conflito correspondem a 40,61% do total de fontes. Conforme já apontado na seção 6.3.2, o predomínio de fontes oficiais na cobertura encontra amparo das pesquisas de Araújo (2021).

Ainda alinhado a essa tendência, as autoridades dos EUA aparecem como terceira fonte mais utilizada na cobertura e as autoridades da UE empatada na quarta posição com Fontes Incertas. Somadas, elas correspondem a 13,31% das fontes da cobertura. Em comparação com a Folha, há uma relevante diminuição no uso de fontes incertas, sendo que no Nexo elas compõem 5,80% da cobertura.

Cabe um apontamento quanto ao uso de Fontes Incertas no Nexo, cujas implicações teóricas sobre seu uso já foram abordadas na seção 6.3.2. A matéria que apresentou o maior número dessas fontes foi N19, assinada por Mariana Vick, com o título “Como o racismo se manifesta na nova crise de refugiados”. Vale ressaltar que N19 fez uso de 47 fontes, configurando-se como a matéria com mais fontes na cobertura do Nexo, participando com 16,04% do total de fontes.

Além de empregar 04 fontes incertas de um total de 17, 23,53% do total, na matéria contabilizamos o emprego de 03 fontes de autoridades africanas, além de 01 particular nigeriana. Autoridades e particulares do continente africano não constam como fonte nas matérias da Folha e nas outras matérias do Nexo.

Outra fonte que merece atenção na matéria N19 é a agência qatari Al Jazeera, com 04 menções. É a única matéria no *corpus* que dá voz a uma agência de notícias sem origens no continente europeu (considerando a Rússia) ou nos EUA. A matéria também apresenta 02 das 03 fontes relacionadas a veículos de imprensa brasileiros, a qual é inexistente na cobertura da Folha.

O Nexo apresentou como fonte particulares brasileiros, inexistentes na cobertura da Folha. Ainda na matéria N19, eles aparecem 02 vezes, e na outra matéria em que são empregados, N07, são citados 07 vezes. Todas essas fontes de informação referem-se a 02 acadêmicos e 01 jornalista.

7.7 PRÁTICAS TEXTUAIS DO NEXO JORNAL

Para melhor apresentar os dados levantados sobre as práticas textuais, decidiu-se pela sua divisão em subtemas com alguns aspectos textuais de relevância encontrados no *corpus*.

7.7.1 A questão dos títulos, da personificação e do *ethos* ocidental no Nexo Jornal

Sobre as estratégias de personificação e da apresentação de um *ethos* ocidental, conceitos abordados em 6.4, verificamos igualmente a recorrência do termo Ocidental e suas variantes e os nomes dos presidentes da Rússia e Ucrânia, Putin e Zelensky (grafia utilizada pelo Nexo).

A utilização do termo Ocidente e suas variantes ocorre 27 vezes na cobertura do Nexo, enquanto o nome de Putin aparece 98 vezes e Zelensky 43 vezes. O nome de Putin ocorre somente 02 vezes nos títulos das matérias, conforme apresentado no Quadro 06 e o de Zelensky igual número de vezes.

Quadro 6 - Títulos das matérias do Nexo Jornal

Código da matéria	Título
N01	A invasão militar da Rússia à Ucrânia explicada em 5 mapas
N02	As primeiras horas da operação resumidas em 16 imagens
N03	O ataque de Putin e o alerta sobre “guerra de larga escala”
N04	Kiev sob ataque: tropas russas invadem a capital da Ucrânia
N05	Rússia emite sinais de que quer negociar, mas incentiva golpe
N06	Quem é Zelensky, o presidente que se tornou alvo nº 1 de Moscou
N07	Os precedentes de resposta global a ataque entre países
N08	União Europeia faz investida contra bancos e empresas russas
N09	Brasil engrossa condenação de ataque na ONU, mas Rússia veta
N10	Quais as capacidades bélicas de Rússia e Ucrânia no conflito
N11	Putin coloca sistema de defesa nuclear russo em alerta
N12	Zelensky aceita iniciar negociações na fronteira com Belarus
N13	Rússia e Ucrânia: entre abertura de diálogo e pressão nuclear
N14	REPETIDA DE N11
N15	A hegemonia do presidente russo. E o país pós-União Soviética (Vídeo)
N16	Guerra na Ucrânia: quais as principais frentes diplomáticas
N17	Rússia destrói torre de TV em Kiev e prédio público em Kharkiv
N18	Fifa proíbe russos de jogar Copa do Qatar e outros torneios
N19	Como o racismo se manifesta na crise de refugiados da Ucrânia
N20	Radicais poloneses assediam não europeus que fogem das bombas
N21	A ação das plataformas digitais contra a imprensa estatal russa

Fonte: o autor, com dados da Folha de São Paulo

Assim como já apontado em 6.4, o nome de Putin é empregado em estratégias metonímicas, quando um nome substitui outro nome com relação de proximidade de sentido, 02 vezes. Dessa forma, em N03 “O ataque de Putin e o alerta sobre ‘guerra de larga escala’” e N11 “Putin coloca sistema de defesa nuclear russo em alerta” o nome do presidente é empregado como agente das ações do governo russo. O nome de Zelensky é utilizado nessa estratégia 01 vez, em N12 “Zelensky aceita iniciar negociações na fronteira com Belarus”. Em N06 “Quem é Zelensky, o presidente que se tornou alvo nº 1 de Moscou”, seu nome é citado sem o emprego de metonímia. Não há menções ao vocábulo Ocidente e suas variáveis nos títulos das matérias do Nexo.

Percebe-se que 10 títulos de matérias empregam a modalidade categórica, por meio de verbos no presente do indicativo, em seu conteúdo textual, conforme

conceitos já abordados em 6.4. Fairclough (2001, p.202) discute sobre essa tendência de emprego da modalidade categórica nas manchetes de maneira generalizada na mídia, já que “a modalidade categórica é imposta pela natureza abreviadora e resumidora das manchetes”.

Ainda sobre a mudança na matéria do título apresentado no portal, assunto discutido na seção 6.4.1, o Nexo reforça os dados sobre a tendência desta modificação, já que 07 matérias apresentam essa característica no título.

7.7.2 Linha editorial do Nexo observada nas matérias

As características dos editoriais de servirem como instrumento de coerção aos entes governamentais e como política editorial que baliza o trabalho da equipe jornalística foram apresentadas em 6.4.2. O Nexo não apresenta nenhuma matéria com as características do gênero editorial como a Folha, porém a análise textual das matérias revela traços característicos de uma política editorial em determinados trechos.

Esses trechos se referem ao Direito Internacional e à ilegalidade da invasão da Ucrânia pela Rússia com base em seus preceitos. Os trechos são encontrados nas matérias N03, N04, N05, N06, N07, N08, N10, N16, e N21, totalizando 09 matérias, ou 47,37% do total. São parágrafos que apresentam diferenças nos vocábulos e na gramática empregados, porém são consistentes no núcleo central de abordar a questão da legalidade perante o direito internacional. Esses trechos se encontram em matérias dos gêneros Reportagem e Artigo de Análise e nas matérias de diferentes jornalistas.

Para uma melhor exposição desse fenômeno, reproduzem-se 03 trechos encontrados em matérias de gêneros e jornalistas diversos:

O direito internacional proíbe que um país faça uso de força militar contra outro, salvo se estiver respondendo imediatamente a uma agressão sofrida ou se contar com aprovação do Conselho de Segurança da ONU. A ação da Rússia na Ucrânia não se enquadra em nenhum desses casos, o que a torna ilegal, como pontuaram líderes europeus e os EUA (N03).

O direito internacional proíbe que um país faça uso de força militar contra outro, salvo se estiver respondendo imediatamente a uma agressão sofrida ou se contar com aprovação do Conselho de Segurança das Nações Unidas. A ação da Rússia na Ucrânia não se enquadra em nenhum desses casos, o que a torna ilegal, segundo líderes europeus e os EUA (N06).

Do ponto de vista legal, a invasão da Rússia à Ucrânia viola a Carta das Nações Unidas, que reconhece apenas duas circunstâncias para o recurso ao uso da força das relações entre os países: como resposta imediata a uma agressão sofrida e como um ato que tenha a anuência do Conselho de Segurança da ONU(N10).

Percebe-se que a única diferença de todo o trecho em N03 e N06 é a substituição do verbo “pontuaram” pela preposição acidental “segundo” na oração final, sendo que em N03 lê-se “[...] o que a torna ilegal, como pontuaram líderes europeus e os EUA” (N03) e “[...] o que a torna ilegal, segundo líderes europeus e os EUA”. Em N10, há mudanças substanciais, porém os argumentos são os mesmos. As três matérias são assinadas por diferentes jornalistas do Nexo.

7.7.3 A estrutura textual nos artigos de análise do Nexo

Convém destacar primeiramente a estrutura textual apresentada pelos artigos de análise do Nexo. Segundo Fairclough (2001, p. 103), “a estrutura textual trata da organização de larga escala dos textos” e guarda relação com as relações sociais e identidades sociais.

'Estrutura textual' também diz respeito à 'arquitetura' dos textos e especificamente a aspectos superiores de planejamento de diferentes tipos de texto: por exemplo, as maneiras e a ordem em que os elementos ou os episódios são combinados para constituir uma reportagem policial no jornal, ou uma entrevista para emprego. Tais convenções de estruturação podem ampliar a percepção dos sistemas de conhecimento e crença e dos pressupostos sobre as relações sociais e as identidades sociais que estão embutidos nas convenções dos tipos de texto (Fairclough, 2001, p. 106).

Constatou-se que todas as matérias do jornal classificadas na categoria Expresso são divididas em tópicos, ao contrário daquelas classificadas na seção Extra. Com exceção das matérias N02 e N03, classificadas como Expresso pelo jornal e categorizadas como Reportagem pela pesquisa, conforme já abordado na

seção 6.6.1, todos os artigos de análise seguem a divisão por tópicos e nas reportagens essa divisão é inexistente.

Além da divisão em tópicos, os artigos de análise apresentam uma seção introdutória, cujo desfecho apresenta um parágrafo padrão, onde se lê “Neste texto, o **Nexo** [...]” seguido pelos temas a serem tratados na matéria.

Essas características, além da ausência de vocábulos que expressem qualquer ideia de informalidade, apontam para um discurso com aspirações científicas, conforme preconizado por Charaudeau (2013).

Com efeito, o interesse principal do discurso demonstrativo reside na força argumentativa de seu conteúdo, como se o destinatário fosse secundário, ou melhor, como se houvesse o pressuposto de que o destinatário já é interessado de antemão pela proposta do cientista ou do especialista e de que possui um saber também especializado (Charaudeau, 2013, p. 61).

O discurso científico contrasta com o discurso informativo, mais comum no jornalismo, o qual parte do pressuposto de que há uma dissimetria entre o informador e o informado. O discurso informativo também pressupõe a atividade de vulgarização, visando tornar o conteúdo acessível ao grande público, conforme já abordado na seção 6.4.4.1. O emprego de um discurso científico, segundo Charaudeau (2013), implica a seleção de um público muito reduzido, consequentemente excluindo uma grande parte da sociedade com menor grau de escolaridade.

Outra característica dos artigos de análise do Nexo que os aproximam de um discurso científico é o emprego de um discurso pretensamente histórico, disperso pelos diversos artigos e encontrados com maior nitidez nas matérias N06, que aborda a história de Zelensky, e na matéria N07, que aborda os precedentes das reações mundiais a outros conflitos.

Charaudeau (2013, p. 77) aponta que esse tipo de discurso é incompatível com um “relato cotidiano, semanal ou mensal da atualidade”. O autor ainda não exclui que as mídias tratem de objetos históricos em sua cobertura, porém observa-se a hipótese de que a cobertura do Nexo pretendeu, julgando inclusive pelo título de suas matérias, a uma aproximação de tal discurso.

7.7.4 O emprego de marcadores de modalidade nos artigos de análise do Nexo

O uso de marcadores de modalidades categóricas, modalizadores deônticos e verbos no futuro do presente é pouco presente nos artigos de análise do Nexo, sendo o uso de verbos no pretérito a regra.

Na matéria N01, por exemplo, a modalidade categórica, com o verbo do presente do indicativo, é empregada na introdução para descrever a invasão russa como “um ato que eleva a sensação de insegurança no mundo a um de seus níveis mais altos”. Outras conjugações do verbo no presente do indicativo são empregadas para apresentar alguns dados, tal como em “Dentro dessa região do Donbass há duas localidades, Donetsk e Luhansk” .

Na matéria N06 observa-se o mesmo padrão de uso dos marcadores de modalidade. Na introdução, ao discorrer sobre declarações de Zelensky, utiliza-se o futuro do presente para abordar uma de suas medidas, conforme o trecho “Civis irão para o combate, munidos de armas fornecidas pelo governo”. Ao longo dos tópicos da matéria, modalidades categóricas são a exceção, porém seu uso em algumas proposições é relevante.

Ao abordar o argumento russo de desnazificação como justificativa para a invasão, Cesar Gaglioni, que assina a matéria, apresenta o fato de Zelensky ser judeu como contraponto para este argumento, porém utiliza modalidades categóricas para afirmar que há parcelas da sociedade ucraniana com inclinações nazistas, conforme o trecho a seguir, com grifos nossos:

O argumento de que a Ucrânia seria nazista **tem** origem no fato de que o país **conta** com células de simpatizantes nazistas, que abertamente **defendem** os ideais de Adolf Hitler. O principal grupo do tipo **é** o Batalhão Azov, que **é** parte das Forças Armadas ucranianas (N06).

No último tópico da matéria, que se apresenta mais próximo cronologicamente ao início do conflito, a modalidade categórica é primeiramente empregada para apresentar uma fala de Putin, porém utiliza-se uma conjunção adversativa e uma oração com modalidade categórica para contrapor sua proposição, conforme o trecho com grifos nossos “Ele [Putin] **diz** que os ataques de

suas forças **são** dirigidos contra alvos militares, mas a infraestrutura civil **é** afetada pelos danos a pontes e estradas [...]”.

Em outro trecho relevante de N06, Gagliani emprega modalidades categóricas e fontes incertas para discorrer sobre as razões da guerra, utilizando ainda o recurso da personificação, já que credita o conflito a traços de personalidade de Putin, conforme o trecho a seguir, com grifos nossos:

A motivação real de Putin, **de acordo com historiadores e cientistas políticos**, **é** egóica . O presidente russo **é** um ex-agente da KGB – a agência de espionagem soviética – que se **ressente** da forma como os EUA passaram a lidar com a Rússia após o colapso da União Soviética. Ele **acusa** o governo americano de agir de forma arrogante e belicosa numa região que, historicamente, **mantém** laços com a Rússia (N06).

Ao abordar o histórico das reações internacionais a conflitos armados na matéria N07, Juliana Sayuri faz uso de modalidades categóricas na introdução para descrever fatos em andamento, tais como “potências do Ocidente tentam ainda atingir bens no exterior de Putin” e “tropas russas avançam sobre o território ucraniano para tomar Kiev”. No decorrer da matéria, os verbos no pretérito são a regra, com exceção em dois tópicos. O primeiro é sobre a definição do conceito de guerra e sobre o direito internacional aplicado aos conflitos, quando são apresentados os preceitos deste último, tal como nos trechos “Segundo o direito internacional de conflitos armados [...], uma declaração de guerra implica o reconhecimento de hostilidades entre dois ou mais países”, “[...] a decisão de entrar em uma guerra teoricamente deve contar com uma justificativa [...]”. Apesar de não apontar para a ilegalidade da invasão russa, como nas matérias apontadas na seção 6.7.2 o trecho contém ideias similares sobre os preceitos do direito internacional.

O segundo tópico onde são frequentes marcadores modais constitui-se em uma entrevista com um historiador brasileiro, quando são utilizadas aspas para indicar longas citações do entrevistado. Os marcadores também são presentes em outros trechos de citações de fontes diversas presentes na matéria.

Na matéria N10, onde João Paulo Charleaux discorre sobre as capacidades bélicas de Rússia e Ucrânia, as modalidades categóricas são frequentes, em sua maior parte utilizados em proposições que guardam relação com a posse de material militar por parte dos beligerantes.

Porém, são utilizadas modalidades categóricas em relação a proposições que guardam relevante importância para o entendimento do contexto do conflito. Na introdução, Charleaux aponta para a reação internacional ao conflito, atestando que “No mundo todo, a reação predominante é de solidariedade à Ucrânia”.

Outras proposições relevantes para o contexto do conflito, apresentadas por meio de modalidades categóricas, são apresentadas nos tópicos que abordam os apoios recebidos pelos beligerantes. No trecho seguinte, é apresentado o apoio recebido pela Ucrânia da OTAN:

A Ucrânia recebe o apoio decisivo da Otan, que é a maior aliança militar do mundo, formada por 30 países, entre os quais as potências nucleares europeias e os EUA. Esse apoio se traduz no envio de armas e munições, além do repasse de informações de inteligência, sobretudo as obtidas com observação via satélite (N10).

O suposto apoio da China à Rússia é explorado em N10 nas proposições “Do lado russo, a China é o apoio de maior peso” e “A China também é um aliado de grande importância econômica, pois tem a capacidade de substituir parcialmente a Europa como mercado consumidor [...]”. Também se apresenta a ideia de que Índia e Emirados Árabes seriam supostos aliados russos por terem se absterido de votar uma resolução condenando a invasão no Conselho de Segurança da ONU, quando Charleaux emprega a modalidade categórica para afirmar que “Esses dois países têm papel periférico no contexto, embora a Índia seja uma potência nuclear [...]”.

Na matéria N13 Charleaux discorre sobre as negociações ocorridas entre Rússia e Ucrânia na Bielorrússia. Já na introdução, por meio de uma modalidade categórica, denota-se a visão do jornalista sobre as negociações quando ele afirma que “A ameaça atômica, assim como a reunião, não é vista como capaz de produzir desfechos definitivos no curto prazo” (grifos nossos). Ainda segundo a matéria, “O horizonte mais imediato do conflito ainda **está** na movimentação de tropas e combates em terra” (grifos nossos).

No corpo da matéria, novamente o jornalista emprega esse tipo de modalidade ao afirmar que “Na cronologia dos fatos, a perspectiva de abertura de um diálogo ‘sem condições prévias’ **tem** a aparência de um recuo por parte dos russos” (grifos nossos).

Verbos do futuro do presente, que expressam forte carga ideológica, conforme abordado na seção 6.4.4.4 baseado nas pesquisas de Lacerda (2021), são

utilizados durante a matéria para descrever as ações a serem tomadas pelas potências ocidentais. Em determinado trecho, tais verbos são empregados para explorar as consequências da votação pela Assembleia Geral da ONU de uma resolução contra a invasão:

Se a resolução contra a Rússia for aprovada na sequência na Assembleia-Geral, que tem um prazo de 24 horas para se reunir, esse **será** mais um revés diplomático para Moscou e **tornará** mais visível qual é exatamente o tamanho do apoio que os russos têm no mundo – algo restrito a China, Cuba, Nicarágua, Venezuela e Belarus, por enquanto (N13, grifos nossos).

A votação na Assembleia Geral da ONU também é explorada na matéria N16 por Charleaux, que utiliza modalizadores categóricos e de possibilidade para descrever as características e consequências de tal votação, como nos trechos, todos com grifos nossos, “Essa possibilidade de levar à Assembleia-Geral uma resolução que tenha sido bloqueada no Conselho de Segurança é apelidada de ‘Unidos pela Paz’”, “Apesar de uma resolução na Assembleia-Geral não ser impositiva, ela **pode**, ainda assim, ser muito mais forte e significativa do que as resoluções normais [...]” e “o placar final da votação **pode** ser usado pelas partes como um termômetro do ânimo geral do mundo em relação às ações da Rússia na Ucrânia”.

Ao longo da matéria, modalidades categóricas são empregadas de maneira recorrente, seja para descrever afirmações das fontes, principalmente os embaixadores russo e ucraniano na ONU, seja para demonstrar que a Rússia emprega bombas de fragmentação na invasão e descrever suas características. Dois empregos da modalidade categórica possuem importância relevante para o contexto do conflito.

No primeiro emprego, a modalidade categórica é empregada para tratar sobre um dos argumentos russos para o início da invasão, o massacre de populações russófonas nas províncias rebeldes. Segundo o jornalista, “esses ucranianos de origem russa **são** pessoas nascidas na Ucrânia, mas que também se **sentem** russas” (grifos nossos). Ainda segundo ele, “Essa população, concentrada em Donetsk e Luhansk, **defende** a anexação dessas províncias à Rússia” e “O movimento passou a ser apoiado [...] por grupos rebeldes armados que **agem** contra forças do governo ucraniano”.

No segundo emprego, o jornalista atenua a proposição de que há nazistas na Ucrânia, já apresentada em N06 por Gaglioni, por meio de uma conjunção adversativa e o emprego de modalidade categórica:

As forças armadas ucranianas incorporaram após 2014 membros do Batalhão Azov, que **tem** entre seus membros neonazistas, **mas** não **há** representação parlamentar de neonazistas na base governista no Congresso, nem tampouco no gabinete presidencial (N13, grifos nossos).

7.7.5 O *ethos* do Sul Global, o papel da imprensa e das grandes empresas tecnológicas na cobertura do Nexo

Os artigos de análise N19 e N21 apresentam temas de destacada importância para a pesquisa. A primeira, N19, escrita por Mariana Vick, aborda o problema dos refugiados não-europeus que fugiram da Ucrânia e enfrentaram episódios de racismo em países europeus. A segunda, N21, de Cesar Gaglioni, trata sobre o bloqueio das mídias estatais russas pelas grandes plataformas de tecnologia digital.

Como visto na seção 6.6.2, a matéria N19 é a única do *corpus* que emprega fontes de autoridades e particular africanos, todas exprimindo críticas à recepção encontrada por não-europeus nos países vizinhos ao refugiarem-se da guerra. Um tópico específico da matéria, denominado “A cobertura da imprensa”, aborda comentários racistas proferidos por jornalistas de veículos diversos e a reação a eles.

Ao descrever as reações nas redes sociais a comentários racistas, a jornalista delimita de certa forma o campo ideológico e geopolítico da imprensa objeto de críticas quanto atesta que “Nas redes sociais, usuários também consideraram racista a cobertura da **imprensa ocidental** sobre o conflito entre Ucrânia e Rússia” (grifos nossos).

No parágrafo final da matéria, Mariana Vick cita o comentário do jornalista Diogo Bercito, da Folha de São Paulo, em reportagem de 28 de fevereiro de 2025, não presente no *corpus* analisado da Folha. Segundo o jornalista, “Todos esses comentários dão conta da desumanização do chamado **sul global**” (grifos nossos).

Dentre as matérias analisadas no *corpus*, esse é o único exemplo onde são tratadas visões de autoridades e particulares que se encaixam explicitamente fora do *ethos* ocidental. Segundo Meneses (2012, p. 199), o conceito de Sul Global explora “a metáfora da exploração e exclusão social, agregando lutas por projetos alternativos de transformação social e política”. Ainda segundo ela, tem crescido o emprego de tal conceito para se referir a países periféricos e semiperiféricos que antes inseriam-se no conceito de Terceiro Mundo.

A acadêmica ainda liga tal conceito ao discurso hegemônico neoliberal, que gera “a exclusão e o apagamento do que não é familiar, embora explorável” (Meneses, 2012). O conceito de Sul Global contrapõem-se ao de Norte Global em uma escala hierárquica, sendo que este último possui o monopólio sobre recursos econômicos, o que tem acentuado as assimetrias econômicas mundiais.

O conceito de Sul Global é também explorado por Peres-Neto (2024), principalmente seu uso dentro da pesquisa acadêmica em Comunicação. O emprego do termo em épocas mais recentes está ligado ao uso de outros termos afins, tais como Decolonialidade, Desocidentalização e Epistemologia do Sul, e possui um aspecto geopolítico muito claro.

Segundo o acadêmico, o conceito de Sul Global é impreciso e sofre disputas em seu uso, havendo três principais linhas epistêmicas para esclarecê-lo. A primeira é econômica, e está ligada às dissimetrias econômicas entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos. A segunda é geográfica, e está intrinsecamente ligada a um processo de globalização desigual. Essa geografia não necessariamente segue fronteiras nacionais, sendo desterritorializada, já que, neste contexto, “o termo é utilizado para designar pessoas, grupos ou regiões impactadas negativamente pela globalização” (Peres-Neto, 2024, p. 131).

Por último, a linha política reúne ideias das duas outras, as quais convergem para delinear “o conceito de Sul Global como um imaginário de resistência de um sujeito político transnacional” (Peres-Neto, 2024, p. 131).

Ao descrever diversas características negativas e positivas sobre o emprego do termo apontadas por pesquisadores, Peres-Neto (2024) aponta para o potencial contido em seu uso:

É precisamente a partir do desenvolvimento do que denominamos como terceira linha epistêmica (Política) que Sinah Theres Kloß (2017) destaca o potencial heurístico subversivo do termo Sul Global, ou seja, como um

conceito criado para tensionar o pensamento geopolítico que permeia diversas áreas do conhecimento e do poder. Com efeito, Luciana Ballestrin (2020) defende o Sul Global como “um projeto político permanentemente contestado por forças progressistas ou regressivas num contexto multipolar” (Peres-Neto, 2024, p.133).

Além de explorar o tema sobre o racismo na cobertura da imprensa ocidental em N19, o Nexo utilizou na matéria N21 a imprensa russa como objeto central de sua análise. O tema encontra alinhamento com os conceitos abordados na seção 3 da pesquisa, Jornalismo e Conflitos Militares, conforme se depreende do primeiro parágrafo da matéria produzida por Cesar Gaglioni, que emprega um verbo modalizador categórico para apresentar proposição ligada à importância da comunicação no conflito:

Paralelamente aos conflitos armados em solo ucraniano e às ameaças de guerra cibernética, o confronto entre Rússia e Ucrânia tem um terceiro frente de ação: a desinformação nas redes sociais (N21).

Após discorrer sobre medidas adotadas por grandes empresas tecnológicas contra “postagens pró-Putin”, Gaglioni demonstra sua visão sobre a imprensa estatal russa por meio de um parágrafo. Para isso, o jornalista emprega modalidades categóricas, além de personificação do fenômeno abordado. A linha editorial do Nexo também é visível na confecção do parágrafo. Os grifos nossos apontam essas características.

As mídias estatais RT e Sputnik **atuam** como reprodutores das **posições de Putin**, reforçando um discurso que **exagera** ao falar da presença de neonazistas no comando do governo ucraniano e **tenta** justificar uma invasão de território, que **é ilegal**, por causa da aproximação da Ucrânia com a Otan, tratado militar de potências do Ocidente (N21).

Após este relevante parágrafo, segue outro parágrafo que demonstra a hipotética linha editorial adotada pelo Nexo em diversas matérias, conforme apontado e exemplificado em 6.7.2.

O direito internacional proíbe que um país faça uso de força militar contra outro, salvo se estiver respondendo imediatamente a uma agressão sofrida ou se contar com aprovação do Conselho de Segurança das Nações Unidas. A ação da Rússia na Ucrânia não se enquadra em nenhum desses casos (N21).

Ao analisar as sanções à imprensa russa, Gaglioni recorre a fontes da imprensa norte-americana e inglesa para citar a opinião de especialistas no assunto, conforme se depreende do trecho “As sanções promovidas pelas empresas de tecnologia dividiram a opinião de especialistas ouvidos pela imprensa dos EUA e do Reino Unido”. Após a delimitação das fontes, Gaglioni restringe por meio de uma oração com modalidade categórica dois conjuntos de especialistas: “Há quem elogie as medidas e aqueles que dizem que elas são insuficientes”.

7.8 PRÁTICAS SOCIAIS DO NEXO JORNAL

O Nexo Jornal é um veículo jornalístico relativamente novo, tendo sido lançado em 2015. Segundo Lenzi (2020) o veículo enquadra-se no conceito de jornalismo digital, sendo considerado ainda um veículo nativo digital, ou seja, que nasceu na internet, a exemplo de outros veículos como Agência Pública, *The Intercept Brasil* e *Vortex Media*.

O jornal, ainda segundo o acadêmico, foi lançado de forma independente, com recursos próprios. A principal fonte de receitas do jornal são as assinaturas, já que não aceita veicular qualquer forma de publicidade. O trio fundador do Nexo é composto pela diretora-geral Paula Miraglia, formada em ciências sociais e doutora em antropologia social, com experiência na diretoria de ONGs e como consultora do Banco Mundial e do Banco Interamericano para o Desenvolvimento; Renata Rizzi, diretora de estratégias e negócios, formada em engenharia e doutora em economia e; Conrado Corsalette, editor- chefe, graduado em jornalismo.

Em seus primeiros anos de formação, o Nexo venceu e participou de importantes premiações internacionais na área do jornalismo. Em 2017, venceu o *Online Journalism Awards 2017* na categoria Excelência Geral em Jornalismo on-line – Pequenas Redações, prêmio instituído pela associação norte-americana *Online News Association*, sendo o primeiro veículo brasileiro a receber a premiação. Em abril de 2019, foi finalista do *World Digital Media Awards 2019*, premiação promovida pela Associação Mundial de Jornais (Lenzi, 2020).

Ainda segundo Lenzi (2020), o Nexo atribui-se a característica de não almejar uma cobertura jornalística factual, focando especialmente na apresentação da

contextualização dos eventos, empregando para isso dados e estatísticas. Tais características convergem com pesquisa realizada por Malar (2022), que identificou na cobertura do veículo elementos ligados ao conceito de Jornalismo Lento.

A cobertura do Nexo foi a que mais se ligou a elementos do jornalismo lento: foi feita com a publicação de poucos textos, com foco em contextualização, uma maior transparência a partir da possibilidade de acesso do leitor a fontes citadas nas matérias e multimídia. Elementos que enquadram o Nexo no campo do jornalismo lento, algo já apontado por Prazeres (2018), foram levantados por João Paulo Charleaux em entrevista: o foco em contextualização, a decisão de não buscar “dar o furo” e um ritmo de produção mais lento, em que se “gasta mais tempo naquele texto” (Malar, 2022, p. 861).

Ainda sobre as características fundamentais do Nexo, Becker e Waltz (2021, p. 105) apontam para a presença de especialistas acadêmicos como fonte recorrente nas matérias, além de um “relato jornalísticos amparado na produção acadêmica” e um “tom professoral e didático”. Porém, segundo os autores, o Nexo não aproveitaria seu potencial de inovação, já que reproduz “enquadramentos e discursos produzidos pela mídia hegemônica” (Becker e Waltz, 2021, p. 106), tal como o pouco espaço dado a vozes de cidadãos.

Além do jornal, o Nexo possui, segundo sua própria descrição, outras plataformas de conteúdo, essas com acesso gratuito.

Desde 2020, o jornal mantém o **Nexo Políticas Públicas**, uma plataforma acadêmico-jornalística com acesso livre que traz a produção de alguns dos principais centros de pesquisa do Brasil e do mundo em linguagem clara e formatos inovadores. Em agosto de 2022, o jornal lançou a **Ponto Futuro**, uma editoria dedicada a refletir sobre os desafios do Brasil e do mundo nos próximos anos a partir de cinco temas-chave: Amazônia, ciência, clima, gestão pública e infância. Os conteúdos também têm acesso livre (Nexo, 2023, p. 4).

Assim, percebe-se que o Nexo passa a ser um grupo que, além da atividade jornalística, espalha-se por outras áreas da comunicação, como a divulgação científica e o mercado editorial.

7.8.1 Fontes de recursos e ligações institucionais do Nexo Jornal

Conforme apresentado na seção 6.5, a Economia Política dos Meios apresenta diversos marcadores de práticas sociais dos veículos jornalísticos por meio de suas fontes de financiamento e receita. Outro importante marcador de práticas sociais são as ligações institucionais dos veículos, muitas vezes relacionadas a seus interesses econômicos. Assim, buscaram-se dados, na bibliografia acadêmica e na imprensa especializada, que abordassem esses marcadores ligados ao Nexo Jornal.

Ao realizar um estudo de caso sobre o Nexo Jornal, Lenzi (2020) levanta alguns dados sobre a sustentabilidade financeira do veículo. O pesquisador cita entrevista com Paula Miraglia em 2019 na qual ela, apesar de não fornecer números detalhados, afirma que “o Nexo está muito perto de começar a ser sustentável [financeiramente], o que está previsto para ocorrer no primeiro semestre de 2020”.

Ainda segundo Lenzi (2020, p. 11), o Nexo recebeu “em forma de doação, um valor de uma instituição internacional que financia organizações jornalísticas com fins lucrativos” no ano de 2019. Até esse ano, o Nexo seguia com foco em gerar receitas por meio de assinaturas e não veiculava publicidade.

O acadêmico considera ponto de relevante atenção a questão da busca de lucratividade do jornal. Para ele, o Nexo produz um “discurso de conciliar independência editorial com a busca pela rentabilidade como empresa”, assim como outros veículos jornalísticos. Essa independência no discurso seria alcançada na prática pela ausência de publicidade e pela captação de recursos “por meio das assinaturas, e em fundos de investimento” (Lenzi, 2020, p. 12).

Verificou-se na análise textual realizada no *corpus* do Nexo Jornal a existência de um parágrafo padrão, condizente com as ideias apresentadas pelo pesquisador, presente em todas as matérias obtidas por meio da ferramenta *WayBack Machine*.

O Nexo é um jornal independente sem publicidade financiado por assinaturas. A maior parte dos nossos conteúdos são exclusivos para assinantes. Aproveite para experimentar o jornal digital mais premiado do Brasil.

Em 2025, o jornal apresenta um parágrafo padrão em suas matérias, de maneira destacada, na qual a ideia de independência, ligada à ausência de publicidade, não mais está presente.

O Nexo depende de você para financiar seu trabalho e seguir produzindo um jornalismo de qualidade, no qual se pode confiar. Conheça nossos planos de assinatura. Junte-se ao Nexo! Seu apoio é fundamental.

O Nexo jornal não inova no emprego desse conceito, já que o discurso de independência não é incomum nas descrições que os veículos digitais nativos fazem de si próprios.

Em trabalho realizado por Salaverría e outros (2019) sobre empresas de mídia nativas digitais na América Latina, os autores constataam que tais publicações usam termos como “independente”, “diferente”, “direitos humanos” e “jornalismo investigativo” para descrever seus conteúdos, apontados ainda como mais interativos, conversacionais e explicativos do que os de seus rivais tradicionais (Lenzi, 2020, p. 5).

O Nexo, por meio de matéria própria (Nexo, 2023), informa dados sobre doações recebidas pelo jornal. Em 2023, o veículo recebeu US\$ 299.700 do IFPIM (*International Fund for Public Interest Media*), o equivalente a aproximadamente R\$ 1.498.500 segundo a taxa média de câmbio de 2023²⁹.

O IFPIM foi criado em 2021 e apoia o setor de mídia em prol de ideias democráticas, sendo mantido por meio de recursos advindos de governos, iniciativas empresariais e filantrópicas. Segundo descrito em sua página virtual (Support, 2024), o fundo recebe doações, entre outros, dos seguintes governos: Dinamarca, Estônia, França, Suécia, Austrália, Suíça e Taiwan. O governo dos EUA contribuem para o fundo por meio de dois fundos específicos: o *National Endowment For Democracy* (NED) e o *United States Agency for International Development* (USAID). Há ainda doações de organizações privadas, como a *Ford Foundation*, e grandes empresas tecnológicas como *Google* e *Microsoft*.

A matéria (Nexo, 2023, p. 1) apresenta ainda outras duas doações recebidas pelo jornal de uma entidade integrante do IFPIM, a *Luminate*.

Esta é a terceira vez que o Nexo recebe um financiamento institucional de organizações dedicadas a contribuir para um debate público qualificado e plural, capaz de fortalecer a democracia brasileira. Em duas ocasiões anteriores, o jornal recebeu recursos da *Luminate*, uma organização

29 Taxas calculadas pelo IBGE, disponíveis em: https://anuario.ibge.gov.br/images/aeb/2023/s7/2_pdf/s7t4301.pdf

filantrópica global que faz parte do Omidyar Group, e também contribui com o IFPIM.

Dados sobre uma dessas doações anteriores foram encontrados em matéria do jornal Meio&Mensagem (Nexo, 2019). Segundo o veículo, o Nexo recebeu US\$ 920 mil da *Luminate*, aproximadamente R\$ 3.634.000 pelo câmbio médio do dólar em 2019¹. A matéria ainda identifica o proprietário da *Luminate*, Pierre Omidyar, fundador da plataforma de comércio eletrônico norte-americana *Ebay*.

O jornal Meio&Mensagem informa, em outra matéria (Pacete, 2018), sobre o recebimento pelo Nexo de financiamento por parte da plataforma norte-americana de vídeos *YouTube*, juntamente a outros três veículos jornalísticos brasileiros: *MyNews*, *Band* e *JovemPan*. A iniciativa da plataforma, de propriedade da empresa *Google*, utilizou US\$ 25.000.000 dos recursos do fundo *Google News Initiative* (GNI), voltado para o financiamento do jornalismo online, distribuído entre 87 projetos de mídia de 23 países, incluindo projetos “tradicionais e independentes” (Pacete, 2018, p. 1).

Outra matéria do mesmo jornal (Folha, 2020) aponta para o financiamento fornecido pela plataforma norte-americana *FaceBook* e o Centro Internacional para Jornalistas (ICFj, em inglês) ao Nexo no contexto do combate à desinformação durante a pandemia de Covid-19. Assim como outros 14 veículos brasileiros, incluindo a Folha de São Paulo e o Estado de São Paulo, o Nexo recebeu entre US\$ 10.000 e US\$ 40.000 de financiamento de um total de US\$ 2.000.000 fornecidos a organizações latino-americanas de jornalismo.

Por último, o jornal Meio & Mensagem (Pacete, 2019) apresenta dados que demonstram uma importante ligação institucional do Nexo ligada a suas fontes de financiamento. Em setembro de 2019, foi anunciada uma parceria entre o Nexo e o jornal norte-americano *The New York Times* (NYT) para a venda de assinaturas conjuntas. Foi a primeira iniciativa do jornal norte-americano em conjunto com uma plataforma digital.

Como parte do acordo, o pacote de assinatura de um ano do Nexo e do plano digital do NYT seriam vendidas em um combo, o qual inclui uma *newsletter* exclusiva para os assinantes denominada “O que estamos lendo no NYT”, onde o Nexo realiza uma seleção de conteúdos do jornal semanalmente. Sobre a parceria, a diretora do Nexo Paula Miraglia afirmou que ela encontra razão na “convergência de valores dos dois veículos” (Pacete, 2019, p. 1).

8 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Com base nos dados levantados no *corpus* da pesquisa, foi possível estabelecer as relações entre as três dimensões do discurso produzidos pelo Nexo e pela Folha ao cobrirem a Guerra da Ucrânia no período estipulado.

Segundo Fairclough (2001, p. 99), as conexões explanatórias entre as dimensões do discurso apresentam-se como uma das preocupações centrais da ACD.

A preocupação central é estabelecer conexões explanatórias entre os modos de organização e interpretação textual (normativos, inovativos, etc.), como os textos são produzidos, distribuídos e consumidos em um sentido mais amplo, e a natureza da prática social em termos de sua relação com as estruturas e as lutas sociais.

O acadêmico afirma ainda que a concepção tridimensional do discurso reúne três tradições analíticas: a linguística, ligada à análise textual; a tradição macrossociológica, ligada às práticas dentro do contexto das estruturas sociais e; a tradição microssociológica, ligada às práticas individuais produzidas ativamente pelas pessoas.

A ligação entre os enfoques micro e macro também é apresentada por Van Dijk (2008, p. 116) como um dos objetivos da ACD:

O uso da linguagem, o discurso, a interação verbal e a comunicação pertencem ao micronível da ordem social. O poder, a dominação e a desigualdade entre grupos sociais são tipicamente termos que pertencem a um macronível de análise. Isso significa que a ACD tem que estabelecer teoricamente uma ponte que preencha a bem conhecida “lacuna” existente entre os enfoques micro e macro [...].

Antes da exposição dos principais conhecimentos obtidos em relação às dimensões analisadas, cabem alguns apontamentos sobre a realização dessas conexões.

Primeiramente, a análise não procura estabelecer a verdade ou falsidade dos argumentos analisados nas matérias jornalísticas, mas sim as conexões levantadas por meio dos dados obtidos e que, supõe-se, contribuíram para sua produção, assim como o modo como foram apresentadas. É esclarecedor o seguinte trecho de Borges, Machado e Moraes (2021) sobre o papel do analista do discurso:

A validade de um argumento ou outro também vai depender da razão de quem valida e dos valores que elege como aceitáveis. **Ao analista de discurso cabe entender a gênese da argumentação, mas não rotulá-las como verdadeiras ou falsas.** O que se pode prever é a premissa da razoabilidade [...] (Borges, Machado e Moraes, 2021, p. 182, grifos nossos)

Ainda, a análise não buscou retratar se a cobertura do conflito guardou sintonia com os resultados militares obtidos após no campo de batalha, como bem realizado por Lippmann e Merz (1920) ao pesquisarem sobre a cobertura do *The New York Times* em relação à Revolução Russa após findo o conflito. O objetivo foi o de encontrar as conexões entre as formas textuais e as práticas discursivas na produção das matérias e o contexto social das entidades produtoras no momento de sua produção, independente dos desdobramentos do conflito.

8.1 O EMPREGO DAS FONTES E O *ETHOS* OCIDENTAL NA COBERTURA

Para Charaudeau (2013), a tarefa de cobertura dos eventos no mundo real realizada pela mídia encontra-se tensionada entre duas visadas: a da informação e a da captação. A visada da informação está ligada ao aspecto da cidadania, já que o seu princípio é o de “produzir um objeto de saber segundo uma lógica cívica: informar o cidadão” (Charaudeau, 2013, p. 86). A visada da captação está ligada ao aspecto comercial das mídias, ligada à necessidade de possuir uma ampla audiência para sobreviver à concorrência.

A visada da informação, segundo o acadêmico, predomina no discurso midiático, pois este supõe a seriedade de reportar o mundo conforme uma suposta realidade dos fatos. Parte-se desta hipótese para abordar o uso das fontes por parte da Folha e do Nexô.

Os dois jornais utilizaram fontes de ambos os beligerantes de forma equilibrada, com a apresentação de uma pequena margem de vantagem no emprego de fontes russas, conforme se depreende dos dados levantados nas seções 6.3.2 e 6.6.2. Assim, supostamente cumpriu-se com o quesito de credibilidade e equilíbrio na cobertura do evento, vital como parte do contrato de informação midiático.

Esses dados, porém, não são suficientes para afirmar que houve um suposto equilíbrio na cobertura perante a visada de informação. Esta, segundo Charaudeau (2013), está ligada a dois tipos de atividade linguageira: a descrição-narração, cujo objetivo é reportar os fatos do mundo e; a explicação, visando esclarecer as causas e consequências dos fatos reportados.

Os dados quantitativos sobre o uso equilibrado das fontes, assim, podem trazer uma impressão de equilíbrio na descrição dos eventos. Porém, o emprego que se faz das fontes apresentadas, seja por meio de citações diretas ou indiretas e os comentários sobre elas, podem servir para apresentar visões ideológicas diversas através da atividade de explicação.

Para além do predomínio de fontes ligadas às autoridades dos países beligerantes, verificou-se que na Folha, além das fontes incertas, os particulares russos encontram-se na quarta posição de fontes mais empregadas. O uso de especialistas russos é particularmente presente nas coberturas de Igor Gielow, conforme verificável no Apêndice B, que permaneceu como correspondente da Folha na Rússia em parte do tempo da cobertura analisada.

O emprego de um correspondente como fonte encontra relação com a relevante capacidade financeira da Folha, analisada em suas práticas sociais. Segundo Malar (2022), há altos custos financeiros relacionados ao emprego de correspondentes, fator que restringe seu uso por veículos jornalísticos de pequeno porte, como o Nexo, que não empregou tal tipo de fonte. A presença do correspondente da Folha na Rússia, assim, supostamente relaciona-se com o maior uso de fontes particulares russas na cobertura realizada.

O emprego de fontes de autoridades dos EUA segue na quinta posição na Folha e, no Nexo, na terceira posição, ocupando proeminência na cobertura da guerra junto às autoridades dos países beligerantes. Esse fenômeno também é abordado por Malar (2022) ao citar pesquisas que apontam que a Folha de São Paulo e o jornal O Globo, nas coberturas de suas editorias, apresentam grande foco em temas ligados aos EUA, enquanto notícias envolvendo a América Latina integram menos de 30% da cobertura.

A proeminência de autoridades dos EUA também encontra forte alinhamento com as práticas sociais dos dois veículos analisados. Por meio dos dados ligados às práticas sociais da Folha apresentados na seção 6.5 e às práticas do Nexo,

apresentados na seção 6.8, verifica-se uma forte dependência econômica de capitais advindos daquele país.

Nos anos de 1960, a Folha recebeu créditos subsidiados por meio de agências de fomento norte-americanas para expandir seu conglomerado jornalístico. Deste período até o início dos anos 2000, investiu em diversos empreendimentos em parceria com empresas norte-americanas e, após os anos 2000, integrou-se aos centros financeiros norte-americanos por meio de abertura de capital de empresa financeira do grupo Folha na bolsa de Nova Iorque.

O Nexo recebeu, no breve período de sua existência, diversos aportes de fundos de investimento norte-americanos, prêmios outorgados por organizações financiadas com recursos públicos e particulares de entidades norte-americanas, além de fomentos financeiros por parte de grandes empresas tecnológicas norte-americanas.

Parte-se da hipótese de que os dados sobre a dimensão das práticas sociais dos veículos encontram forte ligação com o emprego das fontes, conforme dados apresentados sobre suas práticas discursivas.

Por último, vale analisar o relevante emprego de fontes ocidentais na cobertura, particularmente fontes da UE, da OTAN e de autoridades de países ocidentais, considerando como integrantes do mundo ocidental os EUA e países da Europa ocidental.

Na cobertura da Folha, as fontes da UE encontram-se na sétima posição, após a imprensa russa, provavelmente devido ao fato de haver um correspondente do veículo no país. Na cobertura do Nexo, autoridades da UE respondem pela quinta posição, logo após as fontes incertas.

Essa predominância da visão ocidental na cobertura da mídia é apontada por Charaudeau (2013) ao abordar o tema do domínio dos interesses financeiros dos veículos e a questão da cidadania. Para o acadêmico, as mídias “tratam as diferenças referindo-se a valores ocidentais comuns que impedem de ver as diferenças culturais” (Charaudeau, 2013, p. 274).

A visão de mundo a partir de fontes ocidentais, observada na dimensão das práticas discursivas, encontra forte ligação com dados levantados na dimensão textual, em especial quando se abordou na seção 6.4.1 a questão do *ethos* ocidental na cobertura da Folha e em 6.7.1 na cobertura do Nexo.

Por fim, corroborando ainda mais a visão ocidentalizada apresentada pelos veículos, observa-se no quantitativo de fontes mais empregadas pelos dois jornais no *corpus* a irrelevância de fontes ligadas a países orientais ou africanos. Nas fontes mais empregadas pelo Nexo, vale apontar, figuram autoridades nigerianas e um veículo de imprensa qatari, presentes na matéria N19. Esta matéria tratou de um efeito colateral do conflito, a onde de refugiados, e suas consequências para o bem-estar pessoal desses indivíduos e para os países que os acolheram.

A singularidade do Nexo no emprego dessas fontes encontra ligação com suas práticas sociais. Conforme observado na seção 6.8, que trata das práticas sociais do jornal, o Nexo emprega um discurso com características científicas, dando voz relevante a fontes acadêmicas, o que supostamente restringe seu público a uma parcela limitada da população, possuidora de um maior nível de escolaridade. Espera-se assim uma visão mais crítica dos fenômenos e uma abordagem com pontos de vista diversos. Porém, apesar dessa singularidade, o Nexo não rompeu de forma significativa com a tendência ao uso de fontes ocidentais na cobertura.

8.2 A TEORIA DO AGENDAMENTO E A COBERTURA DA GUERRA

É possível observar por meio do *corpus* coletado, apresentado no Apêndice A, que os espaços de destaque dos jornais Folha e Nexo foram todos ocupados, durante o período de coleta, por matérias relacionadas à Guerra da Ucrânia. A grande visibilidade dada ao tema encontra embasamento em conceitos apresentados pela Teoria da Agenda.

Segundo esta teoria, desenvolvida por McCombs e Shaw (1972), as mídias não são capazes de influenciar diretamente a visão de mundo do seu público, porém possuem grande capacidade em ditar a agenda do que é debatido no espaço público. Segundo Vale (2023), o uso dessa capacidade pelos veículos de comunicação pode estar ligada aos interesses da política externa de governos que exercem influência sobre eles, servindo inclusive a propósitos com desdobramentos militares.

A relevância apresentada ao tema pelos veículos encontra embasamento ideológico nas três dimensões analisadas. Em relação às práticas discursivas, o

destacado emprego de fontes ocidentais e, particularmente no caso da Folha, o uso de matérias produzidas por agências de notícias estrangeiras ligadas às potências ocidentais, apontam nesse sentido.

No âmbito das práticas textuais, a recorrência na apresentação de uma *ethos* ocidental e o emprego de diversos marcadores modais, em grande parte demonstrando uma forte afinidade com proposições que apresentam um teor negativo em relação às ações russas, convergem para essa ideia.

Quanto às práticas sociais, as diversas ligações financeiras e institucionais dos dois jornais com potências ocidentais, já abordadas na seção 7.1, embasam essa hipótese.

As ideias de Marcondes Filho (1989) convergem com a Teoria da Agenda no quesito referente ao poder da mídia para pautar a opinião pública. Segundo o acadêmico, as políticas de destaque e supressão de informações são empregadas pelos editores dos veículos jornalísticos para apresentar a “realidade social em termos que interessam à sua empresa e às convicções políticas e ideológicas que defende” (Marcondes Filho, 1989, p. 50)

Verifica-se que no *corpus* analisado só há uma matéria do Nexo (N21), de 02 de março de 2022 (último dia do período analisado), abordando o bloqueio dos meios de comunicação russos por parte de plataformas tecnológicas e governos ocidentais. Chama a atenção o pouco destaque dado ao tema, levando-se em consideração a histórica militância do jornalismo moderno em prol da liberdade de expressão, conforme apresentado por Marcondes Filho (1989, p. 94) em tópico específico sobre o assunto da censura.

Ainda, verifica-se que os bloqueios dos meios russos por parte de grandes empresas tecnológicas já haviam sido divulgados por matéria do portal brasileiro G1 (Guerra, 2022) em 28 de fevereiro de 2022 e que a União Europeia decidiu em 02 de março de 2022, último dia de coleta do *corpus*, bloquear oficialmente as transmissões dos canais estatais russos RT e Sputnik em seus países membros (Conselho da União Europeia, 2022).

Em N21, única matéria a abordar o assunto, o Nexo jornal emprega diversas modalidades categóricas em um parágrafo tratando sobre as mídias russas, no qual as proposições convergem para a ideia de que a imprensa russa é instrumentalizada pelo governo russo. Ainda na mesma matéria, ao tratar sobre as opiniões de especialistas sobre os bloqueios, o jornal emprega modalidade categórica para

apresentar a existência de somente dois conjuntos de visões sobre o tema: os que elogiam e os que consideram insuficientes, excluindo a existência daqueles que considerem a medida uma forma de censura. Os dois trechos são apresentados na seção 6.7.5.

Assim, infere-se que o pouco destaque dado à censura da imprensa russa, além da apresentação de proposições que corroboram esse bloqueio, alinham-se com os interesses ideológicos das potências ocidentais, influentes nas três dimensões do discurso analisadas na Folha e no Nexo.

8.3 A QUESTÃO DA INDEPENDÊNCIA JORNALÍSTICA NA COBERTURA DA GUERRA

A questão da independência jornalística é levantada de maneira indireta pela matéria N21, do Nexo, quando trata dos bloqueios dos veículos de comunicação estatais russos pelas grandes empresas privadas de tecnologia. Como já abordado, o jornal considerou, por meio de modalidade categórica, a imprensa estatal russa como instrumento de propaganda de seu governo.

Além do conteúdo da matéria, o Nexo colocou a independência em questão quando, conforme observado na seção 6.8.1, veiculou em suas matérias slogan na qual destacava sua independência, relacionada à ausência de obtenção de receitas por meio de publicidade.

A Folha de São Paulo, apesar de não apresentar nas matérias do *corpus* slogans atestando a independência jornalística, o faz por meio de sua política editorial (Projeto, 2019), quando afirma nela que o pluralismo, apartidarismo e independência crítica são aspectos programáticos do jornal. Atesta ainda que, em um momento de desafios para os diversos modelos de negócios das empresas jornalísticas, “torna-se ainda mais importante a vigilância independente sobre governos e empresas privadas” (Projeto, 2019, p. 3).

Ainda em sua política editorial, a Folha vai na contramão das ideias apresentadas pelo Nexo, que relaciona independência jornalística à ausência de publicidade, conforme se infere do seguinte trecho:

Acredita que uma publicidade livre e diversificada é essencial para manter a independência do jornalismo. Julga legítima a comercialização de conteúdos patrocinados, financiados por anunciantes ou parceiros, desde que a natureza publicitária do produto seja transparente para o leitor e não haja envolvimento da Redação na sua confecção. Considera válidas, também, parcerias que viabilizem a produção de conteúdo editorial de qualidade, assegurada a **independência jornalística** de sua elaboração (Projeto, 2019, p. 7, grifos nossos).

A questão da independência jornalística é abordada por Roxo (2023). Segundo a acadêmica, quando o jornalismo entra em seu ciclo industrial e comercial durante o século XIX, “surge a construção do imaginário da independência do fazer jornalístico através da fusão da autonomia comercial com a editorial em decorrência da despolitização da imprensa” (Roxo, 2023, p. 1).

Junto com essa nova fase do jornalismo surge o paradoxo entre a independência e a vinculação a grupos empresariais, além da dependência da verba publicitária. Com o desenvolvimento da internet, a atividade jornalística se torna mais acessível, possibilitando o aparecimento do que se denominou de “jornalismo em rede”, e novos veículos, como o Nexó, aderem a um modelo de negócios supostamente desvinculado de grandes grupos econômicos e de verbas publicitárias. Esse modelo, apesar de denominado “jornalismo independente”, não deixou de levantar dúvidas quanto ao conceito de independência jornalística.

Este novo modelo jornalístico denominado independente busca se destacar pelo enquadramento diferenciado da mídia tradicional – muitas vezes, atuam com pautas especializadas e de nicho - e por carregarem consigo o “selo” da independência da dominação econômica e política das empresas jornalísticas. E, mais uma vez, **surge o questionamento se essa “nova” independência é realmente uma garantia de imparcialidade, objetividade e autonomia editorial** (Roxo, 2023, p. 4, grifos nossos).

Com base na análise das práticas sociais dos veículos, verificou-se que a Folha de São Paulo, desde sua aquisição pela família Frias e Caldeira até os dias atuais, fez parte de um grande conglomerado empresarial, além de receber inúmeros aportes de recursos subsidiados de agências governamentais e empresas estrangeiras e nacionais. O Nexó, por sua vez, recebeu recursos financeiros substanciais de organizações estrangeiras, não tendo sido possível auferir a proporção em que eles contribuíram para fazer frente aos custos de produção do jornal.

Levanta-se a hipótese, abordada por Marcondes Filho (1989), de que a relação entre as três dimensões analisadas no *corpus* não se dá de forma direta e facilmente verificável. Um dos obstáculos para a maior transparência entre essas relações no jornalismo é o próprio discurso de independência dos veículos, colocado em tensão quando confrontado com os conceitos utilizados na ACD, os quais consideram que o discurso e suas práticas são influenciados pelo contexto social de sua produção.

Segundo Fairclough (2001, p. 100), os produtores do discurso podem moldar inconscientemente suas práticas a partir da influência das estruturas sociais e das relações de poder em determinado contexto. Marcondes Filho (1989), convergindo com esta ideia, aponta algumas formas de controle indireto adotadas pela direção dos veículos que não confrontam seu discurso de objetividade e independência.

Essas formas não seriam estabelecidas de maneira direta pelos proprietários dos meios de comunicação, não há regras explícitas determinando “que as notícias, que entram como fatos puros, saiam como informação enviesada” (Marcondes Filho, 1989, p. 39). Elas estão ligadas à autocensura, uma forma de controle interno nos veículos e que prescinde da censura formal estabelecida por autoridades governamentais.

O falseamento não se dá, via de regra, de forma intencional; ao contrário, normalmente ele faz parte da própria forma do jornalista estruturar seu mundo, de discernir os fatos (inconscientemente) com uma ‘visão dominante’” (Marcondes Filho, 1989, p. 39)

Uma dessas formas é a personificação dos processos sociais, conceito abordado na seção 6.4.1 e identificado na cobertura da Folha e do Nexô, especificamente empregado em relação ao presidente da Federação Russa, Putin. Supõe-se que o emprego mais acentuado desta estratégia pela Folha reflete a maior amplitude de seu público, em contraste à audiência hipoteticamente mais restrita e escolarizada do Nexô, suposta pelo conjunto de suas práticas sociais e discursivas.

Outra forma “de encobrimento e falseamento”, como o pesquisador às denomina, observada na análise das práticas discursivas dos dois veículos é a seleção das fontes, quando “setores do *establishment* são favorecidos em relação a outros” (Marcondes Filho, 1989, p. 47). Mesmo que atenuada pelo equilíbrio no emprego de fontes ligadas aos contendores, essa forma de seletividade permeou o

conjunto das fontes e das instâncias produtoras das matérias nos dois veículos, onde as visões de mundo de instituições, particulares e autoridades das potências ocidentais encontram proeminência.

Assim, parte-se da hipótese que o discurso de independência jornalística veiculado por ambos jornais mascara relações que o método da ACD torna explícitos. Corrobora ainda com essa visão a pesquisa realizada por Camargo *et al.* (2023), onde os pesquisadores identificam os diversos modos que as grandes plataformas tecnológicas norte-americanas, especialmente *Google* e *Meta*, utilizam para moldar o discurso jornalístico no Brasil.

Segundo eles, existiria um processo de captura do jornalismo brasileiro por parte dessas plataformas, pontuando que o Brasil foi o país que mais recebeu recursos delas através das empresas de mídia nacionais, atrás apenas do próprio EUA. Apesar de o estudo ter como objeto modelos alternativos de jornalismo, como o *Nexo*, identificou-se o financiamento dessas plataformas a veículos de mídias brasileiros tradicionais, tais como a *Folha de São Paulo* e *O Estado de São Paulo* (Camargo *et al.*, 2023).

Cabe pontuar a contradição entre o discurso da *Folha* e os aportes recebidos dessas plataformas. Em sua política editorial (Projeto, 2019), o jornal descreve como o duopólio que controla mundialmente os mecanismos de buscas e as redes sociais, sem nomeá-los, ameaça o jornalismo profissional realizado de forma independente, além de atestar que os mesmos adotam posturas dóceis diante de governos que não aceitam críticas.

Por outro lado, parcela crescente da verba publicitária é tragada pelo duopólio que controla, em escala mundial, o mecanismo de busca e as redes sociais da internet. Parece improvável que o jornalismo profissional praticado de modo independente se torne atrativo para esses conglomerados, que exploram operações comerciais muito mais vultosas e têm dado mostras de docilidade política diante de governos que não toleram crítica (Projeto, 2019, p. 2).

Feitas essas considerações, constata-se que a independência jornalística apregoada pelo *Nexo* e pela *Folha de São Paulo* são mitos, presentes em seus discursos no intuito de aumentar a credibilidade e legitimá-los como intermediários de um pretense interesse público e cidadão. Essa constatação surge quando se confrontam as práticas sociais dos jornais, principalmente suas fontes de

financiamento e parcerias institucionais, com as práticas textuais e discursivas identificadas no *corpus*. Há um notável alinhamento entre as três dimensões.

8.4 A COBERTURA JORNALÍSTICA DA GUERRA E OS INTERESSES MILITARES

Com base nas ideias expostas na seção 2 e 3 da pesquisa, que tratam sobre o interesse histórico do setor militar em relação ao campo da comunicação e do jornalismo, infere-se que a cobertura da Guerra da Ucrânia não é exceção a esse interesse. Corrobora ainda essa hipótese a declaração dada pela General Laura Richardson perante o congresso norte-americano sobre a perniciosa influência da mídia russa no apoio dos EUA ao esforço de guerra da Ucrânia. A militar era naquele momento comandante do Comando Sul das forças armadas dos EUA (USSOUTHCOM), que abarca a América Latina em sua área de responsabilidade.

A Rússia espalha narrativas falsas sobre sua invasão da Ucrânia por meio de seus braços de mídia em espanhol, RT en Español, Sputnik Mundo e seus vários sites nas redes sociais. A página RT en Español no Facebook tem 18 milhões de seguidores, mais do que seu site em inglês ou mesmo os canais em espanhol da CNN. Apesar dos **esforços do Facebook e do Twitter para derrubar contas** que espalham desinformação, os operadores russos continuam a gerar contas robotizadas para espalhar falsidades rapidamente. **Estamos em uma luta constante para combater e remover a desinformação** espalhada por contas falsas e corrigir as percepções errôneas que essa desinformação propaga. **É do nosso interesse ajudar a desenvolver o conhecimento e a compreensão de nossas nações parceiras sobre essas táticas e informações falsas** antes que essa atividade maligna corra permanentemente a confiança deste hemisfério na democracia (United States Southern Command, 2023, p. 7, tradução e grifos nossos)³⁰.

30 Russia uses disinformation to further its malign influence, sow instability and undermine democracy in the region, activities that promote Russian geopolitical goals and undermine U.S. national security interests. For example, Russia spreads false narratives about its invasion of Ukraine through its Spanish-language media arms, RT en Español, Sputnik Mundo, and its various social media sites. RT en Español's Facebook page has 18 million followers, more than its English-language site or even CNN's Spanish-language channels.⁷ Despite efforts by Facebook and Twitter to take down accounts spreading disinformation, Russian operators continue to generate bot accounts to spread falsehoods quickly. We are in a constant fight to counter and remove the disinformation spread by fake accounts and correct the misperceptions this disinformation propagates. It is in our interest to help develop our partner nations' knowledge and understanding of these tactics and false information before this malign activity permanently erodes this hemisphere's confidence in democracy.

Não foi possível estabelecer um elo direto entre a influência de caráter militar, as práticas sociais dos veículos, principalmente em relação ao recebimento de recursos de agências e fundos estrangeiros, e suas práticas textuais e discursivas. Porém, o histórico dessa influência aponta para essa hipótese.

Há evidências de que a *Luminate*, instituição filantrópica de Pierre Omidyar, esteve envolvida no movimento que depôs o governo ucraniano em 2014. Conforme vista na seção 4, que trata do contexto histórico da Guerra da Ucrânia, a queda do governo ucraniano legitimamente eleito foi o estopim para a rebelião separatista das províncias do leste contra o governo central ucraniano. Ainda conforme visto na seção 6.8.1, a *Luminate* foi fonte de substanciais recursos para o Nexo Jornal.

Segundo Nisz (2014), documentos revelados por um jornal norte-americano indicam que Pierre Omidyar e o governo dos EUA, por meio da USAID, financiaram uma rede de ONGs ligadas à Oleh Rybachuk, personalidade ucraniana ligada à Revolução Laranja, movimento abordado também na seção 4 da pesquisa. Essas organizações tiveram participação relevante no movimento que derrubou o presidente ucraniano em 2014.

Em dezembro, o jornal britânico *Financial Times* mostrou como a *New Citizen*, ONG fundada por Rybachuk desempenhou importante papel nas manifestações contra o governo de Yanukovich. Além da *New Citizen*, outras ONGs como a *Centre UA*, *Chesno* e *Stop Censorship* alvejaram aliados de Yanukovich em campanhas no interior do país antes de desembocar nos massivos protestos na capital Kiev (Nisz, 2014, p. 1).

Na mídia brasileira e russa, matérias abordam a ligação entre Pierre Omidyar, veículos de mídia e as convulsões sociais na Ucrânia em 2014 (Nisz, 2014; Gryzinski, 2019; La Tragedia, 2014; Meet, 2019). Elas ainda tecem ligações entre Pierre Omidyar e George Soros, bilionário húngaro-americano fundador da *Open Society*, organização que segundo Camargo *et al.* (2023) também aportou fundos no jornal Nexo.

Assim como Camargo *et al.* (2023) analisou a influência de fundações como a *Luminate* e a *Open Society* no jornalismo brasileiro, Liang e Xiangsui (1999) analisaram, ainda no fim da década de 1990, o papel de George Soros em novas estratégias militares não convencionais.

Segundo os oficiais chineses, Soros é o símbolo do poder do capital financeiro, uma das forças relevantes no contexto da guerra moderna. No trecho a

seguir, eles discorrem sobre as ligações entre capital financeiro, opinião pública e meios não militares utilizados nos conflitos modernos:

Para agitar as águas e sondá-las em busca de peixes, **gente como Soros combina especulação em mercados de câmbio, mercados de ações e mercados futuros**. Eles também **exploram a opinião pública** e criam um impulso generalizado para atrair e reunir os "jumbos" como *Merrill Lynch, Fidelity e Morgan Stanley* e seus parceiros para **unir forças no mercado em grande escala e travar guerras financeiras** de arrepiar os cabelos, uma após a outra. **A maioria desses meios não são por natureza militares** (embora frequentemente tenham uma tendência a serem violentos), mas os métodos pelos quais são combinados e usados certamente não deixam de nos inspirar sobre **como usar meios militares ou não militares efetivamente na guerra** (Liang e Xiangsui, 1999, p. 194, tradução e grifos nossos)³¹

Além do Nexo, a Folha possui ligações atuais e históricas com as entidades citadas. Os dados sobre essas ligações foram levantados na seção 6.5, na qual se verifica que a USAID, durante o regime militar e no contexto da Guerra Fria, financiou a modernização da Folha, veículo que havia apoiado a queda do presidente democraticamente eleito em favor deste regime. Ainda, demonstra as substanciais receitas que o grupo Folha auferiu de sua subsidiária financeira PagSeguro, listada na bolsa de Nova York.

Abordando novas ferramentas comunicacionais inexistentes no momento em que Liang e Xiangsui (1999) produziram sua obra, Korybko (2015) revela como as redes sociais e outras plataformas tecnológicas, especialmente o FaceBook, da empresa Meta, servem a interesses militares. Essas plataformas, conforme visto, garantiram substanciais recursos para o Nexo e para a Folha de São Paulo, além de diversos veículos jornalísticos brasileiros.

As mídias sociais e tecnologias similares virão para substituir munições guiadas de precisão como a capacidade de "ataque cirúrgico" do partido agressivo, e salas de bate-papo e páginas do Facebook se tornarão o novo "covil dos militantes". Em vez de confrontar diretamente os alvos em seu território, conflitos por procuração serão travados em suas proximidades para desestabilizar sua periferia. Ocupações tradicionais podem dar lugar a golpes e operações indiretas de mudança de regime que são mais

31 To stir up the waters and grope for fish, the likes of Soros combine speculation in currency markets, stock markets, and futures markets. Also they exploit public opinion and create widespread momentum to lure and assemble the "jumbos" such as Merrill Lynch, Fidelity, and Morgan Stanley and their partners to join forces in the marketplace on a huge scale and wage hair-raising financial wars one after the other. Most of these means are not by their nature military (although they often have a tendency to be violent), but the methods by which they are combined and used certainly do not fail to inspire us as to how to use military or non-military means effectively in war.

econômicas e menos sensíveis politicamente (Korybko, 2015, p. 9, tradução nossa)³².

Por último, assim como não foi possível realizar uma ligação direta entre os interesses militares das potências ocidentais com as dimensões das práticas discursivas e textuais dos veículos analisados, Camargo et al. (2023) apontam para o caráter indireto da influência das plataformas tecnológicas na política editorial dos veículos jornalísticos.

[A captura do jornalismo pelas empresas de plataforma] reflete uma dinâmica de poder permeada por encaixes e desencaixes (WANG, 2020) entre os arranjos alternativos às corporações de mídia e às corporações do Vale do Silício, semelhante ao que já foi identificado nas práticas de financiamento filantrópico do jornalismo por fundações privadas, no qual **não há indícios de interferências diretas de investidores na produção editorial dos beneficiários, mas há evidências de uma determinação de caráter sub-reptício que guia recursos para áreas de maior interesse dos financiadores, reconfigurando o jornalismo neste íterim** (SCOTT; BUNCE; WRIGHT, 2019) (Camargo et al., 2023, p. 18, grifos nossos)

Com isso, infere-se que a influência das empresas e governos no discurso dos veículos de comunicação analisados, perceptível pelos alinhamentos destas com a ideologia daqueles, identificados por meio de suas práticas discursivas e textuais, ocorre principalmente por meio dos financiamentos concedidos, já que eles não ocorreriam caso a linha editorial dos jornais se opusesse às suas visões de mundo.

32 Social media and similar technologies will come to replace precision-guided munitions as the “surgical strike” capability of the aggressive party, and chat rooms and Facebook pages will become the new “militants’ den”. Instead of directly confronting the targets on their home turf, proxy conflicts will be waged in their near vicinity in order to destabilize their periphery. Traditional occupations may give way to coups and indirect regime change operations that are more cost effective and less politically sensitive.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Guerra da Ucrânia, conforme pontuado ao longo da pesquisa, é um conflito crítico para o mundo moderno em todas as dimensões da vida social e geopolítica. Na esfera militar, o enfrentamento entre dois exércitos convencionais, um deles com capacidade nuclear, despertou atenção quanto às novas estratégias e táticas militares empregadas, influenciadas em grande medida pelos novos desenvolvimentos tecnológicos.

No campo da comunicação, a repercussão simbólica do conflito no âmbito das mídias, possuidoras de uma visibilidade sem precedentes nas sociedades modernas, juntou-se às relevantes modificações institucionais e tecnológicas trazidas pela internet, em especial ao jornalismo.

No contexto do pensamento militar moderno, no entanto, não há segregação entre esses dois campos, conforme verificado nas obras de Liang e Xiangsui (1999), Korybko (2015) e Hoffmann (2007). Os meios de comunicação apresentam-se como instâncias enunciativas capazes de moldar a percepção da realidade social conforme seu discurso, influenciando a opinião pública e autoridades governamentais acerca de temas sobre guerra e paz. A instância militar, por sua vez, dedica crescente atenção ao poder da linguagem e da comunicação, fomentando em seus debates doutrinários a busca por estratégias e táticas que instrumentalizem os meios de comunicação visando desdobramentos militares.

Por meio dos conceitos desenvolvidos no campo teórico da ACD, tornou-se possível identificar como a cobertura da Guerra da Ucrânia, realizada por dois veículos jornalísticos de destaque em nosso país, apresentou estratégias discursivas que impactam e são impactadas pelo contexto social dessas instâncias enunciativas. O método tridimensional de Fairclough (2001), em especial, provou-se um instrumento de valia para identificar as complexas relações entre o conteúdo textual e discursivo e as práticas sociais envolvidas nessa cobertura.

Ao delimitar as características específicas das mídias dentro do campo do estudo do discurso, Charaudeau (2013) proporcionou conhecimentos essenciais para a análise do Nexo e da Folha de São Paulo no contexto da atividade jornalística. Marcondes Filho (1989) contribuiu sobremaneira para a análise da atividade jornalística exercida dentro do modo de produção capitalista, apresentando

as forças materiais e os arranjos econômicos que possuem influência direta nas práticas textuais e discursivas dos veículos analisados.

Com base nos dados levantados, verificou-se como as práticas discursivas na cobertura da guerra favoreceram determinados agentes sociais, ligados principalmente às potências ocidentais. Essa ligação é complexa, tal como no caso das fontes, já que o jornalismo se encontra tensionado entre uma determinada visão dos eventos e a necessidade de credibilidade junto a seu público leitor. Os dois jornais deram voz equilibrada aos dois lados diretamente envolvidos no conflito, hipoteticamente buscando a credibilidade jornalística teorizada por Charaudeau (2013), porém falharam, no restante do conjunto das fontes, em apresentar uma visão plural, desatrelada da visão norte-americana e da Europa ocidental. Com pontuais exceções apresentadas pelo Nexo Jornal, essa foi a regra.

O tema da expansão da OTAN no leste europeu, central para o entendimento do início da invasão, recebe atenção diminuta na cobertura dos dois veículos. Apesar de comentários esparsos sobre a expansão serem encontrados na cobertura da Folha, em sua maioria nas matérias de Igor Gielow, e em alguns trechos do Nexo, esse importante fator de desestabilização na região não é abordado em seu contexto histórico aprofundado.

O *corpus* analisado não explorou o comprometimento recorrente de governos ocidentais e de autoridades da OTAN, mesmo que por meios frágeis, em não expandir as estruturas da aliança militar em direção à Rússia. O assunto é explorado por um acadêmico na matéria N07 do Nexo, na qual ele ainda elenca o expansionismo da aliança como uma das causas do conflito. Porém, o tema não encontrou maiores desdobramentos na agenda pautada pelos veículos durante o período da pesquisa.

Em relação à assinatura das matérias, verificou-se a considerável participação de agências de notícias de países ocidentais na produção das matérias da Folha. Apesar de o Nexo não contar com matérias assinadas por agências de notícias, não se descarta a participação dessas em sua cobertura, já que Malar (2022), em sua pesquisa, constatou o uso indireto dessas agências por parte do Nexo, quando o jornal reproduziu conteúdos de veículos jornalísticos obtidos a partir dessas agências. O autor traz ainda a problemática dessa dependência das agências, já que elas reproduzem visões de seus países de origem e do sistema

econômico da qual elas fazem parte para conformar um imaginário social geopolítico.

Quanto ao destaque dado às matérias do *corpus* no espaço limitado que os jornais possuem para atrair seus leitores, pôde-se verificar que, conforme a Teoria do Agendamento (McCombs; Shaw, 1972), os dois jornais consideraram, durante os sete dias após a deflagração do conflito, que esse era o assunto de maior relevância para o debate público. Apesar da atenção dada ao tema, a discussão sobre o papel da mídia no conflito e a censura aos meios de comunicação estatais russos, assuntos caros ao jornalismo em um contexto democrático, resumiram-se a 02 matérias no Nexa, em um universo de 47 matérias produzidas pelos dois veículos.

A análise da dimensão textual das matérias, realizada por meio da identificação de padrões linguísticos observados por Fairclough (2001) e outros pesquisadores, revelou o emprego desses padrões para conformar uma visão de mundo alinhada com as práticas sociais dos veículos analisados, especialmente através dos artigos de análise e o editorial da Folha que, segundo Charaudeau (2013), possuem o objetivo de explicar os acontecimentos, tornando inteligível aos leitores dos jornais a infinidade de fatos ligados ao conflito. Modalizações categóricas, deônticas e verbos no futuro do presente, além de estratégias de vulgarização e personificação de processos sociais complexos, foram utilizados para, em grande parte, apresentar e reforçar proposições de repúdio à invasão russa, contrária aos interesses das principais potências ocidentais.

O emprego dessas práticas languageiras, predominantemente favoráveis aos interesses ocidentais, não excluiu a apresentação de contextualizações e visões contrárias aos interesses ocidentais. Porém, parte-se da premissa de que, assim como um ilusório equilíbrio no emprego das fontes dos beligerantes, essas exceções deram-se no intuito de preservar a credibilidade jornalística.

A partir da análise das práticas sociais, as ligações entre as três dimensões analisadas tomaram cor. O alinhamento ideológico da Folha de São Paulo com os interesses norte-americanos tornou-se explícito durante a interpretação dos dados levantados.

Desde que foi adquirido por empresários ligados ao grande capital nacional em 1962, o jornal esteve economicamente e ideologicamente ligado aos interesses da classe burguesa nacional. A partir do apoio ao golpe militar de 1964, que instaurou no país um regime alinhado aos interesses norte-americanos, recebeu

créditos subsidiados, como os da USAID, e instaurou parcerias com o grande capital norte-americano em diversos empreendimentos por meio do conglomerado econômico do qual era integrante.

A partir dos anos 2000, essa ligação da Folha com o grande capital estreita-se, principalmente com o grande capital financeiro, quando o seu conglomerado econômico capta vultosos recursos no mercado de capitais norte-americano para se lançar no ramo dos serviços financeiros com a PagSeguro, dos quais passa a obter substanciais receitas. Essas novas fontes de recursos não excluem a captação de financiamentos à sua atividade jornalística por parte de grandes empresas tecnológicas norte-americanas, tais como Meta e *Google*. Essas empresas, como demonstrado em matéria do jornal Nexo, tiveram papel ativo no silenciamento da imprensa russa logo após iniciado o conflito.

O Nexo, por sua vez, surge em 2015 como um veículo jornalístico nativo digital e com um modelo de negócios supostamente diferente da Folha e do restante da mídia tradicional. Apesar de se afirmar como um veículo que se mantém por meio da receita de assinaturas, recebeu vultosos recursos de entidades estrangeiras desde os primeiros anos de sua fundação, notadamente a *Luminate*, organização filantrópica do bilionário Pierre Omidyar, fundador de outra grande empresa tecnológica norte-americana, o *eBay*. Omidyar, ainda segundo os dados levantados, teve participação relevante no financiamento dos movimentos políticos e sociais que, em 2014, contribuíram para a derrubada do presidente ucraniano, fato que deflagrou uma guerra civil no leste do país e que, em 2022, evoluiu para a guerra com a Federação Russa. A *Open Society*, fundação do bilionário George Soros, foi outra fonte de recursos para o Nexo. Soros, como demonstrado por Liang e Xiangsui (1999), é fonte de interesse da doutrina militar desde a década de 1990. Sua capacidade de canalizar substanciais recursos financeiros próprios e de outras instituições para atingir objetivos geopolíticos é considerada, pelos autores, similar à capacidade de destruição obtida por meios militares.

Além da ligação com interesses militares, a visão de mundo apresentada pelo Nexo e pela Folha suscita a questão do papel do jornalismo como vetor de cidadania em uma sociedade pretensamente democrática como Brasil. Como visto, os pressupostos de uma imprensa livre e plural são essenciais para o florescimento da consciência cidadã em um país. Essa pluralidade de visões, porém, não foi observada na análise do *corpus* da pesquisa.

Segundo Malar (2022), os custos de manter variados tipos de correspondentes jornalísticos são altos, o que muitas vezes impossibilita seu emprego como fonte para veículos de menor capacidade financeira. Esse não foi o caso da Folha, que manteve um jornalista em Moscou por parte do período analisado, responsável por dar voz a relevantes fontes russas. O autor, porém, afirma que veículos menores, como o Nexo, contam com inúmeras fontes alternativas de informação surgidas com o advento da internet. Essa gama de alternativas não afetou de forma relevante a pluralidade no conjunto das vozes que figuram nas matérias.

A questão da cidadania no contexto do campo comunicacional é abordada pelo geógrafo Milton Santos (Santos, 2021). O acadêmico trata em tópico específico de sua obra sobre o papel dos fluxos de informação no mundo globalizado e seu controle por parte das potências dominantes, fenômeno que ele denomina “violência da informação” (Santos, 2021, p.51).

Segundo suas ideias, a fábula da “aldeia global” produzida pela ideologia neoliberal, motor da globalização no mundo moderno, é disseminada pelos meios de comunicação, iludindo quanto a uma hipotética desterritorialização do mundo e à existência de uma cidadania universal, que prescindia os interesses nacionais.

De fato, as fronteiras mudaram de significação, mas nunca estiveram tão vivas, na medida em que o próprio exercício das atividades globalizadas não prescinde de uma ação governamental capaz de torná-las efetivas dentro de um território. A humanidade desterritorializada é apenas um mito. Por outro lado, **o exercício da cidadania, mesmo se avança a noção de moralidade internacional, é, ainda, um fato que depende da presença e da ação dos Estados nacionais** (Santos, 2021, p. 54).

A partir das ideias do geógrafo, percebe-se como a cobertura do conflito, em seus principais aspectos, é ainda realizada a partir da visão das principais potências ocidentais, excluindo a miríade de considerações que autoridades e especialistas dos países do sul global têm sobre o assunto. Em parte considerável da cobertura, deu-se voz a atores que enxergam a guerra da perspectiva dos polos produtores da globalização perversa, como Santos (2001) a denomina, enquadrando-a no escopo do “pensamento único” por eles professado.

Além do desenvolvimento tecnológico, principalmente da internet, que permite aos veículos jornalísticos obterem informações com custos expressivamente menores sobre qualquer local conectado no mundo, a pluralidade de vozes torna-se

possível, e até mesmo necessária, pelos novos arranjos institucionais surgidos a partir de um mundo cada vez mais multipolar.

Embasado nessas ideias, cabe cumprir com uma das possibilidades colocadas pela metodologia da ACD. Segundo Van Dijk (2008, p.15), o caráter “crítico” de uma análise é revelado por meio de algumas características, entre elas a possibilidade de serem “[...] formuladas alternativas viáveis aos discursos dominantes que são compatíveis com os interesses dos grupos dominados”. Fairclough (2001, p. 28) segue a mesma linha de pensamento, declarando que o método crítico “implica mostrar conexões e causas que estão ocultas” e “implica também intervenção”.

Como exemplo de organização internacional alternativa à hegemonia ocidental há o BRICS, acrônimo dos países fundadores desse novo arranjo institucional conformado inicialmente por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Atualmente, o BRICS conta com mais seis países além dos fundadores: Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Egito, Etiópia, Indonésia e Irã. Somadas, as populações desses países correspondem a 48,5% da população do planeta e o Produto Interno Bruto (PIB) do grupo representa 39% da economia global (Brasil, 2025).

Com a previsível exceção da Rússia, foram irrelevantes as fontes citadas no *corpus* da pesquisa que adviessem desses países. Não há artigos de análise assinados por especialistas ou jornalistas deles, assim como não há qualquer referência a matérias jornalísticas produzidas por seus meios de comunicação. Na análise das práticas sociais do Nexo e da Folha, pôde-se constatar que não há relações institucionais e econômicas desses veículos com entidades ou indivíduos pertencentes ao BRICS.

Por último, cabe ressaltar a potencialidade do BRICS e de outros arranjos internacionais alternativos de contribuírem com uma visão mais plural do mundo, que apresente alternativas ao “discurso único” (Santos, 2021) propagado e financiado pelos EUA e por países da Europa ocidental.

Essa potencialidade é abordada por Nordenstreng e Thussu (2021) a partir de suas pesquisas sobre os sistemas de mídia dos BRICS. Além da integração no campo diplomático, econômico e político, o BRICS possibilita ao campo da comunicação o caminho da ação contra-hegemônica, atendendo aos interesses

cidadãos por uma mídia realmente plural e que apresente a visão do Sul Global sobre os eventos mundiais.

Estamos em um período não apenas de interesses geopolíticos e estratégicos conflitantes, mas de paradigmas conflitantes de ordem e organização econômica, social e política. A "ascensão dos BRICS" dentro das estruturas e práticas da ordem mundial aponta para o surgimento de uma ordem mundial pós-ocidental, que desafia a hegemonia tradicional da comunicação do Ocidente (e especialmente dos EUA). Como um dos editores deste volume afirmou, "a comunicação dos BRICS tem o potencial de pluralizar e democratizar as agendas globais de informação e comunicação e, assim, preparar o cenário para uma nova ordem global de comunicação (Gills, 2021, p. XV, tradução nossa)³³.

Segundo os autores, é visível que há uma contranarrativa em gestação, produzida a partir do crescente desenvolvimento tecnológico e capacidade cultural dos países em desenvolvimento. Essa mudança de paradigmas demanda maior cosmopolitismo epistemológico e uma cultura de pesquisa mais inclusiva, que aborde as modernidades desenvolvidas fora do mundo ocidental em um cenário global cada vez mais midiático. Assim, o BRICS e diversos países em desenvolvimento apresentam a capacidade para realizar essa necessária mudança cultural no mundo atual.

33 We are in a period not only of contending geopolitical and strategic interests but of contending paradigms of economic, social and political order and organization. The 'rise of the BRICS' within the structures and practices of world order points to the emergence of a post-Western centric world order, one that challenges the traditional communication hegemony of the West (and especially of the US). As one of the editors of this volume has asserted, 'BRICS communication has the potential to pluralize and democratize global information and communication agendas and thus set the stage for a new global communication order'.

REFERÊNCIAS

ADAM, Gabriel Pessin. **As relações entre Rússia, Ucrânia e Belarus e o papel que nelas exercem os recursos energéticos**. 2008. Dissertação (mestrado em Relações Internacionais) – UFRGS, 2008. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/14392/000655166.pdf?sequence=1..> Acesso em: 30 de outubro de 2024.

ALMEIDA, Christiano Pereira de. Reflexões sobre o papel da linguagem em Aristóteles e Wittgenstein. **Rónai: revista de estudos clássicos e tradutórios**, 2017 v.4 n.2 – pp 89-100 – UFJF – Juiz de Fora. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/ronai/article/view/23183>. Acessado em: 23 jun 24.

AO VIVO Guerra da Ucrânia. **Folha de São Paulo**, 5 de agosto de 2022. Disponível em: <https://aovivo.folha.uol.com.br/mundo/2022/02/24/6105-acompanhe-as-principais-noticias-sobre-a-guerra-na-ucrania.shtml>. Acesso em: 25 de março de 2025.

ARAÚJO, Arthur. A visibilidade de atores sociais no noticiário político: uma análise comparativa da Folha de S. Paulo e do Nexo Jornal. **Revista Compolítica**, vol. 11(3), 2021. Disponível em: <https://revista.compolitica.org/index.php/revista/article/view/532/312>. Acesso em: 18 de janeiro de 2025.

ARRABAL, Alejandro Knaesel; ENGELMANN, Wilson; KUCZKOWSKI, Sidnei. Filosofia da linguagem e giro linguístico: implicações para os direitos autorais. **Scientia Iuris**, Londrina, v. 20, n. 2, p.81-106, jul. 2016. DOI: 10.5433/2178-8189.2016v20n2p81. ISSN: 2178-8189.

AZEVEDO, B. M. de; CAMPOS, F. L. S.; LOBO, I. E. O ocidente como responsável pelas crises da Ucrânia e da Geórgia. **Revista Brasileira de Estudos de Defesa**, v. 5, nº 2, jul./dez. 2018, p. 113-136. Disponível em: <https://rbed.abedef.org/rbed/article/download/75035/42088/311495>. Acesso em: 06 de novembro de 2024.

BANDEIRA, Olívia; VALENTE, Jonas. Na internet, a combinação de novas e velhas formas de concentração. **Le Monde Diplomatique Brasil**, 12 de setembro de 2018. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/na-internet-a-combinacao-de-novas-e-velhas-formas-de-concentracao/>. Acesso em: 19 de outubro de 2024.

BECKER, B.; WALTZ, I. O impeachment de Dilma no G1 e no Nexo: da vocação à padronização do jornalismo. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, [S. l.], v. 20, n. 36, 2021. Disponível em: <https://revista.pubalaic.org/index.php/alaic/article/view/695>. Acesso em: 17 mar. 2025.

BIN, Yu. Munich 2025: a Moment of Truth for Europe? **Russia in Global Affairs**, 2025. Disponível em: <https://eng.globalaffairs.ru/articles/munich-2025-yu-bin/>. Acesso em: 09 de abril de 2025.

BOLAÑO, César. Ucrânia: imperialismo e guerra da informação. **Outras Palavras**, 21 de março de 2023. Disponível em: <https://outraspalavras.net/geopoliticaeguerrea/ucrania-imperialismo-e-guerra-da-informacao/>. Acesso em: 20 de novembro de 2024.

BONSANTO, A.; DAEMON, F.; RIBEIRO, A. P. G. A responsabilidade do Grupo Folha por violações de direitos durante a ditadura: considerações sobre um itinerário de pesquisa. **Projeto História** : revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, [S. l.], v. 77, p. 135–156, 2023. DOI: 10.23925/2176-2767.2023v77p135-156. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/61562>. Acesso em: 24 mar. 2024.

BORGES, R. P.; MACHADO, L. M. M.; MORAES, A. T. **Comunicação e discursividade**: teoria e dispositivos analíticos da AD. Goiânia: Kelps, 2021.

BRASIL. Ministério da Defesa. **MD35-G-01** : Glossário Das Forças Armadas. 5ª ed. Brasília, DF, 2015.

BRASIL, Presidência da República. **Dados sobre o BRICS**. Brasília, Presidência da República, 2 de janeiro de 2025. Disponível em: <https://brics.br/pt-br/sobre-o-brics/dados-sobre-o-brics>. Acesso em: 23 de março de 2025.

BRIGATTO, Gustavo; MOREIRA, Talita; ROSA, J. L. Após PagueSeguro, UOL busca investidores para novos negócios. **Valor Econômico**: São Paulo, 2018. Disponível em: <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2018/04/04/apos-pagueseguro-uol-busca-investidores-para-outros-negocios.ghtml>. Acesso em: 23 de janeiro de 2025.

BUENO, Thaísa; REINO, L. S. A. O que muda e o que permanece na estrutura dos títulos de jornais na internet? **Revista Comunicologia**, Brasília, v.12, n.2, Jul/Dez de 2019. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RCEUCB/article/view/10844/6816>. Acesso em: 19 de janeiro de 2025.

CALAZANS, Marília; OSMO, Carla; TELES, Edson (orgs.). **Informe público**: a responsabilidade de empresas por violações de direitos durante a ditadura. São Paulo: CAAF, Unifesp, 2023. Disponível em: https://www.unifesp.br/reitoria/caaf/images/CAAF/Empresas_e_Ditadura/InformePublico.pdf. Acesso em: 27 de fevereiro de 2025.

CAMARGO, C. A.; LELO, T. V.; NONATO, Cláudia; PACHI FILHO, F. L. Jornalismo financiado por plataformas: análise dos apoios concedidos aos arranjos alternativos às corporações de mídia. **E-Compós**, Brasília, v. 26, jan–dez, 2023, p. 1–21. Disponível em: <https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/download/2821/2143/14594>. Acesso em: 15 de março de 2025.

CARVALHO, M. L. G.; SOUZA, Mariléia de. Categorização/Classificação. **Cadernos CESPUC**, Belo Horizonte, nº 23, 2013. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoscespuc/article/download/8298/7179/>. Acesso em: 15 de janeiro de 2025.

CARVALHO, Rafael Virgílio de. **O heroísmo na poética de Platão**: uma biografia filosófica no drama dos diálogos. 2018. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, Assis, 2018.

CASTRO, Fabrício Heleno de. Armadilha Econômica - **O futuro da Folha no conglomerado dos Frias**. Juiz de Fora: UFJF; Facom, 2. Sem. 2001, 88 fls. Projeto Experimental do Curso de Comunicação Social. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/facom/files/2013/04/FCastro1.pdf>. Acesso em: 15 de janeiro de 2025.

CAZZAMATTA, Regina. Personificação e proeminência no jornalismo internacional a exemplo da cobertura da América Latina na imprensa alemã. **Brazilian Journalism Research**, Brasília, DF, vol.16, n. 1, abril de 2020.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2013.

CONFÚCIO. Os Analectos. Porto Alegre, RS: editora L&PM, 2008.

CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA. **EU imposes sanctions on state-owned outlets RT/Russia Today and Sputnik's broadcasting in the EU**. Bruxelas, 02 de março de 2022. Disponível em: <https://www.consilium.europa.eu/en/press/press-releases/2022/03/02/eu-imposes-sanctions-on-state-owned-outlets-rtrussia-today-and-sputnik-s-broadcasting-in-the-eu/>. Acesso em: 19 de março de 2025.

DAROS, Otávio. Economia política do jornalismo no Brasil. **Revista Tríade**, Sorocaba, v.10, n. 23, 2022. Disponível em: <https://periodicos.uniso.br/triade/article/view/4826/4635>. Acesso em: 28 de fevereiro de 2025.

DEUS, D. C.; SILVA, M. F. A. A linguagem do ponto de vista platônico. **Revista Metanóia**, UFSJ. São João del-Rei, n. 4, p. 13-19, jul. 2002. Disponível em: https://ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/lable/revistametanoia_material_revisto/revista04/texto02_linguagem_platao.pdf. Acessado em: 23 jun 24.

FAIRCLOUGH, Norman. **Critical discourse analysis**: the critical study of language. New York, USA: Routledge, 2013.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora UNB, 2001.

FERREIRA, A. B. H. **O minidicionário da língua portuguesa**. Curitiba: Ed. Positivo, 2008.

FIORI, José Luiz. Guerra do Golfo: uma guerra ética. In: FIORI, José Luís (org). **Sobre a Guerra**. Petrópolis, RJ. Editora Vozes, 2018a, p.19-48.

FOLHA e Estadão estão entre eleitos pelo projeto do Facebook. **Meio & Mensagem**, 2 de julho de 2020. Disponível em: <https://www.meioemensagem.com.br/midia/folha-e-estadao-estao-entre-eleitos-pelo-projeto-do-facebook>. Acesso em: 05 de janeiro de 2025.

FOLHA é o jornal mais nacional do país e o de maior audiência e circulação. **Folha de São Paulo**, 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/03/folha-e-o-jornal-mais-nacional-e-o-de-maior-audiencia-e-circulacao.shtml>. Acesso em: 04 de janeiro de 2025.

GILLS, B. K. Understanding global communication in a polycentric world. *In*: NORDENSTRENG, Kaarle; THUSSU, Daya Kishan (org.). **BRICS Media: Reshaping the Global Communication Order?** Nova York, EUA: Routledge, 2021. Disponível em: https://www.routledge.com/BRICS-Media-Reshaping-the-Global-Communication-Order/Thussu-Nordenstren/p/book/9781138604032?srsId=AfmBOoqnNqHXp67CI0mK8WQKxkvdQaDlabltf91zaFZJi0yG8_U_eZjG. Acesso em: 23 de março de 2025.

GROHMANN, Rafael. Financeirização, midiaticização e dataficação como sínteses sociais. **Mediaciones de la Comunicación**, Montevideo, Uruguai, vol. 14, nº 2, 2019. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/7409437.pdf>. Acesso: 04 de março de 2025.

GRYZINSKI, Vilma. Como um George Soros mais jovem, Pierre Omidyar quer fazer um mundo melhor. **Veja**, 18 de junho de 2019. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/mundialista/o-estranho-bilionario-que-financia-os-ataques-contra-moro>. Acesso em: 22 de março de 2025.

GUERRA cibernética: como as empresas de tecnologia se posicionam na guerra na Ucrânia e quais sanções sofreram. **Portal G1**, 28 de fevereiro de 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2022/02/28/guerra-cibernetica-como-as-empresas-de-tecnologia-se-posicionam-na-guerra-da-ucrania-e-quais-sancoes-sofreram.ghtml>. Acesso em: 19 de março de 2025.

HOFFMAN, F. **Conflict in the 21st century: the rise of hybrid wars**. Arlington: Potomac Institute for Policy Institute, 2007. Disponível em: https://www.potomacinstitute.org/images/stories/publications/potomac_hybridwar_0108.pdf. Acesso em: 20 de junho de 2023.

HOHLFELDT, Antonio. As origens antigas: a comunicação e as civilizações. *In*: FRANÇA, Vera Veiga; HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz C. **Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. p. 61 – 98.

IBAÑEZ, Pablo; SILVA, Larissa. Guerra da Ucrânia: perspectivas territoriais. **Revista Continentes**, [S.l.], n. 22, p. 207-2021, set. 2023. ISSN 2317-8825. Disponível em: <https://revistacontinentes.com.br/index.php/continentes/article/view/461>. Acesso em: 20 nov. 2024.

IMPrensa brasileira – dois séculos de história. **ANJ**, 2021. Disponível em: <https://www.anj.org.br/wp-content/uploads/2022/07/Imprensa-Brasileira-Dois-Se%CC%81culos-de-Histo%CC%81ria-formatado.pdf>. Acesso em: 18 de outubro de 2024.

INTERVOZES. **Monopólios digitais**: concentração e diversidade na Internet . São Paulo: Intervozes, 2018. Disponível em: <http://intervozes.org.br/arquivos/interliv012monodig.pdf>. Acesso em: 3 de março de 2020.

KORYBKO, Andrew. **Hybrid wars**: the indirect adaptive approach to regime change. Moscow: People's Friendship University of Russia, 2015.

LACERDA, Marcela Langa. A expressão do futuro do presente, a terceira onda variacionista, os gêneros do discurso e o mundo pós-covid-19: algumas incursões. **Working Papers em Linguística**, Vitória, v.22, n. especial, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/workingpapers/article/view/75509/47308>. Acesso em: 25 de fevereiro de 2025.

LAI, Karyn L. **Introdução à filosofia chinesa**. São Paulo: Madras, 2009.

LAO-TSÉ. **O livro do Tao e da virtude**. Porto Alegre: L&PM, 2022.

LA TRAGEDIA de Ucrania es fruto de una 'inversión' de EE.UU. y sigue su guion. **RT Español**, 05 de março de 2014. Disponível em: <https://actualidad.rt.com/actualidad/view/121533-tragedia-ucrania-inversion-eeuu-soros-multimillonarios>. Acesso em: 22 de março de 2025.

LENZI, Alexandre. Jornalismo nativo digital brasileiro: um estudo de caso do Nexo. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, v. 27, p. 1-14, jan.-dez. 2020, e-ISSN: 1980-3729. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/36102/26279>. Acesso em: 23 de março de 2024.

LIANG, Qiao; XIANGSUI, Wang. **Unrestricted warfare**. Beijing: PLA Literature and Arts Publishing House. fevereiro de 1999. Disponível em: <https://www.c4i.org/unrestricted.pdf>. Acesso em: 20 de junho de 2023.

LIPPMANN, Walter; MERZ, Charles. A test of the news: an examination os the news reports in The New York Times os aspects os the russian revolution os special importance to americans march 1917-march 1920. **The New Republic**, EUA, vol. XXIII, part II, n. 296, 04 de agosto de 1920. Disponível em: <https://archive.org/details/LippmannMerzATestoftheNews> . Acesso em: 20 de junho de 2023.

LUIZ Frias. **Bloomberg Línea**, 2023. Disponível em: <https://www.bloomberglinea.com.br/especiais/personagens-bloomberg-linea/luiz-frias/>. Acesso em: 04 de março de 2025.

LUIZ Frias se torna acionista majoritário da controladora da Folha de S.Paulo. **Poder360**, 20 de novembro de 2020. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/midia/luiz-frias-se-torna-acionista-majoritario-da-controladora-da-folha-de-s-paulo/>. Acesso em: 04 de março de 2025.

LUSTOSA, Gustavo. BTG Pactual (BPAC11) troca participação no UOL por pedaço do PagSeguro (PAGS34). **Agência TradeMap**, 6 de setembro de 2022. Disponível em: <https://trademap.com.br/agencia/mercados/btg-pactual-bpac11-troca-participacao-no-uol-por-pedaco-do-pagseguro-pags34>. Acesso em: 04 de março de 2025.

MAIA, Flávia Dourado; SILVA, Gislene. Análise de cobertura jornalística: um protocolo metodológico. **Rumores**, São Paulo, ano 5, edição 10, julho-dezembro 2011.

MAINGUENEAU, Dominique. **Discurso e análise do discurso**. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

MALAR, João Pedro. Análise da cobertura jornalística dos jornais Nexo e o Estado de S. Paulo sobre a crise político-econômica da Venezuela nos anos de 2018 e 2019. **Extraprensa**, São Paulo, v. 15, n. esp, p. 849 – 866, mai. 2022. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/3e83/87f007185eae630d6ffc52ad5442c0e193bd.pdf> ? gl=1*1cox46*_gcl_au*NTgxMjg1NzQzLjE3NDIyMjg3NzU.*_ga*NzY4NTUxNDEwLjE3NDIyMjg3NzQ.*_ga_H7P4ZT52H5*MTc0MjlyODc3NC4xLjAuMTc0MjlyODc3NS41OS4wLjA. Acesso em: 05 de janeiro de 2025.

MARCONDES Filho, Ciro (Organizador). **Dicionário da comunicação**. São Paulo: editora Paulus, 2ª edição, 2014.

MARCONDES FILHO, Ciro. **O capital da notícia**. São Paulo: Editora Ática, 1989.

MATTOS, Sérgio. **Mídia controlada: a história da censura no Brasil e no mundo**. São Paulo: Paulus, 2005.

MATTELART, Armand; MATTELART, Michèle. **Pensar as mídias**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

MCCOMBS, M.; SHAW, D. The agenda-setting function of mass media. **Public Opinion Quarterly**, v. 36, n. 2, p. 176-182, verão de 1972. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5524493/mod_resource/content/2/Aula%209b_McCombs_Shaw_The%20Agenda-Setting%20Function%20of%20Mass%20Media.pdf. Acesso em: 20 de junho de 2023.

MEDEIROS, L. M. S. Cidadania, direitos humanos e jornalismo: percalços históricos e violência institucionalizada. In: Luiz Signates; Ângela Moraes. (Org.). **Cidadania comunicacional: teoria, epistemologia e pesquisa**. 1ed. Goiânia: Cegraf UFG, 2016, p. 213-228. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Luiz_Signates/publication/338282291_CIDADANIA_COMUNICACIONAL_Teoria_epistemologia_e_pesquisa/links/5e0bc3f24585159aa4a8f9c1/CIDADANIA-COMUNICACIONAL-Teoria-epistemologia-e-pesquisa.pdf. Acesso em: 20 de outubro de 2024.

MEET Pierre Omidyar, billionaire patron of US regime change operations, neocons & activist media. **RT**, 22 de fevereiro de 2019. Disponível em: <https://www.rt.com/news/452209-omidyar-network-regime-change/>. Acesso em: 22 de março de 2025.

MENESES, Maria Paula. Sul Global. *In*: Centro de Estudos Sociais. **Dicionário das crises e das alternativas**. Coimbra, Portugal: Universidade de Coimbra, 2012. p. 199-200. Disponível em: https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/91041/1/Sul_global.pdf. Acesso em: 14 de março de 2025.

MIELNICZUK, Fabiano. A crise ucraniana e suas implicações para as relações internacionais. **Revista Conjuntura Austral**, Porto Alegre, Vol. 5, nº. 23, p. 4-19, Abr. Mai. 2014. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/ConjunturaAustral/article/view/46849>. Acesso em: 01 de novembro de 2024.

MIELNICZUK, Fabiano. Identidade como Fonte de Conflito: Ucrânia e Rússia no Pós-URSS. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, vol. 28, nº 1, janeiro/junho de 2006, p. 223-258. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cint/a/5KxWrYnRR4XNzqqhwxKyDkB/>. Acesso em: 01 de novembro de 2024.

MOSCO, Vincent. Economia Política do Jornalismo. *In*: DOURADO, J. L.; LOPES, D. M. M. S.; MARQUES, R. S (Orgs.). **Economia política do jornalismo: tendências, perspectivas e desenvolvimento regional**. Teresina: Edufpi, 2016. p. 43-68.

NAÇÕES do mundo: China. **Coleção Nações do Mundo**. Rio de Janeiro: Editora Cidade Cultura, 1990.

NASSIF, Luis. A Folha e as bandeiras da financeirização. **Blog GGN**, 4 de janeiro de 2021. Disponível em: <https://jornalggm.com.br/midia/a-folha-e-as-bandeiras-da-financeirizacao-por-luis-nassif/>. Acesso em: 04 de março de 2025.

NEXO recebe aporte do International Fund for Public Interest Media. **Nexo Jornal**, 11 de abril de 2023. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2023/04/11/nexo-recebe-aporte-do-international-fund-for-public-interest-media>. Acesso em: 05 de janeiro de 2025.

NEXO recebe doação de fundador do Ebay. **Meio & Mensagem**, 8 de fevereiro de 2019. Disponível em: <https://www.meioemensagem.com.br/ultimas-noticias/nexo-recebe-doacao-de-fundador-do-ebay>. Acesso em: 18 de março de 2025.

NISZ, Charles. EUA e dono do eBay financiaram oposição ucraniana, indicam documentos. **Opera Mundi**, 01 de março de 2014. Disponível em: <https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/eua-e-dono-do-ebay-financiaram-oposicao-ucraniana-indicam-documentos/>. Acesso em: 22 de março de 2025.

PACETE, Luiz Gustavo. Nexo e NYT anunciam parceria de assinaturas no Brasil. **Meio&Mensagem**, 16 de setembro de 2019. Disponível em:

<https://www.meioemensagem.com.br/midia/nexo-e-nyt-anunciam-parceria-de-assinaturas-no-brasil>. Acesso em: 18 de março de 2025.

PACETE, Luiz Gustavo. YouTube anuncia suporte a 87 projetos jornalísticos. **Meio&Mensagem**, 18 de dezembro de 2018. Disponível em: <https://www.meioemensagem.com.br/midia/os-novos-caminhos-para-o-financiamento-jornalístico>. Acesso em: 18 de março de 2025.

PAGSEGURO PagBank é a primeira empresa brasileira listada em Nova York a ter BDRs negociados na B3. **UOL**, 02 de fevereiro de 2021. Disponível em: <https://sobreuol.noticias.uol.com.br/imprensa/pageseguro-pagbank-e-a-primeira-empresa-brasileira-listada-em-nova-york-a-ter-bdrs-negociados-na-b3.html>. Acesso em: 04 de março de 2025.

PASTI, André. O novo e o velho na organização da mídia no território brasileiro: contribuições para a leitura da conjuntura atual a partir de Milton Santos. **PerCursos**, Florianópolis, v. 23, n.51, p. 238 - 264, jan./abr. 2022. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/percursos/article/view/21080/14424>. Acesso em: 19 de outubro de 2024.

PERES-NETO, Luiz. Sul Global: uma agenda política para pensar a comunicação? **Matrizes**, São Paulo, v.18, n. 1, jan/abr 2024, p. 127-144. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/202335/204184>. Acesso em: 04 de março de 2025.

PIRES, Elaine Muniz. Imprensa, ditadura e democracia: a construção da auto-imagem dos jornais do grupo folha (1978/2004). **Projeto História**, São Paulo, n. 35, p. 305-313, 2007. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2224/1325>. Acesso em: 27 de fevereiro de 2025.

PLATÃO. **Fedro**. São Paulo: Martin Claret, 2001.

PROJETO editorial da Folha. **Folha de São Paulo**, 12 de março de 2019. Disponível em: <https://temas.folha.uol.com.br/folha-projeto-editorial/projeto-editorial-folha-de-s-paulo/sua-excelencia-o-consumidor-de-noticias.shtml>. Acesso em: 20 de março de 2025.

PUTIN, Vladimir. Address by the President of the Russian Federation. **Gabinete da presidência da Federação Russa**, 2022. Disponível em: <http://en.kremlin.ru/events/president/news/67843>. Acesso em: 09 de abril de 2025.

ROHDEN, Luiz. O poder da linguagem: a arte retórica de Aristóteles. **Revista Síntese Nova Fase**, Belo Horizonte, v. 22, n. 71. 1995. Disponível em: <https://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/Sintese/article/download/1099/1509>. Acessado em: 23 jun 24.

ROXO, Luciana. Jornalismo independente, utopia ou realidade? Uma reflexão sobre a bandeira da independência jornalística - do jornalismo publicista ao jornalismo em rede. *In*: 26º Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, 2023,

Niterói. **Anais eletrônicos** [...] São Paulo: Intercom, 2023. Disponível em: <https://sistemas.intercom.org.br/pdf/submissao/regional/7/041320232157076438a4e3a3da7.pdf>. Acesso em: 19 de março de 2025.

SANTOS, Márcio Carneiro do. Métodos digitais e a memória acessada por APIs: desenvolvimento de ferramenta para extração de dados de portais jornalísticos a partir da WayBack Machine. **Revista Observatório**, Palmas, v. 1, n. 2, p. 23-41, Set./Dez. 2015.

SANTOS, M. F. O. A modalidade no discurso em sala de aula, no contexto universitário. **Revista GELNE**, Natal, vol. 2, n. 2, 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/gelne/article/view/9320/6674>. Acesso em: 25 de fevereiro de 2025.

SCHEER, Steven. Israel extends Al Jazeera ban by 45 days, citing security threat. **Reuters**, 9 de junho de 2024. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/middle-east/israel-extends-al-jazeera-ban-by-45-days-cites-security-threat-2024-06-09/>. Acesso em: 15 de janeiro de 2025.

SEGRILLO, Angelo. A guerra da Ucrânia: repercussões historiográficas no contexto da questão nacional. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, 43(94), Set-Dez de 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/FV8gsv8HssVFXM95yDGySQc/>. Acesso em: 30 de outubro de 2024.

SILVA, Christiani Margareth de Menezes e. O conceito de doxa (opinião) em Aristóteles. **Linha D'Água**, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 43–67, 2016. DOI: 10.11606/issn.2236-4242.v29i2p43-67. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/view/119999>. Acesso em: 24 jul. 2024.

SODRÉ, Muniz. Mídia, ideologia e financeirização. **Oficina do Historiador**, Porto Alegre, EDIPUCRS, v. 8, n. 1, jan./jun. 2015, p. 134-157. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/oficinadohistoriador/article/view/18591/13295>. Acesso em: 04 de março de 2025.

SUPPORT for the fund. **International Fund for Public Interest Media**, 2024. Disponível em: <https://ifpim.org/support-the-fund/>. Acesso em 05 de março de 2025.

TEMER, A. C. R. P. **Flertando com o caos**: comunicação, jornalismo e televisão, Goiânia: FIC/UFMG, 2014.

TEMER, A.C.R.P; TUZZO, S.A. Jornalismo, cidadania e questões sociais em uma perspectiva midiática. **Cambiassu**: Estudos em Comunicação, v. 15, n. 25, p. 5–20, 30 Jun 2020 Disponível em: <http://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/cambiassu/article/view/13791>. Acesso em: 22 out 2024.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. Petrópolis: editora Vozes, 7ª edição, 2005.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**: porque as notícias são como são. Florianópolis, SC : Insular Livros, 2020.

UOL Inc. passa a ter controle direto dos grupos Folha da Manhã e Abril. **Folha de São Paulo**, 22 de novembro de 2000. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2211200005.htm>. Acesso em: 04 de março de 2025.

UNITED STATES SOUTHERN COMMAND. **Statement of General Laura J. Richardson Commander, United States Southern Command before The 118th Congress House Armed Services Committee**. Miami, Flórida, 8 de março de 2023. Disponível em: <https://www.southcom.mil/Portals/7/Documents/Posture%20Statements/2023%20SOUTHCOM%20Posture%20Statement%20FINAL.pdf?ver=rxp7ePMgfX1aZVKA6dl3ww%3D%3D>. Acesso em: 15 de março de 2025.

VALE, V. M. A informação como arma: convergências da Teoria do Agendamento e da Guerra Híbrida. *In*: 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2023, Belo Horizonte. **Anais eletrônicos** [...] São Paulo: Intercom, 2023. Disponível em: https://sistemas.intercom.org.br/pdf/link_aceite/nacional/11/0815202323161164dc316b405f6.pdf. Acesso em: 19 de março de 2025.

VAN DIJK, Teun A. **Discurso e poder**. São Paulo: Contexto, 2008.

ZABUNYAN, D. A guerra na Ucrânia está acontecendo. **Revista Eco-Pós**, 2022, 26(2), p. 85–106. Disponível em: <https://doi.org/10.29146/eco-ps.v26i2.28178>. Acesso em: 09 de abril de 2025.

APÊNDICE A - DADOS DO CORPUS LEVANTADO

Data	Veículo jornalístico	Manchete	Código
24 de fevereiro de 2022	Folha de São Paulo	Putin inicia guerra contra a Ucrânia; Kiev e OTAN falam em invasão total	F01
		Polícia russa prende 650 em protesto contra invasão	F02
		Putin testa tática inédita e movimento arriscado no ataque	F03
		O que a Folha pensa: A agressão russa	F04
	Nexo Jornal	A invasão militar da Rússia à Ucrânia explicada em 5 mapas	N01
		As primeiras horas da operação resumidas em 16 imagens	N02
O ataque de Putin e o alerta sobre “guerra de larga escala”		N03	
25 de fevereiro de 2022	Folha de São Paulo	Rússia cerca Kiev e pede rendição do governo da Ucrânia	F05
		Putin ataca Zelenski e diz para soldados ucranianos tomarem o poder	F06
		Presidente da Ucrânia publica vídeo desmentindo que tenha deixado o país	F07
		Russos iniciam desembarque na costa do Mar Negro, dizem relatos	F08
	Nexo Jornal	Kiev sob ataque: tropas russas invadem a capital da Ucrânia	N04
		Rússia emite sinais de que quer negociar, mas incentiva golpe	N05
Quem é Zelensky, o presidente que se tornou alvo nº 1 de Moscou		N06	
26 de fevereiro de 2022	Folha de São Paulo	Putin ataca Kiev e enfrenta resistência da Ucrânia; Ocidente aumenta pressão sobre a Rússia	F09
		Exército da Ucrânia se apoia em voluntários em meio a guerra com a Rússia	F10
		Ex-presidente russo sugere rompimento com o Ocidente e pede retorno de pena de morte	F11
		Vinicius Torres Freire: Guerra de Putin muda conversa política nos EUA e até no Brasil	F12
	Nexo Jornal	Os precedentes de resposta global a ataque entre países	N07
		União Europeia faz investida contra bancos e empresas russas	N08
		Brasil engrossa condenação de ataque na ONU, mas	N09

		Rússia veta	
27 de fevereiro de 2022	Folha de São Paulo	Ucrânia aceita negociar com Rússia depois de aumento da pressão militar de Putin	F13
		Putin coloca forças nucleares em alerta de combate após críticas da OTAN	F14
		União Europeia e Canadá anunciam fechamento do espaço aéreo para aviões da Rússia	F15
		ONU diz que 368 mil pessoas já fugiram da Ucrânia após início de ataques	F16
	Nexo Jornal	Quais as capacidades bélicas de Rússia e Ucrânia no conflito	N10
		Putin coloca sistema de defesa nuclear russo em alerta	N11
Zelensky aceita iniciar negociações na fronteira com Belarus		N12	
28 de fevereiro de 2022	Folha de São Paulo	Rússia intensifica ataques a Kharkiv, e ONGs acusam o uso de bombas de fragmentação	F17
		Rússia é suspensa pela Fifa e não disputará a Copa do Mundo do Qatar	F18
		Reunião termina sem avanços, e Rússia e Ucrânia anunciam 2ª rodada de conversas	F19
		Opinião: Plano de Putin está desabando, mas isso pode torná-lo mais perigoso	F20
	Nexo Jornal	Rússia e Ucrânia: entre abertura de diálogo e pressão nuclear	N13
		Putin coloca sistema atômico de defesa em alerta de combate	N14
A hegemonia do presidente russo. E o país pós-União Soviética		N15	
01 de março de 2022	Folha de São Paulo	Putin prepara assalto mais destrutivo após erros na guerra da Ucrânia	F21
		Análise: Guerra da Ucrânia tira o fantasma da Terceira Guerra da aposentadoria	F22
		Ataque atinge torre de televisão em Kiev; Ucrânia fala em 5 mortos	F23
		Otan convoca reunião emergencial de chanceleres de seus 30 países membros	F24
	Nexo Jornal	Guerra na Ucrânia: quais as principais frentes diplomáticas	N16
		Rússia destrói torre de TV em Kiev e prédio público em Kharkiv	N17
Fifa proíbe russos de jogar Copa do Qatar e outros torneios		N18	
02 de março de 2022	Folha de São Paulo	Com apoio do Brasil, Assembleia-Geral da ONU aprova resolução contra a Rússia	F25
		Rússia se prepara para aumentar brutalidade na Ucrânia, diz embaixadora dos EUA	F26
		Segunda rodada entre Rússia e Ucrânia, prevista para	F27

		hoje, é adiada em um dia	
		Martin Wolf: Putin reacende conflito entre tirania e democracia liberal	F28
	Nexo Jornal	Como o racismo se manifesta na crise de refugiados da Ucrânia	N19
		Radicais poloneses assediam não europeus que fogem das bombas	N20
		A ação das plataformas digitais contra a imprensa estatal russa	N21

APÊNDICE B - FONTES DAS MATÉRIAS NA FOLHA DE SÃO PAULO

	Código matéria	F01	F02	F03	F04	F05	F06	F07	F08	F09	F10	F11	F12	F13	F14	F15	F16	F17	F18	F19	F20	F21	F22	F23	F24	F25	F26	F27	F28	TOTAL
Categoria fontes																														
Autoridade ucraniana		6	0	0	0	10	3	1	1	10	0	0	0	6	0	0	0	10	0	8	0	0	2	3	0	1	0	0	0	61
Autoridade russa		13	0	3	0	9	7	0	0	6	0	2	0	5	4	0	0	2	0	2	0	1	3	1	0	2	0	2	0	62
Autoridade EUA		1	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	2	0	2	0	0	0	0	0	0	5	0	0	13
Autoridade da UE		0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	2	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	8
Autoridade da OTAN		3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	2	0	0	0	0	8
Autoridade chinesa		0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Autoridade inglesa		0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	3	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7
Autoridade alemã		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	3
Autoridade Donbass		1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Autoridade Belga		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Autoridade canadense		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Autoridade bielorrussa		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3
Autoridade francesa		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	1	0	0	0	0	0	0	3
Autoridade estoniana		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Autoridade brasileira		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	2
Particular russo		2	1	9	0	2	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	19
Particular ucraniano		0	0	0	0	2	0	0	0	0	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7
Particular norte-americano		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Agência de notícias inglesa		1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Imprensa holandesa		0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Imprensa russa		0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	1	0	2	1	0	1	0	0	0	0	2	0	10
Imprensa norte-americana		0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	4
Imprensa ucraniana		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Fonte incerta		1	1	2	0	7	2	0	1	4	0	0	4	2	2	0	0	0	0	0	2	0	1	0	0	0	0	0	0	29
Fonte anônima		0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
ONG inglesa		0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Autoridade ONU		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	2	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	5
Países da Europa		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
ONG Humans Rights Watch		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
G7		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Fifa		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3
COI		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Federações nacionais de Futebol		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5
Total matéria		28	4	15	0	34	12	1	3	24	5	2	4	19	11	6	2	26	9	20	5	7	10	4	2	6	5	4	0	268

APÊNDICE C - FONTES DAS MATÉRIAS NO NEXO JORNAL

	Código matéria	N01	N02	N03	N04	N05	N06	N07	N08	N09	N10	N11	N12	N13	N14	N15	N16	N17	N18	N19	N20	N21	TOTAL
Categoria fontes																							
Autoridade ucraniana		0	2	6	1	2	9	3	1	0	7	0	5	3			9	3	0	2	0	1	54
Autoridade russa		4	1	6	6	10	6	1	3	0	1	6	4	5			7	4	0	0	0	1	65
Autoridade EUA		0	0	4	1	0	1	4	1	0	4	2	0	4			0	0	0	0	0	1	22
Autoridade da UE		0	0	0	0	0	0	2	3	0	2	0	0	1			0	0	0	7	0	2	17
Autoridade da OTAN		1	0	3	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0			0	0	0	0	0	0	6
Autoridade chinesa		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0			1	0	0	0	0	0	1
Autoridade Inglesa		0	0	0	0	0	0	0	2	0	1	0	0	0			0	0	0	0	0	0	3
Autoridade alemã		0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0			0	0	0	0	0	0	2
Autoridade francesa		0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0			0	0	0	0	0	0	1
Autoridade brasileira		0	0	2	0	0	0	0	0	5	0	0	0	0			1	0	0	0	0	0	8
Autoridade turca		0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0			0	0	0	0	0	0	1
Autoridade búlgara		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0			0	0	0	1	0	0	1
Autoridade nigeriana		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0			0	0	0	1	2	0	3
Autoridade polonesa		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0			0	0	0	1	1	0	2
Autoridade queniana		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0			0	0	0	1	0	0	1
Autoridades africanas		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0			0	0	0	1	0	0	1
Particular ucraniano		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0			1	0	0	1	0	0	2
Particular norte-americano		0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0			0	0	0	0	0	5	8
Particular brasileiro		0	0	0	0	0	0	7	0	0	0	0	0	0			0	0	0	2	0	0	9
Particular nigeriana		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0			0	0	0	1	0	0	1
Particular egípcia		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0			0	0	0	0	1	0	1
Agência de notícias Inglesa		0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0			0	0	0	0	0	0	1
Agência de notícias qatari		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0			0	0	0	4	0	0	4
Imprensa russa		0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1				0	1	0	0	0	0	4
Imprensa norte-americana		0	2	1	0	0	0	0	0	0	1	0	1				0	0	0	5	0	2	12
Imprensa Inglesa		0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0			0	0	0	4	3	2	10
Imprensa brasileira		0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0			0	0	0	2	0	0	3
Imprensa alemã		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0			0	0	0	1	0	0	1
Fonte Incerta		0	0	2	0	0	1	2	0	1	2	0	0	0			0	1	0	4	2	2	17
Convenção Internacional		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0			0	0	0	1	0	0	1
Lei brasileira		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0			0	0	0	1	0	0	1
ONG belga/HRW		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0			2	0	0	0	0	0	2
Autoridade ONU		1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1			0	0	0	7	0	0	10
Firmas particulares		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2			0	0	0	0	0	4	6
OT		0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0			0	0	0	0	0	0	2
Tribunal Penal Internacional		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0			1	1	0	0	0	0	2
Rfa		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0			0	0	2	0	0	0	2
COI		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0			0	0	1	0	0	0	1
Time de Futebol europeu		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0			0	0	3	0	0	0	3
Time de Futebol russo		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0			0	0	1	0	0	0	1
Federação russa de Futebol		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0			0	0	1	0	0	0	1
TOTAL		6	5	24	8	13	18	27	11	8	18	11	10	18	0	0	22	10	8	47	9	20	293